

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS  
INSTITUTO EDUCACIONAL FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS SOCIAIS DE UBERLÂNDIA

# VII SEMANA PEDAGÓGICA

## PROFISSÃO PROFESSOR: Identidade(s) em construção

19 a 22 de maio de 2009

Local:  
Campus Pedagogia / Normal Superior

Uberlândia/MG

[\[Programação\]](#) . [\[Comissões\]](#) . [\[Trabalhos\]](#) . [\[Patrocínio\]](#) . [\[Catalogação\]](#) . [\[Créditos\]](#) . [\[Voltar\]](#)

### APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia-UNIPAC, realiza a VII SEMANA PEDAGÓGICA, com a temática “PROFISSÃO PROFESSOR: Identidade(s) em Construção”, promovida anualmente, com o objetivo de promover o debate, a reflexão, a troca de experiências e a divulgação de pesquisas científicas, realizadas por diferentes pesquisadores e educadores da UNIPAC/FEESU e das diversas Instituições Brasileiras.

### OBJETIVOS

Proporcionar reflexões, a divulgação e a discussão das pesquisas, saberes envolvidos na formação de professores, suas práticas e vivências, ampliando os canais de difusão, interlocução e interdisciplinaridade entre os diversos segmentos da comunidade científica, acadêmica e educacional dos programas desta Instituição e de outras.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a **Semana Pedagógica (7. : 2009 : Uberlândia, MG)**  
Anais / VII Semana Pedagógica, 19 a 22 de maio de 2009,  
Uberlândia, Minas Gerais ; organização geral: Maurício dos Reis  
Brasão, João Carlos de Oliveira, Silma do Carmo Nunes. -  
Uberlândia : UNIPAC, FEESU, IEFOM, 2009.

1 CD-ROM.

Tema: Profissão professor : identidade (s) em construção.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 1982-1778

1. Educação - Congressos. 2. Professores - Formação - Congressos.  
I. Brasão, Maurício dos Reis. II. Oliveira, João Carlos de. III. Nunes,  
Silma do Carmo. IV. Universidade Presidente Antônio Carlos. III.  
Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia. IV. Instituto  
Educativo Fernando de Oliveira Mota. V. Profissão professor :  
identidade (s) em construção. VI.  
Título.

CDU: 37 061.3)

Elaborado por Maria Salete de Freitas Pinheiro – Bibliotecária CRB 1262

COMISSÕES

**SUPERINTENDENTE EDUCACIONAL**

Divânia de Freitas Araújo

**COORDENADORA**

Silma do Carmo Nunes

**SUPERINTENDENTE PÓS-GRADUAÇÃO**

Cléa Belo

**COORDENADORA**

Márcia Helena de Lima

**DIRETORA**

Augusta Maria Mendes Mota

**VICE-DIRETORA**

Lúcia Mendes da Silva Gomes

**SECRETÁRIA**

Maria Cândida Bianchini Cardoso

**ORGANIZAÇÃO GERAL**

**Maurício dos Reis Brasão**

João Carlos de Oliveira

Silma do Carmo Nunes

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

**Gizelda Simonini**

Bill Robson Lisboa

Cláudia Augusta Goulart

Fernanda Bernardes Assis

Shyrley Pimenta

**MINICURSOS**

**Denise Silva da Cunha**

Márcia Helena de Lima

Nelma Eliza Marques de Araújo

Rosângela Gallati Reis

**DIVULGAÇÃO E PATROCÍNIO**

**Ana Paula Romero Bacri**

Cristiane Augusta Mendes Gomes

Gilmar Aureliano Dutra

Ioná Vieira Guimarães Venturi

**INFRA-ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

**Cláudio Roberto da Silva**

Liberace Maria Ramos Ferreira

Lucélia Bárbara M. Hortêncio

Terezinha Leziê Rodrigues Gil

## PROGRAMAÇÃO

**19/05/09 (3ª feira)**

18:00 - Credenciamento e entrega de materiais

19:00 - Atividade Artístico-Cultural

19:30 - Conferência de abertura

“PROFISSÃO PROFESSOR: Identidade(s) em construção”

Profa. Dra. Selva Guimarães Fonseca - (Faculdade de Educação-UFU)

Relatos de Experiência - Egressos da Unipac

Local: Odisséia - Eventos e Convenções

Av. Imbaúbas, 2120 - Chácara Tubalina

**20/05/09 (4ª feira)**

08:00 / 19:00 - Comunicações Orais / Relatos de Experiências

Local: Campus Pedagogia/Normal Superior

**21/05/09 (5ª feira)**

08:00 / 19:00 Minicursos

Local: Campus Pedagogia/Normal Superior

Av. Marcos de Freitas Costa, 1510

B. Daniel Fonseca

**22/05/09 (6ª feira)**

19:00 - Atividade Artístico-Cultural

19:30 - Conferência de Encerramento

“A violência escolar na perspectiva do corpo docente”

Jadir Cirqueira de Souza - Promotor de Justiça

Local: Odisséia - Eventos e Convenções

Av. Imbaúbas, 2120 - Chácara Tubalina

Uberlândia/MG

## PATROCINADORES



## APOIO



VII SEMANA PEDAGÓGICA - Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia-UNIPAC

## EIXOS TEMÁTICOS

EIXO 1 - Saberes e Práticas da Atuação Docente

EIXO 2 - A Diversidade Social na Escola

EIXO 3 - Avaliação Escolar

EIXO 4 - Metodologias e Processo de Ensino-Aprendizagem

EIXO 5 - Implicações das Legislações Educacionais no Trabalho Docente

EIXO 6 - Condições de Trabalho do Professor

MINICURSOS

## UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA

Autora: Alessandra Onofre dos Santos  
Co-autora: Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos  
[Alessandra033@yahoo.com.br](mailto:Alessandra033@yahoo.com.br)

Essa obra é fruto de um minucioso trabalho de pesquisa que vem ao encontro da necessidade de se obter mais informações sobre a Educação Penitenciária. Os objetivos dessa pesquisa são analisar a educação para os encarcerados e se essas ações educativas representam para eles a reinserção na sociedade ou se só a fazem para a redução de suas penas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos, internet e pesquisa de campo realizada na escola do Presídio Professor Jacy de Assis em Uberlândia MG. A fundamentação teórica está baseada nos autores: MELLO (1997), SANTOS (2002), FREIRE (1980), GOFFMAN(1974), JULIÃO (2003). Podemos afirmar que embora existam escolas dentro do sistema penitenciário, ainda não existe uma política pública de educação efetiva que atenda sua realidade. Diante de diversos problemas de ordem administrativa e metodológica que envolvem as ações educacionais em que a educação penitenciária está inserida, torna-se necessário redefinir uma estrutura administrativa que atenda aos interesses de uma proposta educacional da população carcerária, para que, posteriormente, se analise as metodologias específicas a serem adotadas para a sua formação, criando, com isso, condições propícias para a reinserção do preso na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Penitenciária, sistema prisional, sociedade, liberdade.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: CANTOS DIVERSIFICADOS

Autora: Alexandra Brito Costa Santos  
Co-autora: Prof<sup>a</sup> Msc. Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC – [www.unipaciefom.com.br](http://www.unipaciefom.com.br)  
Email: [alexandrabcs@yahoo.com.br](mailto:alexandrabcs@yahoo.com.br)

Este trabalho de pesquisa cujo tema é: “Práticas Pedagógicas: Cantos Diversificados” surgiu devido a nossa ansiedade em conhecer uma nova forma de ensinar crianças da Educação Infantil. Enquanto docentes, utilizamos práticas pedagógicas que são ferramentas de trabalho fundamentais para uma atuação eficaz. A prática pedagógica dos Cantos Diversificados despertou nosso interesse enquanto profissionais da área da Educação Infantil, por demonstrar aparente eficiência quando se fala em aprendizagem e desenvolvimento de habilidades essenciais das crianças, pois possibilita o aprendizado através do lúdico, da liberdade de interação e da diversidade. As pesquisas feitas para a fundamentação desta teoria têm como objetivo esclarecer se a prática analisada é realmente eficiente no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos envolvidos no processo. Para conhecer melhor sobre essa prática pedagógica, pesquisamos fontes bibliográficas dos autores: KISHIMOTO (2001), MALUF (2003) e Projeto IBM do Instituto Avisa Lá. Além da teorização do tema, utilizamos pesquisa de campo, desenvolvida por meio de questionário aplicado a docentes que têm os “cantos Diversificados” como prática de ensino da Escola Municipal Professora Izildinha Maria Macedo do Amaral, em Uberlândia, Minas Gerais. A pesquisa nos possibilitou constatar que a prática analisada é eficiente a partir do conhecimento e vivência do professor que faz uso desta prática no seu cotidiano escolar. Verificamos que a Educação Infantil é uma etapa importante na vida da criança, pois oferece a essa meios de interação com o outro, desenvolvimento de habilidades físicas, motoras, sociais, afetivas e psicológicas além de ser o primeiro contato com a educação fora do âmbito familiar do qual ela faz parte. Dessa forma, acreditamos que esta prática pedagógica é essencial para ofertar às crianças, meios necessários para a efetivação da aprendizagem e desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Práticas, Desenvolvimento e Liberdade.



## **A HISTÓRIA DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Ana Claudia de Oliveira Freitas  
UNIPAC / IFM

Neste contexto democrático em que estamos inseridos, o estado tem obrigações a cumprir com os direitos sociais (Art. 6º C.F), os cidadãos precisam aprender a exercer a cidadania (Art. 22 LDB /96). Esta pode ser conseguida através da Educação Fiscal que “é um trabalho de sensibilização da sociedade para a função socioeconômica do tributo” (ESAF, 2002). Já houve várias tentativas por parte do Estado em instaurar de forma educacional a sensibilização para a área de Administração Fiscal da União. Em 1969 – Operação Bandeirante: onde agentes do fisco instruíam como não pagar multas. No ano de 1970 – Operação Brasil do Futuro: utilizou-se da literatura com obras infantis – Dona Formiga, Mestre Tatu entre outras. Em 1977, foi Lançado o Programa Contribuinte do Futuro. Todas estas tentativas foram caracterizadas pelo objetivo único de aumentar a arrecadação tributária. O trabalho não fora bem compreendido na sua essência e o cidadão comum culturalmente se sente desobrigado de pagar impostos. Aqueles que cumprem não recebem informações sobre a aplicação nos serviços sociais e guerreiam contra o estado. Desde 1992/94, os Estados começaram a implementar, nos estabelecimentos de ensino, sob a orientação do Grupo de trabalho Educação Fiscal da Escola de Administração Fazendária (ESAF), a proposta do programa de Educação Fiscal que tem por objetivo fornecer “as crianças elementos básicos para a formação de um ser capaz de desempenhar de forma prática o verdadeiro significado de cidadania”. A prática cidadã consiste em compreender o que são direitos e deveres, esta implica também em saber onde e como acioná-los. A ESAF recomenda que o trabalho de Educação Fiscal abranja o meio universitário público e particular. É um tema transversal, de acordo com os PCNs, e pode ser aplicado na educação básica no núcleo “Cidadania e Ética” nos primeiros anos do ensino fundamental; “Trabalho e consumo” para os anos finais e por fim como “Conhecimento Sociocultural” para o ensino médio.

**Palavras-Chave:** Escola - Educação Fiscal - Cidadão

## O USO DO COMPUTADOR NA EDUCAÇÃO

Ana Paula De Freitas Andrade  
UNIPAC/IEFOM

[maepamel@hotmail.com](mailto:maepamel@hotmail.com)

Cláudia Augusta Goulart

UNIPAC/IEFOM

[claudiaagoulart@yahoo.com.br](mailto:claudiaagoulart@yahoo.com.br)

O tema dessa pesquisa foi escolhido, devido à grande utilização dos computadores em todos os setores, principalmente na área da educação. Podemos notar que a utilização dessa tecnologia de informação e comunicação, como ferramenta de aprendizagem, traz contribuições significativas para a prática escolar em qualquer nível de ensino. O objetivo dessa pesquisa é verificar como o computador auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças e compreender como essa ferramenta está sendo utilizada pelos educadores e comunidade escolar em prol de um ensino mais significativo e atraente para os alunos. Verificamos também como o professor tem utilizado esse recurso tecnológico, para trabalhar com seus alunos e as contribuições para a aprendizagem dos mesmos. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram desenvolvidos dois tipos de pesquisa. A pesquisa teórica, baseada em livros, artigos, e internet. A pesquisa de campo que foi realizada na Escola Municipal Antonino Martins da Silva, na zona rural do município de Uberlândia MG. A escolha da referida escola se deu, pois esta possui laboratório de informática. Na oportunidade foram questionados os professores do Ensino Fundamental do período vespertino que utilizam o computador como recurso que auxilia na aprendizagem dos alunos. Acreditamos que o uso do computador na educação tende a ter um avanço significativo, visto que o computador vem sendo utilizado cada vez mais nas escolas, como recurso tecnológico que desperta a curiosidade e o interesse dos alunos. Notamos também que houve um crescimento significativo na criatividade e desenvolvimento da criança, diretamente ligado ao uso do computador na educação.

**Palavras-Chave:** Computador na Educação, Aprendizagem, Alunos.



## A AUTOESTIMA DOCENTE E OS REFLEXOS NA RELAÇÃO

Andressa Naves Pereira Pinto Mendonça  
UNIPAC/IEFOM  
[aecamoreterno@yahoo.com.br](mailto:aecamoreterno@yahoo.com.br)  
Claudia Augusta Goulart  
UNIPAC/IEFOM  
[claudiaagoulart@yahoo.com.br](mailto:claudiaagoulart@yahoo.com.br)

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar a relação que existe entre auto-estima docente e discente, o papel do professor na construção saudável da autoestima dos seus alunos, bem como a importância da mesma para a satisfação profissional do professor. Pretendemos neste estudo refletir o quanto é importante, imprescindível tanto, para o professor quanto para o aluno se manter com a autoestima positiva elevada com atenção e reconhecimento, pois professores atualmente se mostram muito carentes e se sentem um tanto quanto abandonados e este comportamento acaba refletindo dentro da sala de aula, levando os alunos a obter uma baixa autoestima. Portanto, alunos motivados dependem de professores que estejam com auto-estima elevada. Para tanto, é necessário que seu trabalho seja estimulado com o apoio da comunidade e da gestão escolar. Sabemos que a autoestima afeta o professor, funciona como um termômetro das capacidades do ser humano, desse modo, com o professor não é diferente; é ela que delimita e impulsiona o professor em suas atividades práticas e educativas, a autoestima dependendo da forma como se encontra no professor, pode fazer de sua pessoa um referencial no qual o aluno se espelha frequentemente. Esta pesquisa está fundamentada nos autores: FREIRE (2002), MONTEIRO (1995), OAKLANDER (1980), BEE (1997), PALMA (1995), BASTOS (1995), GOMES (2003), ANTONY (1980), PERRENOUD (2000), VOLI (1998) e outros. Participarão neste estudo 13 professores, que se encontram a lecionar no ano letivo de 2009 no ensino fundamental e médio, na escola Estadual Lourdes de Carvalho, em Uberlândia Minas Gerais. Por se tratar de experiências vivenciais desenvolvidas com educadores, aplicaremos um questionário com perguntas relacionadas à autoestima, situando a investigação nos referenciais teóricos dos pesquisadores citados acima.

**Palavras-chave:** Autoestima, Docente, Discente

## **DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA**

**Angela Ap. Silva Ribeiro**  
**angela67@uol.com.br**  
**Cláudia Augusta Goulart**  
**UNIPAC**

Este trabalho cujo problema discute as dificuldades de aprendizagem encontradas na leitura e escrita pelos educandos. Tem como objetivo identificar as dificuldades de aprendizagem buscando estratégias que auxiliem no processo de alfabetização, e ainda refletir sobre as práticas educativas utilizadas pelos educadores no cotidiano escolar. Todavia para que possamos compreender tais dificuldades faz-se necessário o reconhecimento do problema por um profissional adequado, com formação específica afim de que possa auxiliar o aluno a superar suas dificuldades, com colaboração da família e da escola. Ensinar a ler e escrever é criar uma atitude e expectativa prévia em relação ao conteúdo referencial do texto. Muitas crianças apresentam desempenho escolar abaixo do esperado porque são expostas a exigências para as quais ainda não estão preparadas ou a currículos que não respeitam as diferenças ou ritmo de aprendizagem individual. Devemos ter consciência de que o problema em alguns momentos pode não estar na criança, mas no ambiente familiar ou escolar no qual está inserida. As queixas de baixo rendimento escolares podem não expressar uma deficiência da criança, mas uma inadequação da proposta Educacional. A metodologia trabalhada nesta pesquisa foi bibliográfica baseada em monografias, artigos científicos e livros de autores que fazem referência ao tema Zorzi (2003), Garcia (1998), Selma Pimenta (2006), Smith (2006) e outros. A pesquisa de campo em andamento será aplicada a pedagogos que atuam nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em Uberlândia-MG.

**Palavras-chave:** Dificuldades de Aprendizagem, Leitura e Escrita, Discente, Docente.

## SUPERVISÃO ESCOLAR: APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO TEÓRICO PRÁTICO

Cláudia Cecília Gomes e Borba.  
Acadêmica do 7º C Pedagogia IEFOM/UNIPAC  
Cláudia Augusta Goulart  
Professora Ms. do curso de Pedagogia.

O tema “Supervisão escolar: aproximação e distanciamento teórico - prático” tem como objetivo fazer uma abordagem sucinta sobre a evolução da supervisão escolar no Brasil; descrever com base no parecer n.252/69 e na pesquisa bibliográfica, quais são as funções e atribuições do supervisor escolar; averiguar qual a importância e competência do supervisor escolar na dinâmica da escola; apresentar os problemas comuns que colocam obstáculos para que o supervisor escolar exerça suas atribuições e funções, por fim, fazer uma pesquisa de campo com profissionais que atuam nas escolas públicas e particulares do Município de Uberlândia para verificar em seu cotidiano de trabalho, as reais atribuições e funções do supervisor escolar. É importante averiguar na prática como o trabalho do supervisor escolar se processa e quais as dificuldades que este profissional enfrenta em seu dia-a-dia. O tema se justifica por sua contribuição social à medida que a escola é fundamental para o exercício da cidadania. As referências bibliográficas que compõem este trabalho estão embasadas nas obras de: SAVIANI (2002), SILVA (2004), ALARCÃO (2001), LIMA (2001), e GRINSPUN, (2008). O procedimento metodológico utilizado na elaboração da pesquisa foi revisão bibliográfica e o trabalho de campo, que tem por intuito obter informações concretas e atuais sobre a prática da supervisão escolar.

**Palavras-Chave:** Função - Supervisor - Escola

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: Clenir Rodrigues Santos

Co-autora: Cláudia Augusta Goulart

Este trabalho oferece elementos para uma reflexão sobre a formação de professores para a Educação Infantil, pois acreditamos que é no início da vida acadêmica que as experiências vivenciadas perduram até à formação do educador. É de suma importância que o educador esteja preparado para refletir e analisar os limites e as possibilidades que a prática pedagógica é capaz de possibilitar na construção da qualidade do ensino Infantil. O tema proposto para estudo concebe o profissional da educação como agente construtor de uma prática social, a qual deve ser articulada no pensar e no saber fazer, vinculados à escola. Assim, o objetivo desse estudo é verificar o que os professores da Educação Infantil pensam sobre esse tema no intuito de identificar e esclarecer se os professores estão preparados para atuar na Educação Infantil. É imprescindível que todos os envolvidos no processo educativo estabeleçam objetivos comuns e ações adequadas e coerentes para atingi-los, para que tenhamos realmente um ensino de qualidade, emancipatório e transformador. O estudo será desenvolvido numa perspectiva de abordagem de dois tipos de pesquisa, bibliográfica e de campo, fundamentada nos seguintes autores: FREIRE (1997), KRAMER (1992), MARQUES (1988), VYGOTSKY (1993), FREIRE (1993), SAVIANI (1983), NUNES (2002), CAVALCANTE (1994), CURY (2002), CORSETTI (2002) OLIVEIRA (2003), PEREIRA (1999), FREITAS (1999).

**Palavra-chave:** Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Políticas Educacionais.

## **PEDAGOGIA ESCOLAR: O RAIOS X DA QUESTÃO**

Diule Cristina Jesus da Costa  
Ms.Cláudia Augusta Goullart  
Universidade Presidente Antocio Carlos - Unipac  
E-mail: diule\_costa@yahoo.com.br

Esta pesquisa Monográfica com o tema: Pedagogia Escolar – O raio X da questão, tem o intuito de conscientizar os pedagogos sobre a importância de sua formação continuada. Percebemos, através da pesquisa que o curso de Pedagogia, desde seu surgimento, é marcado por indefinições no que diz respeito ao campo de atuação escolar desse profissional, e que nos dias atuais essa dúvida ainda permanece. A pesquisa analisa o histórico da Pedagogia no Brasil que foi um fator determinante para o descaso do Pedagogo hoje na escola e na sociedade. Reflete sobre o currículo do curso de pedagogia, pois ele não tem contemplado a preparação completa dos alunos matriculados para atuarem no mercado de trabalho, ocasionando insegurança nos alunos que nunca atuaram no meio escolar de exercer a função de pedagogo. Verificamos a importância do trabalho do Pedagogo nas escolas, na orientação de pais e alunos, no auxílio aos professores com técnicas de ensino e aprendizagem, motivando-os. Os problemas da sociedade se refletem dentro das escolas e da sala de aula, por esse e outros motivos o Pedagogo precisa ser um profissional bem preparado, para lidar com as diversas situações que surgem no contexto escolar e esta pesquisa objetiva mostrar que o Pedagogo precisa ir além de sua formação inicial, buscando ampliar seus conhecimentos em cursos de formação continuada. A metodologia de pesquisa utilizada foi: o estudo de livros, autores, artigos, revistas pedagógicas e também através de uma pesquisa de campo com os alunos do 7º período do curso de Pedagogia da Unipac. A fundamentação teórica foi feita através das obras de LIBANEO (2005) MARQUES (2003), e SILVA(2003).

**Palavras - Chave:** Pedagogo, formação Curso de Pedagogia

## **OS DIFERENTES ESPAÇOS FORMATIVOS DA CIDADANIA: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL**

**Eliana Cristina de Assunção**  
**UNIPAC/IEFOM**  
**eliana.borges.borges@gmail.com**  
**Bill Robson Monteiro Lisboa**  
**UNIPAC/IEFOM**  
**billrobsonmg@hotmail.com**

O presente artigo surgiu em cima das discussões na disciplina de Filosofia para Educadores, no primeiro período do curso de Pedagogia que teve como objetivo analisar os conceitos e concepções na obra do autor Carlos Rodrigues Brandão “O que é Educação” (1981). O mesmo discute que a educação não acontece somente na escola, ela ocorre na rua, na igreja, na tribo indígena ou em casa. Isso possibilita compreender que a educação acontece nas manifestações sociais, culturais, na igreja etc. O autor descreveu esse processo na carta aos índios, ressaltando que a educação indígena é transmitida através de ensinamentos, onde as crianças aprendem a caçar, a fabricar os arcos e flechas, a fabricar cestos, a conhecer plantas, sendo este um modelo de educação informal. A educação informal está relacionada com o processo não institucionalizado de transmissão de saberes, tais como o livro que lemos, a televisão a que assistimos e as pessoas com quem nos relacionamos informalmente. Quando pensamos em educação, o que vem em nossa mente é um processo formalizado de ensinar. Na verdade, este processo faz parte, mas não podemos restringir a educação escolar (formal), a essa concepção formalizada de ser. A escola não é o único lugar onde a educação acontece. A educação está presente em toda parte e é construída de diversas formas, através de ensinamentos de pai para filhos nas comunidades indígenas e nas cidades, através da cultura, crenças e valores. Assim como na Idade Antiga e nas mais isoladas civilizações, a educação é essencial e é de grande importância para a formação do cidadão e sua permanência na vida social.

**Palavras-chave:** Educação informal, Educação formal, Escola.

## ECOPELAGOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR

**Elisani Machado Langoni**  
**Cláudia Augusta Goulart**  
**UNIPAC**

A Ecopedagogia surgiu da necessidade urgente de se preservar, restaurar o meio ambiente e buscar ações para a sustentabilidade. Visa nortear as ações educativas para promover a consciência ecológica da humanidade. Pretende desenvolver um novo olhar sobre a educação, um olhar global, onde o todo é mais importante que a soma das partes. Extinguir a visão de mundo fragmentado e implantar o paradigma holístico com um pensamento sistêmico, em que tudo e todos estão conectados por uma rede, a teia da vida. Visa proporcionar discussões, reflexões e orientar a aprendizagem a partir da vivência cotidiana, subsidiada na percepção e no sentido das coisas, significativa para o aprendiz a ponto de mudar-lhe o comportamento e propiciar a sua interação com o meio em que esteja inserido, buscando a harmonia e a sustentabilidade, formando assim, um cidadão planetário. Desenvolve a pedagogia do cuidar, despertar a pessoa para um outro jeito de estar e viver no mundo, usar da ética, do respeito, da solidariedade com o Planeta, evitando cometer os mesmos erros e preservar o Planeta para as futuras gerações. O trabalho foi desenvolvido em quatro etapas. Primeiramente tratamos do histórico da educação ambiental, em seguida desvelamos a necessidade urgente de caminhar para um novo paradigma, após demonstramos a necessidade da Ecoformação para uma alfabetização ecológica, a Ecoalfabetização e do aprender a cuidar de nossa casa o Planeta Terra, por fim a elaboração da cartilha ecológica, como subsidio para se trabalhar no contexto escolar, levando a conscientização de que podemos colaborar com a preservação dos recursos naturais, consequentemente com a vida do Planeta e da humanidade. A metodologia de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, através de reflexões por parte dos teóricos que estudam o tema como: GUTIÉRREZ e PRADO (2008), MORIN (2006), CAPRA (2002) e (2006), GADOTTI (2000), BOFF (2008), e outras.

**Palavras-chave:** Ecopedagogia, escola, consciência planetária.



## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**

Elza Maria Santos  
Msc. Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC  
claudiagoulart@yahoo.com.br

O presente trabalho fundamenta-se nas idéias dos seguintes autores Freire (1996) e Perrenoud (2000), que destacam a importância da pesquisa e do ensino, bem como a associação entre teoria e prática na formação docente, o que o configurará como um profissional reflexivo; Marques (2003) que faz uma abordagem em torno da necessidade da constante atualização do profissional docente; Pimenta (2005) que destaca a necessidade da valorização pessoal e profissional dos docentes, bem como das instituições educacionais e LDB Lei Nº9394/96, em seus artigos 61 e 67 em que é evidenciada a importância da formação continuada de profissionais da educação. Os objetivos deste trabalho são investigar a contribuição da formação continuada para a transformação da prática educativa; verificar a participação dos docentes em cursos de formação continuada; analisar as contribuições da formação continuada para a melhoria do trabalho docente; descrever os benefícios ocorridos na prática educativa com o aprendizado adquirido. A metodologia utilizada nesse trabalho foi: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo a partir da problemática: a formação continuada contribui para a transformação a prática pedagógica? Os resultados apontam que a formação em nível de graduação não é suficiente para o pleno exercício da docência. Portanto, a formação continuada proporciona aos educadores novos saberes, que acrescidos à sua prática contribuem para a melhoria do trabalho.

Palavras-chave: Formação docente – Prática reflexiva – Formação continuada

## **A AFETIVIDADE NA FORMAÇÃO DA AUTO-ESTIMA DO ALUNO**

Fabiana Castro Jesuino  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos- Unipac  
E-mail: fcastromartins@bol.com.br

Esta pesquisa Monográfica tem como tema: A afetividade na formação da auto-estima do aluno tem o intuito de conscientizar os pais e professores quanto à importância da construção e motivação desta auto-estima para seus filhos e educandos, para se tornarem no futuro pessoas confiantes. Percebemos que, a formação da autoestima do aluno é marcada por algumas falhas como: a falta de diálogo, de boa relação entre professor-aluno, de respeito mútuo. A pesquisa analisa a afetividade como fator importante na relação professor- aluno para a formação da auto-estima deste aluno. Refletindo como a interligação entre aprendizagem e afetividade poderá influenciar em uma formação positiva da autoestima ou baixa autoestima. Verificamos a importância de se desenvolver estratégias para essa formação da autoestima do aluno e também as dificuldades que os professores encontram para utilizá-la em sua prática cotidiana. A metodologia de pesquisa utilizada foi o estudo em livros, autores, artigos e também uma pesquisa de campo, abordando alguns estudos de caso. A fundamentação teórica foi feita através das obras de ANTUNES (1996), MENEZES (2000) e OLIVEIRA (1998).

**Palavras- Chaves:** auto-estima, afetividade, relação professor-aluno.

# PEDAGOGIA EMPRESARIAL

Fernanda Inácio Rodovalho de Assis

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS / UNIPAC

[Fbig-rodovalho@bol.com.br](mailto:Fbig-rodovalho@bol.com.br)

Este trabalho busca estudar a Pedagogia Empresarial, partindo do pressuposto de que a educação não acontece somente no ambiente escolar, mas em todos os espaços sociais, onde a idéia de que somente pela educação as empresas serão capazes de se manterem mais competitivas no mercado. Portanto, faz-se necessário saber se a ação do pedagogo é importante par o desenvolvimento da empresa. Os motivos que me levam a desenvolver esse projeto de pesquisa estão relacionados aos anos de trabalho no interior de uma empresa, onde percebo a necessidade de transformar o ambiente de trabalho em um ambiente de aprendizagem permanente. Pois no cotidiano do meu trabalho, percebo a diferença dos processos com a presença do pedagogo empresarial; nota-se o clima mais motivado, as funções bem definidas, bons resultados nos projetos, enfim, a forma de executar os trabalhos é bem planejada. O percentual de absenteísmo é baixo, a rotatividade menor, os planos de carreira são mais valorizados e o processo de ensino e aprendizagem do trabalhador é diário. Porém, na outra empresa do grupo com o mesmo ramo de atividade na qual não se tem esse profissional, percebo uma rotatividade de pessoas, nota-se que o tempo para se chegar aos resultados é mais longo, ou não chega; existe também uma desmotivação frequente entre as equipes de vendas. Pensando nessa discussão, os objetivos em síntese são: analisar a ação do pedagogo e sua importância para o desenvolvimento da empresa; investigar a importância da formação permanente e continuada dos profissionais e colaboradores da organização empresarial; diagnosticar as vantagens que a atuação do pedagogo traz para a empresa no âmbito econômico, social e político. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi referencial teórico com embasamento em livros, revistas, jornais internet e conhecimento bibliográfico. Esta pesquisa está fundamentada nos seguintes autores, Holtz(2005), Ribeiro(2006), Almeida(2006).

**Palavras-Chave:** Pedagogo- Pedagogia- Empresa

## O COMPUTADOR COMO FERRAMENTA QUE MOTIVA A EDUCAÇÃO

Jame Alves Pereira  
UNIPAC/IEFOM  
Jame.p@hotmail.com  
Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC/IEFOM  
claudiaagoulart@yahoo.com.br

Este trabalho parte do interesse que temos de pesquisar sobre o uso do computador na educação, da constatação de que estamos na era da informatização e percebemos os ganhos que esta ferramenta pode oferecer como recurso didático ao processo ensino-aprendizagem. Os alunos na atualidade necessitam estar próximos deste instrumento que tanto contribui para o progresso do mundo globalizado. No entanto, é questionável a sua acessibilidade e importância no âmbito educacional. Verificamos nesta pesquisa que o computador tira da inércia o processo ensino-aprendizagem, apoiando processos de raciocínios mais complexos e abrangentes, estimulando a motivação do aluno e elevando o nível de valorização do professor junto à sociedade. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições do computador como ferramenta motivadora na educação. Para isso, faz-se necessário pesquisar sua origem, analisar a inserção e disseminação desta máquina na instituição escolar e a sua utilização como recurso didático que poderá contribuir até mesmo para a auto-estima do aluno. Este trabalho foi fundamentado nos seguintes autores: ALMEIDA (2005), CASTELLS (1999), FISCHER (2000), FONSECA (2001), MORAN (2007), MERCADO (1998), OLIVEIRA E FISCHER (1996), RIBEIRO (2004), SANTOS (2003), SOUZA (1999), VALENTE (1991), PIAGET (1972), VYGOTSKY (1987). Os resultados apontam que o computador é um recurso didático que equaliza os métodos tradicionais mediante as inovações que a educação necessita absorver e propagar para a aprendizagem. O uso dessa ferramenta nas escolas propicia mais qualidade no ensino e motiva o aluno e professor na construção do conhecimento.

**Palavras-Chave:** computador, ferramenta, educação, motivação.

# A FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA): RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO DISTRITO DE MARTINÉSIA, MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA (MG)<sup>1</sup>

**JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA**

Mestre e Doutorando em Geografia “Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia” e Professor na Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC)  
e-mail: oliveirajota@uol.com.br

## RESUMO

Este trabalho refere-se a uma reflexão sobre a formação docente, segundo Nóvoa (2001) dentro do “paradigma processo-produto”, onde a prática em Geografia não é diferente, pois seu objeto de estudo - o espaço e suas relações com os eventos naturais e/ou antrópicos, sempre atenderam a mercantilização. No caso da EA, a preocupação está em torno do “Adestramento Ambiental”, segundo BRUGGER (1994) e BARCELOS (2008). O objetivo é de apresentar uma práxis docente em Geografia; relatar uma experiência de EA, como mobilização da população no controle do *Aedes aegypti* e a prevenção da Dengue, a partir das propostas de MINAYO (1994), numa gincana, em 2005, como retirada dos criadouros dos ambientes domiciliares; como também da formação, em 2008, da “Brigada de Agentes Ambientais Mirins”, a partir do CAP (Conhecimentos, Atitudes e Práticas), no entendimento e compreensão das crenças, das representações, da mobilização comunitária e vigilância ambiental em saúde, a partir da instalação e monitoramento das ovitrampas. As diferentes atividades permitiram entender melhor a práxis docente, bem como ocorreu uma intensa mobilização dos estudantes e professores da Escola Municipal “Antonino Martins da Silva”, finalizou o Mestrado (IG/UFU), não ocorreu casos de Dengue e, por fim, com a formação e capacitação da “Brigada”, paralelamente com o monitoramento das ovitrampas, continua a mobilização dos moradores contra o *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. A formação e a prática docente em Geografia precisam romper as fronteiras do espaço da sala de aula, apesar de estas serem importantes nos conflitos, por isso que a Geografia serve para fazer a guerra. A gincana e a “Brigada” permitiram, na Escola e nas visitas domiciliares, novos olhares e diálogos com os estudantes, em especial “outro jeito” de lidar com a Ciência, tentando não reproduzir o CAP, somente em sala de aula, também nas ruas.

**Palavras-chave:** Formação docente em Geografia; Educação Ambiental e Dengue.

## I - INTRODUÇÃO

A questão da formação e a prática docente é um assunto que sempre está nos debates, em vários níveis sociais, principalmente, nos Cursos ligados à Educação. Motivos não faltam, muito mais pela (nova) ordem do mundo do trabalho, o chamado “paradigma processo-produto”. Na centralidade das idéias, tem-se depositado certa responsabilidade nas Universidades, que nas discussões, parece que pouco avança(ra)m nas mudanças, por isso há uma vaga idéia de paralisia intelectual, talvez criada pelo modelo de Educação que se propõe e que se tem, ainda, muito mais para atender o mercado de trabalho, ligado ao mundo das (novas) tecnologias.

Existe uma caminhada pedagógica na/da formação do “bom” professor, na busca e no encontro do “bom” método de ensino-aprendizagem e por fim de uma “boa” sala de aula – o chamado “paradigma processo-produto”, que segundo Nóvoa (2001),

---

<sup>1</sup>Trabalho final na Disciplina “Formação Docente em Geografia (2º/2008)”, realizado durante o Doutorado em Geografia, Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia.

A área de educação tem reduzido a profissão docente a um conjunto de competências e capacidades, destacando, senão apenas, a dimensão técnica da ação pedagógica na realização de tarefas acadêmicas.

Este tipo de estrutura acadêmica – denominada de “paradigma processo-produto”, é possível de ser mudada e ser trabalhada de outra maneira, mas corre-se o risco de ser um modelo irreal, predominante na forma de pensar de alguns professores que utilizam, apenas, por exemplo, os livros didáticos, isoladamente da realidade dos estudantes<sup>2</sup>, principalmente da Educação Básica, em profundas transformações (e como está).

Mas afinal, quem são, como são formados, quem são os formadores dos professores? Enfim, são algumas perguntas (sem a pretensão de respondê-las de forma unilateral), mas que devem aparecer (e permanecer) ao longo deste trabalho e que permeiam algumas inquietações/reflexões e ao mesmo tempo serão direcionadas para o contexto da Geografia e a Educação Ambiental (EA<sup>3</sup>).

Os resultados referem-se aos resultados de duas etapas acadêmicas<sup>4</sup>, respectivamente, em 2005 e 2008, na Pós-Graduação em Geografia (IG/UFU), que após diversas discussões sobre a temática, confirmou que a responsabilidade não é só das Universidades pela formação – que aqui denomino de (de)formação (pois estamos em constante formação e esta permite outro formato, uma outra forma), por isso tomo a liberdade em dizer que há outros espaços disponíveis aos estudantes/professores na sua (de)formação.

Como forma de contribuir com a práxis sobre a (de)formação docente em Geografia, apresento uma experiência de EA, que ocorreu em 2005<sup>5</sup> (e continua, desde 2008) a partir da Escola Municipal “Antonino Martins da Silva”, área urbana do Distrito de Martinésia, município de Uberlândia – MG.

## II - FORMAÇÃO DOCENTE (EM GEOGRAFIA), SUA PRÁTICA E RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nunca se falou tanto nestes últimos anos sobre a formação docente, como construção e revelação de uma **identidade**, que possui uma estreita relação com o modelo de educação que se pratica, em função de um modelo político e econômico que define a ideologia do “produto”.

Este modelo, muitas vezes, permite visões distorcidas a respeito da formação docente, o que estabelece relações de pré-conceito e de preconceito com a leitura e a análise do mundo em que se vive, as paisagens que se tem e os personagens presentes (ausentes), desconsiderando os caminhos trilhados dentro das realidades, o que não pode(ria) ignorar o caráter ideológico - não só - da Geografia, que uma melhor compreensão da dinâmica do mundo se dá, segundo Reichwald Jr (2004), a partir de três eixos explicativos:

---

<sup>2</sup>Faz-se a escolha pela terminologia “estudante” como resgate, bem como pela cumplicidade, por melhor expressar as reflexões da psicopedagoga Argentina FERNÁNDEZ (2001), que prefere o uso do termo estudante (ou aprendente/ensinante) como uma modalidade (diferente) de ensino-aprendizagem, que não seja equivalente a aluno, mas sim a um sujeito desejante que revisita a sua aprendizagem, que se posiciona em aprender, a ensinar, em apreender, imprescindível no reconhecimento da autoria do seu pensamento. Para ela, a etimologia da palavra aluno, apresenta um significado importante (*a*: negação, sem, não, ausência; *luno*: vem do grego: luz, brilho).

<sup>3</sup>A expressão/sigla “EA” refere-se à terminologia “Educação Ambiental”, segundo abordagens recolhidas em GARCIA (1993); BRUGGER (1994); REIGOTA (2001); PENTEADO (2003); BARCELOS (2008).

<sup>4</sup>Refere-se, respectivamente, ao Mestrado (2006) e ao Doutorado (2008/2011) em Geografia, Instituto de Geografia (IG) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

<sup>5</sup>Parte do trabalho corresponde à Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG/UFU), disponível: [www.ig.ufu.br](http://www.ig.ufu.br). Mas, a segunda parte pertence à Tese de Doutorado do autor no mesmo Programa.

a) o político – poder associado à apropriação da natureza e ao trabalho como gerador de pobreza/riqueza e aos papéis sociais de decisão ou exclusão; b) o cultural – os diferentes valores e representações advindos das diversidades étnicas, religiosas, de gênero, de classe social, etc; e c) o econômico – apropriação da natureza e as relações sociais daí decorrentes.

Mas, antes de tudo, é preciso fazer algumas indagações, em particular sobre algumas realidades, que do ponto de vista da identidade nacional, das diferenças regionais e da formação do cidadão, muitas vezes são perversas e, senão, contraditórias numa análise do ponto de vista da hegemonia acadêmica.

Pode-se dizer que estas indagações são reflexões constantes da prática docente, em particular em Geografia, que permitem ampliar os horizontes e as utopias<sup>6</sup> entre os estudantes e os docentes. Afinal o que é isso? Não seria um ufanismo retomar (ou retornar) essas idéias, que até então sempre foram questionadas por serem – tradicionais, atrasadas e/ou conservadoras? A retomada destas reflexões não estaria reforçando a ideologia de Estado-Nação, que sempre pautou pelo paradigma do Positivismo, que colocou em prática o poder dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)<sup>7</sup>, como formação do homem?

São perguntas (e reflexões) com o propósito e o intuito de abrir, ampliar e contribuir com o debate, dentro da **“Complexidade na/da Formação e Prática Docente”**.

Para ampliar estas reflexões resgato aqui a letra da música “A Caneta e a Enxada<sup>8</sup>” (que também é uma fala e uma vivência), que diz o seguinte:

Certa vez uma caneta foi passeá lá no sertão Encontrou-se com uma enxada, fazendo a prantação. A enxada muito humirde, foi logo fazer uma saudação. Mas a caneta soberba não quis pegá sua mão. E ainda por desaforo lhe passou uma repreensão. Disse a caneta pra enxada, não vem perto de mim, não. Você está suja de terra, de terra suja do chão. Sabe com quem tá falando, veja sua posição. E não esqueça a distância da nossa separação. Eu sou a caneta dourada (soberba) que escreve nos tabelião. Eu escrevo pros governos as leis da constituição. Escrevi em papel de linho, pros ricaços e pros barão. Só ando na mão dos mestres, dos homens de posição. E a enxada respondeu: que de fato eu vivo no chão. Pra poder dar o que comer e vestir o seu patrão, Eu vim no mundo primeiro quase no tempo de Adão. Se não fosse o meu sustento ninguém tinha instrução. Vai-te caneta orgulhosa, vergonha da geração. E a tua alta nobreza não passa de pretensão. Você diz que escreve tudo, tem uma coisa que não: É a palavra bonita que se chama.... Educação!

A letra, expressa um pouco, senão um tanto, a leitura e a compreensão dos saberes e dos fazeres<sup>9</sup> e de outros saberes-fazeres geográficos, onde o enredo permite um diálogo e uma disputa de saberes e poderes, com determinados cenários que inibem ou incentivam os atores/sujeitos a desempenharem outros papéis.

---

<sup>6</sup>Parafraseando Eduardo Galeano “Ela está no horizonte. Caminho dois passos, ela distancia-se dois. Caminho dez passos e o horizonte se desloca dez passos além. Por muito mais que eu caminhe nunca a alcançarei. Para que serve a utopia? Para isso serve: para caminhar.”

<sup>7</sup>Consultar ALTHUSSER (1974).

<sup>8</sup>Composição de Capitão Barduíno e Teddy Vieira. Aqui foi recolhida da interpretação por ZICO e ZECA.

<sup>9</sup>Qualquer que seja a reflexão sobre saberes e fazeres há uma relação entre o modo de agir, de ser e de fazer, estreitamente ligados às múltiplas dimensões do fazer pedagógico, aqui recolhidos em GERALDI; FIORENTINI; PEREIRA (2007) e PEREIRA (2006). Mas, segundo BARCELOS (2008) a expressão saber (diferentemente de conhecimentos) refere-se, também, aos repertórios individuais e intransferíveis, que muitas vezes só eu sei o que sei, ninguém saberá se não for socializado. Já o conhecimento é o que sei, a partir da partilha com o outro, em conjunto com outros, aquilo que se alcança na troca de saberes entre/com outras pessoas.



Poderia dizer que a letra estreita uma relação/disputa entre os espaços geográficos, que, aqui, “talvez seriam: rural e urbano?”. Prefiro a simpatia da/na sinergia e simbiose<sup>10</sup> entre estes dois campos, mesmo sabendo que, a urbanização e a industrialização no Brasil trouxeram um mundo ideal de modernidade, de progresso e de consumo urbano, numa relação (ou violação) ou ausência de políticas públicas de educação para o campo (ou rural) que, segundo Silva; Costa (2006), foi somente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96), que se reconheceu a concepção de “mundo rural” defendida pelos movimentos sociais do campo, que estabeleceu as normas para a educação no meio rural.

Mas, sobre este novo olhar sobre a educação no campo Silva; Costa (2006) ressaltam que,

Aliás, da articulação dos movimentos sociais e sindicais emergiu a concepção de “educação do campo”, contrapondo-se à visão tradicional de “educação rural”. A expressão “do campo” é utilizada para designar um espaço que possui vida em si e necessidades próprias, que parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades.

Neste mundo de disputas, a formação docente torna-se importante lembrar que, mais do que saber, é preciso saber praticar uma (outra) educação, aqui campo de análise de Silva; Costa (2006, 62-69), quando dizem que,

Considerando que as palavras são usadas para construir a realidade ou torná-la evidente, elas também atuam na direção contrária: o que silenciemos parece não existir. O campo é concebido como espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem. Concebe também a diversidade de sujeitos sociais – agricultores, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro.

Para que estas práticas compartilhadas sejam mais intensas Brasil (1997), sobre os objetivos da Geografia, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, diz que:

A Geografia é a área do conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os estudantes, explicável e passível de transformações. Tem por objetivos estudar as relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza; conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem; identificar e relacionar aquilo que a paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais que são características de cada paisagem para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição.

Portanto a internalização da letra “A Caneta e a Enxada” trazem novos olhares sobre o nosso discurso e a nossa (de)formação, muitas vezes extremamente estereotipados sobre as espacialidades geográficas, estudadas, não só, pela Geografia. Neste caso, pode-se dizer que há um conflito territorial (de saber fazer) estabelecido entre a caneta e a enxada.

Considero que são conflitos sociais constituídos em (des)considerar os embates entre os saberes, que também podem ser um tipo de empate<sup>11</sup>, no processo de (de)formação docente, entendidos como um modelo de educação que segundo Brandão (2005)

---

<sup>10</sup>Na área da Biologia/Ecologia há utilização de outra terminologia “Fagocitose”. Na Geografia (e Economia) utiliza-se da terminologia “Macrocefalia urbana”.

<sup>11</sup>Neste caso o empate não significa “empatar”, mas possui, sim, uma relação direta com o que sempre foi proposto na Amazônia, em particular por Chico Mendes, na disputa pela produtividade nas/das terras amazônicas, pelos povos da floresta.

A educação está em todos os lugares e em todos os saberes. Assim não existe modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela ocorre e nem muito menos o professor é seu único agente. Existem inúmeras educações e cada uma atende a sociedade em que ocorre, pois é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura, portanto, a educação de uma sociedade tem identidade própria. O ponto fraco da educação está nos seus agentes, pois, com consciência ou não, reproduzem ideologias que atendem a grupos isolados da sociedade.

Em vários momentos da história da academia sempre se falou (pautou) e preocupou com as abordagens na/da (de)formação docente, principalmente naquilo que se pretende expressar, onde Mello (2005) diz que:

Expressões como “ensino com pesquisa”, “pesquisa no ensino”, “pesquisa docente”, “pesquisa-ação docente”, “educar pela pesquisa”, passaram a ser rotineiras no vocabulário pedagógico contemporâneo, usados com frequência e, não raro, com interpretações bastante distintas.

Esta fala indicada, acima, percola os meandros do debate sobre a (de)formação docente, pois sabe-se que, num primeiro momento o homem está sempre em formação, mais do que isso, a sua formação passa por um conjunto de alianças e ligações (estreitas e distantes) de aculturação/endoculturação<sup>12</sup>, sendo que neste sentido e contexto a escola e a educação correspondem a um conjunto de relações culturais, políticas e econômicas que transformam cada indivíduo.

Por isso, (Nóvoa, 1992 apud Pereira, 2006), dizem que,

As escolas legitimam um saber produzido no exterior da produção docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e saber-fazer.

E a Geografia, como fica neste diálogo entre saber e fazer, para se fazer outra leitura de mundo, ou melhor, análise das realidades, até então, presentes no mundo de cada um?

Num primeiro momento, Fernandes (2002) diz que,

Entretanto, como nem sempre houve professores de Geografia, poderia se perguntar quando surgiu essa atividade profissional, quais as circunstâncias em que tal fenômeno ocorreu, qual o contexto histórico?

Poderia dizer que teríamos uma (enorme) dificuldade em resgatar as “circunstâncias e o contexto histórico”. Mas, do outro lado, Fernandes (2002) diz que “(...) é possível que o professor de Geografia um dia desapareça ou se reduza a uma espécie de membro de um clube de pouquíssimos sócios.”

Afinal, que clube será esse? Quem seriam os sócios?

Não compartilho muito com essa idéia, apesar das nossas frustrações, Kaercher (2004), diz que:

Parece-nos claro que, o ensino de geografia, como aliás o de qualquer outra área, só será válido se conseguir fazer um diálogo com o mundo real, extra-escola, isto é, que supere uma visão, ainda muito arraigada em nós professores, de que o estudo serve para o genérico iluminar cabeças, ilustrar mentes, uma espécie de enciclopedismo ilustrado, cultura geral.

Aceitando, em parte, com o autor supracitado, reforço a importância do “fazer um diálogo com o mundo real, extra-escola”, que nos “estudos de meios”, também denominados de “trabalho de campo”, permitem uma melhor compreensão da realidade em que vivemos, neste caso o professor de Geografia possui um enorme potencial, teórico e metodológico, na (des)construção de certos “mitos” geográficos descritos em muitos livros didáticos, aqui descritos no “enciclopedismo”.

Sendo assim, Kaercher (2004), diz que:

---

<sup>12</sup>Conferir maiores explicações em Marconi; Presotto (2001).

Precisamos superar essa visão ingênua, descompromissada, aparentemente apolítica, pois ela é, justamente um modelo politicamente conservador, produtor de uma cidadania contemplativa, inerte, do tipo “em sala eu dou informações, os alunos que façam as conexões lá fora”.

Pode ser, até então, verdade. Não concordo totalmente com esta fala, pois o professor de Geografia, seja em sala de aula ou em atuação em outros espaços (não regulares) ensinam a Geografia, seja de caráter formal ou informal. Na verdade é preciso que o profissional de Geografia amplie os horizontes e os olhares (sem perder a sua identidade acadêmica, neste momento) sobre os seus objetos (sujeitos) em estudos (ou pretendidos).

E, aqui destaco a relevância dos diversos diálogos sobre os mundos em que vivemos, onde o professor precisa resgatar o caráter político da/na educação, óbvio do ensino de Geografia, dialogando com os estudantes sobre a importância das mudanças na convivência humana num mundo em profundas transformações, sintonizado com um modelo político e econômico que sempre (re)definiu as ordens (e os saberes), em diferentes escalas, sejam elas locais, nacionais e/ou mundiais.

É preciso ultrapassar o modelo de educação em Geografia que busca, apenas, o preparo da mão-de-obra para o mercado. Mas, afinal que mercado é esse? Ainda podemos falar em mercado para quem?

Como disse Kaercher (2004)

A educação não pode servir apenas como correia de transmissão da economia, isto é um reducionismo, um ‘realismo cínico’, típico da ideologia liberal que tudo reduz ao econômico, ainda que sob nomes pomposos como ‘globalização’, ‘modernização’, ‘competitividade’, etc.

Assim, sobre a importância e a contribuição da Geografia, Vitte (2007) diz que:

**Geo-Grafia é grafar a Terra!** Ao contrário dos que enxergam uma luz no final do túnel e para aqueles que têm as repostas sempre prontas e acabadas, cuidado! Pois, o pensar geográfico é sempre um empreendimento inacabado, complexo, e que exige uma posição do sujeito frente ao mundo, pois, antes de ser apenas uma instrumentalização, **GRAFAR** a Terra é uma reflexão sobre os fundamentos **filosóficos, metafísicos e existenciais** do **Mundo-Terra**. É necessário abrir diálogos com geógrafos, os estudantes de geografia, os filósofos, os historiadores, enfim, com todos os saberes, sejam eles oficiais ou não. Pois a **superfície da Terra** é uma construção sociocultural, um patrimônio, onde **Geo-Grafar** a Terra é um empreendimento coletivo que se gesta cotidianamente nas várias **diversidades**, nas **simultaneidades** e nas **heterogeneidades** socioculturais-naturais ao longo dos vários **tempos** e temporalidades.

E ainda complemento com, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, que reduzem meramente ao consumo das relações sociais e da natureza, que exige outra linguagem de análise ao “ensinar” geografia, que segundo Vlach (2006) diz que,

Afinal, é a crescente despolitização das relações sociais que desqualifica a vida no planeta Terra (em todas as suas formas, daí a denominada questão ambiental), o Ser (inclui ética), a democracia (o regime político construído no diálogo com o Outro, isto é, com a diferença, a alteridade) etc.

Neste sentido, nestas últimas décadas a humanidade passou a vivenciar um modelo de modernização, que saiu do uso intenso da terra em monoculturas e levou na formação de um mundo urbano-industrial, levando o homem a produzir e consumir mercadorias com o uso das novas tecnologias, dos meios de comunicação e dos transportes, mas ao mesmo tempo esta modernidade representa contrates e contradições, desconectadas com os desejos de uma justiça social, entre elas todo tipo de degradação ambiental e social, por exemplo, lixos nos quintais que servem de criadouros para diversos vetores e doenças, etc.

Estas condições sócio-ambientais criam transtornos para a sociedade e para o poder público, em função da presença dos vetores e doenças que tornam as sociedades mais vulneráveis, em particular com a Dengue. Sabe-se que a Dengue é hoje uma das arboviroses de maiores impactos nas regiões tropicais, em função das condições ambientais (temperatura e precipitação) e dos comportamentos da população (acúmulo de criadouros).

Por isso, que nesta modernidade parte da população, de uma forma ou de outra, já sabe como “cuidar” da natureza, do meio ambiente, da Terra (Ethos<sup>13</sup>), que segundo BOFF (1999),

Cuidar é mais que um *ato*, que é uma *atitude*, que abrange mais que um *momento* de atenção, de zelo e desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro.

Por isso, entendo que a prática da EA em Martinésia tem um saber e um saber de diálogo, onde sempre foi praticada com e não para os diferentes segmentos sociais, tanto da escola, bem como os demais da área urbana do Distrito, que a seguir relata-se como uma experiência de EA.

### **III - A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MARTINÉSIA: relato de uma experiência**

Minayo (2001) diz que “Toda investigação se inicia por um problema, com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podemos buscar novos referenciais.”

É muito antiga a preocupação do homem em conhecer o meio no qual se desenvolve sua vida e de outros seres, algumas vezes por curiosidade, outras com fins econômicos, políticos e de saúde pública. A área habitável da superfície terrestre apresenta várias características, das quais uma das mais importantes é a dinâmica e a interação entre os elementos físicos, biológicos e humanos, como relevo, clima, água, solo, vegetação, agricultura e urbanização.

Também se verifica importantes estudos que permitem um melhor conhecimento e visibilidade da espacialidade dos eventos naturais e/ou antrópicos, que ao mesmo tempo são atributos estudados para a formação docente, em particular de Geografia.

Os registros de determinados fenômenos, por exemplo, os climáticos, possibilitam algumas análises e conclusões sobre a distribuição espacial de determinados eventos naturais e/ou antrópicos, no caso das medidas de temperatura e de precipitação, principais elementos climáticos responsáveis na diversidade de ambientes naturais, na existência de diversas atividades humanas e da proliferação de vetores e de doenças, em particular a Dengue.

Considerando que a Geografia tem como objeto de estudo a espacialização e a análise das relações estabelecidas entre a população e o meio, a Geografia Médica<sup>14</sup> tem como foco os estudos sobre os ambientes naturais e a questão dos vetores e dos ambientes portadores de vírus ao homem (focos naturais<sup>15</sup> e complexos patogênicos<sup>16</sup>), que aqui terá a abordagem em EA.

---

<sup>13</sup>Segundo BOFF (1999) em seu sentido originário grego, Ethos, significa a toca do animal ou casa humana, aquela porção do mundo que reservamos para organizar, cuidar e fazer o nosso habitat.

<sup>14</sup>Geografia Médica resulta da interligação dos conhecimentos geográficos e médicos, mostrando a importância do meio geográfico no aparecimento e distribuição de uma determinada doença, que foi objeto de estudo de Max. Sorre e de Evgeny Pavlovsky, abordados por Lacaz; Baruzsi; Siqueira Jr (1972) e Pessoa (1978), estudiosos da Geografia Médica, sobre a importância dos “focos naturais e complexos patogênicos”, que comprometem a saúde da população, em função do contato direto, ou não, do homem com os ambientes naturais e/ou seus vetores.

<sup>15</sup>Terminologia criada pelo parasitologista russo Evgeny Pavlovsky, também denominada de “Teoria da nidalidade natural”, onde as doenças transmissíveis ocorrem em função das condições naturais do ambiente.

<sup>16</sup>Terminologia criada pelo médico francês Maximillien (Max.) Sorre, que corresponde às relações entre as doenças e as características geográficas, físicas, biológicas e culturais do lugar onde o homem se encontra.

Nestes últimos anos, nunca se falou tanto em EA, principalmente após as primeiras Conferências das Nações Unidas, onde as reflexões sobre as relações homem e ambiente passaram a ser pauta de debates e práxis, não só, acadêmicas.

Mas, por se falar em EA, é preciso que se entenda que existem vários níveis de formalidade e informalidade desta, pois depende de uma concepção e de um contexto político e educacional para realizá-la e concretizá-la, principalmente, quando envolve e revela situações (in)desejadas junto à sociedade.

Ao tratar de EA, é preciso tomar muito cuidado em saber qual EA deseja desenvolver junto a uma comunidade, pois corre o risco de transformar as pessoas em objetos de desejos e mais do que isso, fazer o uso de palavras e das pessoas, isto porque,

As palavras são muito mais do que mera forma de expressão e esse é sem dúvida um aspecto de suma importância que não pode passar despercebido. A escolha de determinadas palavras e a exclusão de outras nos remete à própria essência do pensamento que originou o discurso, pois as palavras são 'prisioneiras' deste pensamento (BRUGGER, 1994).

Assim, as palavras podem (ou não) proporcionar as pessoas o rompimento de uma idéia, de uma práxis e de um poder (pré) estabelecido nas relações sociais e/ou ambientais, que de certa forma a EA deve ser tratada conforme a preocupação de Brugger (1994) quando destaca que,

Adestramento ambiental, da qual se inscreve no paradigma racionalista e produtivista-consumista, pois há um conjunto de sujeitos sociais que vêm buscando alternativas a essa sociedade heterônoma, excludente socialmente e irresponsável ecologicamente (BRUGGER, 1994).

Ao trazer a reflexão das palavras, pressupõe uma visão (e até mesmo uma cisão) de mundo de base dialética, pelo fato de não desejar o tratamento da questão da EA, enquanto "Adestramento Ambiental", por isso que há uma intenção proposital de ser a EA como nova postura diante da natureza e das relações intra e interpessoais, ou seja, é necessário resgatar a reflexão filosófica que há por detrás da EA e ao mesmo tempo, entender que as relações humanas imbrincam, mais do que nunca, nos modos como os homens se relacionam com a natureza e com o próprio homem, no emprego da técnica, da economia e do consumo.

Sendo importante que a abordagem da EA enquanto representações sociais, que são aprendizagens e situações internalizadas pelas pessoas que, segundo (Moscovici, 1976 apud Reigota, 2001),

Uma representação social é o senso comum que se tem sobre determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas.

Para isso, é importante ressaltar que EA precisa vivenciar uma representação contínua e, conforme afirma Brasil (2002),

É necessário promover, exaustivamente, a Educação em Saúde, até que a comunidade adquira conhecimentos e consciência do problema, para que possa participar efetivamente da eliminação dos criadouros potenciais do mosquito. A população deve ser informada sobre a doença (modo de transmissão, quadro clínico, tratamento, etc.), sobre o vetor (seus hábitos, criadouros domiciliares e naturais) e sobre medidas de prevenção e controle. Devem ser utilizados os meios de comunicação de massa pelo seu grande alcance e penetração social. Para fortalecer a consciência individual e coletiva, deverão ser desenvolvidas estratégias de alcance nacional, para sensibilizar os formadores de opinião, para a importância da comunicação/educação no combate à dengue; sensibilizar o público em geral sobre a necessidade de uma parceria governo/sociedade, com vistas ao controle da dengue no país; enfatizar a responsabilidade do governo em cada nível e da sociedade como um todo, por meio de suas instituições, organizações e representações.

Nesse sentido, a EA não faz parte de um treinamento técnico sobre a Dengue, apenas passagem de informações, como ocorre, geralmente, em quase todos os verões, onde os Agentes de Zoonoses circulam pelas ruas, adentram nos quintais das casas e nos lotes “vazios” para verificar a presença ou não de larvas e de criadouros de vetores da Dengue.

O que é preciso? São tomadas de decisões políticas, onde sejam desenvolvidas nas escolas habilidades conceituais, atitudinais e procedimentais em torno da Dengue, enquanto Educação em Saúde, o que pode(rá) ser verificado em nosso estudo em Martinésia, não pensam que o “paraíso” existe, não tenho a ilusão da luta contínua e árdua, seja em sala de aula ou nas ruas.

Sabe-se que a Dengue é hoje uma das mais importantes arboviroses que afeta o homem, e constitui um sério problema de saúde pública no mundo, especialmente na maioria dos países tropicais, onde as condições ambientais oferecem e favorecem o desenvolvimento e a proliferação do *Aedes aegypti*, principal mosquito vetor da doença. Este também é transmissor da Febre Amarela Urbana. A Dengue é uma doença febril aguda, de etiologia viral, onde a principal fonte de infecção e reservatório vertebrado, ainda é o homem, mas já foram isolados vírus do dengue em macacos naturalmente infectados na Ásia e na África. Suspeita-se da possibilidade de existência de um ciclo silvestre de transmissão do dengue, até agora não comprovado (BRASIL, 2002).

Segundo Brasil (2001) a transmissão se faz pela picada, durante o dia, do mosquito – fêmea infectada, no ciclo homem - *Aedes aegypti* - homem, não havendo transmissão por contato direto de um doente ou de suas secreções com uma pessoa sadia, nem através de fontes de água ou alimento. A fêmea do mosquito que realiza a picada durante o dia, atualmente, está mais adaptada ao ambiente urbano, como também em sua fase larvária, vive em água parada em diversos criadouros, sejam eles naturais e/ou artificiais. O *Aedes aegypti* é uma espécie tropical e subtropical encontrada em todo mundo, entre as latitudes 35°N e 35°S. Embora a espécie tenha sido identificada até a latitude 45°N, estes têm sido encontrados esporadicamente, apenas durante a estação quente, não sobrevivendo ao inverno. A distribuição do *Aedes aegypti* também é limitada pela altitude. Embora não seja encontrado acima dos 1000 metros, já foi referida a sua presença a 2132 e 2200 metros acima do nível do mar, na Índia e na Colômbia.

Considerando a Dengue um problema de saúde pública, principalmente em função das condições ambientais e das atitudes dos moradores, através de criadouros artificiais e naturais no ambiente urbano, responsáveis pela proliferação de mosquitos, é que se pretende com este trabalho demonstrar o resultado de um conjunto de atividades de EA, desenvolvido em 2005 e 2008, a partir da Escola Municipal “Antonino Martins da Silva”, no Distrito de Martinésia – Município de Uberlândia, como medida de prevenção e de controle da dengue.

O Distrito de Martinésia está localizado na zona rural do município de Uberlândia, Triângulo Mineiro - Minas Gerais. Situa-se na porção norte do município de Uberlândia (MG) e também faz limites com os municípios de Tupaciguara, Oeste, Araguari, Norte e com o Distrito de Cruzeiro dos Peixotos, Leste (cf. figura 1).

Para desenvolver as atividades de EA, aproveitou-se as inúmeras reuniões com os profissionais da Escola, que estruturaram a principal gincana, realizada no dia 07 de abril de 2005<sup>17</sup>, para mobilizar a comunidade escolar sobre a importância da retirada dos criadouros de vetores nos quintais de cada residência e nos lotes vagos.

---

<sup>17</sup>Esta data comemora-se o “Dia Mundial da Saúde” e Considera-se esta gincana como a mais significativa e principal pelo fato de ter sido a primeira e por ter reduzido a quantidade de ovos nas palhetas das ovitrampas, totalizando, respectivamente, em fevereiro 4085 e em junho 1710.

Para a realização da gincana, aproveitou-se do monitoramento das Ovitrapas<sup>18</sup>, (cf. figura 10), distribuindo convites para os moradores das 124 residências e para os estudantes da Escola, convidando-os a participarem da gincana, bem como a autorizar as equipes a entrarem em seus quintais para coletar os resíduos que serviam de criadouros de *Aedes* (cf. figuras 2 e 3).

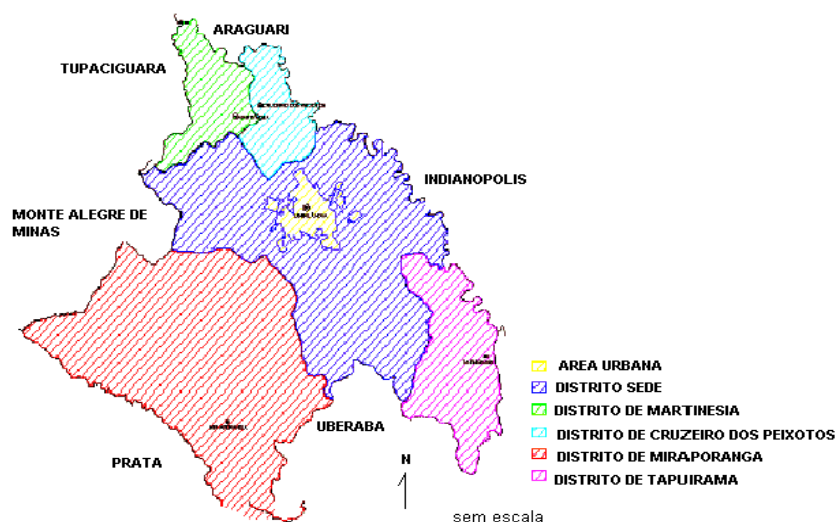


Figura 1 - Mapa do Município de Uberlândia e de seus Distritos.

Fonte: <http://udigis.prodaub.com.br/udigis/select.asp>.

Adaptação: João Carlos de Oliveira, 2006.

A gincana foi realizada por equipes da escola (cf. figura 4), paralelamente com a coleta de sangue para exame de “Tipagem Sangüínea” (cf. figura 5) em 79 estudantes<sup>19</sup> da Escola, feita por estudantes e uma Professora do Curso Técnico em Patologia/Biodagnóstico da Escola Técnica de Saúde (ESTES/UFU) da Universidade Federal de Uberlândia.



Figura 2 - Morador recebe o convite da gincana, Março/2005.

Foto: João Carlos de Oliveira.

<sup>18</sup>Ovitrapa: são depósitos de plástico (vasos de plantas – violetas) preto com capacidade de 500 ml, com água e uma palheta de eucatex, onde a fêmea do *Aedes aegypti* deposita os ovos no contato entre a água e a palheta. As ovitrapas constituem método sensível e econômico na detecção da presença de ovos de vetores do *Aedes* e são especialmente úteis na detecção precoce (prevenção) de novas infestações em áreas onde o mosquito foi eliminado.

<sup>19</sup>A tipagem sanguínea apresentou os seguintes resultados: A + (12); A – (4); AB + (4); AB – (0); B + (9); B – (2); O + (40) e O – (8).





Figura 3 - Divulgação da gincana em sala de aula da Escola, Abril/2005.  
Foto: Kênia Rezende.



Figura 4 - Equipe da gincana no pátio da Escola, Abril/2005.  
Foto: João Carlos de Oliveira.



Figura 5 - Docente da ESTES/UFU, na coleta de sangue, Abril/2005.  
Foto: João Carlos de Oliveira.

Logo após a divulgação e a composição de cada equipe, as mesmas foram autorizadas a iniciar a coleta dos criadouros nos quintais de cada residência, retornando para a escola (cf. figuras 6 e 7). Posteriormente, os estudantes tiveram a oportunidade de observar ovos, larvas, pupas e mosquitos de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* em Microscópio Estereoscópio Binocular (cf. figura 8).



Figura 6 - Equipe coleta criadouros num quintal, Abril/2005.  
Foto: João Carlos de Oliveira.



Figura 7 - Criadouros depositados na quadra da Escola, Abril/2005.  
Foto: João Carlos de Oliveira.



Figura 8 - Estudantes observam ovos, larvas, pupas e mosquitos de *Aedes* em Estereoscópico Binocular no pátio da Escola, Abril/2005.  
Foto: João Carlos de Oliveira.

Pode-se considerar que a gincana foi um grande sucesso. Uma vez que a mesma conseguiu a mobilização de todos da Escola, coletou-se mais de 300 Kg de lixo (cf. Tabela 1), material separado e quantificado na escola por professores e estudantes. Parte do material foi pesado e vendido, enquanto que outros foram transformados em presentes para o dia das mães.

**Tabela 1 - Quantificação dos materiais recolhidos durante a gincana**

<b>MATERIAL COLETADO</b>	<b>QUANTIDADE (Kg)</b>
Garrafas PET	37
Ferro	134
Plástico duro	64
Papel misto	41
Plástico mole	37
Papelão	21
<b>TOTAL</b>	<b>334</b>

Fonte: Escola Municipal Antonino Martins da Silva, Abril de 2005.

E mais do que isso, alguns resíduos que foram retirados dos quintais são potenciais criadouros de diversos vetores, em particular do *Aedes*. Outro fato significativo e relevante, é que não ocorreu nenhum caso de Dengue. Lógico que há outros fatores intrínsecos nestas relações, mas são aspectos positivos que foram estabelecidos no hábito de cuidar do seu ambiente de moradia, que de certa forma ainda está longe do ideal, enquanto autonomia de cada morador, pois há uma relação de dependência de que o outro (em particular os Agentes de Zoonoses) no “cuidar” de cada quintal.

Neste sentido, importante destacar que de uma forma ou de outra, a população já sabe como “cuidar” da natureza, do meio ambiente, da Terra (Ethos) conforme destacou BOFF (1999).

Considerando o contexto das atividades de EA, desenvolvidas desde 2005, propôs-se a continuidade de “outro” modelo de EA. Sendo assim, retomou-se os contatos e a mobilização da comunidade escolar, na formação e capacitação da “Brigada de Agentes Ambientais Mirins”, a partir do **CAP (Conhecimentos, Atitudes e Práticas)** e lideranças do Distrito, no entendimento e compreensão das crenças, das representações e da mobilização comunitária e vigilância ambiental em saúde para combate ao *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* controle da dengue<sup>20</sup>, com a instalação e monitoramento de ovitrampas<sup>21</sup>, todas as semanas desde outubro de 2008. Nesta oportunidade os estudantes da Brigada são capacitados, quanto à instalação, manutenção e monitoramento da Armadilha – Ovitampa (cf. 12), como forma de monitorar a presença do *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, bem como aprender a verificar (contagem/quantificação) dos ovos contidos nas palhetas das ovitrampas em Estereoscópio Binocular (cf. figuras 9, 10, 11, 12, 13 e 14).

A Brigada está composta de 10 estudantes, sendo dois de cada série do Ensino Fundamental (5ª a 8ª Série). Eles foram escolhidos a partir de interesses na participação voluntária, sendo coordenada por uma professora de Geografia da Escola Municipal, em parceria com uma equipe do LAGEM (IG/UFU) e outros setores da comunidade. Todos componentes, na realização das diversas atividades no Distrito, utilizam uma camiseta devidamente identificada (cf. figuras 11 e 12).

<sup>20</sup>A preocupação sobre a Dengue está relacionada (biologia e hábitos do vetor, formas de transmissão, sintomas, a doença, formas de tratamento, riscos de morte, custos, áreas de riscos, tipos de criadouros e a importância da vigilância ambiental em saúde).

<sup>21</sup>Limpeza da parte interna, retirada e retorno da nova palheta e conversa com os moradores sobre cuidados de manter os quintais limpos.



Figura 9 - Reunião com a Profª de Geografia da Escola, Out./2008.  
Foto: Marília de Fátima Rodrigues Nascimento de Oliveira.



Figura 10 - Capacitação da Brigada sobre Dengue e ovitrampa, Out./2008.  
Foto: Marília de Fátima Rodrigues Nascimento de Oliveira.



Figura 11 - Identificação da Brigada, Outubro/2008.  
Foto: João Carlos de Oliveira.





Figura 12- Identificação da Brigada, Outubro/2008.  
Foto: João Carlos de Oliveira.



Figura 13- Instalação das Ovitampas, Outubro de 2008.  
Foto: João Carlos de Oliveira.



Figura 14- Capacitação da Brigada na quantificação das palhetas em Estereoscópio Binocular, Out/2008.  
Foto: João Carlos de Oliveira.

Entendendo da importância da EA, enquanto uma mobilização constante das pessoas, frente às determinadas situações, como encerramento ano letivo escolar (dez/2008), realizou-se o plantio de mudas de árvores na área urbana do Distrito. No deslocamento da Escola até a área do plantio, aproveitou-se a oportunidade para identificar e discutir sobre algumas práticas inadequadas da população, por exemplo, a queima de entulhos na rua (cf. figura 15). Por outro lado, vamos dizer assim, como postura compensadora finalizou a caminhada com o plantio de mudas de árvores típicas do Cerrado nas calçadas do Distrito (cf. figura 16).



Figura 15 - A Diretora da Escola discute sobre a queimada de entulhos, Dez/2008.  
Foto: João Carlos de Oliveira.



Figura 16 – Plantio de mudas no Distrito, Dezembro de 2008.  
Foto: João Carlos de Oliveira.

Nestas perspectivas de EA, segundo CLARO; TOMASINI; ROSA (2004) as experiências internacionais realizadas com estudantes, cujo objetivo principal era avaliar o impacto de ações educativas, visitas domiciliares, eventos comunitários, distribuição de material, os resultados mostraram que o inquérito realizado após a intervenção educativa registrou um aumento no nível de conhecimentos sobre a doença e uma melhora nas atitudes de controle do vetor, comparados aos anteriores, apesar de contradições nas diferentes percepções e representações sobre a respeito da doença.

Neste contexto, como fica a formação docente de Geografia? Pode-se dizer que, num primeiro momento, ela se deu formalmente nos espaços físicos da Escola (e depois nas ruas do Distrito), onde “todos” os professores da Escola envolveram nas diversas e diferentes atividades, em especial a gincana. Desde 2008, a professora de Geografia tornou-se coordenadora, na Escola, dos Agentes Ambientais Mirins e tem ampliado as informações e as formações junto aos demais docentes.

A capacitação dos Agentes permitiu a ampliação nos contatos com as lideranças locais, por exemplo, Coordenadora da Creche Comunitária, Comandante da 92ª Companhia de Polícia Militar (PM/MG), Igrejas e Presidente do Conselho Comunitário no Distrito.

Mas, mais do que isso, há novos olhares e diálogos com/entre os estudantes, em especial um “novo jeito” de lidar com a Ciência, tentado não reproduzir, por si só, comportamentos tanto quanto formais da sala de aula nas ruas.

Está bastante claro e evidente que a sala de aula, ainda é o espaço dominante na (de)formação docente, mas está mais evidente que o contato com a realidade, conforme disse Kaercher (2004), é preciso “fazer um diálogo com o mundo real”, que neste caso a rua, os quintais e os criadouros deram maiores visibilidades de um jeito diferente de lidar com a (de)formação docente e a EA, evitando um confinamento espacial e um discurso racionalista-consumista da natureza e das relações sociais, principalmente nos comportamentos (re)produzidos nas caminhadas nas ruas da área urbana do Distrito.

#### **IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação e a prática docente desafiam, não só, a academia. De um lado, pela tomada de uma atitude investigadora e de uma postura crítica em relação à prática pedagógica, bem como pela consideração dos saberes produzidos historicamente. Do outro, importante considerar a práxis emancipatória da própria prática vivenciada pelos diversos segmentos sociais. Os desafios são enormes em função das diversas fronteiras, mas rompê-las, permitem novos olhares sobre as diversas realidades em que vivem as pessoas, que de certa forma permitem aos profissionais de Geografia, em particular, uma relação mais estreita entre os saberes e os conhecimentos, que espero que não seja na escala como ocorre(u) entre “A caneta e a enxada”, até porque o homem precisa construir novas relações mais amistosas com os seus ambientes de convivência.

Importante dizer da importância dos diversos olhares e das contribuições da Ciência Geográfica, em diversos espaços sociais e/ou ambientais do Distrito, que neste caso conclui-se que a gincana foi um grande sucesso, pela mobilização de várias pessoas da equipe promotora do evento, estudantes e professores do LAGEM (IG/UFU) e da ESTES/UFU, bem como os professores e estudantes da Escola Municipal “Antonino Martins Silva”, que somou um total de 180 participantes.

Com este trabalho, verificou-se que a EA percorreu diferentes versões e abordagens, um tanto quanto já evidenciada anteriormente, principalmente, quando da abordagem da construção pedagógica e educativa, sem reforçar o “adestramento ambiental”, ou seja, permitiu uma participação dialógica entre os saberes, em particular sobre a retirada de criadouros dos quintais e lotes vagos, como forma de prevenção do vetor e controle da Dengue.

O processo dinâmico e progressivo de seleção adaptativa para a sobrevivência das espécies, que ocorre cotidianamente na natureza, envolve importantes fenômenos que interferem no estado de saúde das populações humanas. Há um conjunto de dados divulgados sobre a Dengue, mas não há a preocupação em saber qual informação é mais conhecida, como ela é recebida pela população e qual dificuldade esta população tem para colocá-las em prática, ou passá-las a diante.

Qualquer grupo de pessoas sabe de cor as informações veiculadas pelas campanhas – que são centradas no cuidado com os reservatórios domiciliares, mas ainda há uma “invisibilidade” cristalizada na “aceitação” das epidemias de dengue. Neste sentido, já é possível perceber alguns resultados, em particular o enorme interesse dos estudantes na realização das atividades, bem o contato e a articulação com os moradores, na possibilidade de reafirmar a importância dos conceitos de educação em saúde.

#### **V – REFERÊNCIAS**

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos do estado**. Lisboa: Presença, 1974.  
BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes**. Petrópolis: Vozes, 2008.



- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. SP: Brasiliense, 2005.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais – Geografia**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Instruções para pessoal de combate ao vetor - manual de normas técnicas**. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2002.
- BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** SC: Letras Contemporâneas, 1994.
- CLARO, Lenita Barreto Lorena; TOMASSINI, Hugo Coelho Barbosa; ROSA, Maria Luiza Garcia. **Prevenção e controle do dengue: uma revisão de estudos sobre conhecimentos, crenças e práticas da população**. *Cadernos de Saúde Pública*, Nov./Dez. 2004, vol.20, Nº. 6, p.1447-1457.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **Os Idiomas do aprendente**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- GARCIA, Regina Leite (org.). **Educação ambiental**. Campinas: CEDES/ Papyrus, 1993.
- GERALDI, Corinta Maria Crisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (orgs.). **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- KAERCHER, Nestor André. Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt e outros (org.). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- LACAZ, Carlos da Silva; BARUZZI, Robert G.; SIQUEIRA JUNIOR, Waldomiro. **Introdução à geografia médica no Brasil**. SP: EDGARD BLUCHER e EDUSP, 1972.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. SP: Atlas, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (orga.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes 1994.
- NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- PENTEADO, Heloísa Dupas de Oliveira. **Meio ambiente e formação de professores**. SP: Cortez, 2003.
- PEREIRA, Júlio Emílio Dinis. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. BH: Autêntica, 2006.
- PESSOA, Samuel Barnsley. **Ensaio médicos-sociais**. SP: CEBES/HUCITEC, 1978.
- REICHWALD JR, Guilherme. Leitura e escrita na geografia ontem e hoje. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt e outros (org.). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. SP: Cortez, 2001.
- SILVA, Lourdes Helena; COSTA, Vânia Aparecida. **Educação rural**. BH: Presença Pedagógica, v. 12, Nº 69, maio/junho, 2006, p. 62 - 69.
- VITTE, Antonio Carlos. **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. RJ: Bertrand Brasil, 2007.
- VLACH, Vânia Rúbia Farias. Estado-Nação, ensino de geografia, mundialização: alguns desafios para a formação do professor. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **Formação de professores: concepções e práticas em Geografia**. Goiânia: Vieira, 2006.

## **PEDAGOGIA EMPRESARIAL**

Laís Faria de Sousa.  
Gizelda Costa da Silva Simonini.  
UNIPAC  
laisfariadesousa@yahoo.com.br

Ao abranger diversas áreas de conhecimento e atuação, a Pedagogia conta com pedagogos inseridos no contexto empresarial. Este visa melhorar a qualidade da prestação de serviços da organização, a fim de elaborar projetos, formular hipóteses, solucionar problemas, entre outras competências ligadas à gestão de pessoas. O pedagogo empresarial busca atuar de forma consciente e competente, a sua função é garantir a melhoria dos processos instituídos na empresa, tanto para os funcionários, que poderão contar com a ajuda do pedagogo como instrumento motivador, capaz de auxiliar e orientar para a excelência dos processos desenvolvidos, como para oferecer uma formação continuada através de treinamentos. Os clientes poderão contar com um atendimento de qualidade oferecido pelos funcionários capacitados. A fim de atender as exigências da clientela, as empresas precisam desenvolver treinamentos e projetos voltados para a renovação e desenvolvimento do quadro de seus colaboradores. Excelência no atendimento é a principal exigência do mercado e da sociedade. Neste sentido é importante que os pedagogos empresariais, gerentes, administradores, entre outros, possam juntos desenvolver e criar novas capacidades ao indivíduo, propondo um relacionamento ético e estável com seus funcionários, fornecedores e clientes, fazendo da empresa um grande diferencial ao fortalecer os vínculos de competitividade. Trata-se de um trabalho com objetivo de mostrar a importância do pedagogo nas organizações empresariais. Foi desenvolvido através de pesquisas em livros, artigos, publicações on-line e pesquisa de campo, com a utilização de questionários direcionados à profissionais que atuam na área.

Palavras-chave: Pedagogia Empresarial – Pedagogos – Contexto Empresarial

## DISLEXIA NAS ESCOLAS

Liliane Pereira Alves  
Profª Msc. Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos  
Email: lilibsgi@hotmail.com

Discutiremos este tema, Dislexia nas escolas, abordando as questões pessoais que indicam a ocorrência desta dificuldade de aprendizagem na criança. A dislexia é uma disfunção neurológica que apresenta como consequência dificuldades na leitura, escrita e soletração, podendo ser definida também como um transtorno de aprendizagem. Pesquisas realizadas em vários países mostram que entre 05% e 17% da população mundial é disléxica. Ao contrário do que muitos pensam, a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócio- econômica ou baixa inteligência. Ela é uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico. Sabemos que a família exerce papel fundamental na formação do ser e, que a escola faz parte deste trabalho. Por isso, buscaremos entender quais as ações que a família e a escola têm feito para suprir as necessidades destas crianças. Como objetivo queremos analisar as questões ligadas aos alunos de escolas estaduais da rede de ensino público onde se apresenta o distúrbio da Dislexia. As investigações sobre a Dislexia revelam que o desenvolvimento de crianças portadoras desse distúrbio apresenta-se, geralmente, dentro do esperado até o momento em que tem início o seu processo de alfabetização. A metodologia adotada para este trabalho será uma pesquisa qualitativa mostrando a quantidade da incidência de alunos com o distúrbio da dislexia nas escolas estaduais. Este trabalho está sendo fundamentado em Barros(1991), Luckesi (1995), Nunes (1992) e Riche (1994).

**Palavras-chave:** Dislexia, Família e Escola.

## **INCLUSÃO ESCOLAR: DIFICULDADES QUE O PROFESSOR ENFRENTA NA SUA PRÁTICA.**

Lucidelma Helena Martins de Lima  
UNIPAC/IEFOM  
lucidelmahelena@bol.com.br  
Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC/IEFOM  
claudiaagoulart@yahoo.com.br

A necessidade da inclusão, seja ela social ou escolar, decorre do longo processo de exclusão que marca nossa sociedade. No cotidiano escolar, tem tentado extinguir a exclusão, porém, são evidentes as dificuldades encontradas pelo professor no momento em que precisa realmente praticar a inclusão na sala de aula. A inclusão escolar não se restringe apenas aos portadores de necessidades educacionais especiais, mas deve atender a todo aluno que, por qualquer motivo, apresente alguma dificuldade de aprendizagem. O que temos visto são alunos integrados nas escolas, adaptados a um sistema de ensino que tem mostrado falho em diversos aspectos. Este trabalho, que traz como tema a inclusão escolar, pretende investigar as dificuldades que o professor enfrenta frente ao processo inclusivo, no intuito de mostrar que a responsabilidade por este processo não é apenas do professor, mas de todo um sistema educacional. A necessidade desta pesquisa surgiu nos estágios do curso de Pedagogia, onde observamos de perto a dinâmica entre escola e sociedade, percebendo a relação entre elas. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica, pautada por autores como RODRIGUES (2006), MANTOAN (2003), DENARI (2006), SKLIAR (2006), FERREIRA (2006), BARROSO (2006), SOBRINHO (1999), PERRENOUD (1999), entre outros. Nesta pesquisa foram expostos aspectos como: breve histórico da exclusão social como fator determinante da exclusão escolar; a conceituação e diferenciação de integração e inclusão; a importância da formação dos professores; as competências exigidas do professor e a ressignificação do papel da escola e da educação. O trabalho contou ainda com uma pesquisa de campo composta de um questionário com perguntas referentes ao tema, o qual foi aplicado a professores do introdutório ao quinto ano do ensino fundamental de escolas públicas de Uberlândia.

**Palavras- Chave:** Inclusão, formação docente, aluno.

## RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA

Autora: Luciene Ferreira Silva Faria  
Professora: Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos -  
UNIPAC  
[lucaracol@yahoo.com.br](mailto:lucaracol@yahoo.com.br)

As escolas passam atualmente por uma triste realidade, com diversos problemas, como evasão e fracasso escolar, violência, crianças descompromissadas, que vão para a escola obrigadas pela família, pais que não se preocupam com o aprendizado de seus filhos, que fazem da escola uma verdadeira creche, querendo apenas um lugar seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham. Diante desses fatores ocorre uma indefinição de papéis, pais que não sabem quais suas obrigações, professores com poucos poderes de atuação perante os alunos. É baseado nesse conflito de inversão de papéis que surgiu a idéia desse trabalho monográfico. O assunto é foco de muitas polêmicas, onde se sabe da importância da família, e também da importância da mesma na vida escolar da criança e do adolescente. As duas instituições devem caminhar lado a lado, pois uma depende da outra para alcançar seu maior objetivo, fazer com que o educando tenha um bom aprendizado, formando, assim, cidadãos críticos e determinados. O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro intitulado “Família/Escola uma relação de conflitos”, fará uma contextualização do problema, fazendo um breve histórico de como está esta relação, tanto hoje, como nos primórdios. O segundo, “Revisão de Literatura”, buscará através de estudiosos e pesquisadores do tema como: FREIRE (1982), o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), NERO (1967), SAYÃO (2004), ARANHA (1996) entre outros, mostrarem os benefícios dessa parceria. O terceiro, “Análise de pesquisa de campo”, através de um (questionário) roteiro de pesquisa com educadores, irá nos esclarecer através da prática como e quais providências estão sendo buscadas para solução do problema. A metodologia de pesquisa utilizada foi a bibliográfica e trabalho de campo no intuito de analisar a temática de uma forma mais ampla.

**Palavras-Chaves:** criança, família, escola, parceria, objetivos.

## **PEDAGOGIA & EMPRESA: A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA NO TREINAMENTO**

Maria Elisângela Ferreira Xavier  
Msc. Giselda Simonini  
UNIPAC  
Maryxavier9@yahoo.com.br

O presente trabalho cujo tema é Pedagogia & Empresa: a importância da Pedagogia no Treinamento pretende entender a relação existente entre o Pedagogo empresarial e a pedagogia, como se dá esta função no âmbito empresarial e o que motivou seu crescimento a partir dos anos 90. Busca também compreender que papel o educador organizacional tem exercido atualmente na área empresarial e como esta atividade tem sido desenvolvida. Verifica também, os métodos utilizados pelos profissionais para que desempenhem estas funções, além de tentar compreender qual a idéia de educação das empresas, considerando que ela difere da idéia de educação das escolas. Para responder todos estes questionamentos, foram feitas pesquisas bibliográficas com vários autores, e pesquisa de campo com profissionais que atuam na área. Na pesquisa bibliográfica entendemos que a idéia de uma educação que prepare o profissional para trabalhar na empresa vem desde a época de Frederick Wilnslow Taylor (1856-1915) que é considerado o “Pai da Organização Científica do Trabalho”, onde basicamente surgiu a idéia de produtividade como forma das empresas se tornarem mais competitivas. A Pedagogia empresarial surge no Brasil ligada à necessidade de preparar e formar recursos humanos nas empresas, a partir da Revolução de 1930, em que se instaurou no país o modelo capitalista. Segundo pesquisas realizadas, o educador organizacional é de grande importância para a empresa pois é através do treinamento e do desenvolvimento dos profissionais que ele coordena que a empresa se mantém forte e competitiva no mercado. Por este motivo, atualmente tem-se discutido muito a questão dos métodos utilizados pelos profissionais para capacitar os treinandos. A grande demanda das empresas atualmente é que elas precisam de profissionais que sejam desenvolvidos em sua totalidade e capazes de resolver situações-problema, e não mais profissionais preparados apenas para executar determinada tarefa.

Palavras-chave: Treinamento, Organização, Desenvolvimento, Pedagogia, Empresa.

## ALFABETIZAÇÃO NA TERCEIRA IDADE

Michelle Nogueira de Castro  
MSc. Giselda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos  
prinogueiracastro@hotmail.com

Este trabalho apresenta como tema a Alfabetização na 3ª idade, tendo como principal problema as atuais dificuldades físicas, emocionais e sociais que os idosos enfrentam. E como justificativa, o fato de ser um assunto que chama bastante a atenção, tanto pelas dificuldades como também pela alegria dos idosos ao serem alfabetizados. Sendo assim, tem-se como objetivo geral compreender as dificuldades, tanto físicas causadas pela idade, como emocionais e sociais, enfatizando as influências tanto positivas como negativas da família e da sociedade em que o idoso está inserido. Estas dificuldades foram identificadas e analisadas em centros especializados para idosos chamados de CEAI (Centro Especializado de Atendimento ao Idoso), na cidade de Uberlândia. Como objetivos específicos, além da identificação destas dificuldades, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a temática, entrevistas com especialistas da área, observações das ações e aprendizagens dos idosos e também com conversas informais resgatando as experiências destes idosos. Este trabalho apresenta como metodologia o estudo bibliográfico baseado em livros, revistas e artigos científicos, onde foram discutidos os aspectos relevantes da educação de idosos e também pesquisa de campo. Tendo como principais autores Paulo Freire, Alvaro Vieira Pinto, Ecléia Bosi e Anite L. Neri. Sendo assim, primeiramente foi relatada a história do tema, de onde surgiu o assunto, pesquisando autores, identificando conceitos e metodologias sobre a alfabetização de idosos, posteriormente foi feita uma pesquisa sobre as dificuldades emocionais, físicas e sociais durante este processo de alfabetização. E por fim, foi feito um trabalho de campo, no CEAI (Centro de Especialização no Atendimento de Idosos) onde foi aplicado um questionário tanto para os idosos como para os especialistas da área.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Idosos, Dificuldades.

## **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Autora: Nara Passos de Barros Rosa  
Co-autora: Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antonio Carlos-  
UNIPAC

Esta pesquisa surgiu devido a minha curiosidade em saber o que são as dificuldades de aprendizagem e como a escola lida com as mesmas. Busco a importância e influência do estado emocional e social da criança, juntamente com a importância da família e didática dos educadores. O segundo capítulo destaca a Dislexia, um distúrbio entre muitas dificuldades de aprendizagem, que exige acompanhamento de profissionais da saúde juntamente aos educadores. Todo este conteúdo está fundamentado em uma rica referência bibliográfica estendida a uma pesquisa de campo, constatando-se que são várias as dificuldades de aprendizagem e dificuldades em aprender, dentro e fora da escola, e que muitas vezes por falta de informação dos pais e capacitação dos profissionais da educação, se torna difícil uma solução para tais dificuldades.

Palavras-chave: aprendizagem, dislexia, Educação Básica.



**DOCENTES INATIVOS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE UBERLÂNDIA-ESEBA: FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E  
ESTUDO DA REALIDADE.**

**Nelma Eliza Marques de Araújo**  
**UFU/UNIPAC**  
**professoranelmaeliza@yahoo.com.br**  
**Geovana F. Melo Teixeira**  
**Faced/UFU**  
**geovanameloteixeira@gmail.com**

O estudo desenvolvido tem como objetivo analisar a realidade dos docentes inativos da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia – ESEBA-UFU. Buscaremos identificar os motivos que levaram os docentes a se aposentarem, averiguar se houve ou não preparação para esta tomada de decisão, por exemplo, programas promovidos pela instituição, refletir sobre as impressões dos inativos após perda do papel profissional e reorganização da identidade pessoal. Além disso, pretendemos descrever a realidade dos docentes pós inatividade e, também, mapear quantos retornaram ao mercado de trabalho e se o fizeram por prazer e/ou por sobrevivência. A pesquisa é de abordagem qualitativa, constituindo-se em um estudo de caso de tipo etnográfico. O ponto de partida da investigação foi o estudo bibliográfico, análise de documentos da Universidade Federal de Uberlândia - UFU e da Associação dos docentes da UFU-ADUFU, e, como instrumento de pesquisa, um questionário que será respondido por escrito e complementado pelas informações advindas de conversas informais. Posteriormente faremos entrevistas com os professores, priorizando, assim, os relatos de vida dos professores aposentados. Trata-se, pois, de uma pesquisa em desenvolvimento com a finalidade de contribuir para o repensar e o aprofundamento de estudos sobre o fenômeno da aposentadoria, por se tratar de um período da vida profissional de professores que pode se constituir em um desinvestimento sereno ou amargo da profissão docente.

**Palavras-chave:** Aposentadoria; docência; identidade.

## A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA NA EMPRESA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Patrícia Aparecida de Lima  
Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac

Esta pesquisa é fruto de uma fundamentação teórica e de um árduo trabalho de campo. O foco principal é a atuação do pedagogo dentro da empresa. Também se faz necessária uma análise reflexiva sobre os desafios enfrentados e as contribuições que este profissional pode trazer na formação e treinamento dos funcionários nas organizações. Esta monografia está fundamentada em uma rica referência bibliográfica, de autores como: Luzia Margareth, Amélia Escotto do Amaral Ribeiro, Cícero Domingos Penha dentre outros. O trabalho de campo foi realizado através de questionários com diversos profissionais que atuam em empresas de nossa região. Inicialmente levantou-se a hipótese de que há desafios para o pedagogo atuar nas organizações. Constatamos que as dificuldades são maiores do que pensamos, mas isto deve ser motivo a mais para pesquisas posteriores. Mesmo com empecilhos enfrentados no trabalho de campo, foi gratificante participar da construção deste trabalho, porque a visão que tínhamos sobre o pedagogo na empresa foi ampliada. Verificamos a grande satisfação das pessoas ao responderem os estudos e pesquisas desde tema. Mediante tudo isto ficou evidente a necessidade de uma continuidade dos estudos e pesquisas deste tema; ainda que o espaço para este profissional esteja restrito nas organizações, ele está em pleno crescimento. Percebe-se que a atuação do pedagogo dentro de uma empresa poderá contribuir para que seus profissionais possam desempenhar suas habilidades com eficiência e competência. Uma vez que o mercado globalizado exige das empresas mais eficiência e rapidez para que se tornem capazes de competir com produtos de qualidade. Neste caso as pessoas que atuam nestas organizações poderão ser o diferencial para o crescimento, com qualidade e competência; esta busca deve ser constante na vida de todos os funcionários.

**Palavras - chave:** Aprendizagens; Conhecimento; Pedagogia Empresarial.

# A DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Priscila Ferreira dos Santos<sup>1</sup>

Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Co-autor: Gizelda Costa da Silva Simonini

## Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar a necessidade de trabalhar com deficientes visuais na educação infantil. Esta inserção do aluno portador de necessidades especiais está pautada em lei. Conforme a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96); o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 10.172/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a educação, dever constitucional do Estado, é direito de todos e a educação especial inicia-se na educação infantil, na faixa etária de zero a cinco anos, devendo ocorrer na rede de ensino regular, mas a legislação não define que a matrícula do aluno portador de necessidades educacionais especiais ocorra nas salas comuns das escolas regulares. Para que este trabalho seja desenvolvido, necessita-se de subsídios para que estes alunos possam ser atendidos com qualidade na educação regular como um não portador de necessidades especiais, os ditos normais, como material didático em braile nas bibliotecas das escolas. Não há um manual de instrução para a escola ser inclusiva, mas é essencial que a equipe se una para trabalhar em prol da aprendizagem. Não basta apenas integrar, deve-se ensinar a aumentar a auto-estima do aluno, afirmando que ele é importante para nós e capaz de aprender e alcançar seus objetivos. Este trabalho tem como objetivos específicos avaliar a necessidade de recursos didáticos para utilizar com os deficientes visuais; observar a interação do professor à resolução das necessidades dos alunos; conhecer as dificuldades que os professores possuem em adequar os seus ensinamentos aos portadores de necessidades especiais; entrevistar profissionais do AEE (Atendimento Educacional Especializado) na rede municipal. Contudo, sabe-se que tudo isso está em processo de construção. A cada dia, mais conhecimentos de como trabalhar e acompanhar o desenvolvimento destas crianças surge e serão ainda mais aperfeiçoados.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil; Deficiência Visual, Educação Especial.

O objetivo deste trabalho é apresentar a necessidade de trabalhar com deficientes visuais na educação infantil. Esta inserção do aluno portador de necessidades especiais está pautada em lei. Conforme a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96); o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 10.172/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); a educação, dever constitucional do Estado, é direito de todos e a educação especial inicia-se na educação infantil, na faixa etária de zero a cinco anos devendo ocorrer na rede de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia com Habilitação em Supervisão, Orientação, Licenciatura na Educação Infantil e Séries Iniciais pela Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC.  
[amigospri@gmail.com](mailto:amigospri@gmail.com)

ensino regular, mas, a legislação não define que a matrícula do aluno portador de necessidades educacionais especiais ocorra nas salas comuns das escolas regulares.

Para que este trabalho seja desenvolvido necessita-se de subsídios para que estes alunos possam ser atendidos com qualidade na educação regular como um não portador de necessidades especiais, os ditos normais, como material didático em braile nas bibliotecas das escolas.

Ainda há pais que sentem vergonha de procurar a escola para inserir os seus filhos no ensino regular. Estes pais precisam encarar a realidade e assumir que os seus filhos são portadores de necessidades especiais e permitir que os mesmos se desenvolvam perante a sociedade.

Não há um manual de instrução para a escola ser inclusiva, mas é essencial que a equipe se una para trabalhar em prol da aprendizagem, ou seja, não basta apenas integrar, deve-se ensinar aumentando a auto-estima deixando claro para este aluno que ele é importante para nós e capaz de aprender e alcançar seus objetivos. Contudo, sabe-se que tudo isso está em processo de construção. Quanto antes iniciar a aprendizagem escolar, melhor e mais fácil será para adquirir uma vitória na vida pessoal e profissional deste indivíduo. Para isso, este trabalho teve como objetivos específicos: avaliar a necessidade de recursos didáticos para utilizar com os deficientes visuais; observar a interação do professor à resolução das necessidades dos alunos; conhecer as dificuldades que os professores possuem em adequar os seus ensinamentos aos portadores de necessidades especiais; entrevistar profissionais do AEE (Atendimento Educacional Especializado) na rede municipal.

Visualizar a quantidade de crianças portadoras de necessidades especiais visuais fora da sala de aula nos instigou a conhecer mais sobre o assunto e a realidade vivida pela sociedade.

O intuito com este trabalho é apontar e demonstrar a necessidade de se trabalhar com as crianças portadoras de necessidades especiais visuais a partir da educação infantil até o ensino superior, porém, focando na educação infantil. Não basta apenas matricular esta criança no ensino regular como informa a lei, mas sim, ensiná-la, ou seja, a inclusão não é apenas inseri-las na escola de ensino regular apenas para cumprir o que a lei determina, mas, é propiciar condições de aprendizagem, um conhecimento científico e social do aluno.

Através de uma conversa informal com profissionais na área da educação infantil, de diferentes instituições de ensino tanto pública como particulares, percebemos o quanto existe pais que sentem vergonha e medo das necessidades de seus filhos. Vergonha de assumir que são crianças que necessitam de um apoio especial e medo de que o mundo as machuque, e

medo do preconceito ainda existente, não somente dentro da sala de aula e dentro da escola com os alunos e profissionais que a regem, como da sociedade em que vive.

Vale ressaltar que a partir deste momento, podemos perceber as dificuldades em trabalhar o conteúdo com estas crianças. O conteúdo a ser trabalhado é o mesmo para todos, porém, a forma de trabalhar com os portadores de necessidades especiais visuais deve ser diferenciada, pois, o aprendizado deles é mais lento que dos outros, onde os mesmos precisam aprender sobre o mundo para os que não enxergam e compreender o conteúdo que está sendo apresentado a ele.

Este trabalho acadêmico aborda três importantes informações. No primeiro momento, a deficiência visual: sua contextualização. Onde abordamos os conceitos da deficiência visual, suas possíveis causas e classificações. Dando continuidade, no segundo momento foram apontadas a educação infantil no Brasil, e suas legislações. Para finalizar o trabalho acadêmico, no terceiro momento foram relatadas algumas experiências concretas observadoras no trabalho de campo.

A visão é um dos cinco sentidos que permitem inúmeros seres vivos aprimorarem suas percepções do mundo, dentre eles os seres humanos. Os neuro-anatomistas consideram que a visão possui dois sentidos, já que são diferentes os receptores responsáveis pela percepção da cor, os cones e pela percepção da luminosidade, os bastonetes.

O olho é um órgão sensorial da visão, a visão inclui não só a habilidade de detectar a luz e as imagens, mas também a de interpretá-las. Os olhos são bolsas membranosas cheias de líquido, embutidas em cavidades ósseas do crânio, as órbitas oculares. A eles estão associadas as seguintes estruturas acessórias: pálpebras, supercílios (sobrancelhas), conjuntiva, músculos e aparelho lacrimal. O olho é o primeiro componente do sistema sensorial.

É no interior do olho que está a retina. Ela é composta de cones e bastonetes, onde ocorrem os primeiros passos do processo perceptivo. A retina transmite os dados visuais através do nervo óptico e do núcleo geniculado lateral, para o córtex cerebral. No cérebro dá-se início ao processo de análise e interpretação que nos permite reconstruir as distâncias, cores, movimentos e formas dos objetos que estão à nossa volta. A estrutura celular da retina é formada por 1 cone, 9 bastonetes e 3 axônios de células ganglionares.

Contudo, a visão é um sentido muito delicado e requer mais cuidados que os outros. A perda deste sentido leva o indivíduo a ser um portador de deficiência visual.

A deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição ou perda total da resposta visual, por causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou intervenção cirúrgica e o uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode

ser classificada como leve, moderada, severa, profunda (que compõe o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e decência total da resposta visual (cegueira).

A visão subnormal corresponde à alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade dos contrastes e limitações de outras capacidades.

Na capacidade visual estão situadas patologias como a miopia, o estrabismo, astigmatismo, ambliopia, hipermetropia, estas não constituem necessariamente a deficiência visual, porém na infância devem ser identificadas e tratadas o quanto antes, pois podem interferir no processo de desenvolvimento na aprendizagem.

Uma simples definição de visão subnormal é a incapacidade de um indivíduo enxergar com clareza suficiente para contar os dedos da mão a uma distância de 3 metros, à luz do dia é uma pessoa que conserva resíduos de visão. A pessoa com baixa visão, apenas distingue vultos, a claridade, ou objetos a uma curta distância. A visão apresenta-se embaçada, diminuída, restrito em seu campo visual ou prejudicado de algum modo. Os recursos ópticos para tal são lentes especiais ou dispositivos formados por um conjunto de lentes, geralmente de alto poder. Os conjuntos estão divididos em dois tipos, de acordo com sua finalidade: recursos ópticos para perto e recursos ópticos para longe. (Braga, 1997 p.12).

Estudos recentes revelam que enxergar não é uma habilidade inata, ou seja, ao nascer não sabemos enxergar: primeiramente é preciso aprender a ver.

A deficiência visual apresenta algumas causas que a provocam como as causas congênitas, ou seja, as que o indivíduo já nasce com ela, como exemplo, podemos citar a amaurose congênita de Leber, má formações oculares, glaucoma congênito, catarata congênita, dentre outros. E as causas adquiridas, onde o próprio nome diz, são provocadas após o nascimento. O indivíduo não nasce com elas. Podem-se citar como exemplo os traumas oculares, catarata, degenerações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.

Vale ressaltar que o indivíduo que nasce com sentido da visão e vai perdendo-a gradativamente registra memórias visuais, ou seja, fica arquivada no cérebro a imagem dos objetos onde os mesmos serão lembrados da forma que forem vistos. Mas quem já nasce sem a capacidade de visão, jamais poderá formar uma memória visual por não possuir lembranças visuais. Reconhecerá apenas o objeto pelo tato, sendo esta a maneira adquirida para viver em sociedade e se adaptar ao meio.

Alguns sinais são características da presença da deficiência visual na criança são: desvio de um dos olhos, não seguimento visual de objetos, o não reconhecimento visual dos

familiares mesmo que tão próximos estiverem dela, baixo aproveitamento escolar, atraso de desenvolvimento. Por isso alguns casos de perda de visão são detectados na escola. A criança é participativa e atenciosa, mas o caderno e a escrita deixam a desejar, é motivo de uma avaliação minuciosa para diagnosticar tal caso.

Nos adultos, pode ser o borramento súbito ou paulatino da visão. Em ambos os casos ocorrem vermelhidão, mancha branca nos olhos, dor, lacrimejamento, flashes, retratação do campo de visão que pode provocar esbarrões e tropeços em móveis. Em todos os casos, devem-se consultar os oftalmologistas para que seja realizado o diagnóstico do processo e possíveis tratamentos, em caráter de emergência, antes seja tarde demais.

Podem-se destacar fatores de risco que podem levar a perda da visão tornando o indivíduo deficiente visual: Histórico familiar de deficiência visual por doença de caráter hereditário, exemplo: glaucoma. Histórico pessoal de diabetes, hipertensão arterial e outras doenças sistêmicas que podem levar ao comprometimento visual como a esclerose múltipla.

- Senilidade, por exemplo: catarata, degeneração senil de mácula. A não realização do pré-natal adequadamente. Não utilização de óculos de proteção durante a realização de determinadas tarefas. Não imunização contra a rubéola da população feminina em idade reprodutiva, o que pode levar a uma chance de rubéola congênita e conseqüente acometimento visual.

O conselho internacional de oftalmologia (2002) definiu os índices de perda de visão conforme critérios apresentados abaixo.

**Tabela:** índices de perda de visão.

<b>Visão normal</b>	<b>0,8</b>
<b>Perda leve da visão</b>	<b>0,8 e 0,3</b>
<b>Perda moderada da visão</b>	<b>0,3 e 0,125</b>
<b>Perda grave da visão</b>	<b>0,125 e 0,05</b>
<b>Perda profunda da visão</b>	<b>0,05 e 0,02</b>
<b>Perda quase total da visão</b>	<b>0,02 e = sem percepção de luz</b>
<b>Perda total da visão</b>	<b>Sem percepção de luz</b>

Fonte: Conselho brasileiro de oftalmologia, 2002 (PAIVA, 2005).

Para compreender a deficiência visual requer a necessidade de se discutir a acuidade visual do indivíduo. Acuidade visual compreende-se o potencial que o indivíduo possui para ver objetos, a uma distância específica caracterizada por dois fatores: a distância e o ângulo formado pelos olhos no momento de apreciação do objeto (GONZÁLES E DIAZ, 2007).

Além da perda do sentido da visão, a cegueira adquirida causa também outras perdas: emocionais; das habilidades básicas (mobilidade e execução de tarefas diárias); da atividade profissional; da comunicação; da atividade profissional; da comunidade e da personalidade em um âmbito geral.

Posto isto, destaca-se a necessidade de apontar com mais detalhe, algumas doenças que causam a cegueira, sendo elas: o tracoma, a catarata e o glaucoma.

O tracoma é uma ceratoconjuntivite crônica caracterizada pelo desenvolvimento de folículos, hipertrofia popular e formação de pano, que leva a formação de uma cicatriz e algumas vezes, a cegueira. É causado pela chlamydia trachomatis. Como toda e qualquer doença, o tracoma também possui sintomas iniciais, os mesmos são identificados pelo lacrimejamento, secreção mucopurulenta e irritabilidade ocular. Nestes primeiros sinais incluem-se também a hiperemia conjutival e hipertrofia folicular.

O diagnóstico pode ser feito pelo isolamento do agente, ou através de sorologia. No método de isolamento, utiliza-se à raspagem conjuntiva, obtendo-se células epiteliais que procuram demonstrar, através da coloração de gusma, as inclusões citoplasmáticas típicas das chlamídias. Na sorologia demonstram-se anticorpos por imuno-fluorescência tanto no sangue, como na lagrima de pacientes infectados. O tracoma deve ser diagnosticado e tratado nas crianças a fim de se prevenirem lesões intensas que levam as cicatrizações comprometedoras da córnea. O tracoma é transmitido por contacto de olho a olho através dos dedos e de fômites, por exemplo: toalhas de uso comum. Esta doença é mais prevalente na Ásia e África, onde as condições de higiene são precárias e a água é escassa.



Foto: Glaucoma

Fonte: <http://www.colegioweb.com.br/biologia/tracoma>

A catarata ocorre do envelhecimento do cristalino, onde o mesmo é a lente natural do olho, normalmente incolor, fina e transparente. Esta doença ocorre principalmente com a idade, de na presença de fatores de risco como contusões, doenças do olho, problemas orgânicos (como por exemplo, a diabetes) efeitos colaterais de certas mediações ou patologias congênitas. Não é causada ou acentuada por leitura, costura uso exagerado de televisão ou



computadores. A diminuição no ritmo adaptado na realização de tarefas visuais não impede o surgimento da catarata nem desacelera o seu processo.

A evolução da catarata torna o cristalino cada vez mais denso e opaco, tornando mais difícil a passagem de luz em direção a retina, a fim de atingir o nervo óptico e permitir a formação de imagens. São sintomas da catarata as variações da visão, mas nítidas em alguns dias do que em outros. A evolução de tal causa determina a intervenção cirúrgica de remoção da catarata.

Vale ressaltar que a catarata não é um tumor nem um câncer. Não é uma membrana que encobre o olho. É um defeito na estrutura do cristalino, onde só pode ser corrigido através de cirurgia.



Foto: Catarata

Fonte: <http://www.colegioweb.com.br/biologia/ Catarata>

O glaucoma é uma doença ocular que representa uma das principais causas de cegueira irreversível no mundo. É uma doença que não há prevenção. Toda e qualquer pessoa pode adquirir o glaucoma, principalmente se houver alguém na família que possua a doença, pois, a mesma pode ser hereditária.

Se detectado com antecedência, a cegueira secundária ao glaucoma é quase sempre evitada. Ao visualizar um objeto, a imagem é transmitida do olho ao cérebro através do nervo da visão chamado nervo óptico. Este nervo funciona como um cabo elétrico, contém cerca de um milhão de fios que transmite a mensagem visual ao cérebro e devido a sua união, proporcionam a visão lateral, a periférica e também a central que é a utilizada para leitura.

O glaucoma pode destruir gradativamente estes fios, causando no início alguns pontos cegos na área da visão periférica. Se todo o nervo for destruído ocorrerá cegueira definitiva. Contudo, a cegueira poderá ser evitada se a doença for detectada com antecedência. Para tal, faz-se necessário à realização de exames periódicos ao oftalmologista sendo alguns deles: a retinografia, a campimetria computadorizada e a paquimetria ultrassônica, pois são as melhores maneiras de se defender do glaucoma.

Uma das causas do glaucoma ocorre se o sistema de drenagem do olho entope, a pressão intra-ocular aumenta e com o passar do tempo, poderá causar um dano irreversível ao nervo óptico. O entupimento deste sistema pode acontecer de algumas maneiras que requer análise.

O mais comumente ocorre na malha trabecular que pode se tornar menor com a idade e sem causa descoberta, entupir. Esse bloqueio parcial causa um aumento gradual da pressão do olho. Este caso é conhecido como glaucoma de ângulo coberto. O glaucoma considerado primário de ângulo aberto não apresenta sintomas. O indivíduo não sente dor e vai perdendo lentamente a visão e esta percepção ocorre quando o nervo óptico estiver bastante ligado.

Outra causa da doença é o aumento da pressão intra-ocular geralmente considerado defeito de fabricação, ou seja, o glaucoma congênito, onde a drenagem do humor aquoso é deficiente desde o nascimento. À frente do olho, chamada córnea, pode tornar-se opaca e a visão bastante embaçada. O que chamamos de um “olho grande” em uma criança pode significar glaucoma congênito. Esta é uma condição rara, ocorrendo um em cada dez mil nascimentos vivos.

No olho, a íris pode agir como um pedaço de plástico e fechar, repentinamente o canal de drenagem. Neste caso, ocorre um acúmulo de líquido dentro do olho e a pressão intra-ocular aumenta rapidamente. Este bloqueio completo do líquido resulta no conhecimento glaucoma agudo de ângulo fechado. Estes são alguns sintomas deste caso: visão embaçada, dor ocular intensa, percepção de halos coloridos em volta das luzes, náuseas e até vômito indicam a necessidade de um exame oftalmológico imediatamente. Caso não seja tratado rapidamente, a cegueira pode ser o resultado final.

O glaucoma secundário dá-se em outras condições incluindo trauma, certas drogas como os corticóides, hemorragias e inflamações podem algumas vezes, bloquear os canais de drenagem do olho, com conseqüente aumento da pressão intra-ocular.

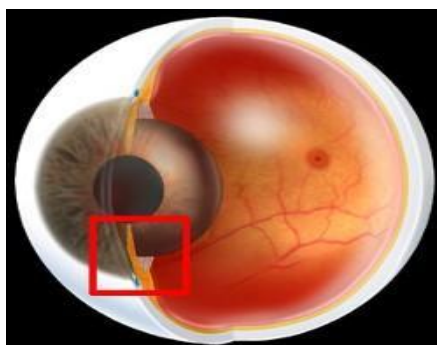


Figura: Glaucoma

Fonte: <http://www.colegioweb.com.br/biologia/glaucoma>

A deficiência visual, em qualquer grau, compromete a capacidade da pessoa de se orientar e se movimentar com segurança no seu espaço de convívio.

Na pré-escola, quando a criança está desenvolvendo sua capacidade de socialização, isso prejudica o conhecimento do mundo ao seu redor e seu relacionamento com outras pessoas. É neste momento que o seu quadro de amigos aumenta, com isso, essa criança vai desejar brincar junto e compartilhar os brinquedos. E se ela ficar impossibilitada de fazer estas atividades como às outras crianças, ficará insatisfeita e isolada, e isso trará prejuízo à sua aprendizagem.

Cabe a família sendo, ela a base do desenvolvimento do ser humano, fornecer ao portador de deficiência visual condições para seu crescimento como um indivíduo, mostrando que ele é capaz de ser feliz e produtivo, vale ressaltar também, que tudo isso deve ocorrer dentro de sua realidade, de suas potencialidades e de seus limites. A família precisa entender que, antes de tudo, o portador de deficiência visual é uma pessoa total, ou seja, a sua atenção não deve ser necessariamente voltada para a cegueira, ou na baixa capacidade de visão.

Devem acreditar na potencialidade e na capacidade desta criança deficiente ser capaz de estudar de ser independente, trabalhando em locais que acolhe as suas necessidades especiais, praticar esportes, podendo tornar-se campeões, e tantas outras coisas que os seus amigos não portadores de deficiência, os ditos normais, fazem.

Na maioria das vezes, os portadores de deficiência e sua família sentem-se isolados, impotentes, com medo do preconceito instalado na sociedade em que vivem, e estão sempre à espera de instituições, serviços médicos ou profissionais que possam curar ou consertar a deficiência. Muitas famílias prolongam seus momentos de angústia, ansiedade, conflitos, negação, frustração e até mesmo desesperança por não disporem de informações precisas sobre o caso e não encontrar articuladores para discutir sua problemática e para se identificar.

Para entender e avaliar como ocorre o processo de aprendizagem de desenvolvimento da criança com deficiência visual é necessário considerar, alguns fatores como: Idade em que aconteceu; Associação ou não com outras deficiências; Aspectos hereditários; Aspectos ambientais; Tratamento recebido.

Uma criança portadora de deficiência visual deve ser analisada e avaliada por profissionais especializados da área da saúde e da educação, trabalhando juntos para identificar suas necessidades específicas e sua potencialidade. A maioria das crianças com deficiência visual possuem algum grau residual de visão: poucas são totalmente cegas. Porém, muitas das que têm algum grau de visão, também são consideradas cegas e tratadas como tal.

Desta forma, perdem os benefícios que o uso da visão residual poderia trazer a seu favor no processo de desenvolvimento e à sua qualidade de vida.

Deve existir a troca de experiências, sentimentos e informações, pois, isto nos ajudará a compreender as necessidades que a criança ou adulto com deficiência, pais e profissionais, têm de um espaço para construir juntos novos valores e significados. Quanto mais cedo às crianças com deficiência visual, forem encaminhadas a serviços de atendimento, maiores serão suas possibilidades de desenvolver seu potencial.

Além da família, a escola e a sociedade podem contribuir no sentido de ajudar e enfrentar os obstáculos colocados pela deficiência. A escola é uma grande aliada para a integração dos portadores de deficiência. Neste local as questões relacionadas ao preconceito, mitos, dentre outras, podem ser debatidos e analisados por todos: professores, alunos funcionários.

Ao tornar-se um espaço de inclusão, a escola promove trocas enriquecedoras de experiências para toda a equipe escolar, incluindo os alunos e suas famílias. O deficiente visual percebe a realidade em que está à sua volta, por meio de seu corpo, na sua maneira de ter contato com o mundo. Contudo, quanto antes à criança portadora de deficiência visual entrar na escola, na educação infantil, mais fácil e rápida será a sua inserção na sociedade em que vive. Não se deve esquecer que pessoas com deficiência, são como as outras: têm os mesmos direitos, sentimentos, sonhos e vontades. Ter uma deficiência não torna a pessoa melhor. O portador de deficiência não é modelo de virtude para a sociedade, ele simplesmente é uma pessoa.

A Educação Infantil surgiu com um caráter de assistência à saúde e preservação da vida, não se relacionando com o fator educacional. As instituições especializadas têm sua origem com as mudanças sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. A Educação Infantil emergiu quando as mulheres precisaram buscar seu espaço no mercado de trabalho. Neste momento, as mulheres deixaram seus lares por um período, deixando de cumprir com os seus afazeres domésticos, da criação de filhos, de cuidar do marido e da família, para entrarem no mercado de trabalho.

Desse modo, as mães da classe trabalhadora precisavam de um lugar onde poderiam deixar seus filhos durante o dia, e para atender esta necessidade foram criadas creches e pré-escolas públicas, local onde as crianças poderiam suprir as carências provenientes do meio social. A partir de então, sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seus e de seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento da Educação Infantil no Brasil.

O atendimento às crianças nesta modalidade de ensino, ocorre de 0 a 6 anos. A educação das crianças nesta faixa etária desempenha um importante papel social, porém, não pode ser considerada substituta das mães, o que gera uma confusão de papéis acerca da Educação Infantil. Neste período há uma desvalorização dos profissionais que atuam neste nível de ensino, consideram que estes educadores não precisam de uma formação educacional sólida, bastam apenas que saibam cuidar adequadamente do bem-estar físico das crianças, evitando sujeira, doença ou bagunça.

Foi no século XVII que surgiram as primeiras preocupações com a educação das crianças pequenas. Essas preocupações foram resultantes do reconhecimento e valorização que elas passaram a ter no meio em que vivem. Mas, foi no século XX, considerado o século da criança, que a criança de 0 a 6 anos passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, destacando-se, em especial, seu direito de ser cuidada e educada em um ambiente adequado e saudável, de poder brincar, apropriar-se de sua cultura, construir sua identidade como cidadã e ampliar seu universo de experiências e conhecimentos em creches e pré-escolas, instituições inseridas no sistema educacional.

A nova concepção de Educação Infantil equipara o educar ao cuidar de crianças nessa fase da vida. Nesta modalidade de ensino as crianças são estimuladas através de atividades lúdicas e jogos, a exercitar suas capacidades motoras, fazer descobertas e iniciar o processo de letramento. Nesta fase, as crianças brincam, começam a fazer amigos, passam horas agradáveis convivendo com outras crianças e adultos que não são seus familiares. Uma escola precisa ser mais do que um lugar agradável, onde se brinca. Deve ser um espaço estimulante, educativo, seguro, afetivo e com pessoas aptas para acompanhar a criança nesse processo intenso e cotidiano de descobertas e de crescimento.

A Educação Infantil foi dividida em 2 ciclos. O primeiro ciclo equivale à creche que acolhe crianças de 0 a 3 anos e o segundo ciclo à pré-escola que atende crianças de 4 a 6 anos. No primeiro ciclo há aspectos relevantes a serem ressaltados, sendo eles os seguintes:

Vale ressaltar que toda instituição de educação possui um currículo, e desenvolve a organização dos trabalhos pedagógicos baseando-se nele. Segundo Ostetto (2000, P.175-200), os modelos mais comuns de planejamento, adotados nas instituições de Educação Infantil Brasileiras são: listagem de Atividades que consiste em listar as atividades a serem cumpridas durante os vários momentos da rotina. Datas comemorativas: geralmente composta por festejos dedicados a marcar as várias datas do calendário comemorativo (carnaval, Páscoa, Dia das Mães, etc.). Planejamento baseado em aspectos do desenvolvimento: as atividades são selecionadas de acordo com o valor que possam ter para o desenvolvimento da criança.

Temas geradores pontos de interesse: são elencados, supostamente interligados em todas as turmas de uma instituição. O objetivo desse modelo pedagógico seria ampliar o seu universo cultural. Conteúdos e áreas de conhecimento, como exemplo deste tipo de planejamento o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (RCNEI) e o “Currículo para a Educação Básica no DF - Educação Infantil/ 4 a 6 anos”, “Conhecimento de Mundo”, “Linguagem Oral e Escrita”, “Conhecimento Lógico-Matemático” e “Natureza e Sociedade”. Projetos de trabalho quando é adotado, o planejamento através de projetos, a avaliação apresenta-se mais integrada ao planejamento. O projeto parte de uma proposta que os educadores definem após um contato inicial com as crianças e o seu meio ambiente (social, cultural, histórico, geográfico), procurando atender as necessidades constatadas. Entretanto, ele é um planejamento mais flexível. Sua duração de tempo é predeterminada com rigidez.

O modelo pedagógico de Educação Infantil visa o desenvolvimento integral e a construção da autonomia infantil. Por este motivo, é considerada mais apta a Pedagogia de Projetos (projetos de trabalho), por considerar que ela possibilita ao professor e às crianças, um papel ativo, na construção do planejamento e do projeto político pedagógico. No início do ano letivo os educadores, junto à coordenação da instituição de ensino, devem desenvolver um espaço pedagógico de rotina que deverá ser trabalhado com as crianças no decorrer do ano letivo, possibilitando um aproveitamento melhor da sua permanência na instituição possibilitando até mesmo a uma avaliação.

Partindo do pressuposto que a Educação Infantil é considerada qualitativa não quantitativa, a forma de avaliar é diferente da Avaliação tradicional que estamos inseridos.

[...] posturas contrárias à constatação e registro de resultados alcançados pela criança a partir de ações dirigidas pelo professor, buscando, ao invés disso, ser coerente à dinâmica do seu processo de desenvolvimento, a partir do acompanhamento permanente da ação da criança e da confiança na evolução do seu pensamento. Tal postura avaliativa mediadora parte do princípio de que cada momento de sua vida representa uma etapa altamente significativa e precedente às próximas conquistas, devendo ser analisado no seu significado próprio e individual em termos de estágio evolutivo de pensamento, de suas relações interpessoais. E percebe-se, daí, a necessidade do educador abandonar listagens de comportamentos uniformes, padronizados, e buscar estratégias acompanhamento da história que cada criança vai construindo ao logo de sua descoberta do mundo. Acompanhamento no sentido de medir a sua ação, favorecendo-lhe desafios, tempo, espaço e segurança em suas experiências. (Hoffmann, 1996, p. 24).

Sendo assim, na Educação Infantil não há avaliação quantitativa e sim qualitativa, pois, a mesma dá oportunidade ao educador a perceber, analisar o desenvolvimento característica de cada criança, que diferencia uma da outra. Desta forma, não há uma

avaliação padrão para Educação Infantil, mas, uma maldade, de acordo com as condições e capacidades de cada indivíduo nesta fase de ensino.

É preciso reconhecer dados, observar e obter informações sobre o que as crianças são capazes de fazer, mas, o que mais importa é que tais informações sejam úteis para poder tomar decisões, para poder ajudar os meninos e as meninas e para propor-lhes um ensino ajustado às necessidades. O educador dessa etapa deve realizar registro curto, e procurar observar, tentar manter uma atitude receptiva e aberta. É necessário evitar o registro de mais informações do que se pode digerir ou interpretar e esquecer a pretensão de observar tudo.

Como toda e qualquer modalidade de ensino, a Educação Infantil é pautada por leis. Foi durante o regime militar, que além de prejuízos para a sociedade e para a educação brasileira que se inicia a nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para as crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica.

Vale destacar que foi a LDB foi construída tendo por base a Constituição de 1988 que reconheceu como direito da criança pequena o acesso à educação infantil – em creches e pré-escolas. Essa lei colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. Nesta mesma direção, a LDB também pela primeira vez na história das legislações brasileiras, proclamou a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos e dever do Estado. Ou seja, todas as famílias que optarem por partilhar com o Estado na educação e o cuidado de seus filhos deverão ser contempladas com vagas nas creches e pré-escolas públicas. Outro objetivo proclamado é o de que estas instituições de educação infantil deverão fazer parte da educação básica, junto com o ensino fundamental e médio, em vez de permanecerem ligadas às secretarias de assistência social.

Na versão final da LDB, têm objetivo de avançar busca de um trabalho com um caráter educativo-pedagógico adequado às especificidades destas crianças, além de possibilitar que as profissionais que trabalham com elas, viessem a ser professoras com direito a formação, tanto inicial quanto em serviço e a valorização em termos de seleção, contratação, estatuto, piso salarial, benefícios, entre outros.

Quanto as profissionais da educação infantil, foi estipulado por lei que todas deverão até o final da década da educação, ter formação em nível superior, podendo ser aceita formação em nível médio, na modalidade normal. Ou seja, até o ano de 2007 todas as profissionais que atuam diretamente com as crianças em creche e pré-escolas, sejam elas denominadas auxiliares de sala, pajens, auxiliares do desenvolvimento infantil, ou tenham

qualquer outra denominação, passarão a ser consideradas professoras e deverão ter formação específica da área. É importante ressaltar o desafio que esta deliberação coloca, uma vez que há muitas dessas profissionais que não possuem nem mesmo o ensino fundamental.

A LDB define que esta formação se dará em cursos de licenciatura, de graduação plena em universidades e em institutos superiores de educação. Vale destacar que foi esta lei que criou a figura dos institutos superiores de educação e dos cursos normais Superiores. Recentes medidas legais modificaram o atendimento às crianças na pré-escola, pois os alunos de 6 anos de idade devem obrigatoriamente estar matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental. Foi o Projeto de Lei nº144/2005, aprovado pelo Senado em 25 de janeiro de 2006 que, estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa medida deverá ser implantada até 2010 pelos municípios, Estados e Distrito Federal. Durante esse período os sistemas de ensino terão prazo para se adaptarem ao novo modelo de pré-escola que agora passarão a atender crianças de 4 a 5 anos de idade.

Sendo assim, a cada adaptação, mudança ocorrida na educação, demonstra ainda mais a importância da inserção da criança com deficiência visual na escola a partir da educação infantil. Pois é neste momento que esta criança passará pelo processo de adaptação com o cotidiano escolar e com outras crianças deficientes e as ditas normais, sendo trabalhado o mesmo conteúdo disposto aos outros, porém, respeitando e trabalhando as suas limitações físicas e psicológicas. Assim, esta criança possivelmente não sentirá muita dificuldade para se adaptar com ensino fundamental agora de 9 (nove) anos.

## REFERÊNCIAS

- ÁRIES, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BASSEADAS, Eulália. *Aprender e ensinar na educação infantil*/ Eulália Basseadas, Teresa Hugget & Isabel Sole; trad. Cristina Maria de Oliveira. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- BRAGA, Ana Paula. “*Recursos ópticos para a visão subnormal-seu uso pela criança e adolescente*”. Revista *Com-tato*. São Paulo, Laramara, agosto de 1997.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. CORDE. Brasília: DF, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069 de 13/07/90, Brasília: DF, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96, Brasília: DF, 1996.



- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação – PNE*. Brasília: Inep, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares*. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, DF: MEC, 1998.
- Catarata. Disponível em: <http://www.colegioweb.com.br/biologia/catarata> acesso em 14 nov. 2008.
- Deficiência visual/Marta Gil (org.). – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80p.: il. – (caderno da TV Escola. 1. ISSN 1518-4692).
- DEVIRES, Rheta; ZAN, Betty. *A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Educação Infantil. Disponível em: <http://www.escolamobile.com.br/einfantil/> acesso em 16 fev. 2008.
- Educação Infantil. Disponível em: <http://www.wikipedia.org/wiki/educa> acesso em 10 nov. 2008.
- Educação Infantil. Disponível em: [http://www.psicopedagogia.com.br/novas/educacao\\_infantil](http://www.psicopedagogia.com.br/novas/educacao_infantil) acesso em 16 fev. 2008.
- Glaucoma. Disponível em: <http://www.colegioweb.com.br/biologia/glaucoma> acesso em 14 nov. 2008.
- GONZÁLEZ, Maria Del Pilar e DÍAZ, Juana Morales. *Deficiência visual: aspectos evolutivos e educacionais*. In GONZÁLEZ, Eugênio (org.). *Necessidades educacionais específicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- HOFFMANN, Jussara Maria Leah. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- KUHLMANN Jr., M., (1998). *Infância e educação infantil* uma abordagem histórica. Porto Alegre.:Mediação. 1998.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). *Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágio*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- PAIVA, Angela Daou. *Os elementos sensoriais nos sonhos de pessoas com cegueira congênita*, 2005, 127p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do desenvolvimento) Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.
- Simpósio Educação Infantil: *construindo o presente*. Anais. – Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 260p
- Tracoma. Disponível em: <http://www.colegioweb.com.br/biologia/tracoma> acesso em 14 nov. 2008.
- WINNICOTT, Donald Woods. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

# OS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

<sup>1</sup>Raquel Cristina F. Costa Duarte  
Gizelda Simonini

**Resumo:** Este texto monográfico foi realizado para apresentar os distúrbios de aprendizagem e como o professor deve se preparar para ajudar o aluno. Juntamente com CORTELLA (2005); SAVIANI (2006); MANTOAN (2006), dentre outros autores, este texto foi desenvolvido com o intuito de levar aos educadores, conhecimentos necessários para resoluções de problemas que podem ocorrer durante o período escolar. Também esclarecerá dúvidas relacionadas a assuntos comentados entre a classe docente, no entanto, pouco esclarecidos. Após pesquisas bibliográficas e de campo, sabemos que grandes dificuldades são encontradas durante a carreira do educador, e muitas destas poderiam ser resolvidas se houvesse pesquisas sobre tais assuntos. Sobre os distúrbios de aprendizagem podemos dizer que, baseado em um contexto histórico, as dificuldades de leitura, na maioria, são tratadas pelos professores como um problema que muitas vezes não tem solução. Durante as várias mudanças no processo educacional do Brasil, houve uma preocupação muito grande em receber vários alunos na escola, porém pouco se fez para qualificar os educadores que recebiam e recebem estes alunos, e passarem a eles o conhecimento adequado. Após esta análise sobre os distúrbios de aprendizagem, podemos dizer que, apesar dos vários tipos de dificuldades de aprendizagem, estes problemas poderão ser resolvidos se houver um plano que atenda às necessidades do aluno.

**Palavras - chave:** Distúrbios de aprendizagem, dificuldades de aprendizagem, educação.

## INTRODUÇÃO

Este tema “Os distúrbios da aprendizagem” foi escolhido por mim por encontrar um assunto interessante para o educador, principalmente porque nele haverá como trabalhar vários assuntos em um mesmo tema. Este tema se torna muito complexo a partir do momento em que ele sozinho traz uma bagagem muito grande de informações se for feito um trabalho bem feito. Escolhi este tema porque percebi que falta muita informação em relação aos distúrbios relacionados com a aprendizagem.

Por vários motivos podem ocorrer erros por parte de docentes por não conhecerem bem os vários distúrbios que podem existir e impedir que um aluno aprenda corretamente. Na educação é preciso estar qualificado para fazer um bom trabalho com os alunos, porém

---

<sup>1</sup> Aluna cursando 7º período de Pedagogia na Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

está qualificação, muitas vezes, fica apenas voltada para assuntos que nem sempre ajudará o educador a realizar um trabalho satisfatório.

No entanto, é necessário problematizar este tema em até que ponto os professores reconhecem os alunos com alguma disfunção, e por que não existe um incentivo para o preparo do professor para este diagnóstico. Esta problemática é interessante porque os professores em sua maioria não reconhecem estas disfunções e o governo, por sua vez, não investe em incentivos para que os professores se qualifiquem.

O objetivo geral deste tema será reconhecer os problemas e disfunções como dislexia e a disgrafia, que podem ocorrer durante a aprendizagem do aluno e os motivos que levam muitos professores a não reconhecer estas disfunções. Analisamos problemáticas que podem ocorrer durante um aprendizado e até que ponto um profissional da educação encontra-se preparado para ensinar. Especificamente como objetivos é necessário, pesquisar as disfunções como a dislexia e disgrafia que o aluno pode apresentar e também reconhecer as dificuldades que o professor tem neste diagnóstico. Analisar os problemas que podem ocorrer no período de aprendizagem, pesquisando a qualificação que um professor precisa ter e verificar os problemas gerados em um aluno acompanhado por um educador sem preparação. Descobrir os caminhos mais certos para o acompanhamento de crianças com disfunções na aprendizagem.

As hipóteses deste assunto, além dos distúrbios existentes também como o professor pode se preparar para ajudar o aluno, reconhecendo os problemas que ocorrem durante um aprendizado e até que ponto um profissional da educação encontra-se preparado para ensinar.

No entanto, para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário a realização de pesquisas bibliográficas e de campo. Na qual, a pesquisa bibliográfica foi pautada em autores que tratam sobre os distúrbios de aprendizagem e como o professor deve se preparar para ajudar o aluno. Dentre eles destacamos: CORTELLA (2005); SAVANI (2006); MATOAN (2006); MARTINS (2008); DEMBO (1976); ZORZI (2003); BRUNER (1968); NIDELCOFF (1981); PILETTI (1968); JORM (1985) e entre outros. Já pesquisa de campo foi realizada com professores que atuam nas escolas do Ensino Fundamental e Médio na cidade de Uberlândia-MG. Foi realizado questionários para os professores responderem, todo o questionário foi relacionado aos distúrbios de aprendizagem do aluno e como é seu papel frente a estas dificuldades.

## DESENVOLVIMENTO

Sabemos que grandes dificuldades são encontradas na carreira de educador, e muitas destas dificuldades poderiam ser resolvidas se houvessem pesquisas sobre assuntos como este que está sendo tratado neste artigo. No entanto, os distúrbios de aprendizagem baseados em um contexto histórico, as dificuldades de leitura na maioria das vezes são tratadas pelos professores como um problema que muitas vezes não tem solução. Durante as várias mudanças no processo educacional do Brasil, houve uma preocupação muito grande em receber vários alunos na escola, porém pouco já foi feito para qualificar os educadores que recebiam estes alunos e passavam a eles o conhecimento.

Para Cortella (2005), a demanda exagerada de pessoas nas escolas provocou um processo acelerado na educação que levou a um ingresso massivo de educadores não habilitados, o que ocasionou em uma queda considerável na qualidade da educação e nos salários dos educadores, desorganizando o já frágil sistema educacional brasileiro.

Conforme o autor, esta página na educação do Brasil com certeza foi um início do declínio de uma educação, que não era tão estruturada, e vários outros tipos de problemas surgiram justamente com este declínio, o trabalho secundário e o professor não era valorizado como deveria ser.

Assim, a educação pública das últimas décadas (com reflexo no ensino privado), foi um dos desaguadouros do intencional apartheid social implementado pelas elites econômicas e é a partir deli que podemos compreender a crise da Educação e a atuação política/pedagógica dos educadores. (CORTELLA, 2005, p. 13).

Segundo o autor, podemos nos perguntar: - O que o histórico do educador no Brasil tem haver com os distúrbios de aprendizagem. Esta resposta se torna fácil quando analisamos a carga horária de um educador, seu salário suas condições pouco favorecidas de trabalho e sua auto-estima, todos, reflexos de problemas adquiridos ao longo das inúmeras crises na educação no Brasil.

Partindo desses itens colocados aqui, como poderão estes profissionais encontrar motivação para encarar problemas como os distúrbios da aprendizagem que irá requerer tempo e mais dedicação para pesquisa?

Distúrbios como dislexia e disgrafia são muito pouco conhecidos entre os docentes, até porque como não existe um incentivo do governo para este esclarecimento, o principal veículo de comunicação acaba sendo a televisão. Este veículo porém nem sempre leva a

informação de maneira correta, o que muitas vezes pode dificultar mais ainda o esclarecimento sobre o assunto.

Sobre os distúrbios de aprendizagem é necessário abordar sobre os profissionais envolvidos nestes diagnósticos: os professores, pedagogos, psicopedagogos, médicos e até mesmo os pais, todos estes profissionais precisam realmente estarem capacitados para não errarem na hora do diagnóstico.

Muitas crianças chegaram até nós como, “portadores de deficiência de aprendizagem” ou como “carenciados culturais” que necessitam de estimulação de habilidades e são considerados como “pré-requisitos” podemos afirmar que em sua grande maioria, essas crianças, longe de aprendizagem ou de serem carentes culturais; estão sofrendo as conseqüências de políticas econômicas sociais e educacionais que impedem de ter acesso a certos bens culturais dentre elas a escrita. (ZORZI, 2003, p. 10).

Não é raro escutarmos uma vez ou outra comentários entre docentes sobre determinado aluno que não consegue aprender e que muitas ou na maioria das vezes é considerado “burro”. Este tipo de ignorância ainda é muito comum, e percebe-se que ocorrem com professores despreparados.

De acordo com Matoan (2006), mostra que é necessário para levar o conhecimento até o aluno, entrar no mundo dele para perceber determinada dificuldade que este possa ter. As informações sobre determinados tipos de dificuldades do aluno deveriam ser repassadas por profissionais da educação capacitados para outros orientandos assim, o trabalho a ser desenvolvido e não pré-determinando o futuro escolar do aluno.

Nestas orientações, entendem-se as deficiências como “fixadas” no indivíduo, como se fosse marcas de indelévels, as quais só cabem ocultá-las passivamente, pois pensasse que nada poderá evoluir, além do previsto do quadro geral das suas especificações estática: os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os coeficientes de inteligências, as predisposições para o trabalho e outras mais. (MATOAN, 2006, p. 30).

Valorizar as expressões e linguagem próprias as atitudes, os gestos das crianças, ajudaram na hora da busca e descobertas de problemas desenvolvidos por estes alunos e também na elaboração de trabalho com os mesmos. Os distúrbios necessitam de um estudo minucioso com o pedagogo, psicólogo e professor. Todas as dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas com a ajuda do conhecimento do espaço onde o aluno vive e de uma leitura do seu contexto social.

A vida diária e real das crianças - sua casa, seu bairro, o trabalho de seus pais não aparecem de maneira alguma em muitos cadernos onde os

exercícios e problemas so apresentados de maneira estereotipadas, ainda que tecnicamente corretas. (NIDELCOFF, 1981, P. 57).

Vários podem ser os sintomas como confusão de letras simétricas e inversão de sílabas, omissões de grafemas e sílabas, erros de soletração ao ler, e de ortografia ao escrever, confusões entre sílabas ou palavras como diferenças sutis de grafia, confusão entre sílabas como grafias similares e entre letras que possuem pontos de articulação comum.

Segundo Martins (2008), algumas causas podem favorecer a aparição das dislexias, como professores não qualificados para o ensino de língua materna sem informação e a existência de crianças com tendência a inversão com deficiência de memória. Sendo que, são quatro os tipos de dislexias: fonológicas, dislexia profunda, leitura soletrada (dislexias de estrutura de palavras ou síndrome de dyerine, e dislexia de superfície).

A dislexia fonológica de grande interesse para pedagogia refere-se a incapacidade de ler em voz aula ou não palavras e as pseudopalavras, por exemplo, bur-maquinas, enquanto se matem intacta a capacidade de leitura do vocabulário coerente. (MARTINS, 2008, p. 32).

Conforme Jorm (1985), uma pessoa mal alfabetizada estará severamente prejudicada, tendo inclusive conseqüência secundárias para a criança pois como nossa sociedade confere grande valor à alfabetização , a criança poderá tornar-se frustrada por não atingir o nível esperado. Neste sentido, o aluno ficará prejudicado diante da sociedade e por isso não se enquadrará nos meios necessários para sua sobrevivência e ficará vivendo a margem da sociedade.

Para o autor a diferença entre a perda da capacidade de ler e escrever após algum tipo de dano celebra, e a falha ao atingir uma alfabetização adequada durante o curso do desenvolvimento normal. A perda da capacidade de ler e escrever atrás de dano cerebral e conhecida como dislexia adquirida e geralmente e mais observada em adultos do que em crianças.

Na realidade, existem diferentes variedades de dislexia adquirida. Elas resultam de danos a diferentes regiões do cerebro e envolvem deficiências em diferentes componentes do processo de leitura e ortografia. (JORM, 1985, p.12).

Existem crianças que podem ser boas na leitura de palavras isoladas, mas que não conseguem compreender o texto adequadamente e outras podem ser deficientes tanto na leitura de palavras isoladas quanto na compreensão do texto.

De acordo Piletti (1968), aborda que a escola pode ser inadequada e não estimula de forma satisfatória o desejo de aprender, porém mesmo aqueles que são considerados fracos na escola continuam nela e esperam conseguir aprender. Logo, tentar fazer apresentações de explicações formais que não estejam dentro da realidade da criança será em vão.

Para Nidelcoff (1981), os conteúdos são feitos através dos programas que marcam as características das escolas, mas a atualização destes conteúdos são necessários para uma mudança neste plano. O conceito sobre a cultura é outro fator necessário que deve ser levado em conta na hora da aprendizagem.

Ou seja: “cultura” não é só arte, nem só as ciências como se costuma entender graças ao uso coerente desse termo; cultura aborda a totalidade da conduta adquirida pelo homem: sua linguagem seus valores, seus costumes, os alimentos que prepara, as instituições que cria, sua maneira de viver e de ver a vida e etc. (NIDELCOFF, 1981, p.33).

Várias pesquisas mostram que os distúrbios de aprendizagem sendo adquiridos ou não hoje mais do que nunca, deve-se os educadores atentarem a estas dificuldades, pois estes problemas relacionados a aprendizagem podem marcar de maneira cruel a vida do aluno.

É de fundamental importância apontar que muitos desses problemas podem ser resolvidos em sala de aula e de modo progressivo, desde que se criem condições favoráveis para o aprendizado. A opção de encaminhamento para um trabalho único deveria estar restrita aquelas crianças que não estão tendo condições de responder a uma proposta pedagógica, não por problemas da proposta em si, mas por dificuldades intrínsecas a própria criança. (ZORZI, 2003, p. 59).

As disfunções de aprendizagem poderão ser resolvidas através de um plano bem elaborado no caso da disfunção mais falada que é a dislexia, podemos citar nesta pesquisa varias pessoas famosas que obtiveram sucesso como Thomas Edison, Tom Cruise, Walt Disney e Agatha Christie.

Alguns pesquisadores até acreditam que pessoas disléxicas tem uma maior probabilidade de serem bem sucedidas; acredita-se que a batalha inicial de disléxicos para aprender de maneira convencional estimula sua criatividade e desenvolve uma habilidade para lidar melhor com problema e com stress.

Sendo assim, possuem outros tipos de dificuldade que poderão ocorrer , citamos abaixo 3 delas com: Disgrafia: é uma inabilidade ou atraso no desenvolvimento da linguagem escrita especialmente da escrita cursiva. Escrever com máquina datilográfica ou

com o computador pode ser muito mais fácil para o disléxico. Na escrita manual, as letras podem ser mal grafadas, borradas ou incompletas, com tendência á escrita em letra de forma. Os erros ortográficos, inversões de letras, sílabas de números ficam caracterizados com muita freqüência.

A segunda e a Discalculia: as dificuldades com a linguagem matemática são muito variadas em seus diferentes níveis, e complexo em sua origem. Podem evidenciar-se já no aprendizado aritmético básico como, mais tarde, na elaboração do pensamento matemático mais avançado. Embora essas dificuldades possam manifestar-se sem nenhuma inabilidade em leitura, há outras que são decorrentes do processamento lógico, matemático da linguagem lida ou ouvida. Também existem dificuldades advindas da imprecisa percepção e no processamento e fatos matemáticos, em sua devida origem.

A terceira é a Deficiência de atenção; é a dificuldade de concentrar e de manter concentrada a atenção em objetivo central, para discriminar, compreender e assimilar o foco central de um estímulo. Esse estado de concentração é fundamental para que, através do discernimento e da elaboração do ensino, possa completar-se a fixação do aprendizado. A deficiência de atenção pode manifestar-se isoladamente ou associada a uma linguagem corporal que caracteriza a hiperatividade ou opostamente, a hipoatividade.

Hiperatividade: refere-se à atividade psicomotora excessiva, com padrões diferenciais de sintomas: o jovem ou a criança hiperativa com comportamento impulsivo é aquela que fala sem parar e nunca espera por nada; não consegue esperar por sua vez. Por agir assim sempre impensadamente esta sempre envolvida em confusões, pequenos acidentes. Um segundo tipo de hiperatividade tem como característica mais pronunciada sintomas de dificuldade de foco de atenção. É uma super - estimulação nervosa que leva esse jovem ou essa criança a passar de um estímulo a outro, não conseguindo focar a atenção em um único tópico. Dando assim a falsa impressão de que é desligada, mas, ao contrario, é por estar ligada em tudo, ao mesmo tempo, que não consegue concentrar-se em um único estímulo ignorando outros.

Hipoatividade; se caracteriza por um nível baixo de atenção psicomotora, com reação lenta a qualquer estímulo. Trata-se daquela criança chamada “boazinha”, que parece estar sempre, no mundo da lua, ”sonhando acordada”. Comumente o hipoativo tem memória pobre e comportamento vago, pouca interação social e quase não se envolve com seus colegas.



Conforme Jorm (1985), o plano que será desenvolvido pelo educador não deverá ser discriminatório mais sim inclusivo. Na verdade, essa estratégia significa que a criança mais lenta no aprendizado recebe a mesma abordagem instrutiva que a criança mais rápida mas precisa de mais tempo para dominar certos estágios do currículo de leitura que causam dificuldades específicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após esta análise sobre os distúrbios sobre a aprendizagem, podemos dizer que apesar dos vários tipos de dificuldades de aprendizagem, estes problemas poderão ser resolvidos se houver um plano que atenda as necessidades do aluno.

Para que isso seja feito, será necessário que o profissional da educação atenda-se a necessidades de se preparar para esta empreitada. Afinal, vimos que as disfunções de aprendizagem poderão ocorrer também por falta de preparo do professor.

Perceber que um aluno tem algum tipo de disfunção exige do professor além de sensibilidade um preparo técnico, pois não haverá condições de ajudar ou muito menos de resolver o problema do aluno caso o docente seja despreparado.

É necessário para que o plano pedagógico a ser traçado tenha o sucesso que o educador faça uma leitura do contexto social do aluno e que ele se conscientize de levar em conta esses itens neste plano a ser desenvolvido.

Levando em conta todo o contexto da história da educação, percebemos que apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos ainda sim não existe um incentivo governamental para a resolução de problemas como as disfunções de aprendizagem. Por esse e outros motivos não haverá como se tratar deste assunto sem que o profissional da educação se habilite.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRUNER, Jerome S. **O processo da educação**. 10º Ed. São Paulo: CCSE. 1968

CORTELLA, Mário, S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** 9º Ed. São Paulo: Cortes. 2005.

DEMBO, Bluming. **Como resolver problemas do ensino.** 1º Ed. São Paulo: DE.P.U/EDUSP. 1976.

JORM, A, F. **Psicologia das dificuldades em literatura e ortográfica.** 1º Ed. Porto Alegre: Artes medicas. 1985.

MANTOAN, Maria, T. E. **Inclusão escolar, O que é? Porque? Como fazer?** 1º Ed. São Paulo: Moderna. 2006.

MARTINS, Vicente. **Crianças disléxicas.** Revista do professor. Porto Alegre. Ano 24, número 94. Abr/Jun. 2008.

NIDELCOFF, Maria Tereza. **Uma escola para o povo.** 12 ed. São Paulo: Brasiliense. 1981.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação.** 18º Ed. São Paulo: Abbr. 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 38º Ed. Campinas – Sp: Autores Associados. 2006.

ZORZI, Jaime Luiz. **Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita.** 1º Ed. Porto Alegre. 2003.

## **O ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TECENDO CAMINHOS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**Rosangela Galatti Reis**  
**UNIPAC/IEFOM**  
**rgalatti@yahoo.com.br**

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de favorecer a integração da teoria com a prática resgatando a importância e a validade do estágio curricular como ambiente essencialmente necessário para a aprendizagem, proporcionando ao aluno uma aproximação à realidade na qual irá atuar. Buscaremos investigar as significações construídas acerca das perspectivas do curso, das experiências vivenciadas no estágio e da relação estabelecida entre a formação adquirida durante o curso e os aspectos que permeiam as práticas, procurando identificar as influências que essas experiências exercem sobre a identidade profissional. A metodologia utilizada caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas na forma de questionário que será respondido por escrito e relatos autobiográficos a partir da participação e observação das atividades realizadas ao longo dessa proposta e com a colaboração das narrativas e dos documentos produzidos por estagiárias do curso de Pedagogia. O ponto de partida foi o estudo bibliográfico, utilizando como referência as obras de Pimenta (1997), Pimenta e Lima (2004), Masetto (2003), Freire (1968, 1995, 1997), entre outras. É importante dizer que concepções cristalizadas de estágio ainda estão presentes. Este estudo tem a finalidade de contribuir na busca pessoal e no desejo de ir além do que é oferecido na Universidade, percebendo a formação como a porta inicial para a construção da identidade profissional, refletida na maneira de praticar a profissão com a valorização do estágio e tratando-o como um ambiente fundamental de aprendizagem, e que seja uma saída para melhorar a qualidade dos cursos de graduação.

**Palavras-chave:** estágio curricular; prática pedagógica; identidade docente

## TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/ HIPERATIVIDADE: NO ÂMBITO ESCOLAR

Roselane Gonçalves Veiga  
Msc. Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC  
[roselane@tilaturismo.com.br](mailto:roselane@tilaturismo.com.br)

Esta monografia teve como tema o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) no âmbito escolar, abordando a problemática de como o profissional da educação irá trabalhar com a criança hiperativa a qual se encontra neste contexto. O objetivo principal da pesquisa foi de identificar o que o professor conhece cientificamente sobre o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, o que pensa sobre este transtorno, como ele atua, tanto na sua área profissional como na metodologia aplicada e o que ele considera ser importante saber para lidar melhor com este distúrbio, presente no cotidiano escolar e no contexto de sala de aula. Fez-se necessária a realização de pesquisa bibliográfica em livros, teses e artigos que abordavam o TDAH, e para que o tema fosse verificado no verdadeiro cotidiano escolar realizamos uma pesquisa de campo, com questionários, visando a ter uma análise concreta do trabalho realizado por profissionais da educação. Verificamos, no entanto, primeiramente a significação do termo TDAH referente aos aspectos históricos, psíquicos, sociais e pedagógicos; logo em seguida desenvolvemos uma análise de como o profissional deverá proceder para atender esses alunos hiperativos; e para que a pesquisa seja concluída será realizada a análise dos questionários com o intuito de verificar o dia-a-dia dos profissionais que lidam direta e indiretamente com o aluno hiperativo. O importante é o professor nunca atuar sozinho e ter a consciência de que o TDAH é uma doença, havendo a necessidade de se adquirir conhecimento específico sobre tal. Os pais, professores e especialistas deverão atuar juntos com um só objetivo, o bem-estar desse aluno. Atualmente muitas pesquisas estão sendo elaboradas visando uma melhoria de vida para os portadores de TDAH e a tendência é cada vez mais se avançar nesta área, tornando a vida dessas pessoas e familiares mais agradável.

**Palavras-chave:** Criança Hiperativa, Cotidiano Escolar, Conhecimento Específico.

## DOCÊNCIA FORA DA ESCOLA: HOSPITAIS

Suélen Pereira Silva  
Msc. Gizelda Simonini  
UNIPAC  
suelenpsilva@yahoo.com.br

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta como tema a docência fora do ambiente escolar abordando a problemática dos profissionais da educação dentro do hospital, bem como o resultado de sua atuação na vida do educando hospitalizado, sendo esta a questão central que norteou o desenvolvimento da pesquisa. Através do objetivo deste trabalho é possível conhecer e analisar o cotidiano dos profissionais da pedagogia em ambiente hospitalar que atuam no intuito de ajudar a criança a compreender a situação vivenciada, desenvolvendo ao mesmo tempo, o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração a diversidade de sua clientela. Assim, neste trabalho monográfico, apresentamos as dificuldades que o profissional dessa área encontra em realizar sua prática fora da estrutura escolar, abrangendo desde a metodologia de ensino, passando pelo comportamento psicológico do profissional em lidar com a falta de perspectiva da criança, com a diversidade sócio-cultural dos alunos, com os períodos variáveis de permanência das crianças no hospital, a diferença entre idade e série, e principalmente, com a dor e com a morte de seus educandos. A escolha do tema originou-se da imensa admiração que temos relação aos pedagogos hospitalares que, além de transmitir tranquilidade à criança, ensinamentos teóricos, práticas educativas e momentos de prazer, eles também transmitem a esperança de vida, possibilitando a criança ressignificar sua vida, pois para uma criança hospitalizada aprender é sinal de saúde, em que o desejo de aprender resulta no desejo de viver. Assim sendo, para um melhor desenvolvimento dessa atividade foi realizada uma pesquisa a partir de estudos teóricos, com enfoque em idéias e teorias dos profissionais e estudiosos da área, e uma pesquisa de campo na Universidade Federal de Uberlândia, pois esta desenvolve trabalhos na área de pedagogia hospitalar, possibilitando o questionamento com os pedagogos envolvidos.

**Palavras-chave:** Aluno hospitalizado, Pedagogia Hospitalar, Escola em hospital.

# CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA REGULAR: ENSINO INFANTIL

**Talita Borges de Assunção<sup>1</sup>**  
**Gizelda Costa da Silva Simonini<sup>2</sup>**

Este artigo tem como objetivo avaliar a inclusão do portador de necessidades especiais no sistema regular de ensino, em especial a inclusão do aluno com deficiência auditiva na escola municipal, uma vez que as crianças com deficiência auditiva, em particular os surdos, não recebem atenção conforme suas necessidades. A inclusão do portador de necessidades especiais como um dos novos paradigmas da educação brasileira é legalmente amparado pela Lei nº. 9.394/96, o qual delega à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos como também que todas as pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento para poder exercer sua cidadania. O presente trabalho foi realizado por meio de questionários distribuídos a professores de uma escola da rede municipal com intuito de analisar e compreender a aceitação por parte destes o processo de implantação da proposta de inclusão. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi referencial teórico com embasamento em diversos autores que discutem a inclusão do portador de necessidades educacionais especiais, particularmente o deficiente auditivo. Pode-se falar que os professores não estão capacitados para receber o deficiente de forma geral, e em particular, os surdos no ensino regular, pois não buscam embasamento teórico ou uma especialização na área da surdez para dar suporte adequado as necessidades básicas exigidas pelos mesmos, para que haja um ensino de qualidade, nesse sentido, a inclusão está começando a engatinhar, no entanto ainda tem várias barreiras para se vencer.

**Palavras-chave:** Inclusão do surdo, Necessidades educacionais especiais, Ensino regular.

## INTRODUÇÃO

As crianças com deficiência auditiva não são atendidas conforme suas necessidades. Professores enfrentam inúmeras barreiras para incluir o educando com limitações auditivas no espaço escolar, percebemos que as crianças com deficiência auditiva na escola regular, especificamente do ensino infantil não têm recebido a atenção necessária e a devida estimulação no seu desenvolvimento. A problemática desse tema foi proposta a fim de pesquisar crianças na educação infantil que tenham deficiência auditiva, verificando o processo de ensino e aprendizagem e se o professor sabe trabalhar com essas crianças. Como ele ministra sua aula e como o aluno aprende? Como ele se socializa com as outras crianças?

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia – Unipac – Uberlândia – MG

<sup>2</sup> Professora, Mestre do Curso de Pedagogia – Unipac – Uberlândia - MG

Diante disso, o tema proposto tem como objetivo observar a vivência das crianças na Educação Infantil que têm deficiência auditiva, dentro do processo de ensino e aprendizagem nas escolas Municipais, como também analisar o comportamento dos professores perante este aluno, verificar como é a socialização do deficiente com as crianças da escola regular e se as mesmas estão adequadas para atender essas crianças.

É notório que o professor tem um papel que está relacionado com a valorização das diferenças, porém o que tem acontecido é que o docente não sabe como agir com os educando surdos, ficando muitas vezes angustiado diante dos mesmos e de suas dificuldades comunicativas, isso se torna um agravante no processo de comunicação e de educação destas crianças.

Vale ressaltar que a finalidade da inclusão é que todas as pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento para poder exercer sua cidadania, o pré-requisito para alcançar este objetivo é a modificação da sociedade, começando assim com as crianças que são o futuro deste país. Acredita-se que a surdez profunda é muito mais que um diagnóstico médico. A “cura” esta na compreensão dos seres humanos, e isso é “gratuito”, no entanto, antes de compreendermos estas pessoas devemos mostrar isto às ditas normais, para que haja a socialização das pessoas com deficiência auditiva. Embora as crianças surdas necessitem se orgulhar de seus feitos, as mesmas também precisam de um conhecimento para que possam aproveitar tudo que a vida tem a oferecer. Isso implica em que pais e escolas ensinem as experiências de vida e ajudem as crianças surdas a compreender como relacionamentos sociais são iniciados e mantidos.

A declaração da Salamanca na Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994, foi elaborada em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, reuniu delegados de 92 países e 25 organizações internacionais, cujo objetivo foi orientar organizações e governos para que todas as crianças sejam acolhidas nas diversas práticas educativas, independentemente de suas condições físicas, emocionais, intelectuais, sociais ou quaisquer outras. Dessa forma, a Declaração da Salamanca tem a perspectiva de um mundo inclusivo, onde todos tenham direito à participação na sociedade em busca do mais alto nível de democracia.

A escola deve também aperfeiçoar sua ação pedagógica, sem considerar a educação especial como uma parte separada da educação. A Educação Infantil é importante para qualquer criança, porém para as crianças portadoras de necessidades especiais é essencial. Segundo Mantoan (1997), é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, isso

depende da fusão do ensino regular com o especial, pois fundir significa incorporar elementos distintos para se criar uma nova estrutura. Devido à carência de estimulação nos primeiros anos de vida, à criança com deficiência auditiva não tem um ritmo natural do processo evolutivo infantil, ficando assim distante dos padrões de desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e da linguagem. Quanto maior o tempo sem a estimulação, a mesma terá uma tendência maior a desenvolver deficiências e a probabilidade de intensificá-las.

No dia 26 de Setembro comemora-se o Dia Nacional do Surdo, esta data marca a luta histórica da comunidade surda por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde, dignidade e cidadania. Data escolhida em referência à criação da primeira escola para surdos no Brasil: o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, inaugurado em 26 de Setembro de 1857, pelo professor Francês Emet Hwet, que veio para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação. Naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas. Entre as recentes conquistas de inclusão social alcançadas pela comunidade no Brasil, em 2002, está a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação para os surdos e a sua inclusão em 2000, como disciplina curricular nos cursos de formação de professores em nível médio, superior e nos cursos de fonoaudiologia.

De acordo com a Declaração da Salamanca (1994), qualquer pessoa portadora de necessidades especiais tem o direito de expressar conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender.

Segundo o texto da Constituição brasileira, em seu artigo 208, fica bem claro “o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, percebemos que a política legislativa dá o direito igual a todos freqüentarem a escola.

Entre as principais causas das deficiências auditivas estão às anomalias hereditárias, rubéola materna, nascimento prematuro, incompatibilidade sangüínea, entre mãe e criança, otite e meningite. Entretanto, a maior implicação de um problema auditivo de qualquer grau, nos primeiros três anos de vida de uma criança é a dificuldade na aquisição da linguagem oral. Um problema sensorial como a surdez traz conseqüências, irreversíveis muitas vezes.

No passado os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso eles não freqüentavam escolas, houve assim grandes controvérsias sobre os melhores



métodos para educá-los, o método oral e o manual de comunicação foram às principais controvérsias, nos dias atuais as abordagens de comunicação incluem três métodos: oral auditivo, soletração com os dedos e comunicação total (que parece ser o mais atual).

Do nascimento do filho até a suspeita e o diagnóstico da surdez a criança é considerada “normal”, há uma forte carga afetiva, no entanto, quando os pais se deparam com este diagnóstico, esta relação muda drasticamente, pois os pais passam a sentir “pena” do filho, passa a ser um processo de aflição para os mesmos. A família deve ser o centro das orientações, no caso de crianças pequenas de zero a três anos de idade.

Pereira (1989), afirma que para os pais que têm imagem positiva do filho, os sinais constituem um meio facilitador da interação levando a valorizar, tanto o sinal quanto a fala na interação com o filho surdo, observando assim as reais possibilidades comunicativas das crianças.

Quando os pais recebem informações inadequadas quanto ao diagnóstico, tendem a lamentar e negar a surdez do filho por um longo período, para que isso não ocorra, os pais devem passar por um processo de adaptação emocional, que ao fim deste já aceitam a realidade da surdez e começam a desenvolver um novo relacionamento com o filho.

Para Góes (1989), “não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez”, tudo depende das possibilidades e oportunidades oferecidas pela família para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem. A família tem um papel importante e fundamental no trabalho fonoaudiólogo, ela oferece á criança surda situação do dia-a-dia para a estimulação, seja por meio oral ou de sinais, além do mais é necessário que se trabalhe com o envolvimento de toda a família no processo de estimulação para que todos possam sentir-se capazes de ajudar e se responsabilizarem pela educação da criança surda, que por sua vez deve ser vista em sua totalidade dentro do contexto familiar.

Góes (1989), explica que até o momento à inserção do aluno surdo na escola regular, tal como está organizada, acentua discrepâncias de oportunidades entre as diferentes crianças, ressalta também que se os caminhos oferecidos são iguais, impede-se o alcance de metas iguais, invertendo assim a tese de metas comuns e caminhos diferentes de acordo com as individualidades de cada criança.

Os educadores podem resolver as diferenças e desigualdades aproximando as crianças entre si e oportunizando vivências favoráveis de exercício de comunicação, no entanto a problemática das crianças com deficiência auditiva encontra-se no nível de

possibilitar e favorecer o exercício da comunicação por diversas formas, assim sendo, possibilita os avanços de suas capacidades e o desenvolvimento relacional com os colegas.

Vygostky (1997) considera que a criança de um modo especial aprende e se desenvolve de forma idêntica, preocupa-se com o desenvolvimento das funções mentais superiores da linguagem, abordando assim a temática dos jogos, brincadeiras e da imaginação.

Para o autor, a escolarização desempenha um papel fundamental na constituição de um indivíduo que vive numa sociedade complexa e letrada. Para muitos, a frequência da criança na escola é suficiente para que os processos de exclusão, fracasso e abandono por parte dos alunos sejam resolvidos, as pessoas que pensam isso estão equivocadas, tem que haver uma parceria entre família e escola para que isso ocorra de fato. “[...] cabe à escola encontrar respostas educativas para ”as necessidades de seus alunos”. (Mantoan, 1997, p.68)

Para que a escola seja considerada um espaço inclusivo, não pode ser burocrática, apenas cumprir as normas estabelecidas por lei. Para tal, deve ser democrática ajustando seu contexto real e respondendo aos desafios que lhes são apresentados. Esta nova escola implicará na busca de alternativas para que todos tenham acesso e permanência na mesma. Necessitamos de uma escola que não tenha medo de se arriscar, tanto para criar quanto para questionar o que está estabelecido como também saber refletir criticamente e a sempre buscar novas aprendizagens.

Vale ressaltar que a educação inclusiva tem como principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem exceção e para que isso ocorra, os educadores têm que transformar suas aulas em espaços prazerosos, onde tanto eles como os alunos sejam cúmplices na aprendizagem. A criatividade do professor, juntamente com a convicção de que a aprendizagem é possível para todos e não existem limites quando se quer aprender, certamente enfrentarão juntos os obstáculos que tantos alunos têm enfrentado no processo de aprendizagem.

Não é qualquer escola, nem qualquer prática pedagógica que proporcionarão às crianças a possibilidade de se desenvolverem, isso dependerá da qualidade do trabalho realizado com a mesma. Devemos ser bastante cuidadosos para não admitirmos uma idéia errônea a respeito da escola democrática. É imprescindível que a educação regular seja vista como uma ação conjunta com a educação especial e não seja entendida com um mero paralelo. Neste sentido, a escola também é um local que possibilita uma vivência social

diferente da do grupo familiar, tem um papel relevante que não compensa carências e sim oferece oportunidades de ter acesso a informações que possam aguçar nas mesmas um espírito para encarar desafios e que provoquem transformações nos processos de desenvolvimento e comportamento.

A Declaração da Salamanca considerou que não resta nenhuma dúvida que a família deve ser tratada como um parceiro a mais, juntamente com a comunidade escolar. Essa parceria é de grande valia, pois estariam cientes do processo educacional dos filhos.

Desde 1974, quando a escrita da língua de sinais foi inventada por uma americana Valerie Sutton, o sistema tem sido modificado e aperfeiçoado cada vez mais, no Brasil começou a receber atenção desde 1996, quando os textos escritos na língua de sinais começaram a despertar interesses dos surdos e profissionais. A escrita de sinais é muito importante, pois é a forma própria de escrever a língua de sinais e representa todas as possibilidades de registro de qualquer outra forma de escrita. A comunidade surda que utiliza a língua de sinais merece ter também a sua língua escrita da mesma forma, as crianças devem escrever os sinais uma vez que usam a língua de sinais.

O alfabeto da escrita da língua de sinais pode ser comparado com outros alfabetos que são usados para escrever outras línguas, existem três formas de se escrever os sinais. A primeira é com o corpo inteiro que utiliza a figura completa do corpo, uma forma mais fácil de ser entendida pelos iniciantes; a segunda é escrita de sinais padrão que utiliza a figura com símbolos, tornando o sinal uma unidade visual; por último a escrita simplificada ou escrito padrão que exclui alguns símbolos de maneira a facilitar à redação escrita a mão.

De acordo com a Secretaria de Educação Especial 1994, a sociedade ainda não reconhece os deficientes como pessoas capazes de fazer qualquer coisa, claro que dentro de suas limitações, com isso criam falsos mecanismos de inclusão e com uma reflexão sincera, sem resistência às mudanças e inovações, assegurar efetivamente a inclusão dos portadores de necessidades especiais.

A escola almejada para a sociedade deve ter em seu projeto educativo a idéia da diversidade, deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças sem exceção, assim como ser: aberta, pluralista, democrática e de qualidade.

É importante registrar a diferença entre os princípios de interação que diz respeito à adaptação do aluno às condições da escola e do ensino, de modo que favoreçam a interação social através de práticas heterogêneas adequadas à adversidade dos alunos.

Segundo Guimarães (2003), a escola inclusiva oferece oportunidades de aprendizagem múltiplas a todos, mas não apenas aprendizagens acadêmicas e sim aquelas que se referem à sensibilidade pela diversidade humana, a experiência com riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, com isso, cabe a todos e ao coletivo da escola a responsabilidade de atender às necessidades especiais.

Há de estabelecer um estreito e coordenado relacionamento com serviços especializados para que os educadores do ensino regular e os de educação especial unam-se na busca de pedagogias que respondam as necessidades educacionais de todos os alunos, garantindo assim o atendimento adequado ao desenvolvimento do mesmo.

A execução dos pressupostos da educação inclusiva deve ser gradativa, na medida que tanto o ensino regular como a educação especial possa ir se adequando a nova realidade, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino que não envolva só os alunos com necessidades educacionais especiais, mas todos os alunos do ensino regular.

De acordo com Corde (1994), as boas escolas são boas escolas para todos os alunos, para que cada uma possa melhorar a qualidade de seu trabalho pedagógico e elaborar de forma consciente o seu projeto.

Um bom planejamento educativo exige que a escola abra um espaço nas atividades e responsabilidades cotidianas, tanto para refletir quanto para buscar caminhos que favoreçam o desenvolvimento de todos que trabalham na mesma.

Para que a integração dos alunos portadores de necessidades auditivas em classe regular ocorra, a escola deve estruturar-se quanto aos recursos humanos, físicos, materiais e que mantenha um trabalho sistemático, visando a participação da família no processo educacional.

A escola que irá receber o aluno portador de necessidade auditiva precisa ter garantia de complementação curricular em sala de recursos com professores itinerantes ou intérpretes de LIBRAS, de forma que a classe não tenha mais que vinte e cinco alunos e sua idade cronológica sejam compatíveis com a média do grupo da classe.

Conseqüentemente, a escola colocará a aprendizagem como eixo principal, fazendo com que todos aprendam de modo que abra espaço para que: o diálogo, a cooperação, o

espírito crítico, a solidariedade e a criatividade sejam exercidos na escola. E por fim, estimular e promover as formações continuadas do professor, pois é o facilitador da aprendizagem do aluno

A interação do aluno portador de necessidades auditiva em classe regular não acontece em um passe de mágica. É preciso ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência auditiva, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes e demais elementos da escola.

O aluno com necessidade especial auditiva deverá freqüentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos de qualquer outro, e precisa de um modelo orientador da língua portuguesa, do modelo lingüístico nacional, pois é em um ambiente de ouvintes que o mesmo sempre viverá.

A aprendizagem de uma língua efetiva-se quando alguém tem o contato direto com os falantes dessa linguagem, nesse sistema ele fará uso da leitura orofacial e exercitará a expressão oral e escrita em classes especiais e em classes comuns, com apoio de salas de recurso.

Todo o trabalho de comunicação por meio da brincadeira motiva a criança a prestar atenção à fonte dessa comunicação, assim aprenderá a dirigir sua atenção quando precisar ou tiver algum interesse ao rosto da pessoa que está se comunicando com a mesma. É nesse momento que o adulto tem a chance de ajudar a criança a desenvolver a sua capacidade de leitura orofacial.

Naturalmente nas escolas que atendem os alunos com deficiência auditiva, as estratégias utilizadas no desenvolvimento curricular procuraram atentar para o fato de que alunos e professores precisam comunicar-se em língua portuguesa (falada ou escrita) como também em língua brasileira de sinais (LIBRAS).

Enquanto o professor não dominar LIBRAS a escola deve organizar-se de modo que professores e alunos desenvolvam um tipo de dinâmica em sala de aula no qual o conhecimento seja de fato compartilhado.

Vale ressaltar que todo fazer educacional com o aluno deficiente auditivo deve ter como objetivo específico o desenvolvimento de sua linguagem, se possível em um enfoque bilíngüe.

Moura (1993) define o Bilingüismo como uma filosofia educativa que permite o acesso pela criança o mais precocemente possível as duas línguas: a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa na modalidade oral.

Há proximidades e distâncias entre essas duas formas de linguagem: a oral e a escrita. Pode-se trabalhar com as duas para que através da intersubjetividade, para cada aluno que acompanha a mesma possa descobrir que em todas as formas que as linguagens se constroem sempre, exibirá a beleza dos homens que as produzem, porque os conteúdos são sempre muito mais importantes do que as formas.

Vygotsky (1991), afirma que a linguagem não depende da natureza do meio material que utiliza o que importa é o uso funcional de signos de quaisquer tipos que possam exercer papel correspondente ao da fala. Desse modo, à linguagem não depende necessariamente do som, não sendo encontrada só nas formas vocais.

Brito (1993), ressalta que em uma língua bilíngüe, o ensino de português deve ser ministrado para os alunos com deficiência auditiva da mesma forma como são tratadas as línguas estrangeiras, ou seja, em primeiro lugar devem ser proporcionadas todas as experiências lingüísticas na primeira língua dos surdos (língua de sinais) e depois sedimentada a linguagem nas crianças, ensina-se à língua majoritária (língua Portuguesa) como segunda língua.

A competência na língua de sinais depende também do conhecimento de como a própria comunidade de surdos se organiza, através do contato extra-institucional do professor com os alunos com deficiência auditiva. Além disso, os deficientes auditivos no contato com os ouvintes realizam adaptações e ajustes na língua de sinais, visando um melhor entendimento que acabam dificultando a exposição dos professores à língua de sinais, portanto exige-se que a sociedade aceite o deficiente auditivo como portador de características culturais próprias.

É importante salientarmos que qualquer proposta de bilingüismo só pode ser considerada como tal se no ambiente escolar as línguas forem respeitadas em sua integridade. Evidentemente ainda não é possível implantar uma educação com bilingüismo, pois no Brasil há um número muito reduzido de profissionais que dominam LIBRAS.

Na avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência auditiva não se pode permitir que o desempenho lingüístico interfira de maneira castradora no desempenho acadêmico, visto que o mesmo em razão de sua perda auditiva, já tem uma defasagem lingüística no que se refere a língua portuguesa (falada e/ou escrita).

Ao avaliar o conhecimento do aluno com deficiência auditiva o professor não deve supervalorizar os erros da estrutura formal da língua portuguesa em detrimento do conteúdo. Não se trata de aceitar os erros, permitindo que o aluno neles permaneça, mas sim de anotá-los para que sejam objetos de análises e estudo junto ao educando, a fim de que possa superá-los. A avaliação da aprendizagem do mesmo é ponto merecedor de profunda reflexão.

Os profissionais envolvidos nesse processo devem ser conscientes de que o mais importante é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu dia a dia, de forma que esses possibilitem uma existência de qualidade e o pleno exercício da cidadania.

Ao delinear o que é fundamental, é necessário abrir as discussões, reflexões, avaliações e principalmente, a participação com o qual é imprescindível planejar, organizar, desconstruir, além do mais pensar que fundamental é tudo aquilo que vai ao encontro da vida, que permite que o mundo entre na escola e que a escola entre em nossos diversos mundos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo demonstrou que o desafio que confronta a escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada na criança com necessidades especiais, capaz de educar a todas com sucesso. É necessário que cada profissional tenha consciência do seu papel como elo transformador das desigualdades estabelecidas pelas diferenças, para que essas não sejam vistas como obstáculos e possam ser tomadas para uma transformação social que permita um lugar digno a todos.

No âmbito escolar, observa-se a falta de preparo pedagógico do professor para atender essa clientela, pois não há curso de formação para esse profissional. Nesse caso, o professor de classe regular necessita de acompanhamento do especialista para minimizar a sua angústia. Dessa forma, torna-se necessária uma preparação prévia desse professor, a redução de números de alunos por turma, uma estrutura física adequada e o apoio especializado ao docente regular, um acompanhamento permanente aos pais e uma campanha de conscientização com a comunidade sobre a problemática da inclusão do surdo em classe regular.

Refletindo a respeito da educação como um todo, encontramos vários problemas com o próprio processo de aprendizagem em termos qualitativos e quantitativos, pois já se espera menos dos alunos “incluídos”. Além é claro, o processo de aprendizagem não ser pensado de forma surda, o que exigiria uma revisão, com a presença de pessoas com deficiência auditiva que possuem essa dimensão.

O próprio currículo precisaria refletir e constituir essa forma surda, uma vez que se caracteriza enquanto dispositivo cultural e social e é fundamental no processo de formação da identidade das crianças.

As comunidades surdas estão despertando e percebendo que foram prejudicados com as propostas de ensino desenvolvidas até então e estão percebendo a importância e valor da sua língua, isto é, a LIBRAS. Os profissionais da área estão tendo mais acesso a informações que são resultados de pesquisas e estudos sobre a Língua de Sinais, possibilitando assim, a retomada dos conceitos estruturados de surdez e de Língua de Sinais. Estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que a língua de sinais pode ser considerada como língua natural. O reconhecimento dos deficientes auditivos e da sua comunidade lingüística assegura o reconhecimento das línguas de sinais dentro de um conceito mais geral de Bilingüismo.

#### Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al.** – Brasília: SEESP, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais / organizado por Lucinda F. Brito et.al.** – Brasília: SEESP, 1998.

BRITO, L.F. **Integração social e educação de surdos.** 1. Ed. Rio de Janeiro, Babel Editora, 1993.

CORDE. **Subsídios para planos de ação dos governos federal e estaduais na área de atenção ao portador de deficiência.** Brasília: Corde, 1994.

\_\_\_\_\_, **Declaração De Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.**

Brasília: Corde, 1994.



GOES, M.C.R. (1996). **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, autores associados 1999.

\_\_\_\_\_, **O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão**. Em atualidades da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre, Editora Mediação, 1999.

GUIMARÃES, Tânia Mafra (org). **Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Minas Gerais, 2002.

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira**, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A interação de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon. Editora SENAC, 1997.

MEC/ Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC, 1994.

MOURA, M.C. **A língua de sinais na educação da criança surda**. São Paulo, Tec Art, 1993.

PEREIRA, M.C. (1989). **Interação e construção do sistema gestual em crianças deficientes auditivas/ filhos de pais ouvintes**. Tese (Doutorado) – Unicamp.

VYGOTSKY, L.S. **Obras Escogidas: fundamentos de defectologia**. Tomo IV. Madrid, Visor, 1997.

\_\_\_\_\_, **A informação social da mente**. 4.Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

## PEDAGOGIA EMPRESARIAL:

### O Papel do Pedagogo na Empresa

Autora: Talita Naves Ferreira

Co-autora: Professora MSC. Gizelda da Costa Silva Simonini

Universidade Presidente Antônio Carlos / UNIPAC

talita\_naf@hotmail.com

Este trabalho tem a finalidade de análise e apresentação dos resultados obtidos com relação ao perfil do pedagogo que atua em espaços não escolares, realizados sob o perfil do novo profissional exigido pela sociedade, que deverá ser capaz de integrar a teoria à prática cotidiana, bem como garantir a união entre a gestão do trabalho administrativo, pedagógico e comunitário, como também, da educação profissional, desenvolvidos em espaços não escolares, evitando-se a falha deste estudo. A Pedagogia empresarial trata assuntos relevantes a partes humanas de uma empresa. Como atuante na área de recursos humanos, noto a necessidade da valorização do pedagogo no meio, pois há uma desvalorização referente a esse trabalho, onde se percebe a busca das empresas pelo psicólogo; também tenho a necessidade de realizar esta pesquisa com a intenção de compreender a capacidade de atuação profissional em ambientes que extrapolem as unidades escolares, aumentando assim suas áreas de atuação, com o objetivo de que se tornem cada vez mais empregáveis; devido a esse fator é necessário que o curso de formação forneça elementos que façam com que estes profissionais tenham segurança e competência profissional. A principal meta da área de Recursos Humanos é desenvolver o potencial humano, seus conhecimentos, suas habilidades, com trabalho focado ao debate. Este trabalho será fundamentado pelos seguintes autores: HOLTZ (2004 e 2006), NOGUEIRA (2005), GRECO (2005), SILVER (2005), BOLDRIN (2000) e ROMANELLI (1978). A metodologia utilizada será pesquisa teórica bibliográfica e aplicação de questionários. Com a união de várias pessoas, podemos conseguir transformar o preconceito do fato da área da pedagogia ser somente para “dar aula em escola”, em um método que mostre que a pedagogia é um processo onde se formam cidadãos críticos, capazes de se expressar e auxiliar de diversas maneiras as ações humanas.

**Palavras-Chave:** Pessoas, Empresa e Recursos Humanos.

## **A DOCÊNCIA EM AMBIENTE PENITENCIÁRIO: O DESAFIO NO ATO DE EDUCAR**

Autor: Tamie Aparecida Santos Nunes

Co-autor: Gizelda Simonini

Universidade Presidente Antonio Carlos - UNIPAC

Instituto Educacional Fernando Motta- IFM

E-mail: [taminha\\_tg@hotmail.com](mailto:taminha_tg@hotmail.com)

Um presídio para muitas pessoas do lado de fora, é apenas um lugar onde os marginais deveriam ficar por muito tempo, por isso poucos conseguem ver que ali estejam pessoas com ênfase em um novo recomeço aptos a aprendizagens. Neste trabalho monográfico, perante ao local educacional, pretende-se saber qual a metodologia adequada aos sentenciados e se o educador está emocionalmente preparado para a integração na vivência destes. A pesquisa teve como objetivo, analisar como é o processo de busca do saber dos infratores, ou seja, se eles se sentem estimulados a construir um novo futuro, ou se acomodam com a discriminação existente na maioria da sociedade, e não valorizam a aprendizagem, ficando sujeitos à vivência irregular. Portanto, obtêm-se identificar a escolarização básica adequada a estes cidadãos, em fase de reestruturação, enfatizando um melhor desenvolvimento na relação professor-aluno. Como justificativa, apresentamos que o ato de educar é gratificante quando é bem elaborado para colher bons resultados da construção de conhecimentos; por isso, obtemos como interesse saber sobre o profissional da área da educação no sistema penitenciário, de como é a busca de novos métodos e conteúdos de ensino, o desenvolvimento emocional de ambas as partes, considerando a vida de um sentenciado, na luta em resgatar seus valores éticos e morais, reintegrando-se ao meio social como um cidadão crítico, debatendo com o preconceito e a exclusão. Realizamos pesquisa teórica, baseada em livros, outros trabalhos monográficos, artigos, sites científicos. E a pesquisa de campo terá entrevistas e depoimentos de internos, funcionários, pedagogos, que a complementar.

**Palavras-chave:** Educação penitenciária, aluno sentenciado, exclusão social.

## O NOVO ENEM E A “UTOPIA” DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.

Bruno Pereira Garcês<sup>1</sup>

Adriana Aparecida Pereira Garcês<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Governo Federal Brasileiro instituiu em 1998 o ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, tendo como objetivo principal avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. O ENEM é aplicado anualmente e muitas instituições de ensino superior aderem sua nota como substituição da primeira fase, porcentagem na pontuação ou substituição da redação. Este exame avalia principalmente a capacidade de interpretação dos alunos e a interdisciplinaridade fazendo com que alunos com facilidade em disciplinas isoladas como Português ou Geografia obtenham um melhor resultado. Em 2009 o Governo Federal propôs uma mudança no ENEM e, conseqüentemente, na forma de ingresso do estudante de ensino básico no ensino superior. Esta mudança pretende tornar o ENEM como o SAT, “Scholastic Aptitude Test”, aplicado nos Estados Unidos. O SAT é um exame similar ao vestibular no Brasil, porém é unificado, ou seja, todas as Universidades utilizam-no como forma de ingresso, sendo de forma total ou parcial. É aplicado sete vezes ao ano dando várias oportunidades para o aluno ingressar no ensino superior e tem como principal objetivo avaliar o raciocínio do aluno e não a capacidade de interpretação, com questões mais elaboradas onde apenas os melhores alunos conseguirão uma pontuação satisfatória, sendo então mais eficiente que o modelo Brasileiro de avaliação. O Principal objetivo deste trabalho é analisar o novo ENEM, suas propostas, seus objetivos e principalmente seu impacto na educação brasileira.

**Palavras-chave:** Educação básica, ENEM, Educação superior.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Química Industrial modalidade Bacharelado da Universidade Federal de Uberlândia; Professor de Educação Básica – PEB-RII da rede estadual de ensino. garcesquimica@gmail.com

<sup>2</sup> Graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba; Especialização em orientação educacional pela Universidade Presidente Antônio Carlos; Assistente Pedagógica do curso de Enfermagem da Universidade de Uberaba.

## INTRODUÇÃO

A educação no Brasil não tem sido tratada com a importância que deveria, as escolas públicas de ensino básico não oferecem condições necessárias para o trabalho docente, o que somado ao grande desinteresse dos alunos resulta em uma educação falha e com baixíssimos níveis de aproveitamento. Isto pode ser evidenciado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que numa escala de 0 a 10 o Brasil possui apenas a nota 4,2 e para agravar a situação, os governantes, professores e até os próprios alunos estão conformados com esta situação. Além disto, o método de avaliação proposto pelo Governo Federal, o Exame Nacional do Ensino Médio, não avalia de forma adequada a educação brasileira.

O ENEM é um exame diferente dos vestibulares tradicionais onde aborda principalmente a capacidade do aluno de relacionar os conteúdos de sala de aula com os problemas do cotidiano. A prova do ENEM é interdisciplinar e contextualizada onde coloca o aluno frente a situações-problemas que exigem, além de conhecimento do conteúdo, uma abordagem crítica do problema proposto.

Na redação o aluno é avaliado por cinco competências básicas:

Competência I – Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita;

Competência II – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo argumentativo;

Competência III – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;

Competência IV – Demonstrar conhecimento dos mecanismos lingüísticos necessários para a construção da argumentação; e

Competência V – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos.

Portanto, o ENEM preocupa-se com questões sociais ao invés do conteúdo decorativo dos vestibulares tradicionais.

Em 2009 o Governo Federal Brasileiro propôs uma mudança no ENEM, para tentar uma substituição dos vestibulares tradicionais pelo novo ENEM. O novo ENEM terá 200 questões teóricas e será realizado em dois dias, diferentemente do modelo antigo, com 63 questões e realização em apenas um dia.

O Ministério da Educação propôs quatro formas das Instituições de Ensino Superior aderirem ao novo ENEM:

- 1- usar o ENEM como prova única para a seleção de ingresso;
- 2- substituir apenas a primeira fase do vestibular pelo ENEM;
- 3- combinar a nota do ENEM com a nota do vestibular tradicional. Nesta modalidade, a universidade fica livre para decidir um percentual do ENEM que será utilizado na média definitiva;
- 4- usar o ENEM como fase única apenas para as vagas ociosas da universidade.

Com esta liberdade de escolha, o Ministério da Educação espera que até 2012, todas as Instituições de Ensino Superior utilizem o novo ENEM como vestibular e além destas quatro formas, o Ministério da Educação está aceitando sugestões para outras formas de utilização do novo ENEM para o ingresso no ensino superior.

O novo ENEM veio para ser um reflexo do SAT, “Scholastic Aptitude Test”, aplicado nos Estados Unidos sete vezes por ano para dar mais oportunidades aos alunos de ingresso ao nível superior.

Além da mudança na estrutura da prova e forma com que as Instituições de Ensino Superior poderão aderir ao novo exame, as questões também sofrerão uma alteração significativa abrangendo mais o conteúdo do ensino médio sem deixar de abordar a interdisciplinaridade e a contextualização das questões.

Mais da metade das instituições federais do Brasil já aderiu ao novo ENEM, e espera-se que todas as instituições utilizem este processo para ingresso no ensino superior.

Ainda não foi feita a discussão dos problemas que a educação no Brasil tem atualmente e poderá ter após este novo exame.

Será discutido a seguir a relação de problemas ou soluções que o novo ENEM pode trazer para a educação brasileira, e ainda discutir como as questões sociais afetam na educação, principalmente de escolas públicas onde o nível social dos alunos é menor e a informação que eles recebem de seus pais é cada dia mais insuficiente para seu crescimento pessoal e profissional.

Pretende-se mostrar a opinião de escolas públicas e particulares e das universidades sobre o novo ENEM e relacionar este com o ensino básico, principalmente de escolas públicas.

## DESENVOLVIMENTO

Primeiramente analisamos o antigo ENEM, que foi instituído em 1998 com 157,2 mil participantes, tendo participação recorde no ano de 2007 com 2,8 milhões de participantes. O ENEM é um exame que não avalia as reais condições da educação brasileira, pois se limita a determinadas capacidades e não avalia as outras, um tipo de avaliação que é tendenciosa para aqueles que dominam melhor alguns conteúdos como o Português e a Geografia, conteúdos específicos de ensino médio não são cobrados de forma a incentivar o aluno a estudar estes conteúdos como a física, a química e a biologia.

Infelizmente o modelo atual do ENEM é possível para comparar apenas alguns aspectos internos no Brasil, não sendo suficiente para analisar a educação como um todo, isto pode ser demonstrado ao vermos a dificuldade dos alunos a ingressar no ensino superior, principalmente em cursos mais concorridos como a Medicina e também vemos que nossos alunos raramente conseguem uma bolsa de estudos em outros países, demonstrando que mesmo com um alto rendimento no ENEM eles não conseguem obter alto rendimento no SAT, modelo americano de avaliação.

Já dentro da escola, os problemas são variados, principalmente na escola pública, onde é difícil se encontrar um ensino de qualidade, não somente pela falta de preparação, motivação e muitas vezes até instrução dos professores, mas principalmente pelos alunos. A falta de interesse nas aulas é freqüente e o que vemos na verdade são pessoas “obrigadas” a freqüentar a escola para não perderem alguns benefícios como o “Bolsa Escola”, outro programa do Governo Federal para tentar solucionar o problema na educação básica no Brasil, porém que não funciona da forma correta e infelizmente faz o oposto do que deveria. É uma pena vermos que a vida entre educadores e alunos se transformou em um relacionamento fatídico, onde ambos não conseguem dividir a sala de aula e vivem quase que sempre em um ambiente de agressão que muitas vezes é devido alto estresse passado pelos professores e pelo ambiente familiar do aluno.

Este ambiente agrava e muito a saúde dos professores, podemos comprovar este fato vendo o grande número de licença saúde que professores de educação básica tiram todos os meses.

Querem melhorar a educação no Brasil através do ensino superior, com programas de incentivo a docência, mudança no ingresso do aluno nas instituições de ensino superior, e reforma universitária, mas se esquecem que o problema principal ainda está no ensino

básico, principalmente durante a alfabetização, nós educadores não recebemos salários dignos sendo que deveríamos ser uma das classes com maiores rendimentos uma vez que todos devem passar por um educador para exercerem suas profissões, sejam elas de nível superior, nível técnico, nível médio ou até mesmo de nível fundamental.

Ainda temos os problemas sociais que afetam principalmente os alunos de escolas públicas, muitos deles vão à escola para manter sua bolsa escola, para ficar longe dos pais pois estes brigam muito, fugir de responsabilidades domésticas e até para manter um convívio social que muitas vezes não é possível no ambiente familiar. Estes alunos não estão preocupados com sua educação, pois muitos se contentam com a vida que estão levando, não têm o pensamento que sempre podemos fazer melhor do que estamos fazendo. Para agravar ainda mais a situação, muitos professores ainda levam para escola seus problemas pessoais, o que afeta diretamente na educação dos alunos.

Voltando ao ENEM, sua nova estrutura promete mudanças radicais no sistema de ingresso do aluno no ensino superior, e sua proposta irá modificar conseqüentemente a estrutura de funcionamento do ensino básico, pois os professores vão ter que se adequar ao novo sistema, transmitindo conteúdo menos decorativo e mais preocupado com o raciocínio do aluno. Este é um dos aspectos positivos deste novo modelo de exame que promete mudar a visão dos educadores de ensino básico sobre o ingresso no ensino superior. Outra mudança de extrema importância será estimular o raciocínio do aluno com questões mais apropriadas, envolvendo os conteúdos do ensino básico de forma interdisciplinar e contextualizada.

Por outro lado, a mudança apenas no sistema de avaliação não é suficiente para melhorar a educação no Brasil, é preciso muito mais para tal feito que ainda é utópico devido a vários fatores dos econômicos aos sociais e todos eles com influência de outros fatores mais influentes que são os políticos. Vivemos em um país democrático onde esta democracia é exercida a cada dois anos sempre no mês de outubro no que muitos chamam de movimento democrático ou eleições.

Devemos concordar que nenhum governo se preocupou tanto com a educação como o atual, porém este governo investe de forma errada ou no mínimo insuficiente. Precisamos melhorar primeiramente a educação infantil, alfabetizar nossas crianças pois elas, daqui a 20 anos, serão nossos profissionais e se elas obtiverem um excelente ensino desde a alfabetização até a conclusão do ensino superior, amparado por um mercado de trabalho mais justo e com condições de emprego melhores, com certeza poderemos afirmar que sua edu-



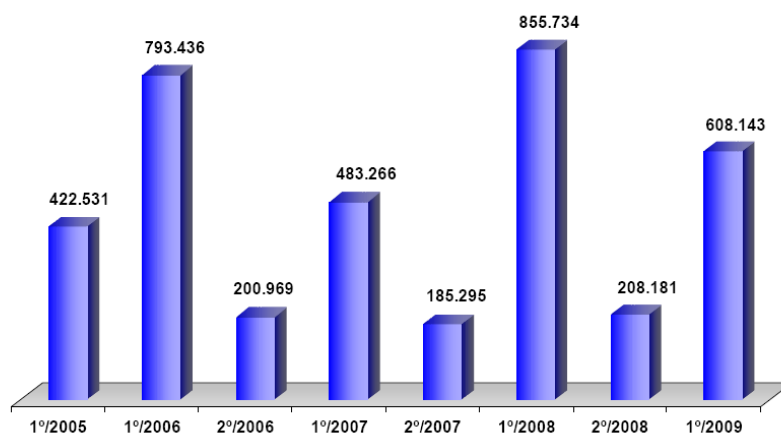
cação foi adequada, foi de “primeiro mundo”, agora ver adolescentes ingressarem no ensino superior sem noções básicas de ortografia ou gramática é extremamente preocupante.

Para piorar esta situação, ainda temos novas regras ortográficas para o Português do Brasil, regras que muitos dizem que vieram para facilitar, porém só terão este fundamento quando nossas crianças que estão sendo alfabetizadas com estas novas regras estiverem transmitindo este conteúdo novamente para outras crianças, mantendo este ciclo.

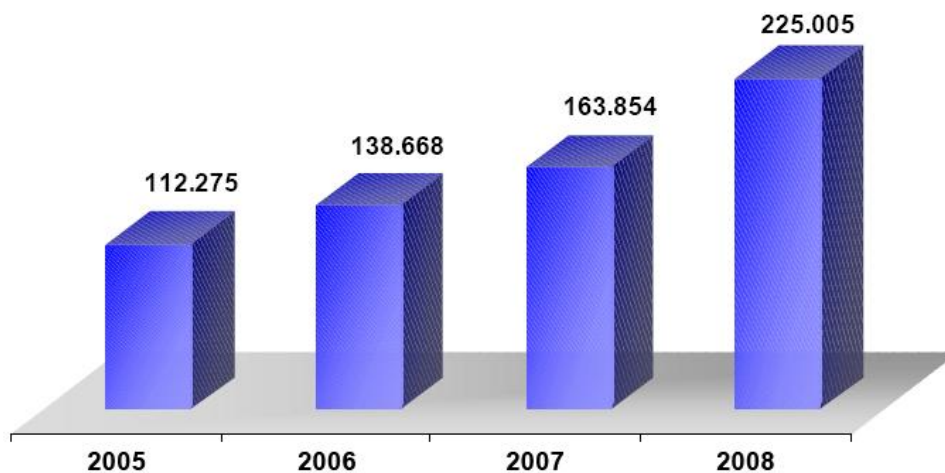
O ENEM é um dos pré-requisitos do PROUNI, Programa Universidade para Todos, este programa iniciado em 2005 contempla estudantes de baixo nível sócio-econômico no ingresso a instituições particulares de ensino superior, porém, encontramos alguns problemas políticos neste programa principalmente neste ano onde 74 instituições de ensino superior foram notificadas por não fornecerem 10 mil bolsas integrais para os estudantes, mesmo recebendo recursos para tal ação. Além disto, muitas pessoas com condições necessárias para financiar seus estudos são beneficiadas devido a pessoas influentes ou até mesmo fraude na inscrição do processo.

Mesmo assim os brasileiros não desistem de conseguir esta chance no ensino superior, a quantidade de pessoas que se inscrevem no prouni aumenta a cada ano, mostrando esperança e acreditando na educação superior do Brasil, mesmo sem as mínimas condições durante o ensino básico.

Os gráficos abaixo mostram a quantidade de inscritos no PROUNI anualmente e a quantidade de candidatos contemplados com bolsas sendo que 70% das mesmas são integrais:



**Gráfico 1. Número de inscritos por ano no PROUNI.**



*Gráfico 2. Número de bolsas fornecidas pelo PROUNI por ano.*

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após analisarmos a educação básica, o ensino superior e os intermediários entre estes dois “mundos”, podemos concluir que o principal problema na educação no Brasil não está no ensino superior ou na forma de ingresso neste, e sim na educação básica. Mas isto só irá mudar com melhorias no sistema social do Brasil, como políticas de valorização de mão de obra, aumento no nº de empregos formais, diminuição de impostos e principalmente o apoio a famílias carentes a colocarem seus filhos na escola, mas não com incentivos financeiros e sim com um emprego ou com incentivos fiscais. A solução para a educação brasileira ainda está em aberto, porém sabemos que com projetos de incentivo à docência e mudança no ingresso à educação superior esta realidade não irá mudar, precisamos incentivar os políticos a pensarem melhor no emprego, na saúde e na sociedade, somente assim iremos ter uma educação digna, pois sem estes três fatores os alunos não se motivam a frequentar a escola e conseqüentemente o professor não tem vontade trabalhar.

“A educação é a base do desenvolvimento e do despertar introspectivo do ser humano em busca de seus direitos! Sem educação não há futuro, sem futuro não há esperança e sem esperança não nos restará nada, a não ser viver na escuridão em pleno dia de verão!”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. 1998. Disponibiliza informações sobre o Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em <<http://www.enem.inep.gov.br>> acessado em 30/04/2009.

HEPP, I. C. U. **A Formação Continuada na Escola: Treinar para Reproduzir ou Formar para Transformar?** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Práticas Educativas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. 2008

OLIVEIRA, T. M. **Educação é a base de tudo.** Recanto das Letras, 2008.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS. 2005. Disponibiliza informações sobre o Programa Universidade para Todos. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/prouni/>> acessado em 30/04/2009.

# DESAFIANDO NOSSA PRÁTICA PEDAGÓGICA: UM DIFERENTE MODO DE AVALIAR

Autoras: Caroline Reis Costa;<sup>1</sup>  
Gabriela Alves Silveira da Gonzaga;  
Larissa Naves Lourenço;

O presente trabalho de comunicação oral, tem como objetivo expor uma pesquisa teórica realizada pelas alunas da Universidade Federal de Uberlândia, na disciplina de Didática, sob orientação da professora Dr. Olenir Maria Mendes. Aborda um assunto presente nas discussões do atual contexto escolar, a avaliação e também mostra os diferentes instrumentos avaliativos.

**Palavras chave:** Avaliação; instrumentos; verificação; avaliação formativa;

## **Introdução:**

Fazendo uma breve análise da docência, nos confrontamos com a constante fragmentação do saber e das qualificações profissionais, havendo, portanto um desvio do foco em relação ao processo de aprendizagem.

Para que aconteça uma boa prática pedagógica, torna-se fundamental que os profissionais sejam qualificados e capazes de assumir responsabilidades, serem possibilitados de tomar decisões, buscar soluções para problemas que ocorrem durante o processo de produção.

Um dos problemas que está presente no cotidiano de todo professor é a tão problematizada avaliação. E o presente trabalho tem por objetivo esclarecer alguns conceitos, dúvidas e proporcionar conhecimento sobre este vasto tema.

## **Concepção de avaliação:**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia - 3º ano de graduação de Pedagogia

Avaliação é um processo que permite relacionar os conhecimentos aos saberes socialmente construído e adquirido em sala, contextualizando-os no mundo em que vivemos.

*Avaliação na LDB 9394/96: Cap. V – a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.*

Pesquisas demonstram que o processo avaliativo é uma questão que tem incomodado muitos alunos e professores, sendo concebida por alguns como uma obrigação institucional, e um instrumento de poder e opressão.

Estabelecendo uma análise com o cotidiano, salientamos que, os diplomas, hoje, não garantem a obtenção ou perenidade de um emprego. Contudo a avaliação deve ser vista como parte, e não como o todo do processo pedagógico.

O termo avaliação é visto pela maioria das pessoas interligada ao termo nota, vale ressaltar que a nota pode determinar o lugar do sujeito na hierarquia da escola e das universidades, contudo, no conjunto dos dados, ela não é uma pura abstração que reflete os saberes e competências. Faz-se então necessário superar a noção de visão da nota como prêmio ou castigo, remontando desta forma uma alienação da relação pedagógica, a nota neste caso é tomada como sendo mais importante do que a própria aprendizagem.

Na visão do avaliador, esta deve ser compreendida como uma ferramenta eficiente para diagnosticar o estágio de aprendizagem em que o educando se encontra, norteando decisões efetivas que propiciem o avanço do estudante no processo.

O termo avaliação é muito amplo, nós educadores e indivíduos de uma sociedade estamos em constante processo de avaliação, a todo instante estamos avaliando. Partindo para o contexto da sala de aula, sabemos que os processos de avaliação, por mais simples que sejam, necessitam de critérios e princípios bem elaborados.

Uma grande problemática da avaliação é que às vezes pessoas a utilizam como um instrumento de discriminação e seleção social, na medida em que separam os aptos dos inaptos, os capazes dos incapazes. “De instrumento de análise do processo educacional, a avaliação tornou-se instrumento de dominação, de controle, de seleção social, de discriminação, de repressão...” (Vasconcellos, 2003).

Ao realizar uma avaliação é necessário que se faça algo quanto ao objeto avaliado, o processo avaliativo exige certa legitimidade, podendo esta ser, técnica ou política, a técnica é adquirida através do processo formativo, e a política deve ser buscada por meio de objetivos políticos.

È através da avaliação que aprendemos, onde se encontra o erro, o déficit, a inadequação, através dela podemos assim pautar com uma melhor coerência a nossa prática.

Na maioria das práticas pedagógicas dos processos avaliativos não nos detemos aos erros, e esta questão é fundamental, pois é através deles que detectamos as não aprendizagens. E ainda assim, não pensamos sobre o que fazer para a superação das dificuldades.

### **Avaliação x verificação:**

Existem duas maneiras de avaliar, uma é apenas verificação de aprendizado, as quais somente constata-se notas, a outra é a avaliação, chamada por nós de avaliação formativa, esta já possui um objetivo mais amplo e se dá numa perspectiva investigativa da realidade, tendo que o avaliador estar sempre refletindo sobre a realidade, a fim de chegar mais próximo dela e realizar uma justa avaliação.

Em nossa prática nos limitamos a transmitir o conteúdo, marcar a data do exame, aplicação deste e posteriormente correção e entrega de resultados. E de acordo com Luckesi (1995) conceituamos esta ação como sendo uma avaliação, porém este é um falso conceito, pois estamos fazendo na verdade uma mera verificação dos resultados. Para ele a verificação se encerra com a obtenção da informação que se busca, ou seja, se o aluno aprendeu ou não.

A avaliação implica em: coleta, análise e síntese dos dados. Ao avaliar devemos fazer uma tomada de posição de acordo com o objeto de avaliação, sendo este favorável ou não para o trabalho pedagógico.

Verificação se dá pela avaliação que proponho, mas que a uso apenas como forma de seleção e classificação dos alunos. O importante neste processo é o resultado quantitativo. O professor na maioria das vezes nem se preocupa com a construção do conhecimento do aluno, no seu papel enquanto facilitador da aprendizagem há uma atribuição do fracasso apenas para os alunos, desconsiderando a possibilidade de sua metodologia de trabalho interferir na aprendizagem dos alunos.

Para Luckesi (1995), a avaliação direciona o objeto numa trilha dinâmica enquanto a verificação o “congela”.

A partir da amplitude ou limitação da compreensão do seu fazer na avaliação, os professores podem reforçar uma realidade social, seletiva e excludente ou se mobilizar

para a construção de alternativas de avaliação que visam uma educação efetivamente democrática. (Mendes. 2005).

### **(Re) significação da avaliação:**

“Existe o mito de que o bom professor é aquele que reprova todo mundo”. (Hoffmanm, 1993)

Para que possamos ressignificar a avaliação e ainda desmistificar os mitos existentes em torno da avaliação, devemos integrar algumas atitudes básicas em nossa ação:

1. Professor deve compreender os limites e as possibilidades da avaliação;
2. Abrir mão do uso autoritário da avaliação;
3. Rever a metodologia de trabalho em sala de aula;
4. Os aspectos formativos da avaliação devem-se sobrepor aos técnicos;
5. O ato de avaliar deve ser compreendido como prática de investigação, e não de classificação;
6. O aluno deve tomar consciência de seus erros e acertos, propondo junto com o professor ações de superação, repensando a sua forma de estudo.

### **Avaliação formativa:**

Avaliação formativa é toda prática de avaliação contínua que pretenda contribuir para melhorar as aprendizagens em curso. Para que ocorra uma avaliação formativa esta precisa acontecer durante todo o processo de ensino-aprendizagem, esta leva em consideração os propósitos estabelecidos por professores e alunos para garantir - se a regulação das aprendizagens. (Perrenoud. 1999).

O professor deve usar a avaliação de maneira formativa, ou seja, acompanhar constantemente o progresso de seu aluno, quando aplicar a prova ao corrigi-la este deve se aprofundar nos erros e acertos, e assim tirar um tempo para uma conversa com o aluno, para tentar ajuda-lo em seus erros, sanar as suas dificuldades, fazendo com que esse tipo de avaliação sirva como um modelo para as dificuldades que podem sim ser superadas com a ação do professor em conjunto com o aluno.

Na avaliação formativa, o planejamento e a avaliação estão articulados, a ênfase é dada às forças dos alunos e não às suas debilidades, o aluno é considerado com um todo desde seus estilos de aprendizagem, perpetuando as suas capacidades lingüísticas, as experiências culturais e educativas e seus níveis cognitivos.

A formulação de objetivos e critérios de avaliação não é tarefa exclusiva dos professores, pois implica que os alunos também participem desse processo, pois os critérios de avaliação devem ser públicos e compartilhados;

Além de avaliar o aluno, é necessário avaliar todo o sistema educacional, as possibilidades oferecidas por estes, a formação dos professores, e ainda o trabalho realizado pelo mesmo.

Fazendo uma relação entre a interação professor e aluno, pode-se afirmar que as relações de mediação feitas pelo professor, durante as atividades pedagógicas, devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua auto-imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões.

Vasconcellos (1995) propõe alternativas para uma avaliação formativa, são estas:

1. Abrir mão do uso autoritário da avaliação. É necessário avaliar para saber se o aluno aprendeu ou não o conteúdo dado;
2. Alterar a metodologia de trabalho na sala de aula. Esta precisa ser diversificada, problematizadora e ter como princípio o diálogo, ter um conteúdo significativo e uma metodologia participativa. É preciso retomar, re-enfocar, replanejar, alterar o ritmo, buscar novas estratégias de abordagem (Vasconcellos, 1995);
3. Redimensionar o uso da avaliação. Até que ponto ela contribuiu para mostrar se o aluno aprendeu ou não?
4. Redimensionar o conteúdo da avaliação. As questões da prova são as que o aluno precisa saber?
5. Alterar a nossa postura diante dos resultados. De acordo com estes, ajudar os alunos quanto às suas necessidades;
6. Criar uma nova mentalidade junto aos alunos, professores e à comunidade acadêmica. Trabalho em conjunto, conscientizando a comunidade acadêmica como um todo, aquisição de consciência e desejo de mudança.



O objetivo da avaliação deve ser o de realimentar o planejamento e o ensino, apontando para dificuldades e para formas de como resolver os problemas. Faz – se necessário, portanto esclarecer os objetivos da avaliação, os critérios utilizados, as limitações, conseqüências, os tipos de instrumentos, integração da sua vivência como processo de ensino e de aprendizagem. O Aluno deve ser participativo no processo avaliativo, requerendo do professor uma postura de escuta e de negociador.

“O que se espera de uma avaliação transformadora é que seus resultados constituam parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões, percebendo a necessidade do aluno e intervindo na realidade para superá-la.” (Vasconcellos, 2000).

### **Instrumentos de avaliação:**

O professor deve se apropriar dos diversos instrumentos de avaliação, fazendo destes, uma avaliação e não uma mera verificação. Para que isso seja feito, o professor através dos resultados obtidos pelo contato da produção do aluno, deve procurar analisar o que pode ser mudado, se é a sua metodologia que está deixando a desejar ou se ao problema é específico do aluno, desenvolvendo conjuntamente com este, formas que atendam as necessidades de ambos.

#### *Alguns dos instrumentos de avaliação:*

- Provas: É comum o uso da prova como instrumento avaliativo, talvez por oferecer maior facilidade e por estar arraigado em nossas tradições escolares. Porém essa maior facilidade se dá apenas em termos aparentes, pois para um bom uso deste instrumento avaliativo sabe-se que são necessários alguns critérios e dentre estes está dedicação, objetividade e preparação com antecedência. Na maioria das vezes as provas são utilizadas como prática verificativa, punição e sem retorno para um melhor aprendizado. As provas podem ser divididas em dois grandes grupos: provas dissertativas, e provas objetivas;
- Prova dissertativa: conjunto de questões ou temas, exigindo respostas de acordo com as palavras do conhecimento dos próprios alunos, verifica o

desenvolvimento das habilidades intelectuais dos alunos na assimilação dos conteúdos;

- Prova Objetiva: instrumento de medida composto de questões precisamente especificadas, que cada qual só admite uma resposta, previamente definida, o que lhe assegura a impessoalidade do julgamento e inteiro acordo entre os examinadores;
- Painel Integrado: inicialmente faz-se um estudo individual, após, a uma integração do estudo se tornando então coletivo, possibilita uma visão dos assuntos abordados sob vários ângulos;
- Auto-avaliação: apreciação feita pelo próprio aluno de seus resultados, possibilita o desenvolvimento de uma postura crítica e responsável;
- Avaliação diagnóstica: Conhecimentos retirados de nossos alunos, a partir do que eles já sabem para dar segmento;
- Observação: Investigação informal das características individuais e grupais dos alunos, devendo ser uma avaliação fundamentada em várias situações e com critérios propostos;
- Entrevista: Ampliação dos dados que o professor já possui em relação a um problema específico que fora detectado nas observações;
- Diário reflexivo: Registro diário do conteúdo estudado, feito pelos alunos;
- Portifólio: O aluno relata suas experiências, fazendo posteriormente uma reflexão e estabelecimento de objetivos;
- Trabalho monográfico: através de um projeto de pesquisa e sob a orientação de um professor o aluno vivencia o processo de produção do conhecimento, a partir da problematização de uma dada realidade;
- Seminário: Investigação de um problema, de acordo com diferentes perspectivas, com o objetivo de alcançar profundidade de compreensão, a partir de um grupo de estudos se faz o debate de um ou mais temas, sendo uma apresentação individual ou coletiva, com orientação do professor;
- Conselho de turma: momento em que o professor e o aluno possam discutir os problemas da aprendizagem, propondo sugestões em conjunto.

Embasado nos conceitos acima se pode ter uma breve concepção de como avaliar, sendo que existem vários tipos de instrumentos avaliativos e nenhum é melhor

que o outro. Pois cada momento do cotidiano escolar necessitará de um instrumento, podendo o instrumento de hoje não ser eficiente amanhã. Uma vez que ao lidar com avaliação existem inúmeras variáveis, isto implica numa constante investigação da realidade para buscar acertar nos instrumentos a ser utilizados, a fim de que consigamos partir dos erros dos alunos e realizar soluções ao processo de ensino aprendizagem deste.

Segundo Freire (1996, p.96), “o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas”.

Logo, a relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, trabalhando o lado positivo dos alunos contribuindo, assim, para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

“A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitando uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. É a forma de acompanhar o desenvolvimento dos educandos e ajudá-los em suas eventuais dificuldades” (Vasconcellos, 1995, p.43).

*“O propósito principal da avaliação não será cumprido se a avaliação não se converter em auto-avaliação, tanto para o professor quanto para o aluno.”*  
(Camilloni).

### **Bibliografia:**

HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora: Uma prática em construção da pré-escola á Universidade*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LUCKESI, C. *A avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1995.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *Provas objetivas: técnicas de construção*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1977. 160p

MENDES, Olenir Maria. Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis. In: VEIGA, I. P. A e NAVES, M. L. P. (orgs). **Currículo e avaliação na educação superior**. Araraquara – SP: Junqueira & Marin. 2005, p. 175-197.

## **AVALIAÇÃO: algumas reflexões**

Manuel Gilson Francisco Rosa  
Acadêmico Curso Pedagogia-UNIPAC  
Profª Ms-UNIPAC: Ioná Vieira Guimarães Venturi  
ionaguimaraes@ig.com.br

Este trabalho é um estudo a respeito da avaliação escolar. Para muitos teóricos, a avaliação constitui-se em um processo capaz de verificar o aprendizado construído ou não pelo aluno o que possibilita ao professor constatar, acompanhar a construção de conceitos, de habilidades e ainda detectar as possíveis falhas ou dificuldades de aprendizagem. Nessa perspectiva, avaliar não significa apenas medir, pois nem todas as habilidades desenvolvidas na instituição escolar podem ser testadas ou medidas, e ainda utilizar um número ou nota como resultado. Avaliar é certificar os avanços e as permanências ocorridas pelo aluno em um determinado tempo. A avaliação determina em que medida os objetivos foram alcançados e a intervenção necessária. Trata-se de um processo contínuo e sistemático durante o processo de aprendizagem, é orientador, pois, o aluno percebe seus erros e acertos. A avaliação apresenta três funções: a *diagnóstica*, feita no início do curso para conhecer o aluno; a *formativa* é realizada durante o ano letivo, para verificar a progressão do aluno, segundo os objetivos educacionais; a somativa, para classificar o aluno no final do ano letivo segundo os seus progressos. Para Luckesi (2000: p.08), avaliar equivale a dois processos: o *diagnóstico* e a *decisão*. O primeiro é uma *constatação* do ensino-aprendizagem, um processo que deverá qualificar o aluno. O segundo é a tomada de *posição*, ou seja, do que fazer diante da qualificação ou diagnóstico feito sobre o aluno. Nesse processo, o diálogo é fundamental, pois “(...) o ato de avaliar não é impositivo, mas sim um ato dialógico, amoroso, construtivo.”

**PALAVRAS-CHAVES:** Avaliação escolar ,aluno ,aprendizagem

## CURRÍCULO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXTERNAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Márcia Rosa da Silva

UNIPAC/IFM

[marcia.rosa2009@hotmail.com](mailto:marcia.rosa2009@hotmail.com)

Gizelda Simonini

UNIPAC/IFM

[gizeldasimonini@yahoo.com.br](mailto:gizeldasimonini@yahoo.com.br)

No decorrer dos estágios, realizados na graduação do curso de Pedagogia da UNIPAC/IFM, foram feitas observações na decorrência de provas externas ao currículo escolar. Respalado em tal fato surgiu este trabalho de conclusão de curso TCC/monografia do referido curso, com a finalidade de compreender o papel do Currículo Escolar diante das avaliações de resultado. Desse modo, tem como objetivo abordar as teorias de currículo escolar; analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais, analisar as avaliações externas aplicadas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, conhecer o programa curricular de uma escola pública estadual, entrevistar professores do ensino fundamental e, por fim, analisar os valores que o Currículo Escolar almeja atingir na formação do educando. O estudo nasce da concepção de que o Currículo Escolar vai além do conjunto de disciplinas a serem seguidas numa instituição educacional. Pois, dentre muitos fatores, este deve contextualizar a realidade na qual está inserido, a ser coerente com o que a sociedade espera na formação pessoal e profissional dos cidadãos. O trabalho está sendo realizado em dois tipos de pesquisa, a primeira teórica, fundamentada em grande autores, tais como Cool (2008), Giroux (1997), Moura (2008), Padilha (2004), Pedra (1997), Sacristán (200), Young (2007), e pesquisa de campo, a qual será realizada através de questionários com professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

**Palavras-Chave:** Currículo Escolar – Avaliações Externas – Contexto escolar.

## AVALIAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS: SIMAVE E BRASIL

Maria Auxiliadora dos Santos

Gizelda Costa da Silva Simonini

Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Elevadíssimos índices de reprovação e evasão escolar, aliados a um baixíssimo nível de qualidade da educação escolar, tanto em termos de apropriação do conhecimento quanto a formação de uma cidadania ativa e crítica fez com que a avaliação em larga escala firmasse recentemente no Brasil como componente importante do monitoramento da educação básica superior. Essas avaliações são instrumentos que fornecem informações qualificadas para que gestores do sistema da escola e professores possam diagnosticar problemas no âmbito em que atuam e promover ações de melhoria. Sendo assim, é fundamental entender o que determinado governo implementa, pois uma visão ampla, geral da estrutura de um todo nos dá melhores condições para compreender as partes que compõem esse todo, contribuindo para a nossa cidadania. Essa temática tem como finalidade compreender a avaliação sistêmica no contexto das políticas públicas e refletir sobre o impacto causado no processo ensino aprendizagem, analisando e aprofundando conhecimentos teóricos e metodológicos envolvidos no processo de avaliação das políticas públicas e do ambiente escolar, com vistas à aplicação escolar e social. Trabalho este, pautado no fundamento de um programa de avaliação educacional, a avaliação da educação básica no Brasil e as competências para ensinar no século XXI, como também o aprofundamento analítico de documentos: módulo e competências básicas e Proalfa, Boletim Informativo que abordam a questão da avaliação sistêmica nas séries iniciais. Será realizado um estudo de caso de análise situacional na Escola Municipal de Babilônia, propiciando identificar os problemas apontados. Objetiva à atuação na docência, procede-se a uma visão de todo o processo avaliativo em larga escala em todas as suas dimensões. Busca esclarecer o processo histórico da implementação do Simave e Brasil, bem como o objetivo da avaliação nas séries iniciais, realizada pelas políticas públicas, os problemas e dificuldades que a escola apresenta para realizar o mesmo.

**Palavras-Chave:** Avaliação sistêmica, Políticas públicas, escola, capacitação profissional.

## A REPROVAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA –MG

Maria de Fátima Fernandes Barbosa Dias  
Cláudia Augusta Goulart

Esse trabalho de conclusão de curso propõe uma reflexão sobre a repetência e o desencadeamento da evasão escolar nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais da cidade e Uberlândia-MG. Estudos apontam que a temática em questão tem sido objeto de análise e reflexões de pesquisadores há várias décadas. No entanto, apesar dos esforços de analistas e educadores, os resultados demonstram altos índices de reprovação no ensino público. Detectamos por meio da pesquisa que foi a partir da década de 90 que os governos buscaram alternativas para conter os elevados índices de repetência através do investimento em Políticas Públicas Educacionais. Buscamos identificar e compreender as razões que sustentam o fracasso escolar, o que ocasiona a retenção dos alunos e aumenta o índice de repetência das escolas da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia. Fundamentamos nossa discussão por meio da análise de dados estatísticos e das Políticas Públicas adotadas pelo município para diminuir a repetência escolar. Analisamos o Censo Final 2006 da cidade e verificamos, de acordo com os dados apresentados, que há um número considerável de alunos reprovados. Percebemos ainda que é na passagem do segundo para o terceiro ano que ocorre a maior incidência de repetência e evasão escolar. A metodologia utilizada para a elaboração deste estudo constituiu-se em pesquisa bibliográfica e análise de documentos acerca do tema proposto e do estudo de caso da escola que apresentou o maior índice de reprovação, no ano de 2006. Este levantamento foi feito em parceria com a equipe de Inspectores Escolares da Secretaria Municipal de Educação. Iniciamos nossos estudos abordando a questão de reprovação e evasão escolar em nível nacional, para que pudéssemos compreender a realidade local.

**Palavras-chave:** Repetência – evasão – fracasso escolar



## A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neuza Soares Menezes  
Aluna do curso de Pedagogia s  
UNIPAC/IFM –  
Uberlândia/MG -  
neuzasoaresudi@yahoo.com.br

Gizelda Simonini  
Orientadora Professora do  
Curso de Pedagogia da  
UNIPAC/IFM- Uberlândia/MG

Este trabalho monográfico tem como objeto de pesquisa a modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos da cidade de Uberlândia, fazendo um paralelo com a realidade do ensino em todo o Brasil. A metodologia utilizada caracteriza-se como referência bibliográfica baseada em Freire, Gadotti, Soares e outros autores que estudam o assunto. Elaboramos roteiros de questões que foram respondidos por professores especializados em ensinar jovens e adultos e também por alguns alunos. Sabe-se que o trabalho do EJA é de grande importância para os alunos que não tiveram acesso à escola dentro da faixa etária recomendada, pois restaura o direito à educação, oferece igualdade de oportunidades para a entrada e permanência no mercado de trabalho e qualificação para uma educação contínua. Consideramos a educação direito de todos, assegurado pela legislação vigente e as principais considerações a que chegamos foi que para os jovens o estudo é uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, para os idosos é a oportunidade de poderem realizar um estudo bíblico, além da elevação da auto-estima. Porém, a maior dificuldade que encontram é conciliar o estudo com o trabalho, porque após trabalharem várias horas por dia, ainda têm que se concentrar nos estudos. Desta forma, este estudo analisa métodos e soluções para diminuir a evasão de alunos das escolas. Este estudo não tem o objetivo de solucionar o problema da evasão escolar, mas refletir sobre a importância e necessidade de reduzi-la com idéias e sugestões de métodos a serem usados.

**Palavras-chave:** Evasão; Jovens e Adultos; Educação

## **AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR COMO FERRAMENTA DE EXCLUSÃO SOCIAL**

Rosana Aparecida Araujo Cândida  
Gizelda Costa da Silva Simonini  
Unipac  
rosana-good2@hotmail.com

A presente pesquisa tem como enfoque a avaliação escolar, com o objetivo de analisar o processo avaliativo e as teorias que envolvem o problema da avaliação em sala de aula. É inegável a influência exercida pela avaliação, não só durante a vida estudantil, ela está presente no decorrer da vida social do indivíduo, não só no mercado de trabalho, mas também em suas escolhas futuras e na própria formação do seu caráter. É importante observarmos que o processo de avaliação precisa ser bem tratado nas escolas, também como pela família, que é responsável pela formação cultural. Avaliar não é somente um processo de ensino aprendizagem que simplesmente atribui notas obrigatórias em determinada disciplina; a avaliação da aprendizagem implica a tomada de decisão e a melhoria da qualidade do ensino. Nos últimos anos, a avaliação assumiu grande importância nas políticas dos governos, devido ao crescimento das avaliações externas, como forma de medir a evolução educacional de um país, e, conseqüentemente, as escolas também passaram a trabalhar com um olhar voltado para essas avaliações externas. Uma necessidade do contexto educacional é fazer com que nossa prática educativa seja desenvolvida, de maneira coerente, e que esteja comprometida com a promoção da transformação social e a formação de cidadãos conscientes. Para alcançarmos esse objetivo, a avaliação não pode ser um ato mecânico, no qual o professor dá atividades, o aluno as realiza, sendo-lhe dado um conceito para aferir a medição do conhecimento. A avaliação tem que ser um ato, no qual a reflexão seja inerente, contribuindo para a construção de competências: técnicas, sociais, políticas e culturais.

**Palavras-Chave:** Avaliação ,Professor,Aluno.

# **A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL.**

Autora: Vivian Cristine Barbosa Pereira.  
Co-autora: Ms. Gizelda Costa da Silva Simonini.

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC  
E-mail: [mendesnotaprestadora@hotmail.com](mailto:mendesnotaprestadora@hotmail.com)

## **RESUMO**

Este trabalho tem como tema “A Importância da Avaliação no Processo de Ensino e Aprendizagem nas séries iniciais na rede Municipal de Uberlândia-Mg”. A escolha deste tema foi devido a inquietações, a busca de caminhos que aproximem mais o educador e o educando, respeitando as suas realidades e diferenças e as utilizando como forma de aproximação. Com a avaliação escolar podemos identificar o grau de aprendizagem assimilado pelo educando e distinguir o quanto foi possível ser aprendido e armazenado por eles, o educador poderá com isto realizar a sua auto-avaliação quanto a sua metodologia aplicada. A atividade educativa elucida a necessidade de planejar os objetivos a serem traçados com intuito de atingir, através do ensino aplicado, a aprendizagem. O objetivo deste estudo é identificar a necessidade de elaborar estratégias para que as formas de avaliar sejam muito mais do que testar o domínio de informações conteudistas, e sim, discutir e analisar os instrumentos de avaliação utilizados nas escolas, verificando as práticas que eles revelam dentro de uma perspectiva afetiva na relação ente aluno e a escola. Este trabalho bibliográfico utilizou como metodologia a pesquisa em livros, Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, Lei Diretrizes e Bases da Educação, internet, revistas foram consultados para a coleta de informações e a pesquisa de campo desenvolvida na Escola Estadual Alexandra Pedreira mediante entrevista aplicada a dez professores da Educação Ensino Fundamental. O trabalho tem como fundamentação teórica os seguintes pensadores: Hoffman (1994,2002); Piaget (2001); Vasconcelos (1994,2002); Luckesi (1990, 1994, 1997,); Wallon (1992); Vygostky (1997); Chalita (2003); Zabala (1998); Esteban (1979); Libaneo (1994), dentre outros que fundamentaram este trabalho. Sendo condicionante dessa problemática a necessidade de pesquisar medidas para estimular os alunos a participar e contribuir no seu processo de ensino e de aprendizagem sem a pressão da nota, de forma prazerosa, para que ocorra verdadeiramente a construção do conhecimento.

**Palavras-chave:** Avaliação, Ensino, Aprendizagem, Exclusão e Inclusão.

## O ESPAÇO ESCOLAR

Alessandra dos Santos Oliveira (autor)

[alessandoliveira@yahoo.com.br](mailto:alessandoliveira@yahoo.com.br)

Msc. Claudia Augusta Goulart (co-autor)

[claudiaagoulart@yahoo.com.br](mailto:claudiaagoulart@yahoo.com.br)

Universidade Presidente Antonio Carlos - UNIPAC

Esta pesquisa analisa a influência do espaço escolar na aprendizagem da criança, tendo como finalidade discutir a importância do espaço físico, sua qualidade, bem como as interações que acontecem entre os pais e o papel do educador nos espaços oferecidos para a criança. Esta pesquisa foi realizada baseada em revisão bibliográfica, seguida também da pesquisa de campo. Este trabalho está fundamentado em autores como: ZABALZA (1998), BASSEDAS (1999), OLIVEIRA (2001), HORN (2004), ARRIBAS (2004), os quais abordam a importância da interação entre os pais e da organização dos espaços, do papel do educador e também como se dá a relação da criança com o meio proporcionado a ela e com as diferentes culturas apresentadas. Os espaços que se constituem dentro do contexto da educação infantil devem ser preparados para a criança e com a criança, respeitando o direito que toda criança tem de buscar construir a sua autonomia, sua identidade bem como o seu próprio conhecimento. Ao educador infantil cabe o papel de reconhecer a sua verdadeira e importante função dentro dos espaços escolares, participando do planejar, e da mediação entre o aluno e o conhecimento.

Palavras-chave: Espaço escolar, Interação, Aprendizagem.

## EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA

Amilton Reginaldo Pereira  
Prof<sup>ª</sup>. Msc. Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antonio Carlos  
[amiltonfiel@hotmail.com](mailto:amiltonfiel@hotmail.com)

Essa modalidade de ensino iniciou-se no Brasil em 1967 na cidade do Rio de Janeiro. A Lei de Execução Penal estipula que a cada três dias de trabalho diminui um dia de pena do detento. Já é discutido no Congresso Nacional Projetos de Leis que reconhecem a remissão de pena através da educação. A educação penitenciária, nem sempre é desenvolvida sob o foco da ideia de cidadania, caracterizando-se como terapia ocupacional ou, até mesmo, passatempo. A Educação Penitenciária aparece como uma tentativa de promover a execução de algo já previsto em leis anteriores, mas que, às vezes, se neutraliza com as prioridades apresentadas pelo Estado. Atentamos para os seguintes objetivos: análise do nível de instrução predominante entre os presidiários, verificação dos conteúdos aplicados, pesquisamos as metodologias utilizadas no ensino. Realizamos pesquisa teórica em livros, revistas científicas, internet. E pesquisa de campo através de questionários respondidos por educadores do presídio Prof. Jacy de Assis. O grau de instrução predominante é ensino fundamental incompleto, mas acreditamos na educação e na qualificação profissional do interno penitenciário como uma condição para seu reingresso no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no convívio social. Percebemos a necessidades do apoio de profissionais como educadores, assistentes sociais e outros, capazes de levá-los a uma reflexão profunda de suas ações. Nota-se que será necessário aumentar esforços em estudos específicos que ofereçam novos encaminhamentos à questão, articulando subsídios técnicos e teóricos que venham alicerçar o trabalho prático do professor, uma vez que, nem mesmo a metodologia didática foi pensada especificamente para a educação penitenciária. Fundamentamos nosso trabalho em: BRANDÃO (2002), BREITMAN (1989), CURY (1985), FOUCALT (1984), FREIRE (1996), GRAMISCI (1971), JESUS (1989).

**Palavras-chave:** educação, remissão, ressocialização.

## JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Autora: Ana Paula de Lima Silva

Co-autora: Cláudia Goulart

Universidade Presidente Antônio Carlos-UNIPAC

[www.unipac.br](http://www.unipac.br)

Este trabalho tem como objetivo principal analisar como os jogos, os brinquedos e as brincadeiras interferem no desenvolvimento e alfabetização das crianças na educação infantil, enfocando a importância do lúdico como fator de motivação e possibilidades no processo ensino-aprendizagem. O estudo teve como base, a pesquisa bibliográfica pautada em autores como RAU (2007), MALUF (2003) e KISHIMOTO (2004). Falar sobre esse assunto é estimulante e surpreendente, pois o brinquedo exerce grande poder sobre as crianças. Ao chamar uma criança para estudar, ela não demonstra tanto interesse e satisfação quanto se fosse chamada para uma brincadeira. Então, por que não ensinar usando brinquedos como recurso para a aprendizagem? O brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, assim como algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória e a imaginação. O brincar ainda viabiliza a construção do conhecimento de forma intrínseca, necessária para uma boa aprendizagem, até transformar a criança em adultos maduros, com grande imaginação e autoconfiança. As atividades lúdicas precisam ter seu espaço na educação, por isso muitas escolas criaram a brinquedoteca, como é o caso da ESEBA, Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Nela as crianças podem escolher o que, onde e com quem querem brincar e principalmente permite ao professor fazer observações que podem auxiliar em sala de aula. O tema dessa pesquisa tem uma importância fundamental, pois leva os educadores a refletir sobre suas práticas, além de incentivá-los a praticar estratégias envolvendo os jogos, os brinquedos e as brincadeiras, uma vez que, a brincadeira desenvolve os aspectos físicos, cognitivos e emotivos, sendo assim não pode ser encarada como simples divertimento.

**Palavras-chave:** Criança, lúdico, desenvolvimento, aprendizagem.

## MOTIVAÇÃO PARA A LEITURA

Andréia Fernandes  
Msc. Claudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antonio Carlos – UNIPAC  
andrea.fernandes1981@uol.com.br

Este estudo tem o objetivo de entender a criança que, sem dúvida alguma, precisa ser instigada ao interesse pela leitura desde cedo e para que isso ocorra é necessário que pais e professores estejam atentos a essa necessidade, participando ativamente deste processo, pois temos uma estimativa que o desinteresse pela leitura é frequente e que pode ser decorrente da infância. Por essa razão, todos os envolvidos diretamente com a criança podem e devem ter uma perspectiva positiva com uma ajuda mútua entre todos para que essa problemática possa ser diagnosticada o quanto antes.

Contudo, para identificar as reais dificuldades da leitura, verificamos que as crianças podem ser motivadas a ler desde que pais e professores desempenhem o seu papel corretamente, quanto ao que diz respeito ao despertar nas crianças o prazer de ler.

Lembrando que o interesse e o prazer pela leitura podem existir, sim, desde que façam parte do cotidiano da criança e as envolvam, tornando a leitura uma fonte de conhecimento e cultura constante e ao mesmo tempo divertida, não esquecendo, é claro, que deve haver uma concordância entre a leitura e a compreensão da mesma, porque o ato de ler é importante, mas é óbvio que deve saber o que se lê também.

Portanto, devemos ficar atentos às várias formas diferentes e instigadoras que podem ser utilizadas, de forma que a criança se sinta envolvida e torne a leitura uma fonte de conhecimento e cultura constante e ao mesmo tempo divertida.

Nesse sentido, buscamos embasamento teórico com os seguintes autores: RIZZO (2002), LAJOLO e ZILBERMAN (2004), BARBOSA (1984), entre outros, os quais justificam e fundamentam essa intenção e também com pesquisas realizadas com pais, professores e crianças que nos direcionaram para este estudo.

**Palavras-chave:** Leitura; Motivação; Prazer.

## PROJETO ESCOLAR NA PRÁTICA EDUCACIONAL: METODOLOGIA E LÚDICO

Dayane Vieira dos Santos

UNIPAC

dayane\_kaia@hotmail.com

Letícia Ramos de Oliveira

UNIPAC

leleramos17@hotmail.com

Sandra Cristina do Prado

UNIPAC

scprado@hotmail.com

Suzana Vieira

UNIPAC

suzanavieira2000@yahoo.com.br

O presente trabalho relata e traz para discussão duas experiências vivenciadas no 6º período do curso de Pedagogia – UNIPAC, na prática pedagógica no Ensino Fundamental, referente ao Estágio Supervisionado, o qual possibilita uma interação dos resultados alcançados. No projeto Brinquedos e Brincadeiras, desenvolvido na Escola Estadual Bueno Brandão, junto aos alunos do 1º ano com o objetivo de desenvolver o interesse pelos brinquedos e brincadeiras, confeccionados com materiais de sucata, criados por eles próprios; já no projeto Dificuldades de Aprendizagens, desenvolvido na Escola Estadual de Uberlândia junto aos alunos do 6º ano com o objetivo de auxiliar nas dificuldades de aprendizagens escolares de leitura e escrita. Nesta perspectiva pode-se observar que nem todos os projetos alcançam os objetivos propostos, pois no 1º projeto, todas as atividades propostas foram executadas com sucesso, observou-se a alegria e satisfação das crianças na construção dos brinquedos e na sua aplicabilidade; no 2º projeto, houve alterações no cronograma das atividades propostas, devido ao tempo disponível para execução do mesmo e a realidade de cada sala; observou-se a participação e interação dos alunos. É necessário que exista um maior cuidado com o processo de ensino-aprendizagem, pois as ações pedagógicas devem ser planejadas e significativas para o aluno, fazer algo que estimule a curiosidade e a criatividade, que o motive. Ambos os projetos nos proporcionaram grande aprendizado e reflexão sobre a prática na escola, sendo que um projeto de pequeno ou de longo prazo, é como o ensinar e aprender, é um processo contínuo e não algo pronto e acabado.

**Palavras-Chave:** Aprendizagem - Escola - Planejamento.



## **ALFABETIZAÇÃO: METODOLOGIAS DE ENSINO**

Denise Castro Silva Finzi  
Msc. Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC  
claudiagoulart@yahoo.com.br

O objetivo de realizar esta pesquisa monográfica foi identificar e conhecer as metodologias de ensino utilizadas nas escolas no período de alfabetização, analisando o desenvolvimento dos métodos conhecidos e levantando o problema da eficácia ou não do método silábico, que é muito utilizado no município de Uberlândia-MG. Para averiguar as metodologias de ensino fez-se necessária a análise de informações através de: pesquisa teórica e de campo, realizada por meio de observações em sala de aula, entrevistas e aplicação de questionários junto a professores que atuam no ensino fundamental. Realizamos uma análise detalhada do histórico das metodologias de ensino mais conhecidas, buscando os primórdios da alfabetização e analisando os avanços alcançados no decorrer dos tempos na busca por um processo de ensino-aprendizagem adequado, visando o conhecimento do professor sobre a utilização de uma metodologia que seja eficaz no ensino e que resulte na aprendizagem do aluno. Verificamos por meio da pesquisa de campo que a maioria dos professores utiliza e acredita na eficácia do método silábico na alfabetização de seus alunos e que alguns educadores tem dificuldades de trabalhar com apenas um método e preferem a união de várias metodologias, aproveitando o que há de melhor em cada uma delas. Ao concluirmos a pesquisa percebemos que não é utilizado um método específico para a alfabetização, mas a associação de várias metodologias; vale ressaltar que a utilização do método silábico ainda é muito freqüente entre os educadores.

Palavras-chave: metodologias de ensino - alfabetização - aprendizagem

## VALORIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA

Deusedite Silva Rísoli  
Prof<sup>ª</sup>. Ms. Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC - [www.unipaciefom.com.br](http://www.unipaciefom.com.br)

Este trabalho de pesquisa, cujo tema é Valorização e Importância do Ensino Religioso na Escola, apresenta como problema de estudo a importância do ensino religioso na escola e a visão dos alunos sobre o mesmo. O presente estudo tem como objetivo investigar a viabilidade e a relevância do ensino religioso na educação básica, analisar criticamente as bases humanísticas que alicerçam esse conteúdo na atualidade, considerando a diversidade religiosa existente em nossa sociedade. Desta forma, faz-se necessário valorizar a opinião do aluno no que se refere aos assuntos espirituais. A metodologia utilizada para tal foi a revisão de literatura, através de livros, artigos de revistas científicas, textos de internet, e pesquisa de campo, através de análise de questionários feitos com professores das séries iniciais do ensino fundamental da Escola Municipal Olhos D'Água, localizada na zona rural do município de Uberlândia-MG. Abordamos os aspectos históricos do ensino religioso no Brasil. Enfocamos o desenvolvimento do ensino religioso no âmbito escolar no decorrer dos anos até a atualidade, onde, inicialmente, este se caracterizava por orientação confessional, destinada à evangelização da população pobre, mas com o passar do tempo foi-se descaracterizando e se aproximando do ecumenismo. Discutimos sobre teoria e prática do ensino religioso, onde enfatizamos a relevância científica da temática em questão, evidenciando a importância do envolvimento da escola, oferecendo condições adequadas para o exercício do direito de propor debates relacionados a questões religiosas, considerando a diversidade de religião dos alunos. Reforçamos a importância da escola por ser um espaço de fortalecimento e resgate de valores como democracia e respeito às diferenças, onde o professor de ensino religioso exerce um papel fundamental na vida do aluno, pois, partindo da realidade do aluno, explorando temas diversos e significativos, o professor oferece oportunidade ao aluno de recuperar o sentido da própria vida, refletir e compreender os valores essenciais ao seu desenvolvimento como cidadão.

**Palavras-Chave:** Religião – ensino - aluno

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - UM ENSINO EFICAZ?

Elaine Maria de Paula  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC  
Laine\_depaula@hotmail.com

O presente trabalho tem como finalidade discutir a seguinte problemática: a educação de jovens e adultos tem preparado os jovens e adultos para dar continuidade aos seus estudos? Sabendo que a educação precisa ser de qualidade, proporcionando ao educando uma formação que vai além de sua preparação para o mercado de trabalho, temos como objetivo geral: Verificar se a EJA tem preparado os jovens para a continuação dos estudos. E objetivos específicos: identificar qual faixa etária que a EJA tem contribuído para a continuação dos estudos; descrever as dificuldades que os alunos encontram ao ingressarem nos estudos tardiamente, averiguar qual deve ser a atuação do professor no exercício de práticas que atendam as expectativas dos alunos da EJA, e aplicar questionários aos alunos da EJA, com a finalidade de obter maiores informações sobre o assunto. O trabalho foi estruturado através de dois tipos de pesquisas: teórica, em que foi feita a análise de livros, artigos, textos, tendo como base o estudo teórico de autores que se dedicam à publicação de obras sobre o tema como: Freire (1996), Brandão (2006), Soares (2003), e sites oficiais, envolvendo a tecnologia educacional. Também foi feita pesquisa de campo em que dez alunos responderam questionários referentes ao tema proposto. A partir disso, será elaborado o terceiro capítulo e, então, poderemos apontar os resultados desta pesquisa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos - Ensino – Dificuldades de aprendizagem.

## DIFICULDADES DE APREDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS

Eliane Elias Gomes de Souza

Cláudia Augusta Goulart

Universidade Presidente Antônio Carlos

elianinha\_udi@hotmail.com

Este resumo refere-se ao trabalho acadêmico do curso de Pedagogia sobre Dificuldades de Aprendizagem nas séries iniciais. Segundo PAIN (1989) o processo de aprendizagem pode ser definido, de forma sintética, como o modo como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Contudo, a complexidade desse processo dificilmente pode ser explicada apenas através de recortes do todo. Por outro lado, qualquer definição está, invariavelmente, impregnada de pressupostos político-ideológicos, relacionados com a visão de homem, sociedade e saber. A pesquisa teve como objetivos identificar as dificuldades de aprendizagem, destacar as principais causas das dificuldades de aprendizagem, verificar os fatores que proporcionam a superação destas dificuldades e buscar estratégias para auxiliar o trabalho dos professores que desenvolvem trabalhos com crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem. Neste trabalho foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e de campo. Na pesquisa bibliográfica foram tratados os conceitos relativos às dificuldades de aprendizagem na educação infantil e séries iniciais pautados em autores como: FERNÁNDEZ (1990), FONSECA (1995), PAIN (1989), VINHAL (2008), VYGOTSKY (1991), PIAGET (1975) que debatem o assunto. A pesquisa de campo foi realizada na Escola Estadual Maria da Conceição Barbosa de Souza situada, no município de Uberlândia, MG, através de aplicação de questionários respondidos pelos professores a fim de verificar a metodologia aplicada e estratégias para amenizar estas dificuldades. No decorrer da pesquisa notamos que existem várias vertentes para as dificuldades de aprendizagem. Verificamos que diferentes fatores influenciam para modificar as dificuldades de aprendizagem, como: a participação da família no meio escolar, profissionais qualificados para atender os alunos, estratégias pedagógicas diferenciadas da escola para acolher o aluno no contexto escolar, entre outros.

**Palavras-chave:** dificuldades de aprendizagem- alunos- estratégias.

## **RESULTADO DO PROJETO DE EXPERIÊNCIA: MATEMÁTICA EM AÇÃO**

Fabíola Lopes Silva Olímpio  
Aluna do 5ª Período de Normal Superior  
Aparecida Maria Fonseca  
Professora de Pós-Graduação Unipac

Com a intenção de tornar a aprendizagem da Matemática significativa propostas educacionais inovadoras provocaram mudanças no currículo da matemática e no tratamento dado aos conteúdos, na qual uma rígida sucessão linear deu lugar a uma abordagem em que as conexões são favorecidas e destacadas pela construção de um conhecimento prazeroso e vivenciado no dia a dia dos alunos. Assim, os conteúdos Matemáticos devem ser bem trabalhados nas escolas, para que futuramente os alunos não apresentem dificuldades graves, na construção do pensamento lógico-abstrato. Nesse sentido, os “desafios” precisam fazer parte da vida das crianças, sendo uma alternativa de viver o presente, pensar no futuro e resgatar o lúdico do passado, pois atualmente os jogos eletrônicos e o mundo virtual tomam a maior parte do tempo da vida dos nossos alunos. Assim, os Jogos são desafios para descobrir os segredos e enigmas – a resposta é a grande motivação -, além de serem excelentes atividades cognitivas e socializadoras, tornando-os muito importantes para promover o acesso à aprendizagem com o propósito de ajudar no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, físico-motor, linguístico e na construção de valores. Os desafios matemáticos estimulam a exploração e a solução de problemas, criando um clima propício para a investigação, a compreensão e a descoberta. As situações de jogo promovem, também, oportunidades para a criança se concentrar, coordenar pontos de vista e compreender o sentido e o por que das regras. Além de buscar diferentes recursos e estratégias para solucionar determinadas situações. Assim, é preciso criar um ambiente propício para o uso do jogo em sala de aula e explorá-lo com base nas possibilidades pedagógicas. O professor deve, portanto, conhecer bem o jogo e os objetos que ele pode assumir no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem Matemática, Desafios, Jogos.

## **AFETIVIDADE / CONVÍVIO SOCIAL**

Fátima do Socorro Castro  
Msc. Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC  
matifacastro@hotmail.com

Este trabalho teve por pressuposto o estudo acerca das contribuições da afetividade ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Percebe-se que atualmente, conforme observamos em nossos estágios supervisionados no curso de pedagogia, que o profissional na área de educação vem passando por dificuldades em sala de aula, referentes à falta de disciplina e carência de afetividade. Desde o nascimento até a morte a afetividade está em nós como uma fonte geradora de potência, de energia, de felicidade, de prazer. As crianças que possuem uma boa relação afetiva são seguras, tem interesse pelo mundo que as cerca, compreendem melhor a realidade da vida e apresentam melhor desenvolvimento intelectual. Acreditamos que existem crianças que de uma série para outra, passam a gostar mais ou menos de determinada disciplina, que outra, modificando até mesmo seu aprendizado. Tudo indica que algumas vezes a troca de professor e não do conteúdo da disciplina, é responsável por essa mudança. Portanto, constatamos com isso que o afeto transmitido ao educando é de suma importância para sua aprendizagem. Defendemos no contexto dessa monografia que haja um investimento maior na afetividade para uma aprendizagem prazerosa e conseqüentemente para um futuro melhor, mais justo, mais humano para os nossos educados. Defendemos uma pedagogia voltada para amorosidade, no sentido de trabalhar na vida da criança o desenvolvimento do seu “eu”. Quando nos sentimos amados tudo se torna mais fácil, a aprendizagem, o convívio social. Os teóricos que fundamentaram este trabalho monográfico foram: Vygotsky (1934), Piaget (1980), Wallon (1993), Bowlby (1989).

Palavras-chave: Afetividade – crianças – relação professor-aluno

## **O AMBIENTE ESCOLAR**

Fernanda Aparecida Silva

Ms Cláudia Augusta Goulart

Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

edynandy@yahoo.com.br

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar a influência do ambiente escolar na aprendizagem dos alunos. Neste trabalho buscamos aprofundar nossos conhecimentos sobre o Ambiente Escolar e a importância deste aspecto na construção do conhecimento e da identidade do discente, pois é de extrema importância "encantar" o aluno em um lugar prazeroso, organizado e decorado para atender as suas necessidades e anseios, respeitando seus interesses. O ambiente escolar deve ser cuidadosamente preparado com planejamento para se tornar um auxílio ao trabalho do educador. Este estudo foi desenvolvido a partir de dois tipos de pesquisa: teóricos e de campo. Através da pesquisa bibliográfica, de observações e reflexões sobre o tema, verificamos que o ambiente influencia no desenvolvimento do aluno e pode estimular, auxiliar e até mesmo prejudicar a aprendizagem. A pesquisa de campo foi realizada em escolas públicas estaduais, municipais e privadas de Uberlândia-MG com o objetivo de verificar a opinião dos profissionais da educação em relação a este tema. Os teóricos que fundamentaram este trabalho foram: Rizzo (2002), Perrenoud (2000), Zamberlam (2007) e Lima (2001), que destacaram a importância de se preocupar com o espaço utilizado para educar as crianças, considerando a necessidade de organização e divisão bem elaborada do ambiente.

Palavras-chave: Ambiente Escolar, Educação, Cotidiano Escolar.

## **A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS NO ENSINO DE BOTÂNICA COMO FACILITADORAS DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS**

**Fernanda Fernandes dos Santos Rodrigues**

**Aluna de Graduação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de**

**Uberlândia**

**[fernandabio63@hotmail.com](mailto:fernandabio63@hotmail.com)**

**Sandro Prado Santos**

**Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia**

**[sandrobio@yahoo.com.br](mailto:sandrobio@yahoo.com.br)**

O professor de Ciências enfrenta uma série de desafios para superar limitações metodológicas e conceituais de formação em seu cotidiano escolar. Partimos do pressuposto que para os educadores desenvolverem um trabalho pedagógico-científico com mais qualidade e que de modo eficiente desperte o interesse dos educandos pelos conteúdos de ciências é fundamental que eles saibam a importância e o sentido dessas aulas para os alunos. O conteúdo Botânico trabalhado no ensino fundamental vem despertando entre os professores da educação básica e pesquisadores da área de educação e botânica uma inquietação, uma vez que os alunos se mostram desinteressados por esse conteúdo, enquanto deveria parecer interessante uma vez que as ciências fazem parte do seu cotidiano. Dessa forma perguntamos: Quais fatores são responsáveis por esse desinteresse? O presente trabalho apresenta as metodologias empregadas pelos professores no ensino de Botânica, e as implicações no ensino do conteúdo de Botânica ministrado de forma interativa e investigativa colocando o aluno como sujeito do processo ensino-aprendizagem. A pesquisa possui um caráter qualitativo e os dados foram coletados por meio de entrevistas com cinco professores da rede pública estadual e também nas intervenções feitas em uma escola estadual no município de Uberlândia onde foram aplicadas metodologias visando estimular e despertar o interesse dos alunos pela Botânica. Os resultados nos mostram que durante a intervenção os alunos se envolveram com as atividades propostas, validando assim a utilização de metodologias adequadas, ou seja, a contextualização dos tópicos tratados em sala de aula, relacionando-o com o dia-a-dia do aluno, objetivando tornar algo complicado em uma aula agradável e motivadora. Acreditamos que o êxito na aprendizagem dos alunos e na metodologia adotada pelo educador seria necessário efetivar uma prática pedagógica diferente, promovendo o atendimento às diferentes necessidades dos alunos através da extensão do cotidiano do aluno.

**Palavras-chave:** ensino de Ciências, metodologias, educação.



## A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A CRIANÇA NAS SÉRIES INICIAIS

Flávia Ferreira de Oliveira  
Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos  
[flavyauniooliveira@hotmail.com](mailto:flavyauniooliveira@hotmail.com)

Para que a aprendizagem seja completa nas séries iniciais deve abranger todas as áreas de desenvolvimento da criança: o cognitivo, o emocional, o intelectual e a coordenação motora, pois a criança na faixa etária de 3 a 9 anos possui muita energia e o trabalho do educador tornar-se-á mais proveitoso se ele canalizar essa energia a seu favor. Quanto mais a criança vivencia um processo de interação com o próximo, mais chances terá de desenvolver as relações interpessoais e intrapessoais. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa consiste em avaliar a importância da atividade física para a criança nas séries iniciais e ressaltar os benefícios que a mesma pode proporcionar, além das competências que devem ser desenvolvidas. Este estudo salienta que a atividade física atua de forma positiva no processo de desenvolvimento da criança, sendo capaz de conduzi-la ao seu autoconhecimento e socialização. A atividade física é uma forma de mediação para que a criança alcance todos os objetivos propostos para seu desenvolvimento, bem como expressar emoções e sentimentos, além de mostrar aos educadores que a atividade física não se restringe ao brincar no pátio, devem ser utilizados jogos educativos e dinâmicas para facilitar a aprendizagem dos alunos. A pesquisa apresenta a evolução da atividade física desde a Antiguidade até a atualidade com fundamentação teórica dos autores: Seurin (1980), Trindade (2003), Vigotysky (1991), Wallon (1971), Kishimoto (1996), entre outros; resalta a importância da atividade física na educação básica, e na pesquisa de campo, verificamos como os professores trabalham a atividade física visando alcançar o benefício dos alunos a partir do início desta prática.

**Palavras-Chave:** Atividade física – criança – aprendizagem.

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) E O TRABALHO COM FILOSOFIA PARA CRIANÇAS

Geane Dias Ferreira  
UNIPAC/IEFOM  
geane23@yahoo.com.br  
Bill Robson Monteiro Lisboa  
UNIPAC/IEFOM  
billrobsonmg@hotmail.com

O presente artigo tem a proposta de compreender e analisar o ensino de filosofia para crianças, as práticas metodológicas aplicadas por professores (as) no processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento da criança e destacar a contribuição da filosofia para a educação, visto que, quando se ensina a criança desde cedo a discutir, refletir, encontrar o sentido das coisas, o educador possibilita à criança oportunidades de desenvolver sua criticidade e autonomia. Nesse sentido, o professor é o mediador que estabelece essa relação de diálogo lógico, interagindo com a criança, proporcionando-lhe experiência no seu universo infantil; assim, tal estudo foi utilizado com fundamentação teórica de Kohan (1998), Barros (2002) e Faria (2001). O propósito é discutir a relação entre filosofia e Educação Infantil, buscar meios para que haja possibilidades de um pensamento reflexivo. Colaborar com a construção do conhecimento da criança é o papel fundamental da filosofia, pois para ela a criança é o agente principal na relação ensino e aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Filosofia, Criança, Educação, Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Acadêmica da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

<sup>2</sup> Orientador

## **A CONTAÇÃO, DE HISTÓRIAS: ESPAÇO DE ENCANTAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Giselle Braz Torres  
Cláudia Augusta Goulart  
Giselle-braz@hotmail.com

Este trabalho monográfico aborda a origem das histórias, compreendendo os contos, as fábulas e as lendas, o aparecimento da literatura infantil, e em particular a brasileira. Enfoca a importância da contação de histórias no desenvolvimento da criança, seja cognitivo, lingüístico, afetivo e social, como sendo um recurso pedagógico de grande importância para os educadores que atuam na educação Infantil. O objetivo é verificar como pais e professores percebem a importância da prática de contar histórias para o desenvolvimento das crianças. E ainda analisa se os cursos de formação de professores têm dado importância e significado à contação de histórias. A literatura é uma linguagem específica e, como tal, cria um espaço de interação entre dois sujeitos: o autor e o leitor. Os textos literários infantis têm formas de dizer que surpreendem e encantam a criança, que colocam-na em contato com emoções e conflitos que experimenta, através dos problemas enfrentados ou não, solucionados ou não pelas personagens de cada história. Isso leva a criança a refletir, a elaborar e reelaborar seus conceitos, a questionar a si mesma, a entender o mundo que a cerca. Mesmo antes de a criança ser capaz de ler, a presença da literatura infantil deve ser destacada, as histórias infantis trabalham conteúdos de seu interesse e têm caráter lúdico, que possibilita a internalização de normas e valores culturais. A contação de histórias passou a ser vista como uma possibilidade para o desenvolvimento da criança, estabelecendo linhas positivas na ação educativa; são ferramentas importantes que ajudam a construir a inteligência, desenvolvem a linguagem oral, a imaginação e a fantasia, auxiliando na socialização, fortalecendo os vínculos afetivos e pode ser usada como recurso de aproximação do aluno com a leitura. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, através da leitura de autores como Abramovick, Zilberman, Coelho, Betty Coelho; Bettelheim, Dohme, e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e pesquisa de campo; como instrumento de coleta de dados utiliza-se da entrevista com professoras que atuam na Educação Infantil em Uberlândia, MG.

Palavras-chave: Histórias, Literatura, Infantil.

## PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gislene Batista de Paula  
Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antonio Carlos – UNIPAC  
gisa\_uberlnadia@hotmail.com

O tema deste trabalho monográfico é Psicomotricidade na Educação Infantil e tem como principal objetivo alertar os professores educadores e profissionais da área sobre a importância de se considerar a criança em todos os aspectos: motor, afetivo e cognitivo, lembrando que corpo e mente são indissociáveis, inclusive no processo de aprendizagem. Embora perceba-se que na atualidade dentro do contexto escolar este estímulo já tenha ganhado espaços, entende-se que o trabalho psicomotor venha sendo realizado de forma aleatória sem a devida mediação dos profissionais da área. É através do trabalho afetivo segundo Wallon que se alcança o cognitivo; para tanto, faculty o desenvolvimento do senso moral aprendendo a colocar a inteligência a serviço do bem. Já o desenvolvimento motor nos proporciona habilidades básicas que apresentam fenômenos chaves para o processo de desenvolvimento; com base nos problemas educacionais, percebemos que as grandes dificuldades de aprendizagem ocorrem no início da formação, pois desde a concepção o indivíduo interioriza conhecimentos altamente significativos e vai desenvolvendo habilidades responsáveis pela aprendizagem. Aprender a calcular só poderá ser adquirido de forma adequada após apropriação de habilidades básicas como: lateralidade, espacialidade e tonicidade. Compreendemos, desta forma, que é necessária a estimulação para o controle do corpo, entendendo que devemos proceder através de estímulos para valorizar a criança como ser completo, melhorando de forma significativa a aprendizagem. A metodologia utilizada foi a pesquisa é reflexões teóricas, com grandes autores que abordam o assunto; e a pesquisa de campo, realizada através da aplicação de questionários direcionados a profissionais que atuam na Educação Infantil, com o objetivo de verificar como é explorado o desenvolvimento psicomotor nesta fase. Os principais autores foram: Wallon (1952), Piaget (1937), Lapierre (2002), Aucouturier (2002), Sanches (2003).

**Palavras-chave:** Psicomotricidade; Estimulo; Dificuldades Educacionais.

## MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Helaine Rúbia Gonçalves da Silva  
Msc. Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC  
helaine.rubia@yahoo.com.br

Diante da valorização da criança e a importância de seu papel na sociedade, como sujeito histórico e construtor de conhecimentos, esta pesquisa apresenta como tema para reflexão “Os métodos de alfabetização”. Com o intuito de aprofundar e conhecer os mesmos para que, além de promover um bom trabalho em que a criança descubra qual a melhor forma de aprender a aprender, desenvolvendo seus próprios conceitos, adquirindo conhecimentos de forma bem prazerosa e voltada para sua realidade, possa também abrir um espaço para discussão, o qual permita a criança não apenas ler e escrever, mas confrontar suas experiências e anseios, valorizar seu próprio eu como ser físico e social, identificar a si mesma em seus próprios desafios, propiciando autonomia e compreensão do mundo que a cerca em seus primeiros passos rumo à Alfabetização. São relevantes hoje, a preocupação e a discussão teórica sobre como alfabetizar uma criança respeitando seu espaço e suas peculiaridades, além do que cada educador tem sua própria maneira de desenvolver suas atividades. Pois, alfabetizar não se resume apenas na aquisição de habilidades mecânicas no ato de ler, mas na capacidade de interpretar, criticar, compreender, ressignificar e produzir conhecimento, conforme ressalta Gilda Rizzo (2002, p.32) “Ler significa extrair o pensamento do autor das linhas impressas”. Além de conhecer toda a trajetória da alfabetização e do reconhecimento da criança como autora no processo ensino-aprendizagem, a abordagem dos métodos de alfabetização juntamente com o trabalho de campo foi de grande valia para conhecer não só a teoria, mas também a prática. Diante disso, torna-se relevante destacar que o alfabetizar é mais do que aprender a grafar sons, é aprender novas formas de comunicação, modos de relacionar com temas e significados em diversas situações, deixando a criança explicitar sua autonomia, identidade e criticidade.

Palavras chaves: Métodos de Alfabetização; Autonomia; Identidade

## **A AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**

Heloisa Helena Thomazelli  
Professora Msc. Claudia Augusta Goulart  
UNIPAC  
Heloisa19.pd@hotmail.com

Analisando a situação escolar do ensino público, nos dias atuais e preocupados com alunos, pais e professores de nossa sociedade, desenvolvemos esta pesquisa com o tema: A Afetividade no Contexto Escolar. Esta pesquisa monográfica tem como objetivos identificar como se estabelecem as relações entre professores e alunos de diferentes idades. A escolha do tema se deu pela observação de alunos e professores no contexto escolar, dos métodos e postura dos professores que não tem sido aceitos pelos alunos, pois estes os consideram ultrapassados. Para compreender melhor o assunto verificamos como os teóricos discutem a afetividade, analisamos o contexto social e econômico dos alunos, refletimos sobre os métodos usados pelos professores e verificamos se o ambiente escolar é prazeroso para alunos e para a comunidade escolar. Neste trabalho foram desenvolvidos dois tipos de pesquisa: pesquisa teórica na qual analisamos livros, revistas e artigos científicos, jornais e internet e pesquisa de campo realizada com professores e alunos de uma escola municipal e uma estadual de Uberlândia - MG. Para contribuir com nossa pesquisa nos pautamos em autores como: Chalita (2004), Piaget (1977), Wallon (1975), Cury (2003). Escolhemos esta temática acreditando que além da família ser a base de formação da criança, o professor exerce uma função de excelência, sendo estes possuidores de caráter construtivo de posturas e imagens primordiais para estabelecer conceitos, interações e assim incluir socialmente, por meio da escola, todas as etnias. Faz-se necessário contribuir com o diálogo para se obter no ambiente escolar “valores, hábitos, e amor” construindo uma sociedade humana capaz de viver com afetividade.

Palavras-chave: afetividade – relação professor-aluno – contexto escolar

## A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Ione Ferreira Magalhães  
Cláudia Augusta Goulart  
Prof<sup>a</sup> Ms  
marlisamirati@terra.com.br

O presente estudo objetivou analisar as vantagens da utilização dos jogos educativos no processo ensino aprendizagem das crianças, no colégio Pirlimpimpim Sao Paschoall em Uberlândia, MG. As pesquisas, bibliográfica e de campo, foram desenvolvidas e direcionadas com subsídios teóricos e práticos sobre a utilização dos jogos e a sua importância como referência e intensificação da aprendizagem, do desenvolvimento das habilidades cognitivas e coordenação psicomotoras, da Educação Infantil ao 6º ano do Ensino Fundamental. Além dos estudos bibliográficos, foram realizadas observações e acompanhamento de atividades lúdicas em sala de aula, quadras e pátios. Os resultados da pesquisa comprovam que os trabalhos com jogos educativos na escola motivam as crianças. Constatamos, ainda, que, através do lúdico, é possível estimular as múltiplas inteligências e propiciar um ambiente de autonomia, confiança e auto-estima, individual e coletiva. Estes fatores para as crianças são importantes para os estágios de desenvolvimento nos aspectos afetivo, social e intelectual das crianças, na formação cultural, nos valores éticos e morais indispensáveis à vida social. Esta pesquisa foi fundamentada nos seguintes autores: KISHIMOTO (2002) FROEBEL (1852), PIAGET (1975), MONTESSORI (1904) que ressaltam a importância da utilização dos jogos educativos no desenvolvimento e na formação das crianças.

**Palavras-chave:** jogos educativos, ensino/aprendizagem, criança.

# A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

<sup>1</sup>Jakeline Bento da Silva Costa  
Cláudia Augusta Goulart

**Resumo:** Este texto monográfico tem por objetivo verificar a importância do esporte na aprendizagem das crianças, e através da trajetória do esporte dos tempos modernos analisar o seu papel como meio de educação na história da humanidade. Pautado em autores renomados no esporte como PRONI (1998), TUBINO (1987), TANI (1996) entre outros, este texto nos mostra que desde que o homem ganhou vida, ele é competitivo, isso é da natureza humana e nada como a prática de esportes para se trabalhar com as crianças a questão do vencer, perder, lutar e não desistir sem tentar; estes valores, fundamentais devem ser discutidos e vivenciados pelos pequenos. Outro ponto discutido é o papel da família na vida esportiva da criança, pois a natureza e extensão das oportunidades para a prática do esporte dependem grandemente do conjunto de crenças e expectativas mantidas pelos pais. Além disso, através do esporte as crianças aprendem com diferentes pessoas, respeitando seus limites e diferenças e agindo para que todos possam se sentir em uma atividade prazerosa, sem perder seu caráter competitivo. A comunicação também está presente no esporte, desde o momento de se aconselhar um amigo, até a maneira correta de corrigi-lo. Finalizamos o texto destacando o projeto Fight dance (luta e dança), que nos mostra na prática a importância do esporte para a educação das crianças, trazendo as vivências das crianças através da dança e promovendo a auto-estima, o amor próprio e a valorização do próprio corpo, não sendo apenas uma recreação, mas sim um momento no qual experiências vividas na pele fazem com que estas aprendam conceitos e valores fundamentais para a vida.

**Palavras - chave:** Crianças, esporte, aprendizagens e vida

## INTRODUÇÃO

Que o esporte é uma ótima forma para buscar saúde e lazer, todo mundo já sabe. O que nem todos conhecem é a capacidade de educar através do esporte, pois é possível ensinar a jovens e crianças terem um pensamento coletivo, respeitar os adversários, além de comprometimento e disciplina. A participação da criança no esporte tem real importância para o crescimento e desenvolvimento adequados, visto que o mesmo pode exercer influência positiva em relação a aspectos mentais e cognitivos, e servir como terapia.

Além disso, a criança desenvolve aprendizagens, que serão úteis para sua vida, na qual se incluem a construção da consciência de si mesmo, de seus potenciais e limites, além de

---

<sup>1</sup> Aluna cursando o 7º período de pedagogia na Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC



desenvolver uma melhor forma de lidar com o outro, seja parceiro, adversário, técnico, professor ou mesmo torcedor.

Sendo assim, percebemos que cada criança tem o seu limite físico, cabendo somente a ela escolher o esporte de sua preferência. Porém, observamos em competições, que o excesso de cobrança dos pais torna-se uma “pressão muito grande” para a criança e esta acaba ultrapassando os seus limites, ou até mesmo fazendo com que desista de praticar o esporte. É necessário respeitar os desejos das crianças para que a prática esportiva seja sempre prazerosa e saudável.

Verificamos que o esporte tem a função de auxiliar na educação da criança, ajudando-a a formar o seu imaginário social e cultural, através do seu pensar, agir e sentir. Neste momento, o esporte funciona como um fator motivador e estimula a criança a correr, pular, subir e rolar. Outro trabalho realizado através do esporte, na qual, o fator sociabilidade é desenvolvido e contribui para uma melhor educação e convívio no meio que ela vive. Desta forma a criança também desenvolve a coordenação motora, o raciocínio, estimula a concentração e a atenção, ajuda a entender regras e a respeitar o próximo.

Para compreendermos esta prática tivemos que: identificar as habilidades desenvolvidas na criança, e verificar como a mídia influencia em suas escolhas esportivas; entender como é a cobrança dos pais na vida esportiva da criança; relacionar a importância da prática esportiva na vida da criança; descrever como é trabalhada a prática esportiva nas escolas.

No entanto, para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário a realização de pesquisas bibliográficas e de campo. Na qual, a pesquisa bibliográfica pautada em autores que tratam sobre a importância do esporte na aprendizagem da criança; o seu auxílio para a vida da criança; e analisar o trabalho esportivo desenvolvido nas escolas, ou seja, o que se diz a respeito do esporte na vida da criança. Dentre eles destacamos: BALBINOTTI (1997); BECKER (1992); PRONI E LUCENA (2002); GEBARA (1992); BRACHT, GOELLNER E NETO (1995); DIEM (1977); TELENA (1986); STIGGER (2002); LUCENA (2001); MARQUES (1998); PAIM E STREY (2004); PRONI (1998); TANI (1996), TUBINO (1987); GUTTMANN (1978); WEINECK (1986) E (2000) e entre outros.

Como atletas e educadores esportivos que somos, e pela convivência com crianças no esporte, realizamos a pesquisa de campo através de um projeto de dança que atende mais ou menos 60 jovens do sexo feminino entre 05 a 24 anos, no bairro Morumbi, situado na periferia de Uberlândia - MG.

Este projeto é chamado de Fight Dance e uma mistura de luta e dança, têm o intuito de oferecer dança de axé e ginástica corporal, para crianças e adolescentes da comunidade do Bairro Morumbi que estão em situação de risco, ou seja, jovens que necessitam de apoio em sua vida. Buscando também fortalecer a auto - estima e promover a saúde do corpo e da mente em um espaço que oferece abertura para discussão de problemas relacionados à saúde do corpo a sexualidade e possíveis dúvidas que surgirem na vida das jovens.

Além disso, o projeto tem o apoio do Programa Fica Vivo, lançado em 2005 na cidade de Uberlândia-MG. Na qual, vem se constituindo numa política pública de prevenção à criminalidade, dentro do espectro das políticas públicas de segurança, voltado para jovens de 12 a 24 anos que tem o objetivo reduzir a criminalidade violenta nas localidades com altos índices de homicídios. Um programa de prevenção criado pelo Estado de Minas Gerais, para os bairros de maior índice à criminalidade na cidade de Uberlândia.

Para destacar os resultados apresentados pelo projeto realizamos entrevistas com os pais das jovens que participam do projeto, a fim de verificar quais as contribuições que a prática do esporte, mais especificamente o Fight dance tem oferecido para a vida das crianças e jovens envolvidas nesse projeto.

## **DESENVOLVIMENTO**

Na antiguidade, segundo Tubino (1987), o Esporte, de forma geral, não tinha uma finalidade em si mesmo. Era sempre um elemento interno de instituições militares, educacionais ou ainda religiosas. As atividades atléticas tiveram seu desenvolvimento a partir de ações utilitárias que visavam simular situações de combate, caça e rituais religiosos.

Atualmente o esporte é caracterizado como uma mercadoria da Indústria Cultural. O acesso a sua prática, ou seja, seu consumo está baseado nas leis de mercado. Os grandes eventos esportivos são vitrines deste produto, divulgados amplamente na mídia, constroem heróis que alimentarão este mercado. Neste caso, apesar das influências sofridas e da utilização para fins políticos e econômicos, o esporte mantém em sua configuração primária, o embate esportivo, seus princípios fundamentais: a busca pelo ideal da vitória e o intuito de ser o melhor. Estes fatores, apoiados na regulamentação esportiva, sustentam a legitimidade do esporte.

De acordo, Weineck (1986), existem diferenças físicas e psicológicas entre crianças e adultos e, por isso a criança atleta não deve ser igualada a um adulto, devendo ser treinada de forma diferenciada no esporte. A ótima habilidade que as crianças têm para desenvolver técnicas de motricidade esportiva, a expansão e a experiência do número de movimentos devem ser prioridades em seu treinamento esportivo, em razão do rápido desenvolvimento do cérebro e da subsequente capacidade elevada de desempenho no campo das atitudes de coordenação “Além disso, possuem uma aquisição refinada de informações, o que favorece a aprendizagem e habilidades específicas dos esportes” (WEINECK, 1986, p. 6)

Quando se fala em esporte, há uma tendência em vê-lo apenas na perspectiva do esporte-rendimento. Acredita-se que a iniciação precoce pode acontecer em decorrência dessa visão estreita de esporte que leva as pessoas a pensar que quanto antes começar no esporte de competição altamente organizado, maiores serão as possibilidades da criança de alcançar elevados níveis de desempenho e assim obter os benefícios esperados. Em outras palavras, que a formação de atleta tem que começar o mais cedo possível. Implícito nesse pensamento está à crença ingênua de que todos podem ser atletas.

Sendo assim, de acordo com Tani (1996), um importante aspecto a ser considerado para uma compreensão mais abrangente do esporte é que, em função da ênfase a determinados aspectos, ele pode assumir características diferenciadas como, por exemplo, o esporte-rendimento em que a busca de resultados e recordes é o seu objetivo precípua, e o esporte enquanto conteúdo da Educação Física, tanto escolar como não escolar, em que a aquisição de habilidades e conhecimentos e a sua prática ao longo da vida, visando o bem estar e qualidade de vida, constituem o seu objetivo primordial.

Conforme o autor o esporte-rendimento caracteriza-se, pelos seguintes aspectos: objetiva o máximo em termos de rendimento, pois visa à competição; ocupa-se com o talento e portanto preocupa-se essencialmente com o potencial das pessoas, tornando-se assim seletivo e excludente; submete pessoas a treinamento com orientação para a especificidade, ou seja, uma modalidade específica; enfatiza o produto e resulta em constante inovação técnica. O interesse principal do esporte-rendimento é a perpetuação do sistema ou a sua auto-preservação e o sistema só se perpetua com recordes. Os motivos desse interesse podem ser culturais, econômicos, políticos e ideológicos.

No entanto, o esporte como conteúdo da Educação Física, por sua vez, tem as seguintes características: objetiva o ótimo em termos de rendimento, respeitando as características individuais, as expectativas e as aspirações das pessoas; ocupa-se com a pessoa comum, preocupando-se não apenas com o seu potencial, mas também com a sua limitação,

sendo, portanto, não seletivo e não excludente; visa à aprendizagem submetendo as pessoas à prática vista como um processo de solução de problemas motores; orienta-se para a generalidade, dando oportunidades de acesso a diferentes modalidades; enfatiza o processo e não o produto em forma de rendimentos ou recordes, essa orientação resulta na difusão do esporte como um patrimônio cultural.

O autor conclui que: “(...) o esporte tem espaço para receber toda a gente, sem limites etários ou sociais; com objetivos de alto rendimento ou não; atuando com pessoas normais, dentro dos conceitos de saúde, ou com necessidades especiais” (TANI, 1996, p.45). Sendo assim, o esporte, que pela sua pluralidade de sentidos, pode manifestar-se na escola, nos clubes, nas academias, nas ruas e em qualquer ambiente da sociedade. Sendo reconhecido como promotor da saúde, da educação e da formação humana. Sua representatividade pode se dar formalmente, como transmissão de conhecimentos sistematizados e regras pré-definidas, ou ainda, informalmente, como bem cultural e prazer de quem o pratica.

De acordo, com a revista Puro Esporte (2007), a participação da criança no esporte ajuda na educação e no desenvolvimento. A criança forma o seu imaginário social e cultural, através do seu pensar, agir e sentir, até que a idade do adolescente faça nascer seu futuro esportivo e/ou profissional já discutido e até mesmo traçado. As atividades físicas para as mesmas são extremamente enriquecedoras, pois não só melhoram a coordenação motora como o raciocínio e a concentração, ajudando no aprendizado, e contribuindo para um melhor convívio social, permitindo o desenvolvimento de uma vida saudável por um longo tempo, tanto no plano físico quanto psíquico.

A prática esportiva na vida de uma criança tem o objetivo de estimular valores físicos muito importantes para o seu desenvolvimento como, por exemplo, o equilíbrio e a coordenação. O mais importante é manter o esporte como forma de ocupação e desenvolvimento da criança. Se ela vai ou não se destacar em sua modalidade só o tempo e as conseqüências podem dizer. Se os treinos não servirem para que ela alcance grandes performances, ao menos podem torná-la mais saudável física e mentalmente, e menos suscetível ao mundo das drogas, entre outros problemas sociais.

Entretanto, cada esporte possui suas particularidades que envolvem as crianças e as fazem optar por qual modalidade praticar. Os esportes influenciam no desenvolvimento saudável dessas e os distanciam da mentalidade distorcida que hoje se prega no mundo, e ainda faz com que se distanciem da criminalidade que está presente em todos os locais de forma bastante organizada e sedutora.

Existem inúmeras instituições sem fins lucrativos que criam centros de esportes em áreas de baixa renda a fim de focar a atenção dos jovens e adolescentes e ainda distanciar os da marginalidade e das criminalidades existentes no mundo. O crime organizado existe como organização estruturada e presente em todos os lugares, como sentinelas buscando novas vidas, o esporte tem a importante e difícil missão de mostrar que nem sempre o caminho mais fácil é o correto.

Segundo, Proni (1998), a prática esportiva é um excelente estímulo para a criança ocupar a mente e desenvolver o corpo. O celeiro de um futuro campeão sugere uma série de cuidados específicos, e o primeiro cuidado é exatamente o de saber qual o esporte ideal para a criança poder se dedicar.

Alguns esportes de contato físico, como o judô e o karatê, e esportes coletivos em geral, não são recomendados para crianças muito pequenas. O ideal é deixá-la desenvolver primeiro os esportes básicos, como natação, atletismo e ginástica, que vão ajudar a desenvolver seu corpo e podem até servir de base para o desenvolvimento de esportes mais específicos no futuro. (PRONI, 1998, p.55)

Logo, a criança deve gastar apenas a energia que pode, nada além. O profissional que irá orientá-la deve respeitar os limites de cada criança e ter conhecimento suficiente para que os exercícios não prejudiquem ao invés de auxiliar no desenvolvimento. É fundamental também procurar saber o gosto da criança e respeitá-lo “(...) a pior coisa que pode acontecer é a criança ser obrigada a praticar determinado esporte, ou seja, cabe a ela escolher o esporte de sua preferência e se ela deseja ou não competir” (PRONI 1998, p.58).

Entretanto, com o desenvolvimento do esporte, ajudado pelo mundo virtual da mídia, principalmente pela televisão, criam-se expectativas e necessidades de consumo e gera padrões de conduta, trazendo pronta a sua própria interpretação da realidade, não dando margem nem tempo para que o indivíduo o faça. Desta forma, privilegia o esporte espetáculo como resultado de tal ato, os alunos acabam levando para escola, mais precisamente para as aulas de Educação Física, este modelo de atividade.

No entanto, Paim e Strey (2004), afirma que o esporte também tem sido atualmente diretamente relacionado ao culto do corpo belo e ideal, principalmente na mídia impressa. Tem-se estabelecido um modelo corporal padrão e subentende-se que aqueles que conseguirem segui-lo serão símbolos de pessoas saudáveis, com boa forma e qualidade de vida.

(...) o corpo musculoso, sarado, restrito a uma parcela muito pequena da sociedade, limitada principalmente pela condição financeira. Porém é esse corpo que serve de padrão, norma de beleza, modelo e sinônimo de saúde e higiene (...) (PAIM E STREY, 2004, p. 3)

Esse apelo ao corpo bonito, magro e ideal tem atingido cada vez mais aos jovens, em especial às adolescentes. Um fato polêmico na atualidade são as mortes que vêm ocorrendo principalmente no “mundo da moda”, de modelos que sofrem de distúrbios alimentares almejando alcançar o padrão corporal necessário para esses trabalhos.

Desse modo, como o esporte têm um importante significado na atual sociedade tendo se tornado populares e penetrantes no cotidiano do homem moderno, há também uma maior demanda por serviços especializados nessa área, cabendo ao profissional de Educação Física o papel de desempenhar essas atividades com a sociedade, incorporando não só os atributos físicos, mas os valores que podem ser demonstrados nessas atividades.

É preciso que o profissional demonstre a cada dia, com sua intervenção ética, a importância da sua prestação de serviço à sociedade, demonstrando que o esporte não é só um meio de promoção de saúde, mas forma de trabalhar o indivíduo na sua totalidade: corpo, mente e sociedade. Acreditamos que o profissional então deve ser responsável por uma melhor formação da sua própria imagem, planejando uma intervenção de forma a ampliar a capacidade reflexiva e consciência das pessoas acerca das ideologias dominantes e transmitir valores que possam ajudar no desenvolvimento da sociedade, como trabalho em equipe, respeito, coletividade, relações de troca, disciplina, equilíbrio, limites, determinação, valores esses tão importantes na atual sociedade.

Sendo assim, para ensinarmos o esporte às crianças, devemos em primeiro lugar brincar com elas de forma que isso não seja uma obrigação e sim descontração. Após a criança tomar gosto pelo que está fazendo é que devemos começar a ensinar os movimentos corretos, as regras, (o que pode e o que não se deve fazer), lembrando sempre que ao se tratar de crianças isso não deve ser de forma de imposição ou obrigatoriedade, às vezes é melhor deixá-las criarem as próprias regras do jogo e posteriormente ir colocando as regras oficiais.

De acordo, com Balbinotti (1997), a criança gosta de ser desafiada, isso pode ser usado como forma de incentivo para melhorar seu desempenho no esporte que está sendo praticado, ou seja, “Lance um desafio simples depois vá dificultando, tornando cada vez mais desafiador, com isso, a criança vai aprimorando seus movimentos e sempre buscando sua superação” (BALBINOTTI, 1997, p. 26).

Conforme o Programa Antenados (2009), a pluralidade de sentidos e manifestações do esporte tiram dele a característica única, sistêmica, transformando-o decorrente aos valores de quem o pratica, e, assim transpondo-o a uma interface multicultural com a sociedade. A convivência social iluminada pela prática esportiva amplia os laços de amizade, conseqüentemente, iniciando o processo de socialização. Não se pode comparar a socialização

a uma programação cultural, mas, pode-se perceber a importância dos relacionamentos culturais, no processo de transformação de crianças valorização da qualidade de vida, da saúde, valorização do bom convívio social do bom desenvolvimento do grupo, enquanto desenvolvimento social, a valorização da cultura e dos costumes regionais.

Entretanto, tratando-se da contribuição das aulas de Educação Física para o processo de convivência, nota-se que além da família, os laços vêm sendo estendidos para os colegas e professores. Eles se manifestam intimamente na relação aluno com o professor, pois está vivenciando um momento em que ele tem que aprender a viver no conjunto, saber participar de uma maneira bastante efetiva, e boa de certa forma. A união, a cooperação, o trabalho em equipe são valores éticos, que vêm sendo desenvolvidos com o intuito de gerar a convivência, de criar elos, de formar laços.

Possibilitam, também, o convívio com os dissabores, com a educação pelo esporte, um caminho para o desenvolvimento humano. O esporte é fundamental para a saúde e educação. Não é apenas um lazer. É preciso acabar com o mito de que esporte é simplesmente jogar bola, brincar. A educação esportiva é fundamental para a formação do caráter e do desenvolvimento. Esportes individuais são talvez mais eficazes no desenvolvimento de qualidades como disciplina, visto que é muito mais difícil fazer alguma coisa quando não existe a motivação que somente um grupo proporciona, mas o fato é que, esportes individuais não incluem situações das quais derivam qualidades fundamentais para o convívio social.

Logo, seja numa quadra de basquete ou num campo de futebol, as crianças aprendem o valor do trabalho em equipe. Em um esporte coletivo quem vence ou perde não é o indivíduo, mas sim a equipe. Assim, a criança aprende desde cedo a abrir mão dos seus próprios gostos e individualidades em detrimento do grupo. Um time de futebol, por exemplo, sempre terá defensores, apesar do desejo de toda criança de jogar no ataque e fazer gols. Anos de convívio nesse tipo de ambiente são refletidos no comportamento das crianças quando adultos, e são mais do que benéficos, hoje representam uma vantagem no mercado de trabalho, por exemplo; visto que as empresas valorizam as pessoas que sabem e sentem-se bem trabalhando em equipe.

Outro aspecto fundamental do esporte coletivo entre as crianças é a oportunidade que elas têm em exercitar a liderança e a comunicação. Seja entre adultos ou crianças, parte do sucesso de uma equipe se deve a capacidade de liderança que essa equipe possui. Meninos e meninas descobrem naturalmente a importância de darem suas opiniões para o bem-estar de suas equipes. Mais do que isso, aprendem a maneira certa de se comunicar e fazer com que a troca de palavras seja a diferença entre ganhar e perder.

No entanto, crianças que desenvolvem esse talento dentro do ambiente esportivo, farão uso dele dentro das salas de aula, nos escritórios de trabalho, nas câmaras legislativas municipais, estaduais e no Palácio do Planalto por exemplo. Aprender a enfrentar adversidades e tirar lições delas, talvez seja um dos maiores benefícios que o esporte coletivo pode proporcionar a um indivíduo, especialmente em sua infância e adolescência. Vitórias são importantes para a confiança e o entusiasmo de um grupo, mas, são as derrotas que ensinam lições para vida.

Portanto, as crianças aprendem que as coisas nem sempre acontecem do jeito que gostariam que fossem. Convivem com o fato de que muitas vezes, não existe nada que possam fazer para mudá-las, a não ser aceitá-las e aprender com elas. A diferença que o coletivo faz nesse aspecto é o fato de que, em um momento de adversidade, a criança sabe que sempre encontrará conforto dentro do grupo.

No futuro, crianças que tiveram essa experiência serão pessoas que saberão levantar-se após uma queda, e num outro extremo, estenderão a mão aos outros tentando se levantar. Logo, o esporte auxilia nas aprendizagens não só das crianças, mas de quem o pratica com intuito de trabalhar a mente e o corpo e não com intuito somente de competição.

A família neste caso tem um papel fundamental na vida esportiva da criança, pois a natureza e extensão das oportunidades para a prática do esporte dependem grandemente do conjunto de crenças e expectativas mantidas pelos pais. Os pais podem desempenhar o papel de modelo, demonstrando através de seus comportamentos as crenças e valores que atribuem ao esporte, assim como transmiti-los verbalmente, desempenhando o papel de orientador. O problema surge quando os pais buscam satisfazer suas expectativas pessoais não realizadas no esporte através da realização de seus filhos, o que não é incomum. Não há nada mais trágico e cômico no esporte do que observar o comportamento “exaltado” ou mesmo “desesperado” de pais acompanhando a competição de seus filhos.

Para Becker (1992), deve ser feito um trabalho diferenciado com os pais para que eles apoiem, com adequação, seus filhos na prática do esporte. O clima ideal na família seria aquele em que a criança fosse recebida sempre com afeto, após as competições, independente do resultado alcançado. Este ambiente daria maior segurança a ela pela certeza de que é amada como pessoa e não pelo que faz dentro da competição.

Sendo assim, conforme o autor, a linguagem não verbal, das atitudes, é muito mais forte e denota vários sentimentos de decepção, mágoa e raiva e a contradição na comunicação deixa a criança muito insegura e mal preparada para a próxima competição esportiva. A continuidade dessa vivência de sentimentos ambivalentes pode dar uma idéia da insegurança



que pode tomar conta da criança daí para diante. Cabe aos pais, respeitar as escolhas de seus filhos e apoiarem de forma íntegra.

Contudo, o esporte ajuda na vida da criança, de maneira que o mesmo contribui e influencia na sua aprendizagem, sendo a porta para as aprendizagens e desenvolvimentos, pois a criança aprende valores que muitas vezes são construídos por ela mesma, pelos seus erros, acertos, pela sua paciência, concentração, etc. Além disso, todas as crianças, independentemente de sexo, raça, cultura, potencial físico, anomalia mental, têm direito a oportunidades que maximizem o seu desenvolvimento e o esporte é a entrada para essas descobertas.

Relacionando a essas aprendizagens através do esporte o projeto Fight Dance nos mostra que sua execução é realizada utilizando o esporte como meio para construção e desenvolvimento de um sentimento de grupo. Nele há a administração do choque de interesses individuais, onde o esporte, enquanto ação livre oferece reais oportunidades para o exercício da democracia, além disso, a dinâmica da dança permite o aparecimento de valores espontâneos, ao invés dos normalmente impostos.

O intuito desde projeto é atingir as jovens através da dança, mostrar valores muitas vezes esquecidos, aumentar a auto-estima, desenvolver a criatividade, a imaginação, o respeito, a solidariedade, a amizade, a interação, etc. Sendo que, não é só ensinar as jovens a dançar, mais mostrar através da mesma como resolver problemas em sua vida, ou seja, se não consegue aprender um passo da dança, não desistir e criar possibilidades de aprender de outra forma, mostrar que é possível conseguirmos tudo, basta não ter medo de errar e jamais desistir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prática sistemática de atividades físicas como um hábito de vida é o comportamento que se espera de todos aqueles que tiveram acesso aos conhecimentos acerca de suas implicações biológicas, psíquicas e sócio culturais, e que, mediante experiência concreta, de alguma forma incorporaram os valores e atitudes inerentes a um estilo de vida ativo para a promoção e manutenção de saúde. Todavia, é bem conhecido que a mudança de comportamento não mantém uma relação linear com o ganho no conhecimento.

A aquisição de conhecimentos e a incorporação de valores e atitudes devem acontecer em momentos adequados dentro do ciclo de vida das pessoas. A infância parece ser um

momento especialmente importante no que se refere ao esporte. Por isso mesmo não se pode desperdiçar, nesse período, a oportunidade de orientá-la de forma adequada para um estilo de vida ativo.

As demandas do esporte são muito complexas, envolvendo componentes físicos, motores, cognitivos, psicológicos e sociais. A iniciação esportiva apropriada está relacionada com a associação entre essas demandas e o estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra. “Quando o estágio de desenvolvimento é incompatível com as demandas do esporte, o envolvimento pode ser problemático em termos de capacidade e esforço exigidos, trazendo conseqüências indesejáveis à criança” (MARQUES, 1998. p. 24).

Verificamos que, o problema não é começar o mais cedo possível em atividade esportiva, mas no momento adequado, e os conhecimentos acerca do desenvolvimento humano nos fornecem indicadores confiáveis para tal julgamento, pois as crianças e os adolescentes aprendem por meio do esporte, valores fundamentais que levam para a vida, como: união, respeito, amizade, entre outros; além de aprenderem a lidar com as vitórias e derrotas que o esporte proporciona. E, por fim aprendem a vencer através do esforço pessoal, desenvolvendo assim a independência, o sentido de responsabilidade e a confiança em si mesmo.

Portanto, o esporte é um excelente meio para que dentro de um processo educativo, contribua para a formação integral e crítica do ser humano. O trabalho com as crianças no esporte não é apenas para reproduzir um ambiente esportivo profissional, mas para aproximar o contexto das necessidades, e dos direitos das crianças, bem com a coerência o compromisso para com seu desenvolvimento integral e harmônico, e necessita estar associado à realidade da criança em cada etapa de seu desenvolvimento e aprendizagens dentro do esporte. É o que vem sendo desenvolvido pelo projeto Fight dance, na cidade de Uberlândia, onde crianças e jovens são resgatados através do esporte de situações de risco, mostrando outros caminhos que podem ser trilhados e descobertos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BALBINOTTI, C. A. A. **O Desporto de competição como um meio de educação: uma proposta metodológica construtivista aplicada ao treinamento de jovens tenistas.** Revista Perfil. Porto Alegre, Ano I. nº 1. P.83-91, 1997.

BECKER JUNIOR, B. Posibilidades de aplicación de la Psicología del Deporte en El entrenamiento infantil In: **I Congreso Latino - Americano Nuevas perspectivas del movimiento, el juego y el deporte en la infancia**. Buenos Aires :OEA – FIEPComite Olímpico Argentino, 1992.

BRACHT, Valter; GOELLNER, Vilodre; NETO, Amarílio Ferreira. **As ciências do esporte no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados. 1995.

**Brincando de competir**. Revista Puro Esporte, edição 9º, outubro de 2007. Disponível em: <http://www.puroesporte.com>. Acesso em: 05 de janeiro de 2009.

DIEM, Liselott. **Esportes para crianças: uma abordagem pedagógica**. Rio de Janeiro: Beta. 1997.

**Definição de Esporte**. Disponível em: <<http://www.geocities.com/aotil/educacaofisica>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2009.

**Esporte e Educação**. São Paulo, 27 de janeiro. Disponível em: <http://www.boasnovas.tv/programas/antenados>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

GERABA, Ademir... [et. al]. **Educação Física & Esportes: Perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Papirus. 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 4ª ed. 2002.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas, SP: Autores Associados. 2001.

MARQUES, A.T. A criança e a atividade física: Inovação e contexto. In: **Atas do V Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa** – Maputo. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. 1998. p. 15-31.

PAIM, Maria Cristina Chimelo; STREY, Marlene Neves. **Corpos em metamorfose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações de corpos na atualidade**. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Ano 10, n. 79, Buenos Aires, dez/ 2004. Acesso em: 23 Dezembro 2008.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte – Espetáculo e Futebol - Empresa**. Tese ( Doutorado em educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. 1998.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA, Maria Nani. **Guia para normalização de trabalhos técnicos científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertação e teses**. Uberlândia: Ufu. 5ª ed. 2006.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas, SP: Autores associados. 2002.

TANI, G. **Cinesiologia, educação física e esporte: Ordem emanente do caos na estrutura acadêmica**. Motus Corporis. 1996. p. 9-49.

TUBINO, Manoel. **O que é Esporte**. São Paulo: Brasiliense, coleção primeiros passos. 1993.

WEINECK, J. **Biologia do Esporte**. São Paulo: Manole. 2000.

WEINECKER, J. **Manual de Treinamento Esportivo**. São Paulo: Manole. 1986.

## **A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS**

Autora: Janaína Mendes Rodrigues  
Co Autora: Msc. Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC  
[janesmr@yahoo.com.br](mailto:janesmr@yahoo.com.br)

Este trabalho objetivou investigar as influências da televisão no desenvolvimento das crianças, destacando os processos comportamentais, sociais e educacionais. Sabemos que a televisão é o meio de comunicação mais acessível às crianças, e que tem o poder de construir e reconstruir pensamentos sobre assuntos que, às vezes, são inadequados para a infância. Os primeiros passos para seu desenvolvimento é a imitação dos adultos. E na ausência dos pais, devido à modernidade dos tempos, a TV tem estado presente em muitos momentos. As crianças têm como referências os personagens de filmes e desenhos, nem sempre adequados a sua faixa etária. Analisamos como as cenas televisivas podem contribuir para a educação, sendo direcionadas pelas decisões de pais e professores. Estes devem entender que a TV pode influenciar tanto negativamente quanto positivamente no comportamento infantil, incluindo expressões corporais e verbais. Existem programas educativos que auxiliam pais e professores no ensino-aprendizagem, e nem sempre são escolhidos. A metodologia usada para esta pesquisa divide-se em dois âmbitos: pesquisa teórica com embasamento em autores, que discutem sobre a televisão como recurso pedagógico, e artigos acadêmicos; e pesquisa de campo. A fundamentação teórica apresentou estudos de autores como FUSARI (2002), BARRY (1994) e PORTO (2000). A pesquisa de campo foi desenvolvida através de entrevistas com editores de emissoras de TV e questionários aplicados aos pais de crianças frequentes à frente da TV. Esperamos com esta pesquisa contribuir para a reflexão de pais e profissionais da educação a respeito da influência da TV no desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: televisão – desenvolvimento – crianças – imagens - comportamento

# **A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Autora: Joelma Alves Garcia  
Co-autora: Msc. Cláudia Augusta Goulart

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC  
E-mail: mendesnotaprestadora@hotmail.com

As atividades lúdicas, principalmente as brincadeiras, são fundamentais para o desenvolvimento intelectual e social da criança, pois através das brincadeiras ela pode conviver com diferentes situações que fazem parte de sua realidade. Infelizmente, hoje o valor do brincar tornou-se um pouco esquecido, devido ao avanço da tecnologia e o corre-corre do dia a dia, cada vez mais as crianças têm encontrado refúgio na televisão, video game e computador, sem falar nas várias atividades extracurriculares em que os pais procuram ocupá-las durante o período em que não estão na escola. Após o estudo de vários autores como Wajskop, Santos, Vygotsky, que mostram que a brincadeira é importante para o desenvolvimento e aprendizagem, surgiu o interesse pelo tema “A Importância das Brincadeiras Para o Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança na Educação Infantil” e a problemática da pesquisa: como são trabalhadas as brincadeiras na educação infantil? O objetivo do estudo é identificar se as brincadeiras contribuem para o desenvolvimento, aprendizado e interação da criança. Com esse propósito encaminhamos as atenções para a educação infantil, com a finalidade de trazer à luz das decisões assuntos ligados à infância, à educação infantil e ao brincar. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica em que materiais como livros e Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, foram consultados para a coleta de informações e a pesquisa de campo desenvolvida na escola municipal de Educação Infantil Luizote de Freitas, mediante entrevista aplicada a dez professores da Educação Infantil. A fundamentação teórica teve como base KISHIMOTO (2005), WAJSKOP (2005), BROUGÈRE (2000), PIAGET (1998), SANTOS (1997), WALLON (2000), VYGOTSKY (2001) e outros. Com esta pesquisa pretendemos levar os professores e educadores infantis a descobrirem a magia das brincadeiras e através delas possibilitar condições para que as mesmas sejam desenvolvidas na escola com mais frequência e distante da concepção passatempo.

**Palavras Chaves:** Brincadeiras, Desenvolvimento, Aprendizagem.

## **É HORA DE BRINCAR: O RESGATE DAS BRINCADEIRAS DE RODAS E JOGOS CANTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

José Roberto Monteiro Júnior  
UNIPAC/ FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E SAÚDE DE UBERLÂNDIA.  
monteiro\_udi@yahoo.com.br  
Cláudio Roberto da Silva  
UNIPAC/FEESU  
claudio.rds@uol.com.br

O presente trabalho tem como objetivo discutir o resgate de brincadeiras que fizeram parte de gerações anteriores, mas encontram-se esquecidas pelas crianças do nosso tempo. No atual modelo social, cada vez mais a criança vem trocando os jogos, brincadeiras e brinquedos tradicionais, por equipamentos de alta tecnologia, transformando a alegria e a ludicidade como "irrelevantes". O brincar compreende uma variedade de movimentos, condutas, consentimentos dos parceiros e fantasias que envolvem a criança no seu mundo de "faz-de-conta", ao mesmo tempo tão real. O resgate propicia às crianças um saber popular, transmissor de cultura, que lhes possibilita descobrir os códigos básicos da sociedade em que vivem, apresentando, segundo FARIA JUNIOR (1996, p.55) um enorme potencial educativo. As brincadeiras e jogos cantados permitem a associação espontânea ou organizada de gesto e sonoridade. A aplicação dos brinquedos cantados pode ser usada com diversas finalidades: auxiliar no desenvolvimento da coordenação sensório-motora; educar o senso rítmico, favorecer a socialização, estimular o gosto pela música e pelo movimento, perpetuar tradições folclóricas, favorecer o contato sadio entre indivíduos de ambos os sexos, disciplinar as emoções: timidez, agressividade, prepotência, incentivar a auto-expressão e a criatividade e ainda ser utilizada como uma estratégia no ensino aprendizagem. O grande desafio das escolas é promover um resgate que envolva todos os profissionais, preferencialmente de forma interdisciplinar, não deixando apenas a tarefa a cargo dos professores de Educação Física, eliminando a ideia que o trabalho lúdico é somente uma forma de brincadeira. O lúdico pode ser trabalhado nas diversas áreas do conhecimento, através das cantigas de rodas, brincadeiras cantadas (memorização, alfabetização, matemática...), jogos cooperativos, jogos de sala de aula (em todas as áreas do conhecimento), cabendo à escola adaptar esse resgate dentro de suas possibilidades e realidade.

**Palavras Chave:** Resgate – Brincadeiras de rodas - Escola

## **EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO**

Keliny Balduino C. L. Fontoura  
Msc. Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC  
keliny-fontoura@uol.com.br

O presente trabalho monográfico busca analisar o universo da educação infantil em seu contexto histórico-filosófico e social visando identificar o papel da instituição escola na formação do indivíduo, entendendo como formação do indivíduo todos os aspectos formativos do ser humano numa concepção global, integral, ou seja, aspectos psicomotores, afetivos, cognitivo-intelectuais e sociais. A metodologia desenvolvida foi a pesquisa bibliográfica, percorrendo o eixo da contextualização da família e da infância na perspectiva de Philippe Ariès, historiador francês, o contexto do surgimento das escolas e especificamente, as escolas para a primeira infância; a educação familiar versus a educação escolar, os aspectos do desenvolvimento infantil, a importância dos primeiros anos de vida para a formação do indivíduo e, por fim, a delinquência infanto-juvenil e sua relação com a educação (ou a ausência dela). Nesse trabalho buscamos aprofundar conhecimentos em torno da temática infância e sociedade, sedimentando convicções acerca do papel da escola, da educação e do professor, na atualidade, propondo reflexões e contribuindo para com colegas, pais e profissionais da educação interessados e comprometidos com a formação de suas crianças, ressaltando a importância de se inculcar, nesta fase da educação formal, permeando todo o currículo convencional e científico, valores éticos, morais, pautados na conduta do homem bem como visando a constituição de uma sociedade mais justa e humanizada. Acreditando na educação como vetor principal para as transformações sociais e considerando uma dimensão maior para o sentido da palavra e do sujeito educador trilhamos essa busca por argumentos que demonstrassem a fundamental importância e o papel da escola de educação infantil, bem como o valor da infância e a oportunidade que ela representa para a sedimentação de valores que constituam base sólida para o estabelecimento de uma nova ordem mundial baseada na fraternidade universal.

Palavras-chave: Educação Infantil – Papel da escola – Formação do ser humano - Sociedade



## PROPOSTAS PEDAGÓGICAS OU CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Autora: Kellen Cristina de Faria  
Co-autora: Giselda Costa da Silva Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos/ UNIPAC  
Kellencrisfaria@hotmail.com

Propostas Pedagógicas ou Curriculares na Educação Infantil é o tema apresentado, com a problemática de descobrir qual o método de alfabetização mais utilizado na educação infantil no município de Uberlândia. Portanto, este trabalho de monografia propôs realizar estudos sobre a educação infantil para podermos entender como essa etapa da educação vem sendo oferecida às crianças de zero a cinco anos. A pesquisa tem finalidade de constatar as práticas pedagógicas e curriculares na educação infantil, no sentido de entender questões como: Que tipo de educação tem? Como deve ser a postura do professor em relação às práticas pedagógicas e curriculares? Será que os profissionais que atuam na educação infantil percebem o quanto essa etapa é importante para a formação da criança? Enfim, verificar o funcionamento das escolas e os princípios éticos, políticos e estéticos das instituições envolvidas e também analisar se as propostas oferecidas pelas instituições se concretizam na prática ministrada. A preocupação em diagnosticar todas estas questões se dá por saber que a educação infantil é o alicerce para a formação integral do educando. Entretanto, currículo é identidade e, portanto, é preciso delinear o espaço que queremos garantir na construção da educação infantil. Nessa perspectiva, sob os olhares contemporâneas de Victória Faria, Fátima Salles, Sônia Kramer, Gema Paniagua, Jesús Palácios, Kishimoto, Sacristán, Zilma Oliveira, Mendes Sobrinho, Marlene Araújo e Padilha, a pesquisa se concretiza com a fundamentação teórica dos mesmos e por questionários aplicados nas escolas escolhidas do município de Uberlândia.

**Palavras-chave:** Proposta Pedagógica, Currículo, Educação Infantil.

# EXPRESSÃO CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: Lara Cristina Gouveia de Freitas  
Co-autora: Msc. Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antonio Carlos – UNIPAC  
Email: laracrisfreitas@yahoo.com.br

O objetivo desta pesquisa é obter novos conhecimentos e métodos de ensino a respeito da expressão corporal, além de auxiliar os professores em suas práticas diárias; buscamos também analisar como a expressão corporal pode favorecer o desenvolvimento educacional e social das crianças. Desde os primórdios da civilização Greco-Romana, a educação estava sendo ligada à idéia de estudo e prazer. A expressão corporal ganha espaço na educação infantil. Platão, que foi um dos maiores pensadores, da época, afirmava que os primeiros anos da criança deveriam ser ocupados com jogos educativos. Diferentes manifestações culturais do corpo foram surgindo como a dança, os jogos, as brincadeiras, os esportes, entre outros, onde se faz uso de diferentes gestos, posturas e expressões corporais. O brincar favorece a autoestima da criança e a interação com seus pares, propiciando situações de aprendizado que desafiam suas capacidades de vivenciar diferentes papeis. O movimento não é só um simples deslocamento do corpo, mas também uma linguagem onde as crianças podem se expressar da maneira que sabem. A expressão corporal une-se com outras linguagens expressivas como: a fala, o desenho e a escrita, além de desenvolver a sensibilidade, a imaginação, a criatividade e a comunicação que poderá exercer em seu meio social. Em um ambiente onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, o educador terá facilidade em desenvolver atividades que estimulem as crianças a se arrisarem e a vencerem desafios, ampliando cada vez mais seus conhecimentos. É importante que a expressão corporal seja introduzida progressivamente na educação infantil, orientando o desenvolvimento intelectual, favorecido com o aprimoramento das áreas sociais e emocionais. No desenvolvimento deste trabalho científico foram feitos dois tipos de pesquisas: Pesquisa teórica, onde foram analisados os pontos relevantes da importância da expressão corporal na educação infantil, com embasamento em livros, revistas, jornais, sites e artigos, além de alguns autores como Brougere (1995), Vygotsky (1991), Wayskop (2005), entre outros. E pesquisa de campo que foi realizada na IES- Instituto Educacional Shalon, onde foram questionados sete profissionais da área.

**Palavras-chave:** Expressão, Educação, Corpo, Movimento

PROJETO GRUPO DE PERCUSSÃO MUSICAL TABINHA:  
EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR

Leocidio da Silva  
cocve@ufu.br

Graduando do Curso de Pedagogia do IEFOM/UNIPAC  
Gizelda Costa da Silva Simonini  
gizeldasimonini@yahoo.com.br  
Professora Orientadora/UNIPAC/IEFOM

A escolha do tema Grupo de percussão musical Tabinha – educação e cultura popular, vem em busca de enriquecimento cultural e social permitindo assim a valorização da raça afro-descendente. A abordagem sobre a percussão musical e a educação nos leva a uma reflexão de que a educação informal tem um papel importante no desenvolvimento do ser humano, sendo esta arte um meio de educar e de influenciar a personalidade das pessoas. Portanto, partindo deste contexto que a percussão com os instrumentos musicais e a educação podem se complementar, na perspectiva da inclusão, dentro e fora da escola. Objetivamos observar o desempenho escolar dos componentes deste grupo no cotidiano escolar e familiar, para compreender e valorizar a arte e a cultura de uma sociedade. O grupo de percussão musical Tabinha tornou-se conhecido no Brasil e no exterior por valorizar os ritmos da cultura popular regional com músicas de congado, Moçambique, maracatu, jongo, folia de reis, samba e outras identidades musicais. Além do caráter cultural, realiza uma ação social, pois o público atendido é proveniente de famílias de baixa renda, sendo que muitas dessas se encontram em situação de risco social. Dentre as várias atividades proporcionadas pelo grupo também são desenvolvidos trabalhos de percussão, canto, dança, artes plásticas e outros. O regaste de costumes que o Grupo de Percussão Musical Tabinha se propõe a fazer com estes jovens e adolescentes torna-se uma prova concreta da importância das relações educacionais e sociais do ser humano. Para isso, a pesquisa tem o objetivo de desenvolver a questão da educação escolar, a partir da participação de crianças e adolescentes residentes no bairro Patrimônio, integrantes do Grupo de Percussão Musical Tabinha, desde a sua fundação até os dias atuais.

**Palavras-Chave:** Educação, Cultura popular, Grupo Tabinha

## CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: Leticia Costa Paim

[lepaim12@yahoo.com.br](mailto:lepaim12@yahoo.com.br)

Co-autora: Msc Cláudia Augusta

O presente trabalho monográfico se propõe uma investigação sobre a temática a Contação de Histórias na Educação Infantil, demonstrando a importância das Histórias no âmbito educacional e também na vida das crianças, levando em consideração o seu desenvolvimento integral. Enfatizaremos a contribuição das histórias na construção do imaginário infantil. Ressaltamos também a colaboração dos momentos de Contação de Histórias na construção psicológica das crianças, auxiliando-as nas respostas ao resolverem seus problemas enfrentados no dia a dia. A metodologia da pesquisa foi de dois tipos: bibliográfica e de campo, utilizando entrevistas e questionários. Os autores que respaldaram a pesquisa bibliográfica foram: ABRAMOVICH (1989) AMARAL (1977); BETHELEIM (1980); BUSATTO (2003); COELHO (1993); COSTA (2007); CUNHA (1970); MEIRELES (1990); PROENÇA (1992); REGO (1995); SOUZA (2004), Através da pesquisa de campo, traçamos uma trajetória da Contação de Histórias na Educação Infantil, verificando como os educadores realizam esses momentos e qual o significado das histórias nas suas vidas e nas de seus alunos.

**Palavras-Chave:** Contação de Histórias, Educação Infantil, Trajetória.

## A RELEVÂNCIA DO JOGO PARA A APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA

Autora: Lílian Faria Matos – UNIPAC/IFM

[Lilian\\_fmg@yahoo.com.br](mailto:Lilian_fmg@yahoo.com.br)

Co-autora: Cláudia Augusta Goulart – UNIPAC/IFM

Este trabalho, cujo tema é “A Relevância do Jogo Para a Aprendizagem na Infância”, objetivou compreender o valor dos jogos e brincadeiras como subsídios eficazes para a construção do conhecimento da criança. Enfatiza ainda que os jogos são recursos pedagógicos importantes para desenvolver na criança a atenção, a imitação, a memória e a imaginação. A metodologia de pesquisa utilizada foi bibliográfica e de campo, realizada por meio da aplicação de questionários para educadores infantis, professores das séries iniciais do ensino fundamental e para os pais dos alunos da escola, com a finalidade de investigar o que esses entendem sobre os jogos educativos. Os resultados apontam para evidências de que os professores já possuem conhecimento sobre o assunto e apresentam, na realização das suas atividades pedagógicas, um trabalho efetivo relacionado ao lúdico. Percebe-se ainda que os educadores se preocupam com a questão do brincar na escola, pois este é concebido como preparação para a escolaridade futura das crianças. A intervenção do professor é diretiva e tem por finalidade o ensino de habilidades previamente definidas. As atividades são normalmente propostas através da oferta de materiais e jogos didáticos auto-instrutivos, e visam ensinar às crianças noções de forma, dimensões, cores, letras e números. Os pais compreendem que os jogos e brincadeiras, não se reduzem ao divertimento e ao prazer das crianças, mas tem a função de desenvolver a coordenação motora, o raciocínio, a expressão oral, a função lúdica, entre outros. Enfim, detectamos que os jogos constituem uma forma de atividade do ser humano, tanto no sentido de recrear quanto de educar, a crianças através do lúdico, dos jogos e brincadeiras, revela muitos aspectos cognitivos, emocionais e afetivos, que o olhar atento de um educador pode transformar em aprendizagem e os gestos, palavras e movimentos fazem parte de uma forma divertida de aprender.

**Palavras-Chave:** Criança – jogo - aprendizagem

## LITERATURA INFANTIL: INSTRUI OU DIVERTE

Livaldete Rosa de Souza Malta  
Professora: Msc. Cláudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC  
livaldete@terra.com.br

A Literatura Infantil, desde sua origem, foi utilizada como um instrumento educacional, um reforço para fixar os costumes das sociedades em cada época. Embora grandes transformações já tenham ocorrido desde o seu surgimento, até hoje ainda se questiona se a Literatura Infantil deve ser instrumento de educação ou de divertimento. O tema proposto para este trabalho é Literatura Infantil: instrui ou diverte? Objetiva-se com esta pesquisa ressaltar a importância da Literatura Infantil na formação de conceitos e formação na vida da criança, pois brincando ela constrói valores. Esta pesquisa está fundamentada em referências bibliográficas, baseadas nos seguintes autores: COELHO (2000), (2003); BUSATTO (2003); CUNHA (2004); ZILBERMAN (2003); LAJOLO E ZILBERMAN (2006); COSTA (2007); entre outros. E na pesquisa de campo, com aplicação de questionário com questões relativas à Literatura Infantil e suas perspectivas para atualidade, com os professores em algumas escolas de Uberlândia. Com o intuito de incentivar os educadores a investirem cada vez mais nesta área, formulando projetos que alcancem a dimensão criativa das crianças, em um mundo de sonhos em que a fantasia e a imaginação fundem-se, no mundo dos conhecimentos culturais e sistematizados, preparando-os para se tornarem cidadãos críticos capazes de criar uma sociedade melhor.

**Palavras-chave:** leitura, instruir, divertir, professor e aluno

# A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciana Gonçalves de Souza Silva  
Msc. Cláudia Augusta Goulart

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo aprofundar os estudos sobre a importância da afetividade na educação infantil e através deste, alertar o educador para um problema que se torna cada vez mais preocupante na sociedade: a falta de vínculo afetivo entre os adultos e as crianças principalmente na infância. Os pais ou responsáveis estão negligenciando as suas funções de carinho e atenção, deixando essa responsabilidade a cargo da escola. Baseados na preocupação de que grande parte dos educadores não está preparada para suprir esses vínculos, é que analisamos como o fator afetividade influencia as crianças em seu desenvolvimento e formação de concepção de mundo. A metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a bibliográfica, através de reflexões por parte de professores, psicólogos e demais especialistas na área da educação, que discutem a afetividade. Os principais autores que fundamentaram essa pesquisa foram: Wallon (1971), Vygotsky (2003), Freire (1996) e Silva (2001). A partir da realização deste trabalho concluímos que é preciso que os educadores estejam conscientes da importância da criança para o futuro da sociedade, e de que através da afetividade ela percebe as próprias capacidades de ir além, vencer desafios, fortalecer sua auto-estima, ter base emocional de relacionamentos intrapessoais e interpessoais, testarem confiabilidade das normas e valores, e que por isso, pais e educadores devem buscar ensinar-lhes com afeto.

Palavras-chave: Afetividade - Criança - Família - Escola

## INTRODUÇÃO

A pesquisa com o tema relacionado justifica-se, levando em consideração a história de vida de tantas crianças. Ouvimos falar e ficamos perplexos, como se nunca fôssemos nos deparar com tais situações, grande engano, o problema está tão perto e não sabemos. Tantas crianças são frutos de abusos, gravidez indesejada com gestações conturbadas, às vezes tentativas de aborto e outras são vítimas de maus tratos. São vários os problemas que essas crianças, terão que enfrentar pela vida a fora.

- 
- 1- Aluna do 7<sup>o</sup> período do Curso de Graduação em Pedagogia pela UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, e-mail melciana@yahoo.com.br.
  - 2- Cláudia Augusta Goulart, mestre em Educação pela UNIUBE, professora da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, e-mail claudiaagoulart@yahoo.com.br.

Sua trajetória muitas vezes será de exclusão, aos olhos do mundo será uma criança marcada por uma história triste, crescem sem afeto, são negligenciadas pela família que não está preparada para oferecer carinho, atenção, estímulo e amor. Diante dessa situação essas crianças buscam tais sentimentos em outras pessoas como: vizinhos, outros parentes e professores. Muitas não encontram esse vínculo e tornam-se adultos carentes, frustrados e inseguros, repassando aos filhos os mesmos conceitos de vida, fazendo com que a mesma se repita.

Conscientes de que muitas crianças têm histórias parecidas, é que despertou o interesse em nós de nos inteirarmos e analisarmos como está sendo trabalhada a relação de afetividade entre educadores e crianças nas escolas. Busca-se através dessa pesquisa, despertar os educadores para uma conscientização da importância da afetividade na Educação Infantil, levando os mesmos a refletir sobre as contribuições e finalidades que esse tema pressupõe e analisar o que essa falta pode trazer para a formação da criança, no futuro. A proposta desse estudo não prioriza o desenvolvimento cognitivo e intelectual da criança e sim a formação do caráter e da personalidade, mostrando que a falta de vínculos afetivos podem levar a caminhos e escolhas que determinarão o futuro do indivíduo.

A metodologia de pesquisa utilizada foi bibliográfica por meio de autores que estudaram o tema, tais como: Wallon (1971), Vygotsky (2003), Piaget (1962), Freire (1996), Pino (2000), Silva (2001), Maturana (1995) e outros que muito contribuíram para este estudo.

No decorrer da pesquisa faremos um levantamento histórico de quando a criança começou a ser vista como tal, seu relacionamento dentro e com a família, do surgimento da modalidade “Educação Infantil” e dos direitos das mesmas, estabelecido por lei e também uma comparação de idéias e autores, analisando questões como: emoção, afeto e interação professor/aluno. Dando ênfase à área afetiva, formação de caráter, personalidade e relação social.

## DESENVOLVIMENTO

Este trabalho visa abordar a importância da afetividade entre educadores e crianças na Educação Infantil, para isso se faz necessário conceituar “Afetividade”. De acordo com o Dicionário Aurélio (1994), o verbete afetividade está definido da seguinte forma: “Conjunto



de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagradado, de alegria ou tristeza”. (p.27).

De acordo com a definição é possível perceber a importância dos vínculos afetivos na vida da criança, um ser que está em pleno desenvolvimento. Esses sentimentos são fundamentais nas correlações psicossomáticas básicas, além de influenciar a percepção, a memória, o pensamento, a vontade, as ações e ser um componente essencial da harmonia e do equilíbrio da personalidade humana.

A partir do argumento que ressalta que a educação da criança começa com a família, e depois passa para a escola, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre o surgimento da Educação Infantil como modalidade de ensino. Para isso é preciso retomar um pouco da história fazendo um levantamento de como a criança era vista e tratada no início dos tempos e qual é a visão dos educadores, família e sociedade para com as crianças nos dias atuais.

Baseando-se na trajetória da Educação Infantil é possível perceber como a infância demorou a ser reconhecida pelos adultos, já que não era dada a devida importância ao fato das crianças necessitarem de locais específicos para que se desenvolvessem em todos os aspectos e aos vínculos afetivos como grande colaboradores para o desenvolvimento da criança, seja em nível cognitivo, emocional, afetivo ou social.

Escolhemos como marco para início de estudo, o século XIV e a evolução do desenvolvimento do tema no decorrer dos tempos. No século XIV, a criança era um ser indefinido, representava dentro da família a perpetuação da espécie, tinha a missão de reencarnação, um morria e outro era colocado em seu lugar.

A educação dessa criança era coletiva e por isso não se estabelecia nenhum vínculo afetivo entre ela e os pais. Isso começou a mudar em 1580 quando um neto de Scevole de Saint Marthe caiu gravemente doente, procuraram vários médicos, porém inúteis, então Scevole assumiu o desafio de salvá-lo e conseguiu. Daí por diante a criança ganhou um novo espaço, pois a família sentiu vontade de preservar-lhe a vida. Dois séculos depois novas regras surgem, mudando a relação entre pais e filhos. A criança passa a ser amada pelos pais e por ela mesma, dando-lhes alegria.

Segundo John Locke, traduzido por Pierre Costre em (1695), “O indivíduo tem a necessidade de viver, ser dono do seu corpo e não permitir que o grupo familiar apague sua personalidade”. A história apresenta uma nova visão da criança, esperta e madura.

Começa uma crítica dos moralistas citando os pais muito complacentes em relação aos filhos que se libertam, adquirem defeitos, maus hábitos e isso, nesse período, era inconcebível. Sem alternativa, os pais incapazes de educar os filhos, passam a responsabilidade à igreja ou ao Estado.

Nota-se que desde os primórdios os pais já tinham medo de perder o controle sobre o filho se o tratassem com afeto. Isso ainda ocorre nos dias atuais, pois percebe-se que os pais ainda tem medo de que a emoção defina as ações interferindo na educação dos filhos. Isso mostra que o que afasta pais e professores da criança muitas vezes é o medo, o receio de demonstrarem afeto, suas emoções e esses sentimentos causar a perda do controle sobre a mesma.

A partir desse período, os pais começam a ter um convívio mais próximo com os filhos e a forma de educar muda, mas, a falta do afeto ainda continua, as mães se encarregam da educação das filhas e os pais dos filhos. A parte afetiva não se apresenta nessa educação, que se baseia no autoritarismo, é uma aprendizagem por imitação sem diálogo ou demonstrações de carinho.

A observação de Ariés (1981, p. 20) nos permite compreender como era a infância era vista:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. A infância era apenas uma fase sem importância que não fazia sentido fixar na lembrança (...).

Até este momento, o estudo ficava a critério da família e a Educação Infantil surgiu como modalidade de ensino quando a mulher se inseriu no mercado de trabalho, o que criou a necessidade de locais dedicados a educação das crianças.

Iniciou-se então a criação de entidades de amparo, mas o objetivo era somente cuidar das crianças. Percebe-se que até o momento ninguém se preocupava com a criança ou como elas estavam vivendo, os fins eram apenas assistencialistas.

No início do século XX os empresários acharam vantajosa a criação de instituições para cuidar dos filhos das mulheres operárias, visando o lucro e o aumento na produtividade. Esses cuidados se restringiam ao cuidar, ação que não exigia vínculos afetivos, eram realizados automaticamente.

Nesse período ocorre uma importante mudança, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 (Lei 4024/61) aprofundando a perspectiva apontada desde a criação dos jardins de infância, sua inclusão no sistema de ensino.

Assim dispunha essa Lei:

Art. 23 – “A educação pré-primária destina-se aos menores de até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”.

Art. 24 – “as empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”.

Mesmo tendo o respaldo da Lei no que diz respeito à Educação Infantil, as pessoas contratadas para exercer tal função não necessitava de qualificações específicas para atuar em tal área.

Somente com a LDB/96, Art. 29 determina que:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB/96, Art. 29).

Só em abril de 1999, O Conselho Nacional de Educação fixou a lei que fez com que as instituições acatassem as diversas identidades das crianças e suas famílias, sem exclusão, de gênero, etnia, religião e outras peculiaridades. A lei estabelece que cuidado e aprendizado devem estar integrados desde o início e que o trabalho seja articulado em três eixos: a brincadeira, o movimento e as relações afetivas que as crianças desenvolvem.

Mesmo com as mudanças referentes à educação infantil, ainda deixa a desejar porque ao se falar em cuidar, educar, alfabetizar não explicita que essas ações devem ser movidas pelo afeto e, ao contrário, se valem do autoritarismo.

O educador deve conscientizar-se que o ser humano só se desenvolve de forma plena se estiver bem resolvido moral, emocional e intelectualmente e que o papel do educador é mediar inteiramente o desenvolvimento e o potencial do aluno em todos os aspectos sociais, essa interação ocorre com amor e respeito, Wallon (1971) ressalta que a emoção é o primeiro e mais forte vínculo entre os indivíduos.

Os professores alegam não terem tempo para demonstrações de afeto com os alunos, pois são pressionados constantemente pelo sistema que estipula, mesmo para a Educação Infantil, uma sobrecarga muito grande de conteúdos a serem trabalhados.

As crianças ficam entre os professores sofrendo com o estabelecimento de sua profissão construindo sua identidade profissional e os pais que muitas vezes são omissos, não intencionalmente, mas por diversos fatores que os levam a esse comportamento como trabalho, stress, problemas financeiros e até mesmo justificando-se pela própria criação.

Muitos foram criados por pais que tinham a afetividade, demonstrações de carinho como algo supérfluo, o importante era casa, comida, remédio e estar presente na vida da criança, acreditavam que carinho, amor e atenção poderiam até prejudicar a educação e as escolhas do filho. Diante dessa omissão tentavam se mostrar atenciosos através de cobranças.

Porém não é só de cobrança que os filhos precisam, muitas vezes eles não vão bem na escola não é porque não são inteligentes e sim porque está faltando atenção dos pais. Na teoria de Piaget a afetividade é caracterizada como instrumento propulsor das ações. Taille, Dantas e Oliveira explicam que para Piaget:

A afetividade seria a energia, o que move a ação, enquanto a Razão seria o que possibilita ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados, e obter êxito nas ações. Neste caso, não há conflito entre as duas partes. Porém, pensar a Razão contra a afetividade é problemático porque então dever-se-ia, de alguma forma, dotar a Razão de algum poder semelhante ao da afetividade, ou seja, reconhecer nela a característica de móvel, de energia. (TAILLE, DANTAS E OLIVEIRA, 1992, p.66).

A afetividade entre o educador e o educando, principalmente em se tratando de Educação Infantil é um fator fundamental para a formação emocional da criança, pois a mesma ao ingressar nessa modalidade de ensino já sofre uma perda muito grande, a separação da mãe e outros trazem consigo problemas que fazem com que os mesmos sejam privados dessa atenção em casa, por isso buscam no professor um carinho, um gesto amigo, uma confirmação de que não estão sozinhos.

Para que as mesmas não sintam tanto é preciso encontrar na escola locais acolhedores e profissionais que venham suprir a ausência da mãe ou da família. Pessoas que lhe ofereçam segurança, carinho, atenção e demonstrem tais sentimentos através de ações e gestos, pois a criança necessita mais de gestos do que de palavras e os mesmos tem que ser sinceros, pois não há como enganar uma criança, não adianta falar uma coisa e agir ou se expressar de forma diferente, as crianças, principalmente aquelas que já trazem consigo o sentimento de rejeição, têm o sentido muito aguçado e sentem logo a sinceridade das pessoas.

Os profissionais da Educação Infantil têm que estar conscientes que tem em suas mãos, vidas., vidas estas que estão em plena formação de caráter, definindo sua identidade, defendendo seu lugar no mundo, buscando ser aceitas, muitas vezes sem mesmo ter consciência disso.

É relevante que os educadores façam uma reflexão e analisem, pois de acordo com Freire:

[...] como professor [...] preciso estar aberto ao gosto de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque, me obrigo a querer Bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre “seriedade docente” e “afetividade”. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. (FREIRE, 1996, p. 159).

Ao escolher uma profissão, principalmente a de Educador Infantil é fundamental que o professor saiba que a profissão escolhida baseia-se mais no amor do que no plano financeiro tendo em mente que sua função é determinante na construção de todo e qualquer conhecimento, principalmente na qualidade de interação pedagógica no sentido de afeto e respeito às experiências vivenciadas em sala de aula.

As considerações abordadas nesse estudo, nessa revisão literária, visam refletir através das idéias de alguns autores sobre a importância da afetividade na Educação Infantil tanto no que se diz respeito aos pais que são os primeiros educadores, quanto à interação professor-aluno. O trabalho aborda sobre a importância dos vínculos afetivos no processo de ensino-aprendizagem, pois o mesmo é de suma relevância para toda a sociedade e para a instituição escolar e não somente no aspecto emocional, pois a carência afetiva acompanhada ou não de violência e maus tratos traz problemas em todos os âmbitos e para que se faça uma análise nesse aspecto, Ferreira (2001) sugere que a educação deve inicialmente se concentrar em quatro pontos que são: (1) Como a criança procura resolver suas dificuldades; (2) Seu nível de auto-estima; (3) Características de seu humor e (4) diz respeito às posturas da criança diante do adulto resultantes de sua relação com a família, tais como nível de autonomia, relação com figuras de autoridade e relação com estruturas de poder.

Ainda segundo Ferreira (2001, p. 70) existem três âmbitos que devem ser alvos do trabalho pedagógico:

No âmbito emocional – identificar os sentimentos, expressar os sentimentos, avaliar sua intensidade, adiar a satisfação, controlar os impulsos, reduzir a tensão. No âmbito cognitivo – saber a diferença entre sentimento e ação, ler e interpretar indícios sociais, compreender a perspectiva dos outros, usarem etapas para resolver problemas, criar expectativas realistas sobre si, compreender normas de comportamento.  
- no âmbito comportamental – comportamentos não verbais: comunicar-se com os olhos, com gestos, com expressão facial; comportamentos

verbais: fazer pedidos claros, resistir a influências negativas, ouvir os outros, responder eficientemente a críticas.

A atenção principal desse estudo diz respeito à formação de caráter, personalidade, mas após essa explicitação percebe-se que o problema vai além e trás vários outros aspectos que podem influenciar o desenvolvimento da criança até chegar à fase adulta.

A criança que desde o nascimento é ensinada com dedicação, respeito e carinho, aprende muito mais que conteúdos, aprende também a respeitar os outros, viver em sociedade, ser útil e aprende ainda a se fazer respeitar. É uma pessoa que saberá agir na hora certa e ser aceita em todo lugar, pois a boa interação é fundamental em todos os momentos de seu desenvolvimento. Segundo Pino (2000):

Os fenômenos afetivos representam a maneira como os sentimentos repercutem na natureza sensível do ser humano, produzindo nele um elenco de reações matizadas que definem seu modo de ser no mundo. Dentre esses acontecimentos, as atitudes e as reações dos seus semelhantes a seu respeito são, sem sombra de dúvida, os mais importantes, imprimindo às relações humanas um tom de dramaticidade. Assim sendo, parece mais adequado entender o afetivo como uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam (...). São as relações sociais, com efeito, as que marcam a vida humana, conferindo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (coisas, lugares, situações, etc.) um sentido afetivo. (PINO, 2000, p.130 – 131).

É indispensável que o educador observe situações vividas no cotidiano das crianças, seus comportamentos e que perceba que as atitudes das mesmas estão intimamente ligadas às relações afetivas e emocionais que podem despertar na criança: - Emoções positivas - como sentimentos de alegria, aceitação, auto-estima, carinho, amor, calma; - Emoções negativas - como sentimentos de medo, vergonha, cólera, dor, sofrimento, infelicidade, raiva, nojo, solidão e falta de afinidades para com os outros.

Para o autor, o que ele chama de fenômenos afetivos representa a forma com que o ser humano vai definir sua visão de sujeito no mundo. Com isso percebe-se a importância do afeto para o desenvolvimento da criança, é a forma como ela é tratada nos primeiros anos de vida que a preparará para ser inserida na sociedade, que irá ditar se a mesma guardará consigo emoções positivas ou negativas.

É sob essa visão que o estudo se organizará e através deste apresentar de idéias, conhecer os aspectos relacionados ao carinho e ao respeito que podem ajudar crianças desiludidas, com baixa auto-estima e que acreditam não ter chances de viver igualmente, vir a ter e fazer as mesmas coisas que as outras, aprendendo a despertar para a vontade de

adquirir conhecimentos. Para que isso aconteça, precisam perder o medo de não serem aceitas, deixar de ser inseguras e ter medo de errar.

Esse medo está muito ligado ao emocional da criança. A esse respeito Vygotsky (2003) argumenta que através de suas experiências percebe-se que uma criança educada com afeto e carinho aprenderá e reterá o aprendizado de forma mais sólida, firme e prolongada.

Silva (2001) ressalta a importância de o professor manter um bom relacionamento com os alunos, principalmente na Educação Infantil para que os mesmos, que já estão passando por uma fase de separação da mãe sintam-se mais seguros, tranquilos e haja uma boa interação, porque ao contrário do que pensam muitas pessoas, a criança não vai à escola só para assimilação de conteúdos, o papel do educador vai além, ele é o mediador entre o educando e o meio que o rodeia, trabalha a socialização para que o mesmo torne-se um indivíduo capaz de interagir dentro da sociedade, ser útil, dinâmico e seguro.

Já é comprovado cientificamente através da teoria de Isaac Newton que para cada ação existe uma reação, e isso não é diferente em se tratando do tema afetividade. Isso mostra a importância da cumplicidade entre educador e educando, pois é a partir desse envolvimento que permeará uma convivência tranquila, com respeito e confiança.

Em concordância com a afirmação de que o ser humano é movido pela emoção, Vigotsky reforça:

A emoção não é uma ferramenta menos importante que o pensamento. A preocupação do professor não deve se limitar ao fato de que seus alunos pensem profundamente e assimilem a geografia, mas também que a sintam [...] as reações emocionais devem constituir o fundamento do processo educativo. (VYGOTSKY, 2003, p. 121).

Por serem ações que trarão conseqüências ao adulto se as mesmas não forem bem trabalhadas enquanto criança torna-se indispensável uma reflexão sobre o assunto.

Como já dizia Piaget (1962):

É incontestável que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. (PIAGET, 1962, p. 5).

Quando o autor destaca a importância do afeto em relação à inteligência, quer ressaltar que a criança aprende de acordo com seus interesses e quer se destacar perante os outros quando isso é importante para ela e para a pessoa a quem quer agradar.

A criança quer se mostrar, demonstrar seu carinho pelo educador através de seu desenvolvimento e em pequenas ações.

Muitos estudiosos sobre o tema, após longo estudo afirmam que crianças que são privadas da afetividade familiar carregam consigo uma grande dependência afetiva, buscam aceitação, aprovação e afeição dos adultos, dependem dos mesmos na adolescência e mesmo em seu processo de desenvolvimento apresentam quando adultas uma consistência enfraquecida, são passivas, dependentes dos pais, buscam segurança em empregos sem risco e procuram ficar sempre próximo a casa dos pais ou de outras pessoas com que ela mantém vínculo.

Essa afirmação não é generalizada porque muitos que passam pelos mesmos problemas apresentam uma maneira de ser muito diferente, são independentes, sabem se virar sozinhas, o que se nota é que a mesma apresenta um senso de proteção muito grande para com as pessoas. Ela quer dar a eles o que ela não teve.

Leontiev (1978) entende que somente a estrutura fisiológica do ser humano não garante que o mesmo sem a interação com o ambiente social, vá tornar-se humano, as características do funcionamento psicológico serão construídas ao longo da vida do indivíduo através de um processo de interação com o meio social, que possibilita não só a apropriação da cultura elaborada, mas também a forma do ser humano agir e interagir com o mundo. Ele ainda ressalta: “Cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não basta para viver em sociedade. É-lhe preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana”. (p. 267).

Para reforçar essa idéia, cabe lembrar o caso verídico citado por Rego (1995) das duas “meninas-lobas” encontradas na Índia vivendo no meio de uma alcatéia. Elas apresentavam comportamentos característicos dos animais, como andar com o apoio das mãos, alimentarem-se de carne crua e até mesmo estragada, ausência da linguagem verbal, não pensar com lógica e outras atitudes, provando que para se humanizar o indivíduo precisa receber todos os estímulos necessários do meio.

O indivíduo só aprenderá quando ele participar de forma ativa do processo educativo, assim, é preciso que ele sinta-se parte desse processo e que o mesmo vá de encontro a seus interesses, se ocorre o contrário sua atitude será de desinteresse ou até mesmo de agressividade e não obterá bons resultados e ainda gerará um conflito. Quando um educando sente-se coagido, sua atitude é a mesma que a do educador: agressiva. Nesse



caso, o diálogo e o respeito são os melhores aliados para um professor resolver problemas com alunos.

A relação professor-aluno, baseada no diálogo e no respeito é excelente, não só no aspecto cognitivo, mas também no emocional e social, porque na medida em que o aluno “erra” o professor terá condições de descobrir recursos didáticos que favoreçam uma melhor assimilação devido ao grau de intimidade mantida entre eles.

Essa relação deve ser tratada com respeito mútuo, de forma que o aluno aprenda a aprender e o professor aprenda a reaprender sempre, num desenvolvimento conjunto o professor deixa de ser o único dono do saber e passa a compartilhar seus conhecimentos e suas dúvidas com os educandos, e estes deixam de ter medo de seus educadores e passam a respeitá-los, discutindo idéias e questionamentos. Segundo Freire:

O autoritarismo do educador não se manifesta apenas no uso repressivo da autoridade, que restringe arbitrariamente os movimentos dos educandos. Manifesta-se igualmente num sem-número de oportunidades. Na vigilância doentia sobre os educandos, na falta de acatamento à maneira de estar sendo dos alunos das classes populares, na maneira como os adverte ou os censura. (FREIRE, 1996, p. 73).

Os métodos tradicionais baseados no autoritarismo e a falta de afetividade não funcionam mais. Não só a educação, mas toda a sociedade passa por uma transformação muito grande, para isso, é preciso mudar a mentalidade de todos sem exceção.

O mundo não precisa de futuros ditadores, mas de cidadãos pensantes, ativos, críticos, que saibam questionar e fazer escolhas, pois todos devem ter direito de seguir suas vidas dignamente e de uma educação de qualidade e respeito, independentemente de sua classe social, cor, raça ou religião.

Quando se fala que precisa existir afetividade entre professores e alunos é porque a partir daí que as escolhas poderão ser feitas, é uma forma de evitar os vândalos, os delinqüentes, ladrões e assassinos do futuro. O professor tem que parar de dizer o que está certo ou errado, baseando somente em seus conceitos, tem que observar criteriosamente o desenvolvimento da criança e perceber como ela está vivendo, deve ser o incentivador, considerando também a espontaneidade, criatividade, preparando-o da melhor forma possível para a vida.

A arte de educar pode ser uma das mais difíceis que existe, porém a mais recompensadora, mas se o professor não amar o que faz esta missão de ensinar outros seres humanos torna-se impossível. Não se pode perder a esperança mesmo quando a realidade

do aluno é de miséria, ou dos problemas sociais que interferem no processo de desenvolvimento, é aí que está uma oportunidade de trabalhar a realidade do educando.

Moreno (1999), afirma que “Interagir o que se ama com o que se pensa é trabalhar, de uma vez só, razão e sentimentos, supõe elevar estes últimos à categoria de objetos de conhecimento, dando-lhes existência cognitiva, ampliando, assim, seu campo de ação”.

Concluimos que assim deve prosseguir a educação, em que os autores e atores sejam amados, respeitados e que se cumpra o papel de ensinar com amor, pois todos são capazes de aprender, a interação e afetividade devem ser os condutores para uma troca de conhecimentos.

E, por fim, passamos às considerações finais que complementaram este trabalho ampliando a visão sobre um assunto que muitas vezes é ignorado, porém tão importante na formação do indivíduo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afetividade na relação professor-aluno, apesar de, muitas vezes, passar despercebida por algumas pessoas, é de suma importância. Muitas crianças são rejeitadas pela família e também pela sociedade, crescem com esse sentimento de exclusão e nessa trajetória podem fazer escolhas boas ou ruins.

A criança nasce com um corpo fisiológico humano, porém são as condições do meio em que ela vai se desenvolver que a humanizará, portanto, a responsabilidade de conduzir a criança para um bom ou mau caminho será das pessoas que estarão ligadas a ela, nos primeiros meses a família e logo depois a escola entra em ação, fazendo parte dessa caminhada, através dos seus profissionais juntamente com os pais.

A fase de desenvolvimento da criança na escola é muito importante, será onde ela aprenderá a se socializar, conviver com outras pessoas, aprender quais são seus direitos e que deveres têm para uma boa convivência em sociedade.

As pessoas criticam os vândalos e delinquentes, no entanto não param muito para refletir, fazer as seguintes perguntas: Essas pessoas já nasceram assim? Ou se tornaram assim? Não se pode generalizar, mas muitas pessoas se desvirtuam devido à maneira como são tratadas. Se tiver uma família carinhosa e for criada com respeito dificilmente seguirá um mau caminho, mas se no decorrer de seu desenvolvimento só encontrar críticas, maus

tratos, rejeição, essa criança tratará as pessoas da mesma forma como foi tratada, a conduta e a formação de uma criança refletirão no seu futuro, na maneira de agir e pensar.

As pessoas são movidas pelo carinho, compreensão e valorização, por isso temos que parar e refletir como estamos tratando nossas crianças e lembrar da teoria de que para cada ação existe uma reação.

É diante dessa reflexão que se percebe que trazer uma criança ao mundo requer muita responsabilidade, assim vemos também a importância de escolha da profissão de educador, muitas vezes a criança é fruto de abusos e maus tratos por parte dos responsáveis. Contudo nós educadores podemos colocar em prática o afeto diante de situações como essas, tentando preencher a rejeição que essas crianças trazem consigo do âmbito familiar. Assim devemos exercer nossa profissão com amor, respeito, fazendo a diferença e preparando os cidadãos do futuro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

AURÉLIO, Dicionário. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira. 1994.

DANTAS, Heloísa. **A Afetividade e a Construção do Sujeito na Psicogenética de Wallon**. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, M. K. ; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) 1999.

FERREIRA, M. **Ação Psicopedagógica na Sala de Aula: Uma Questão de Inclusão**. São Paulo: Paulus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEONTIEV, A. N. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1978.

LDB-**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** aprovada em 1961 (Lei 4024/61) Art. 23 24.

LOCKE, John, **De l'education des enfants**, Paris, 1695.

MORENO, M. **Falemos de Sentimentos: a afetividade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna, 1999.

PIAGET, Jean. **The relation of affectivity to Intelligence in the mental development of the child.** [Transl.by Pitsa Hartocollis] .In Bulletin of the Menninger clinic. – 1962, vol. 26.

PINO, A. (mimeo). **A Afetividade e vida de Relação.** Campinas, UNICAMP: FE, 2000.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva Histórico-cultural da Educação.** 14, Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SCHAFFEL, Sarita Lea. **A Identidade Profissional em Questão.** 1999 (Texto trabalhado em sala de aula, PERRENOUD)

SILVA, M.L.F.S. **Análise das dimensões afetivas nas relações professor-aluno.** Campinas, UNICAMP: FE 2001.

WALLON, H. **As Origens do caráter na Criança.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia Pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

## JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autor: LUCILENE RIBEIRO DA SILVA MEDEIROS  
UNIPAC/IEFOM  
lucileneribeiro@yahoo.com.br

Co-autor: GIZELDA SIMONINI  
UNIPAC/IEFOM  
[gizeldasimonini@yahoo.com.br](mailto:gizeldasimonini@yahoo.com.br)

Na sociedade em que vivemos, observamos pais exigirem que seus filhos se alfabetizem cada vez mais cedo, colocando-os em instituições escolares. Nesse contexto entra a escola, instituição de educação infantil, que independente da sua concepção pedagógica, procura complementar a ação da família no desenvolvimento infantil de seus alunos. É na escola que a criança encontra espaço para brincar e desenvolver habilidades. A Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394, de 20 de Dezembro de 1996, contempla a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, nos artigos 29, 30 e 31, sob a responsabilidade do município. Visando a aplicação e a legitimação foram criados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, neles se encontram os princípios da E. I., entre eles o brincar. Tendo como referência esse momento, dos princípios da Educação Infantil e do direito da criança ao brincar, realizamos uma pesquisa bibliográfica com base nos autores atuais, revistas, livros e publicações que tratam sobre o tema. Essa pesquisa monográfica foi dividida em três capítulos, o primeiro capítulo aborda o histórico da Educação Infantil no Brasil, conceito de jogo, brinquedo e brincadeira e a caracterização dos jogos tradicionais infantis. O segundo capítulo trata das relações entre o jogo, brinquedo, brincadeira e a educação, jogos tradicionais e contribuições para o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil. O terceiro capítulo apresenta dados de uma pesquisa de campo realizada em unidades de Educação Infantil em Uberlândia, com o intuito de observar como são trabalhados os jogos e as brincadeiras nas entidades de Educação Infantil de Uberlândia.

**Palavras-chave:** Brincadeiras – Desenvolvimento - Educação Infantil

## **A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Autora: Lucivânia Dos Reis Silva  
Professora MS: Claudia Augusta Goulart  
Universidade Presidente Antonio Carlos/UNIPAC  
[Lucivaniarei@hotmail.com](mailto:Lucivaniarei@hotmail.com)

O presente tema foi desenvolvido por presenciar as mudanças teóricas e metodológicas que vem ocorrendo com as exigências educativas da sociedade atual. A escola na atualidade com a rapidez e necessidade de estar em sintonia com as inovações, desconsidera o processo formador de aprendizagem, limita-se a investir na leitura de imagem, sem observar a qualidade das literaturas que oferecem a seus alunos como fonte de leitura. O exercício da leitura, que se encontra atualmente nas escolas se detém apenas na decodificação de signos gráficos, os quais são permeados de fragmentos de livros infantis. Tal postura transforma a ação de ler em um ato enfadonho. A intervenção direta do adulto é necessária e determinante para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, diante da velocidade das novas linguagens que dominaram o cotidiano, e atropelam o ritmo sinfônico do aprendizado. É importante verificar como a leitura é desenvolvida com crianças na escola de educação infantil, ressaltando a importância de uma prática educativa que a internalize como ação prazerosa, e, se as metodologias adotadas pelos professores e o envolvimento da família auxiliam no processo de aquisição da linguagem oral. De acordo com Freire, “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”. Ler é fundamentalmente uma prática social trabalhada desde criança. O ponto de partida metodológico é mostrar que a importância da leitura constitui-se uma concepção sem ruptura no ensino e aprendizagem em que o ato de ler deve ser aplicado como mecanismo de lazer, cultura e formação. Portanto, a aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e participação nas diversas práticas sociais.

Palavras-chave: Criança, leitura, aprendizado e informação.

## A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FASE INTRODUTÓRIA

Mara Rubia dos Santos

Gizelda Simonini

Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac

Este trabalho monográfico cujo foco são as atividades físicas, os jogos e brincadeiras, tem como objetivo investigar a relação entre a teoria e a prática, os tipos de jogos e exercícios físicos, buscando mostrar a realidade que rodeia o aluno no que se refere à Educação Física, e como pode vir a ser praticada. Também verificar os problemas e valorizar as sugestões por parte dos profissionais, relacionando a teoria e a prática dos professores que atuam nas escolas. Os objetivos gerais e específicos escolhidos buscam analisar o jogo através do desenvolvimento de cada criança, e procurar saber como os professores desenvolvem e realizam seus trabalhos na fase da educação infantil. Utilizamos ainda pesquisas bibliográficas em livros, artigos da internet, pesquisa em documentos oficiais como a LDB (Leis Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), revistas e artigos com autores que estudam o tema. Observamos que, a maioria dos autores analisa a real necessidade do estímulo aos jogos nas escolas infantis, apontando assim a infância como a etapa mais importante em direção à maturidade, por isso é o período em que devemos propiciar à criança condições adequadas para a sua educação, lembrando que ela é um ser que usa motricidade, interagindo com as dimensões cognitiva, afetiva e social. Assim, seu comportamento na sociedade, suas relações interpessoais, seus papéis e atitudes estão ligadas diretamente ao processo de crescimento e desenvolvimento. Finalizamos este texto com a pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Professora Alice Paes, situada na cidade de Uberlândia-MG; na qual aplicamos entrevistas aos professores de Educação Física que atuam na Fase introdutória nessa escola. Assim, concluímos que a maioria dos profissionais que trabalham com a educação física possui dificuldades em ministrar aulas interdisciplinares, dificultando o processo de aprendizagem das crianças.

**Palavras-Chave:** Jogos, educação infantil, aprendizagem

## A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM MUSICAL ENQUANTO ESTIMULADOR CEREBRAL USADA COMO RECURSO PEDAGÓGICO

**Marco Túlio Brazão\***

[martuliobrazao@hotmail.com](mailto:martuliobrazao@hotmail.com)

**Giselda Simonini.**

**Universidade Presidente Antonio Carlos.**

A informação e o conhecimento podem ser transmitidos nas várias linguagens. As linguagens sonoras, musical e oral são as mais eficientes para a comunicação e interação entre o professor e o aluno. O objetivo desse trabalho é explanar sobre a importância da linguagem musical, enquanto recurso pedagógico para a aprendizagem do educando. A temática central é verificar a eficácia da música na transmissão do conhecimento. O ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado no desenvolvimento da criança, para funções como a linguagem. O lado direito do cérebro pode ser estimulado através de técnicas variadas, favorecendo a integração entre os dois lados, direito e esquerdo. O uso de música apropriada, que diminui o ritmo cerebral também contribui para que haja equilíbrio no uso dos hemisférios cerebrais, potencializando nossas habilidades. Recomenda-se a música barroca, especialmente o movimento “largo”, que propicia o aprendizado. A frequência que um feto escuta é a mesma emitida pela música barroca, essa frequência nos remete ao lado direito do cérebro fazendo com que as informações sejam gravadas na memória de longo prazo. Na teoria das sete inteligências múltiplas a inteligência musical é caracterizada pela habilidade para reconhecer sons e ritmos, gosto em cantar ou tocar um instrumento musical. Gardner (1995, p. 21), Uma inteligência implica na capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural. Todo ser humano possui certos dons, mas mesmo que um indivíduo possua grande potencial biológico para determinada habilidade ele precisa de oportunidades para explorar e desenvolvê-la. O estudo da música contribuirá para o aumento da capacidade de: controle rítmico-motor, memória, raciocínio, concentração, associação e dissociação, codificação e decodificação, criatividade além de aumentar a percepção tátil, visual e auditiva, isso proporcionará ao educando uma respiração e emissão vocal correta. Desde o nascimento da criança, a música é um dos estímulos mais potentes para ativar os circuitos do cérebro. O período de oportunidade musical abre-se aos 3 anos e fecha-se aos 10 anos. As experiências durante a infância alimentam os circuitos nervosos e determinam o futuro da inteligência. Existem etapas definidas para o desenvolvimento do cérebro das crianças, a linguagem a inteligência e a sensibilidade devem ser aprimoradas na escola. A música e a linguagem estão muito próximas e são igualmente importantes na infância.

**Palavras-Chave:** Linguagem Musical. Estimulador. cerebral. inteligência

\*Graduando do curso de Pedagogia na Universidade Presidente Antônio Carlos, professor de música na FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA



## A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

Marcos Luiz Ferreira  
Msc. Gizelda Costa da Silva Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos- unipac  
[ieqmorumbi@yahoo.com.br](mailto:ieqmorumbi@yahoo.com.br)

A finalidade deste trabalho de pesquisa é analisar a participação da família no processo de ensino/aprendizagem dos alunos do 3º ano do ensino fundamental da Escola Hilda Leão Carneiro do Bairro Morumbi. Comprovar que alunos assistidos pelas famílias têm melhor desempenho escolar. Saber quais os fatores sociais são causadores da ausência dos pais junto à vida escolar dos seus filhos, apresentar experiências de escolas que obtiveram sucesso com a participação dos pais. Neste trabalho foram desenvolvidos dois tipos de pesquisa: pesquisa teórica, pesquisa de campo. Realizamos entrevistas com professores, orientadores, pais, cujos alunos repetiram ano e que passaram de ano. Portanto, verificamos após a leitura de vários teóricos que falam sobre o assunto e também junto à comunidade escolar e a família, para saber até que ponto a participação da família ajuda ou não o aluno. Mas, durante a pesquisa percebemos que a escola também é importante neste processo, pois ela tem profissionais que foram preparados para lidar com estes problemas e com os pais de alunos. Por isso dedicamos uma parte a este assunto. Após falarmos da criança, da infância, dos sentimentos, enfim, de tudo que ela passou para que fosse aceita no seio da família, como ser querido e amado, não simplesmente como bichinho de estimação, como disse um autor pesquisado, chegamos ao modelo de família atual, que vive em uma sociedade capitalista num mundo globalizado, com muitas famílias desestruturadas por causa deste modelo. Ao encerrar este trabalho, com certeza chegaremos a uma conclusão satisfatória.

**Palavras- Chave:** Família, Escola, Ensino/Aprendizagem.

## A MÚSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Beatriz de Moura Oliveira  
Msc. Gizelda Simonini  
UNIPAC

O presente trabalho teve por objetivo realizar uma pesquisa sobre a música e os benefícios que ela proporciona ao ser humano. Neste momento de investigação científica, buscamos a compreensão do que é dito sobre a música por autores renomados que tratam deste assunto e que afirmam que o despertar musical exerce um poder transformador sobre os indivíduos. Através de uma minuciosa averiguação visamos descobrir os conhecimentos que são próprios do meio musical e que são aplicados na educação, de modo especial nas séries iniciais do ensino fundamental. Para realização deste trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica, que auxiliou na confirmação das hipóteses levantadas. Entre os autores pesquisados estão: Belomnt, Maria Teresa de; Fonseca, Selva Guimarães; Snyders, George, dentre outros. Nesse sentido buscamos através de pesquisa de campo procurar fazer uma apuração de dados, observando e questionando os professores das primeiras séries do ensino fundamental, sobre a sua visão e qual a realidade vivida em relação aos projetos musicais realizados na escola. Aproveitamos estas visitas à escola para, enquanto pesquisadores observarmos o cotidiano do aluno e dos professores, este momento foi um momento muito importante onde podemos também conhecer a realidade das crianças e como é ministrado o conteúdo de arte musical.

Palavras – chave: Música, Ensino – Aprendizagem, socialização

# REFLEXÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO BRINQUEDO E DO BRINCAR

<sup>1</sup>Maria da Conceição da Silva Santos  
Gizelda Costa da Silva Simonini

Este texto monográfico discute o brinquedo e o brincar considerando-os como produtos de uma sociedade dotada de traços culturais, inserido num sistema social, no qual, o olhar para a criança e para o brinquedo é resultado de um longo processo histórico que nos leva a perceber que os significados e valores dados aos brinquedos e brincadeiras variam de acordo com o tempo e com o contexto. Sendo assim, o presente trabalho busca refletir sobre o brinquedo, a sua origem, a relação brinquedo-infância, a sua fabricação de artesanal à industrial, a influência e miscigenação entre as culturas do índio, do português e do negro no brincar do povo brasileiro, percebendo o brinquedo e o brincar, como ricos de significados que permitem compreender uma sociedade e cultura. Para tanto, a metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica que buscou Gilles Brougère, Walter Benjamin, Gilberto Freire, Philippe Áries, Tizuko Morchida Kishimoto, Maria Del Priore, Cristina Von e Paulo Oliveira como embasamentos teóricos. Esses autores discutem a temática sobre o brinquedo e o brincar, possibilitando uma viagem a culturas, hábitos e crenças diferentes. Entretanto, o objeto de estudo nos remete ao reconhecimento e à descoberta da infância como também ao objeto infantil, diferenciado do mundo do adulto, portanto, permite que se compreenda que, ao longo dos séculos, a criança e o brinquedo assumiram diferentes significados, conforme uma sociedade e cultura.

Palavras - chave: Criança, Brinquedo, Cultura.

## INTRODUÇÃO

Ultimamente, nunca se falou tanto da importância do brinquedo e do brincar na contribuição no desenvolvimento do ser humano como nos últimos tempos. Hoje, entendemos a brincadeira como expressão, representação, significação e reinterpretação “da e na cultura”. Entretanto, não podemos esquecer que, foi o reconhecimento da infância como fase específica da vida, com suas características que possibilitou identificar o brinquedo como objeto infantil como demonstra Philippe Áries, no clássico História Social da Criança e da Família. Para esse autor, o mundo medieval ignorava a infância, não existia qualquer sentimento de infância, a consciência da particularidade infantil, essa

---

<sup>1</sup> Aluna do 7º período do curso de pedagogia da Universidade Antônio Carlos- UNIPAC

particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. A sociedade medieval representava a crianças como adultos em miniatura. A partir da “descoberta” do sentimento de infância entre os séculos XV e XVIII, é que se reconhece que as crianças necessitavam de tratamento especial, diferenciando do adulto.

Dessa forma uma das perguntas que permeia a pesquisa é se o brinquedo sempre foi um objeto construído para a criança e uma vez inserido num sistema social, qual é o seu valor cultural no qual, olhar para a criança e para o brinquedo é resultado de um longo processo histórico que nos leva perceber que os significados e valores dados aos brinquedos e brincadeiras variam de acordo com o tempo e com o contexto.

Assim, a história do brinquedo permite que se compreenda que, ao longo dos séculos a criança e o brinquedo assumiram diferentes significados, conforme uma sociedade e cultura. Segundo Walter Benjamin (2002, p.96):

“As crianças, quando brincam, se defrontam o tempo todo com os vestígios que as gerações mais velhas deixaram. O brinquedo, mesmo quando não é apenas miniatura de objetos que circulam no mundo dos adultos, é confronto, não tanto da criança como adultos, mas destes com a criança.”

Reconhecendo como um processo histórico que nos leva a perceber que os significados e valores dados aos brinquedos e brincadeiras variam de acordo com o tempo e com o contexto histórico, de uma maneira geral, os brinquedos documentam como os adultos se colocam com relação ao mundo da criança. A infância é conseqüentemente, um momento de apropriação de imagens e de representações diversas. O brinquedo é com suas especificidades uma dessas fontes.

No Brasil, também é possível observar em parte essa mistura do mundo infantil com o mundo adulto. Segundo Kishimoto (1999) constata que não existe separação entre o mundo do adulto e o da criança, misturados com os adultos, os pequenos curumins não se distinguem por comportamentos particulares como o brincar. Adultos e crianças dançam, cantam, imitam animais, cultivam suas atividades e trabalham para sua subsistência. Entretanto não podemos dizer que inexistia o sentimento da infância, para Gilberto Freire nos seus estudos, os indígenas no Brasil tinha a preocupação e o cuidado de proteger suas crianças quando observamos ser colocado nas mãos dos recém-nascidos, o chocalho, primeiro brinquedo imposto, mas, sobretudo instrumento de defesa contra os maus espíritos. O gosto da criança pelos brinquedos de figuras de animais é ainda traço característico da cultura brasileira assim como os jogos e brinquedos infantis de arremedo

de animais. Nas casas-grandes, segundo Gilberto Freire, era costume do menino branco receber um ou mais moleque negros como companheiros de brincadeiras que lhe serviam como cavalo de montaria. Os meninos brancos reproduziam nas brincadeiras as relações de dominação da escravidão. Como diz Benjamin (1984, p. 14), “de uma maneira geral, os brinquedos documentam como os adultos se colocam com relação ao mundo da criança.”.

Os brinquedos seguem também uma evolução quanto à ordem de fabricação, inicia-se dentro de casa, pelas próprias famílias depois, nas oficinas de artesãos até chegar às fábricas de brinquedos especializadas. Portanto o presente trabalho busca uma reflexão das transformações do brinquedo e do brincar, refletindo desde sua origem à fabricação conforme um contexto histórico-cultural. Para tanto a metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica tendo os teóricos Gilles Brougère, Walter Benjamin, Gilberto Freire, Philippe Áries, Tizuko Morchida Kishimoto, Maria Del Priore, Maria Cristina Von, e Paulo Salles Oliveira. Esses autores discutem a temática sobre o brinquedo e o brincar apresentando uma visão histórica e cultural, permitindo uma viagem pela história dos brinquedos possibilitando percorrer culturas, estilos, modos de vida, além de provocar uma reflexão sobre a sua origem, a relação brinquedo-infância.

## **DESENVOLVIMENTO**

A história do brinquedo é uma história que acompanha o homem. O brinquedo é mais do que apenas um objeto para a criança se distrair e se divertir. É uma forma de conhecer o mundo que tem ao seu redor, de dar asas à sua imaginação. Para possibilitar uma reflexão do brinquedo como objeto infantil se faz necessário um estudo do reconhecimento da infância como uma fase específica da vida. Dessa forma a contribuição de Phillippe Áries, é de fundamental importância.

Numa abordagem mais histórica, no sentido de valorizar o processo da construção do (re) conhecimento da infância à relação deste com o brinquedo e brincar, é preciso reconhecer à descoberta da infância, para que possamos compreender o sentido de ambigüidade que traz os brinquedos. Para Áries, por volta do século XII à arte medieval desconhecia a infância, não se via registro de imagens de crianças. A passagem da criança

pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade, segundo Arie (1981):

“(...) a infância era apenas uma fase sem importância que não fazia sentido fixar na lembrança, (...) a criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança (...) (ARIES, 1981, p. 56).

Isso, sem dúvida, significa que nesta época não se detinham diante da imagem da infância, que esta então não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Contudo, para o autor, um sentimento superficial começa a surgir por volta do século XIII que é a “paparicação”, esta era reservada à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha, porém podemos ressaltar que este sentimento não significa, ainda, um reconhecimento da criança como um ser provido de sentimentos, mas significa que as pessoas se divertiam com a criança como se fosse um animalzinho de estimação, um macaquinho e se ela morresse, a regra geral era não fazer muito caso.

É somente no século XVII que se observa uma evolução significativa dos temas da primeira infância, embora no século XV já surgirem na iconografia representações de criancinhas brincando, quando reconhecemos nessas pinturas o cavalo de pau, o catavento, o pássaro preso por um cordão, e, raramente, a boneca, objeto então de uso pelas crianças. Todavia, ainda a vida da criança se mistura com a do adulto, tanto em relação ao trabalho, quanto nas danças, nos jogos e nas brincadeiras, não existia uma separação ou um cuidado nas brincadeiras das crianças como vimos nos tempos de hoje. Eles brincavam juntos e da mesma forma, os brinquedos também se destinavam a ambos. O gosto em representar de forma reduzida as coisas e as pessoas da vida cotidiana, resultou numa arte num artesanato popular destinados tanto à satisfação dos adultos como à distração da criança

Segundo Áries, os historiadores dos brinquedos de bonecas sempre tiveram muita dificuldade em distinguir a boneca de todas as outras imagens e estatuetas, quase sempre tinham uma significação religiosa: objetos de culto doméstico ou funerário, ex-votos dos devotos de uma peregrinação. No século XVII até o início do XIX, a boneca serviu às mulheres elegantes como manequim de moda, como também em questão do gênero, a boneca não se destinava apenas às meninas, os meninos também brincavam com elas, visto que dentro dos limites da primeira infância a discriminação moderna entre meninas e meninos era menos nítida, uma vez que as crianças de ambos os sexos usavam o mesmo traje. É possível que exista uma relação entre a especialização infantil dos brinquedos e a importância da primeira infância no sentimento revelado pela iconografia e pelo traje a

partir do fim da Idade média. Portanto, para esse autor os brinquedos parecem ter tido outras origens e até mesmo outra finalidade.

Quanto ao formato, parece ter uma importância muito maior do que se poderia supor inicialmente, para Benjamin (2002) à medida que os brinquedos se tornam maiores, vão ganhando emancipação, tornando uso da criança:

“Não há dúvida: em seus pequenos formatos, os voluminhos mais antigos exigiam a presença da mãe de maneira muito mais íntima, os volumes in quarto mais recente, em sua insípida e dilatada ternura, estão antes determinados a fazer vista grossa à ausência materna.”

(BENJAMIM, 2002, p. 91).

Podemos observar a mudança do brinquedo, quanto quem o confecciona e sua distribuição, quanto ao material utilizado interagindo na evolução do tempo. Segundo Benjamin (2002), os brinquedos, no início, não foram invenções de fabricantes especializados, mas surgiram originariamente das oficinas de entalhadores em madeira, de fundidores de estanhos. Antes do século XIX, a produção de brinquedos não era função de uma única indústria, tanto, o estilo e a beleza das peças representava antigamente um produto secundário das diversas oficinas manufatureiras, as quais, restringidas pelos estatutos corporativos, só podiam fabricar aquilo que competia ao seu ramo. Assim compreende-se o fato de encontrar, por exemplo, brinquedos de animais talhados em madeira com o marceneiro, o soldadinho de chumbo com o caldeiro, figuras de doces com o confeitoiro, e bonecas de cera com o fabricante de velas.

Com o início da especialização dos brinquedos que passou a ocorrer no século XVIII e com o desenvolvimento do capitalismo, a industrialização, o brinquedo passou a ser comercializado com fins lucrativos, ocorre à divisão do trabalho nas oficinas. Essa divisão do trabalho choca-se por toda parte contra as restrições corporativas, segundo o autor Benjamin (2002) estas proibiam o marceneiro de pintar ele mesmo as suas bonequinhas, o que encarecia a mercadoria.

Da mesma forma, a venda ou distribuição de brinquedos não era, no início, função de comerciantes específicos, como se vê hoje em dia casas especializadas em brinquedos. Seus precursores, segundo Benjamin, são por um lado, os vendedores de artigos de marcenaria, assim como os vendedores de artigos de ferragens e por outro lado os mascates de cidades e feira, que faziam às vezes do grande distribuidor, exportadores de brinquedos. A partir daí, os objetivos dos brinquedos começam a afastar da sua origem, o que antes

eram motivos de profunda relação familiares, com valores e sentidos culturais muito significativos, torna-se destinado a um público-alvo e com objetivos agora de lucros.

A mudança do brinquedo também é percebida quanto ao material utilizado. Se no início era de madeira, ossos, tecidos e argila como no caso de bonecas confeccionadas pelos povos primitivos, em tempos patriarcais, passa a fazer parte novos materiais: os metais, vidro e o plástico. A assimilação do uso do plástico foi fator importante de artificialização do brinquedo na medida em que foi substituindo quase que totalmente os elementos naturais, assim como o processo de urbanização nas grandes cidades e a introdução da mulher no mercado de trabalho.

A urbanização na metade do século XIX, não era tão grande e nem tão violentas, havia espaço para brincadeiras na rua, no quintal, nos terrenos vazios e nas praças. A sociedade de consumo não tinha se consolidado. Mas, com o desenvolvimento desses centros, e a presença de veículos de transportes motorizados vai modificando esse espaço que antes livres e abertos para a criança, tornam-se restrito.

Quanto ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, segundo Oliveira (1989), veio contribuir mais ainda para a indústria de brinquedos, uma vez que, as crianças sozinhas em casa deveriam se manter ocupadas, mais precisamente com brinquedos. Com a falta de tempo que agora a mãe tinha para brincar com a criança, dividida entre os afazeres domésticos e o compromisso com emprego, recompensa essa ausência com brinquedos.

Aliado ao fato de que as crianças passaram a ficar mais tempo sozinhas em casa, a televisão segundo Brougère (2004), contribui e muito nas transformações tanto do brinquedo quanto da brincadeira, como também tem importância na exploração comercial, tornando-se um importante veículo de divulgação utilizado pelos fabricantes de brinquedos.

Dessa forma, para Brougère (2004), pelas ficções, pelas diversas imagens que mostra, a televisão fornece às crianças conteúdo para suas brincadeiras utilizando de personagens ligadas a uma história, na maior parte das vezes através de um desenho animado, da mesma forma, por meio dos filmes, seja diretamente ou indiretamente. A evolução da publicidade televisiva acaba por interferir fortemente na escolha o brinquedo, torna-se um mecanismo que auxilia a venda e revela o verdadeiro objetivo do aparecimento desses brinquedos que é gerar lucros, prova disso é o aumento de serviços publicidade e espaços nobres de audiência na televisão. Hoje, existe uma linguagem toda



apropriada e direcionada para a criança, observa-se programas e propagandas inteiramente voltadas para esse público. E interessada em seduzir consumidores, a empresa que o produz, vê o brinquedo como um negócio que envolve uma operação transnacional, em que as maiores indústrias compram moldes e plantas de brinquedos estrangeiros e obtêm a licença para reproduzi-los diante de pagamento de taxas, denominadas royalties. No Brasil as fábricas brasileiras de brinquedo marcaram seu território no mercado com a concorrência dos produtos importados, em 1990.

Entretanto, a história da fabricação de brinquedos no Brasil só começa a tomar forma depois da Segunda Guerra Mundial. Este fato dificultou as importações, fazendo com que a indústria nacional se desenvolvesse, comprando máquinas e aumentando a produção para atender às necessidades do mercado.

Para criar um novo brinquedo, ou modificar um que já exista, é preciso primeiro, ter uma boa idéia e anotá-la. Depois é necessário observar as ações e reações das crianças brincando e pesquisar se já existe algo semelhante sendo fabricado, ter um conhecimento das etapas do desenvolvimento infantil e os brinquedos adequados para cada idade, inclusive para poder dimensionar o tamanho do brinquedo além é claro de seguir as normas de segurança do brinquedo que é reconhecido pelo selo do INMETRO.

Inventores de brinquedos também se confundem com invenções de uma geração, é o caso dos aviões com o desenvolvimento da indústria aeronáutica; os carrinhos apareceram simultaneamente aos carros originais, nos primeiros anos do século XX, embora ainda feitos de madeira; os cata-vento, relação com os moinhos de vento e a pipa que aparece na China mil anos antes de Cristo, antes de ser um brinquedo, era um dispositivo de sinalização militar, a sua cor, o padrão da pintura e os movimentos no ar eram executados para comunicar códigos de mensagens entre os campos. Nos últimos anos, os temas foram atualizados, mais realistas, os brinquedos de guerra reforçam pela qualidade de representações até então reservadas aos colecionadores de soldados e armas.

Já o brinquedo educativo, segundo Kishimoto (2001) ganha força com a expansão da educação infantil, especialmente a partir deste século. Entendido como recurso que ensina, desenvolve e educa de forma prazerosa, o brinquedo educativo materializa-se no quebra-cabeça, destina a ensinar formas ou cores, nos brinquedos de tabuleiro que exigem a compreensão do número e das operações matemáticas, nos brinquedos de encaixe, que trabalham noções de seqüência, de tamanho e de forma.

Outro tipo de brinquedo e brincadeiras segundo Kishimoto (2001) é a brincadeira tradicional, filiada ao folclore, incorpora a mentalidade popular, expressando-se, sobretudo, pela oralidade. Considerada como parte da cultura popular, essa modalidade de brincadeira guarda a produção espiritual de um povo em certo período histórico. A brincadeira tradicional assume características de anonimato, tradicionalidade, transmissão oral, conservação, mudança e universalidade. Não se conhece a origem da amarelinha, do pião, das parlendas, sabe-se apenas, que provém de práticas abandonadas por adultos, de fragmentos de romances, poesias mitos e rituais religiosos. Tais brincadeiras foram transmitidas de geração em geração através de conhecimentos empíricos e permanecem na memória infantil. Enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver formas de convivência social e permitir o prazer de brincar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história do brinquedo é uma história que acompanha o homem. Mudou junto com o tempo. Não podemos negar que enquanto objeto real, manipulável, tem acompanhado a evolução do homem, interagindo em seu espaço físico, em suas funções e em seu próprio aspecto, o brinquedo mais do que apenas um objeto para a criança se distrair e se divertir, é uma forma de conhecer o mundo que tem ao seu redor. Da mesma forma que o brinquedo, as brincadeiras também sofre influências de uma época e geração.

Portanto, refletir sobre o brinquedo e o brincar, de forma alguma pode estar desvinculado a visão econômica, como também a histórico-cultural como foi possível observar. O brinquedo representou e significou momentos restritos a uma época. Se em uma época não se reconhecia a infância como uma fase importante da vida, não diferenciando da fase adulta, podemos observar nos seus brinquedos e brincadeiras uma despreocupação com o tema e até uma ambigüidade em sua função quando discutimos a sua presença nos povos primitivos que é de um ritual de proteção espiritual. Vimos modificar novamente, o brinquedo, com o surgimento do capitalismo, passa a ganhar um olhar de entretenimento, em outro momento de poder e de posse, quando consolida na sociedade capitalista.

Hoje, brinquedos e brincadeiras assumem um foco educativo, afinal o grande marco dessa época que estamos vivendo é o ingresso da criança cada vez mais cedo na escola. Assim, estudar o brinquedo requer uma visão ampla, não só do objeto em si, mas de todo um contexto em que engloba, desde sua origem, o material utilizado, a fabricação, distribuição o brinquedo conta história de uma geração transformadora e como tal também é transformado embora ainda mantenha um lado tradicional e artesanal, ele se renova a cada geração.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. tradução de Dora Flaksman. LTC. Rio de Janeiro, 1981, p.50 ´65 e p.82 a 124.

ATZINGEN, Maria Cristina Von. **A história do Brinquedo: para as crianças conhecerem e os adultos se lembrarem**. São Paulo: Alegro, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2002, p.81 à 100, p.127 à130.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2004, p. 50 à 60.

CAPPARELLI, Sergio. TV e Criança: a emergência do mercado de bens culturais. In: PACHECO, E. D. P. (org.). **Televisão, Criança, Imaginário e Educação**. Campinas: Papyrus, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006, p.200 a 204.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.35 à 40.

OLIVEIRA, Paulo de Salles . **O que é brinquedo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p.231 a 256.

WEISS, Luise. **Brinquedos e engenhocas: atividades lúdicas com sucata**. São Paulo Scipione. 1989.

## DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

Autora: Marina Mendonça

Co-autora: Mestre Gizelda Costa da Silva Simonini

UNIPAC: [www.unipaciefom.com.br](http://www.unipaciefom.com.br)

Este trabalho tem como principal objetivo verificar as diversas influências no desenvolvimento da personalidade, desde a gestação ao terceiro ano de vida. Essa diversidade de influências engloba aspectos afetivos, familiares, sociais e ambientais, além, é claro, de distúrbios de personalidade. Ressalto também que será enfoque deste trabalho o desenvolvimento da personalidade em cada uma das fases do crescimento da criança. Diante deste aspecto será realizado um trabalho de campo, no qual serão entrevistados pais ou responsáveis próximos de crianças de classe média e classe média baixa, mães que educam seus filhos com e sem a presença do pai. Diante disso, é necessária uma análise mais aprofundada para compararmos as pesquisas dos autores abordados no texto. Para tal, serão entrevistados pedagogos, orientadores capacitados em analisar cada caso de determinada forma, sendo que, a estes orientadores cabe também a responsabilidade de encaminhar à especialistas aquelas crianças que necessitam de um acompanhamento diferenciado e que precisam serem observadas profundamente com um caráter rigoroso. Este trabalho também trabalha com base em observações feitas pela autora deste trabalho em escolas públicas, principalmente com foco em crianças que apresentam aspectos diferentes da maioria do grupo em que estão inseridas, sempre com base em anotações que possibilitam a melhor análise do comportamento individual das mesmas. Este, no entanto, poderá fornecer aos próximos pesquisadores do assunto uma base de como se dá o desenvolvimento da personalidade, como é tratada e o aparecimento dos diferentes distúrbios desenvolvidos. Foi analisada também a influência que a mídia exerce sobre pais e crianças e como eles lidam com determinadas situações.

**Palavras-chave:** Personalidade – crescimento - crianças

## APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Autor: Marli Amirati

Co-Autor: Gizelda Costa da Silva Simonini

Universidade Presidente Antônio Carlos

[marlisamirati@terra.com.br](mailto:marlisamirati@terra.com.br)

O presente estudo em andamento pretende fazer uma reflexão teórica sobre o processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira, e especificamente a língua inglesa, por crianças e adolescentes. Tem como objetivo compreender qual o melhor método para a aquisição de uma língua estrangeira, com base em teorias sobre o processo da linguagem. As pesquisas bibliográficas e de campo estão sendo desenvolvidas com subsídios teóricos e práticos sobre o tema Aprendizagem de Língua Estrangeira por Crianças e Adolescentes. As observações no trabalho de campo são realizadas com adolescentes numa escola de idiomas, Uberlândia, MG. Nessa pesquisa, identificamos a importância da interação social e do instrumento linguístico que são decisivos para o desenvolvimento dos estudantes e a Zona de Desenvolvimento Proximal no processo de aprendizagem; a transição do estágio das operações concretas para as abstratas e o equilíbrio entre a assimilação e a acomodação, resultando em adaptação, bem como o processo de assimilação natural que é responsável pelo entendimento e pela capacidade de comunicação criativa: habilidades desenvolvidas subconscientemente alcançando a proficiência, a qual vem do exercício comunicativo e não do conteúdo da mensagem. Até o momento concluímos que cada faixa etária exige a utilização de um método específico devido às diferenças entre os processos ensino-aprendizagem. Essa pesquisa foi embasada nos autores VYGOTSKY(2001), PIAGET (2001) e KRASHEN(2006, 2007) sendo que os primeiros ressaltam o complexo problema entre pensamento e linguagem e KRASHEN ressalta que o aprendiz deve participar como sujeito ativo em situações reais de convívio humano na aquisição de outro idioma.

**Palavras-Chave:** aprendizagem, língua estrangeira, criança, adolescente.

## IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E PRÁTICAS DO USO DA INTERNET EM SALA DE AULA

Mauricio dos Reis Brasão - UNIPAC/UFU  
mbrasao@gmail.com

O uso da Internet como ferramenta pedagógica na prática docente insere-se no contexto das mídias como instrumento de auxílio no trabalho do professor, em sala de aula ou em laboratório, fazendo parte de um conjunto de ferramentas, que vai cumprir um papel de difusão e divulgação do conhecimento, pois ao incorporar a Internet no aprendizado em sala de aula, o professor abre aos seus alunos uma gama de oportunidades para estruturarem seu próprio aprendizado do que aquelas disponíveis em sala de aula. Não tem como negar, há muito mais informações fora da sala de aula do que é possível o professor levar em 50 minutos. Sem contar, ainda, a diversidade de estilos de aprendizagem de cada discente. Cabe, portanto, ao profissional da educação exercer o papel de agente facilitador do aprendizado utilizando estes novos recursos midiáticos, não prescrevê-los como no modelo tradicional. Para Demo (2001, p.26): as "aulas reprodutivas estão com os dias contados, porque não só surrupiam a possibilidade reconstrutiva da aprendizagem, como também imbecilizam os alunos". Ramal (2002, p.189) é muito mais incisiva com relação a esta questão quando diz que na *cibercultura*, [...] o computador vai substituir o professor-transmissor aquele a quem cabia apresentar repetidamente conteúdos prontos a pessoas que não sabiam quase nada. O objetivo geral desta pesquisa é fazer um levantamento de como está sendo o uso da Internet como recurso de aprendizagem e propor uma metodologia de trabalho para a utilização da mesma, visando potencializar o processo ensino-aprendizagem, na prática docente em sala de aula. O método de investigação será o dialético. A pesquisa realizada, do ponto de vista de sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, na medida que objetiva contribuir para uma aplicação prática de seus resultados; do ponto de vista da forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, e do ponto de vista de seus objetivos, de uma pesquisa descritiva. Os procedimentos técnicos utilizados serão Pesquisa Bibliográfica e Estudo de Caso. Para concretização desta pesquisa, utilizamos os pressupostos teóricos ancorados pela teoria construtivista de Pierre Lévy e também, Paulo Freire, Pedro Demo, Andréia Cecília Ramal, José Manuel Moran, Ann Heide & Linda Stilborne.

**Palavras chave:** *Cibercultura*, Internet, Recurso pedagógico.

# A VISÃO DOS ALUNOS ACERCA DA DISCIPLINA DE DIDÁTICA GERAL NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Mônica Luiz de Lima Ribeiro – UFU<sup>1</sup>

Rafael Adriano de Oliveira Severo - UFU<sup>2</sup>

Sílvia Costa de Oliveira Pasenike- UFU<sup>3</sup>

**RESUMO:** Nos últimos tempos, em especial na década de 1980, a Didática tem sido objeto de estudo nos meios acadêmicos, sendo submetida a constantes questionamentos quanto a sua função na formação de educadores e sua especificidade como área de conhecimento que busca sua identidade. Dois marcos fundamentais podem ser destacados: o "I Encontro Nacional de Professores de Didática (1972)", realizado na Universidade de Brasília -UnB, e o "I Seminário A Didática em Questão (1982)", realizado na PUC do Rio de Janeiro (MARTINS, 2006). A presente discussão teve como objeto de pesquisa a Didática no contexto da formação de professores para a educação básica, com o objetivo de compreender qual a concepção dos alunos acerca da disciplina em questão. A abordagem metodológica utilizada na pesquisa foi de cunho qualitativo. E por meio da dinâmica do grupo focal pontos relevantes foram elencados acerca da Didática, tais como: a concepção que os alunos têm acerca da Didática, como eles a vivenciam e a relação professor-aluno no ensino dessa disciplina. O referencial teórico, utilizado na pesquisa, contemplou vários estudiosos da área, como: Araújo (2006); Candau (1993; 2005); Cunha (2005); Libâneo (1991); Veiga (1989; 2005) e outros. Como resultados percebemos que o papel da Didática na formação do professor para a educação básica não está bem elucidado. Assim, o processo didático evidenciado carece: transcender a Didática, numa perspectiva instrumental, buscando a multidimensionalidade do processo didático; rever os métodos explorados em sala de aula, em especial, o seminário; trabalhar um ideário pedagógico de acordo com uma realidade concreta, sendo referenciado a um contexto social mais amplo; evitar o parcelamento do conhecimento; unificar a identidade didática, sistematizando o objeto da Didática.

Palavras-chave: Formação de Professores – Didática - Licenciatura

## **Contextualização da pesquisa e seu campo de estudo**

Esse texto que ora apresentamos é um recorte de uma pesquisa maior, a qual tem por objetivo compreender o papel da Didática na formação de professores para a educação básica. No entanto, no texto em pauta nosso objetivo específico foi o de compreender qual a concepção dos alunos acerca da disciplina Didática Geral.

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. [monicaribeiro10@yahoo.com.br](mailto:monicaribeiro10@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Especialista em Coordenação/Supervisão Pedagógica. Pedagogo. [oliveiraeduca@yahoo.com.br](mailto:oliveiraeduca@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. [silviamestrado@netsite.com.br](mailto:silviamestrado@netsite.com.br).

As informações recolhidas contaram com a participação de alunos de duas Instituições de Ensino Superior, as quais ofereciam cursos de licenciatura e Pedagogia que apresentassem a Didática no seu currículo. As instituições de ensino superior, sendo uma pública e outra particular, ficam localizadas em Brasília, ambas oferecem cursos de graduação nas áreas humana, exata e biológica.

Os alunos participantes da pesquisa foram submetidos à técnica conhecida por grupo focal, que conforme aponta Gatti (2005, p.12) é “uma técnica de levantamento de dados que se produz pela dinâmica interacional de um grupo de pessoas com um facilitador”. Entretanto, transcreve o conceito de Powell e Single: ‘é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal’ (1996, p.449).

O grupo focal contou com a participação de alunos que cursam a disciplina em questão. Os encontros foram feitos em pequenos grupos de quatro a oito alunos, considerando os cursos e respeitando seus respectivos horários de atividades acadêmicas. Ocorreram na própria instituição, em ambientes adequadamente preparados, a fim de criar no grupo uma sinergia própria, de modo a emergir idéias diferentes das opiniões particulares, conforme sugere Gatti (2005).

Inicialmente foram colocados para os alunos de forma sucinta, os objetivos da pesquisa, os procedimentos e a duração do encontro, em média de trinta a sessenta minutos.

A discussão gerou em torno da seguinte questão: “Como vocês percebem a Didática vivenciada em sala de aula?”. Todo processo de interlocução foi coordenado e os dados foram registrados concomitantemente.

Com a dinâmica do grupo focal pontos relevantes foram elencados acerca da Didática, tais como: a concepção que os alunos têm acerca da Didática, como eles a vivenciam e a relação professor-aluno no ensino dessa disciplina.

Vale aqui lembrar que na análise dos dados, os participantes da pesquisa foram identificados por pseudônimos, garantido assim o sigilo dos nomes.

### **A percepção dos alunos quanto à Didática vivenciada em sala de aula**

A disciplina Didática deveria constituir um espaço dialético permeado por discussões acerca da prática pedagógica em seu conjunto, explorando a realidade na prática, com toda sua complexidade cultural, histórica e social.



Contudo, alguns alunos geralmente chegam aos cursos de formação docente com a mesma visão defendida pela pedagogia tecnicista. Conceituam a Didática como sendo: “*Instruções, maneiras criativas*” (Roberta); “*forma metodológica*” (Jéssica); “*forma*” (Jecilda, Jessé, Jeraílido, Jéssica e Jéferson); “*métodos de ensino*” (Jeraílido, Jessé e Jéssica); “*forma de passar o conhecimento*” (Velise); “*técnica de transmitir conhecimento*” (Regiane); “*é a forma de lidar com os alunos*” (Dila). O aluno Telmo vai mais adiante, dizendo que a visão que ele tem da Didática baseia-se na de um professor que ele conhece e mora em sua rua,

*[...] é decorar regrinhas para tornar o ensino mais produtivo, não usar pincel vermelho nos cartazes, não sentar na mesa. O que estou vendo na disciplina está me deixando meio ‘bambo’. O que passa é que não é uma coisa assim tão séria. É analisar os alunos e trabalhar para que adquiram o conhecimento. São regras.* (Telmo).

E a definição da Didática numa visão instrumental não pára por aí. Outros alunos assim se manifestam: “*é a maneira com que o professor lida com os alunos [...] como você vai fazer a aula, a duração, você tem que buscar uma Didática*” (Dil); “*é o instrumento auxiliar na elaboração dos planejamentos de ensino*” (Dilena); “*as maneiras de melhorar o aprendizado*” (Sol); “*aperfeiçoamento de métodos, técnicas no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Um leque de informações sobre o trabalho em sala de aula. Seria o aproveitamento dos materiais que estão à disposição na sala de aula*” (Solange).

Nesse sentido, a visão dos alunos expressa uma Didática puramente instrumental preocupada exclusivamente com o “como fazer”, deixando à margem do processo didático o “para que fazer” e o “por que fazer”. A Didática instrumental, conforme Candau (2005, p. 13-14),

*[...] é concebida como um conjunto de conhecimentos técnicos sobre o “como fazer” pedagógico, conhecimentos estes apresentados de forma universal e, conseqüentemente, desvinculado dos problemas relativos ao sentido e aos fins da educação, dos conteúdos específicos, assim como do contexto sociocultural concreto em que foram gerados.*

Tais considerações justificam a necessidade premente de repensar a Didática, buscando superar a concepção unicamente instrumental e visando à construção de uma Didática fundamental.

A Didática fundamental apóia-se da multidimensionalidade do processo de ensino-aprendizagem, articulando as dimensões técnica, humana e política; no esforço pela explicitação dos pressupostos – o contexto em que foram gerados, a visão de homem, de sociedade, de educação e de conhecimento – e na unidade entre teoria e prática. (CANDAUI, 2005).

Passados alguns anos desde a discussão sobre a revisão da Didática, nota-se ainda a presença forte de uma Didática instrumental nos cursos investigados. Entretanto, o que ocorre também em grande parte é a total rejeição da técnica e não uma articulação dessa dimensão com a humana e política, fazendo referência a um contexto mais amplo. Aborda-se apenas a base teórica em detrimento da técnica, como se pode observar no depoimento do aluno Dilniz “[...] a Didática que a gente aprendeu é baseada no Construtivismo. Não houve metodologia”. A Didática não deve privilegiar uma ou outra dimensão do processo didático, mas carece articulá-las.

A Didática Geral tem como finalidade investigar a organização da sala de aula em um contexto mais amplo. Tal função deve ser enfocada com clareza, visto que, quando não está bem elucidada, acaba gerando confusão nos alunos que cursam a disciplina em questão. O depoimento da aluna Telmira segue nessa perspectiva, para que haja,

*[...] maior compreensão das finalidades dos conteúdos da Didática, do que realmente ela dá conta se ela é categoria/disciplina da educação. Como a Didática pode trabalhar com as demais disciplinas. Por que estudar Didática, para que serve? Tinha uma que era instrumental e agora? Carece de maior compreensão do que seja* (Telmira).

Essas considerações levam a afirmar que muitos dos professores que ministram a disciplina Didática negam a dimensão técnica da disciplina ou ainda não perceberam a necessidade da (re) construção da Didática, numa perspectiva fundamental. Afirmação mais reforçada quando, em outro momento, as professoras de alguns desses alunos, solicitadas a falar sobre os cursos, seminários de que já participaram sobre Didática, apenas uma afirmou participar de tais encontros em que a Didática constitui o objeto de estudo, o que dificulta a revisão da Didática, levando alguns alunos a classificarem a disciplina como: “*casa velha, coisa muito cansada*” (Jéssica) ou “*arcaica e velha*” (Jevaldo).

Enquanto hoje se discute uma revisão da Didática que associe o “como fazer” ao “para que fazer” e ao “por que fazer”, há professores que ainda privilegiam somente “o

como fazer”- a forma - e assim repassam para seu alunado, a exemplo do que relata a aluna Veluma:

*[...] outro fator que eu acho importante, também, são os detalhes que a gente aprende na aula de Didática, retroprojeter, que a gente aprende a não ficar na frente, não colocar a mão ou ir para frente do retroprojeter [...] como não virar as costas para o quadro.*

Isso reforça a Didática numa perspectiva instrumental e normativa, que procura instrumentalizar o futuro docente para a aula.

A aluna Velice associa inovação Didática com o *boom* das novas tecnologias, dizendo:

*[...] percebo que a Didática tradicional já está um pouco superada, ou seja, pelo surgimento na atualidade de tecnologias e tudo, então a atualidade da Didática de hoje já tem um outro rumo, ou seja, a gente já tem que usar melhor um datashow (Velice).*

Existem também outros alunos que reforçam o uso da Didática, num enfoque utilitarista, uma Didática voltada para concursos, como enfatiza a aluna Regina: “*com o que aprendemos em Didática nos ajudaria para fazer concursos*”.

As concepções acima refletem uma Didática limitada em sua forma, em soluções aligeiradas, na dimensão técnica. Entretanto, quando tal dimensão é desligada das dimensões político-sociais, ideológicas e humanas, tem-se o tecnicismo. Dessa forma, a prática pedagógica exercida pelo docente é vista como algo neutro, abstrato e descontextualizado:

*[...] referem-se a fragmentos da prática pedagógica e evidenciam que esses sujeitos [os alunos] ainda não são capazes de pensar a atividade didática em uma perspectiva mais ampla. As concepções espontâneas ou alternativas que apresentam (POSNER et al, 1982; HASHWEH, 1986) indicam que esses sujeitos pensam sua prática de ensino por separação, redução, generalização, configurando, desse modo, que se encontram contaminados pelo paradigma de simplificação (MORIN, 1990) (VILARINHO, 2002, p. 7).*

Os participantes da pesquisa que classificam a Didática numa perspectiva instrumental somam uma maioria. No entanto, alguns alunos compreendem a Didática numa visão mais ampla, não restringindo a disciplina apenas à dimensão técnica, a exemplo, apresentamos os relatos: “*Pesquisa e Prática Pedagógica servem para as técnicas, a Didática é mais abrangente. A Didática é de outra dimensão*” (Jessiara); “*a Didática são princípios do processo ensino-aprendizagem*” (Regina); “*a Didática seria uma disciplina na qual seriam exploradas metodologias para serem aplicadas na sala*

de aula. Incluindo também entendimento sobre a relação professor-aluno e aluno-aluno” (Diltério). E este é o grande desafio da Didática atual, admitir que o método didático tenha diferentes estruturantes, seja o elemento lógico, o sujeito da aprendizagem, o conteúdo, o conteúdo específico e não se limitar a qualquer um deles. (CANDAUI, 2005).

Para Jenildo,

*[...] a Didática é uma forma expressiva e auxiliadora do ensino, a qual instrumentaliza o educador para o desenvolvimento de seu ofício. Assim, ela pode ser um objeto transformador, depende, então, do usuário.*

Nesse depoimento percebe-se uma tentativa de não apontar a Didática como a única responsável pelo processo didático.

A busca da Didática numa perspectiva fundamental também é evidenciada na fala da aluna Telmira, quando diz que a Didática é:

*[...] a forma como o educador ensina os conteúdos e a maneira de contextualizar os conteúdos no âmbito social e escolar. Além da Didática me ajudar na formalização do ensino, pode me ajudar a compreender o ‘porquê’ do ensino da Didática, compreender a base do ensino da Didática.*

A disciplina em questão, segundo a aluna,

*[...] vem seguindo um ritmo similar às outras disciplinas é contextualizada com a época. Preocupada com o pedagógico muito mais do que a outra Didática que estudava o conteúdo de forma dissociada. Hoje eu vejo que são indissociáveis. A relação professor, aluno e conteúdo (Telmira).*

Nessa reflexão, fica claro que a visão dessa aluna caminha no sentido de não limitar o processo didático apenas no "como fazer", fragmentando os elementos da disciplina; reforça que seus elementos são indissociáveis; portanto, o "como fazer" se associa ao "por que fazer" e ao "para que fazer".

Assim como Telmira, outros alunos também se posicionam acerca da disciplina em questão, ressaltando que a Didática “*diz respeito à forma como o educador vai formar seus alunos, respeitando e adequando o ensino às fases de desenvolvimento da criança, de acordo com suas características: emocionais, afetivas, sociais e motoras*” (Sofia); “*é aprender a ensinar. Expor o mundo e ensinar a digeri-lo. Ensinar a leitura*

*de mundo. Como, pra que, a quem ensinar" (Angelina); "é a dialética entre vários pontos de conhecimento, a construção, a produção dos conhecimentos dentro do ambiente de aprendizado" (Angélico); "é o meio, o modo de se chegar ao aluno. Aprender Didática é aprender como as minhas idéias, que nasceram na minha mente de professora, podem chegar à mente do aluno; como alcançá-lo, abordá-lo, compreendê-lo" (Angel); "é a reflexão sobre as variadas categorias humanas e sociais e a partir daí propor estratégias sobre a ação do pensamento pedagógico de forma pessoal e objetiva" (Angelino).*

As declarações acima apontam um esforço de superar a Didática puramente instrumental em prol de uma Didática contextualizada, transformadora, enfim, fundamental.

É muito freqüente no ensino de Didática o estudo desta ou daquela teoria instrucional, sem uma análise crítica e questionadora aliada aos contextos sociais, políticos, ideológicos e até mesmo pedagógicos. No entanto, a Didática na formação docente tem um papel muito mais amplo do que restringir-se ao "como fazer", às técnicas ou ao fazer uso de práticas de denunciamentos, como explicita Veiga (2005, p.44): "a Didática tem uma importante contribuição a dar: clarificar o papel sociopolítico da educação, da escola e mais especificamente do ensino", procurando articular os elementos: ensino-pesquisa, técnica-política, conteúdo-forma, teoria-prática no processo ensino-aprendizagem com vistas a compreender e analisar a realidade social onde está inserida a escola.

No entanto, a Didática vivenciada por alguns dos alunos é considerada como "arcaica e velha" (Jevaldo), "casa velha, coisa muito cansada" (Jéssica) e o aluno Jessé acrescenta "o método das aulas é cansativo, só o professor fala, a turma fica quieta, ninguém participa". Neste último depoimento é visível perceber que o professor repassa o conhecimento para o aluno de modo acrítico e neutro, fora do contexto da realidade. Não há um diálogo entre professor e aluno, a aula centra numa perspectiva de inovação técnica que deixa de lado os sujeitos, os protagonistas.

Uma técnica bastante usada pelas professoras, porém não muito estimada pelos alunos é o seminário que, conforme Libâneo (1991, p. 171), consiste numa ação em que "um aluno ou grupo de alunos prepara um tema para apresentá-lo à classe. É uma modalidade de aula expositiva ou conversação realizada pelos alunos". Isto porque os professores, em sua grande maioria, transferem para o aluno a total responsabilidade do produto do processo ensino e aprendizagem, como enfatiza o aluno Jevaldo:

*“seminários só servem para o professor não dar aula”*; ou, porque, em outros momentos, no seminário o aluno aprende apenas uma parte do trabalho, a parte que ele apresentou, conforme registra Dilniz *“[...] por exemplo, estudei, investiguei, aprendi muito com o seminário, porém só sobre o método Montessori, que foi a minha parte”*.

O seminário vivido pelos alunos em sala de aula aparece como uma apresentação de determinado conteúdo sem uma finalidade, normalmente exibido para um número pequeno de ouvintes, sem uma discussão crítica, como relata o aluno Jessé: *“[...] se seis estão apresentando seminário, tem apenas quatro assistindo, vão saindo, até que fica só um”*.

Nessa direção, o seminário pouco contribui para o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas do alunado e para a melhoria do ensino, numa perspectiva dialética entre aluno-aluno, aluno-conteúdo e professor-aluno-conteúdo.

Os seminários são utilizados por tantos professores que a aluna Jecilda chega a dizer que *“sente falta da aula expositiva dada pelo professor”*. E não deveria ser assim, pois, conforme Libâneo (1991, p. 170), "o trabalho em grupo tem sempre um caráter transitório, ou seja, deve ser empregado eventualmente, conjugado com outros métodos de exposição e de trabalho independente".

A propósito, Araújo (2006) faz um alerta quanto ao uso exclusivo das técnicas no processo ensino e aprendizagem, elucidando que:

[...] o processo de ensino não é neutro, como se a técnica, o método e um dado recurso tecnológico significassem uma intervenção isenta de intenções, de finalidades, de expectativas ou crenças. Nesse sentido, tais mediações do processo de ensino nem sempre são o que aparentam ser, ou seja, elas operacionalizam o ensino, dando-lhe visibilidade, mas o seu sentido não está estabelecido por tais mediações, nem elas são capazes de visualizar o propósito do ensino. Por conseguinte, tais mediações de ensino não se explicam por si, nem se explicitam sozinhas, nem traduzem aparentemente tudo o que elas expressam. Na verdade, tais questões remetem à posição de que para além do processo de ensino estão às finalidades, os objetivos, as intenções, os projetos, os quais se traduzem, evidentemente, no processo e pelo processo de ensino, mas não podem ser reduzidos aos métodos, às técnicas e aos recursos tecnológicos que envolvem a ação do ensinar (ARAÚJO, 2006, p. 3).

Ou seja, os métodos, as técnicas e os recursos tecnológicos que envolvem a ação do ensinar devem estar articulados com o contexto mais amplo da sociedade.

No que se refere ainda à técnica do seminário, a aluna Jecilda observa que: *“com os seminários, debate-se o texto do autor e não o tema. Fica muito limitado o assunto”*. A reflexão feita pela aluna sinaliza a importância de uma discussão mais profunda de modo que o aluno não conceba a ideia daquele único autor explorado, como única e universal.

A fragmentação dos conteúdos é também uma questão vivenciada nas aulas de Didática, como comenta Roberta: *“as aulas são fragmentadas. Cada dia é um assunto, não há uma ligação”*. O parcelamento do conhecimento é danoso à construção da autonomia epistemológica do indivíduo, pois *“o ensino de conteúdos fragmentados é uma simbologia que só sobrecarrega a mente do aluno”* (BERTOLUCI, 1993, p.58).

Numa perspectiva de inovação edificante do processo didático, o conhecimento total não visa a uma organização curricular parcelada, mas a um conjunto de temas, denominada por Santos (1999, p. 10) de *“galerias temáticas onde convergem linhas de água que até agora concebemos como objetos teóricos estanques”*, permitindo que o objeto do conhecimento se amplie pela interface com outros.

Outra característica apontada pelos alunos na Didática vivenciada é a questão do distanciamento da realidade, ou seja, o ideário didático está distante das práticas de sala de aula, afirmam: *“deveria ter mais articulação entre o que se lê nos textos e o que acontece realmente. Afinal, quem não tem a prática, não vê os problemas a serem enfrentados”* (Roberta); *“a Didática não pode ser vista de forma isolada, não é suficiente, tem que estar aliada à prática”* (Dil); *“senti falta da prática em sala de aula. É muita teoria, senti falta de exemplos, de conhecer mais a realidade, de experiências de outras pessoas. Acredito que iríamos aprender muito com essas situações”* (Dilva); *“hoje nós trabalhamos no ideal”* (Diltério); *“tivemos base do que seria o ideal, o certo, mas não é isso que acontece na vida real. Não é isso que vamos encontrar nas escolas”* (Dilniz).

Na verdade, há uma separação entre o saber escolar e a prática pedagógica cotidiana, *“entre o educador, o educando e a realidade que aporta a prática pedagógica real”*. (RAYS, 2003, p. 44).

Na mesma direção outros alunos acrescentam: *“A aula precisa ser teórica, mas falta a prática”*; A aluna Jecilda endossa a discussão: *“o curso deveria sair das quatro paredes [da sala de aula da universidade], ampliar, fazer pesquisa, atividades de campo [...]. Poderíamos ir para uma sala de aula, observar um professor em atividade [...] fazer relação teoria e prática”* (Romilda).Telmira afirma:

*Há uma dicotomia entre teoria e a prática da professora [...]. Às vezes é focada na prática e ora na teoria. É importante ter a teoria e a prática ou o professor é muito prático ou muito teórico. Ver a teoria e prática articuladas. Ficamos só no estudo teórico, não vemos se funciona na prática, se há correspondência com a realidade.*

Em geral, o que se pode ver é uma dissociação entre a Didática que é vivenciada, inclusive nas aulas de Didática, e o discurso sobre o que deveria ser essa prática, como se observa nos relatos dos alunos: *"a Didática se resume no livro. Vejo que alguns professores só têm teoria e a própria aula dele é tradicional"* (Sovier); *"há uma distância da prática [...]. Tudo no livro dá certo, mas existe um enorme abismo entre a teoria e a prática. A Didática é o próprio livro didático"* (Solemar); *"não adianta só a Didática teórica, é preciso relacionar com a prática"* (Somira). Tal questão carece ser discutida, um ponto de reflexão para os professores que trabalham com essa disciplina.

O contexto vivenciado acima pelos alunos remete ao dilema da teoria e prática em que ambas se encontram em lados opostos, senão antagônicos, na relação teoria e prática. Segundo Rays (2003, p. 36), *"a teoria assume as características de uma não-teoria e a prática, as características de uma não-prática, por não se complementarem. Isolar, portanto, a teoria e a prática da teoria é privar o homem de sua capacidade de agir consciente e historicamente"*.

Neste sentido, nota-se a urgência de se trabalhar o pensar e o fazer como uma unidade impulsionada pela argumentação e pelo diálogo dialético. Refletindo sobre a unicidade da teoria e prática, Rays (2003, p. 36-37) afirma que:

*Teoria e prática são partes integrantes de um todo único e unilateral, e constituem-se na correta dinâmica histórica da atividade humana na sociedade. A unilateralidade da teoria e da prática é que propicia ao homem conhecer corretamente a essência do mundo, da cultura e do mundo da natureza. Essa unilateralidade oferece-lhe também, as condições de buscar o conjunto de elementos inerentes às relações entre as partes e o todo de uma realidade concreta.*

Neste entendimento, é importante *"articular o pensar sobre a Didática com a Didática vivida no dia-a-dia da prática educativa"* (CANDAU 1993, p. 114), reconfigurando o conhecimento a partir da superação da dualidade do conhecimento e ação, passando pela reciprocidade sujeito-objeto, na qual o produto do processo didático reflita a realidade interna, porém referenciada a um contexto mais amplo.



Se, por um lado, muitos dos alunos clamam por uma relação dialética entre a teoria e a prática, por outro, há alguns alunos que vivenciam essa relação de maneira produtiva, juntamente com seu professor, como pode ser observado nos seguintes relatos: "[...] *A professora tem alguma coisa a mais, não sei o que é, alguns chamam de carisma. A professora me deu atenção, ela me deu muitos exemplos, trouxe uma realidade. Fomos para campo*" (Angélico); "*a Didática foi a que mais inseriu a teoria na realidade. Vi mais a relação teoria e prática*" (Sol); "[...] *o fato de estarmos em contato com a realidade através do projeto de trabalho é essencial para a nossa formação*" (Sofia); "*o fato da professora propor o projeto faz com que a gente passe para o lugar de professor e aprenda a se adequar ao ambiente escolar, sala de aula, meio social*" (Sovieir).

Tendo em vista esses relatos, nota-se a importância de se trabalhar a relação teoria e prática de modo associado, não privilegiando ora um, ora outro ou considerando um mais importante do que o outro, como assinalou o aluno Sovieira, ao dizer que "*a Didática é importante para sabermos o que fazer na prática. A prática sem a teoria ainda vai e com a experiência você vai adquirindo conhecimentos*". Essa afirmação do aluno é danosa a seu próprio processo de formação docente visto que, como afirma Veiga (1989, p. 17), "[...] quando a prioridade é colocada na teoria cai-se na posição idealista. O inverso também gera distorções, pois uma prática sem teoria não sabe o que pratica, propiciando o ativismo, o praticismo ou utilitarismo".

O processo ensino e aprendizagem passa pelo trato das relações professor-aluno, professor-conteúdo-aluno que se estabelecem no bojo dessa ação; os alunos, referindo-se a sua professora de Didática, assim opinam: "[...] *a professora facilita muito. O amor que ela tem pelo magistério. Ela domina*" (Renilda); "*a professora tem grande experiência na sala de aula, por isso pode falar em Didática. Percebemos a competência dela em falar sobre a escola e a sala de aula*" (Solemar).

Observa-se nos depoimentos a confirmação da visão defendida por Cunha (2005, p. 150) de que a "relação professor-aluno passa pelo trato do conteúdo de ensino. A forma como o professor se relaciona com sua própria área de conhecimento é fundamental". Na mesma perspectiva, o aluno Régio assim se expressa: "[...] *não é só preso nos livros que a gente aprende; na vivência que a professora passa, também aprendemos. A troca de experiência é muito importante*". No entanto, "não é só o professor que influencia os alunos, mas estes, por sua vez, influem no professor, criando-se um círculo que não deveria ser vicioso, mas potencializador de uma boa

relação e de um bom aprendizado” (MORALES, 2004, p. 59), ou seja, professor e aluno constroem uma relação de reciprocidade produtiva.

Outros alunos, referindo-se também as suas respectivas professoras que ministram a disciplina Didática em seu curso, assim se posicionam: *“ela [professora] é uma excelente professora, e quanto à Didática por eu ter pego com ela, dá para suprir quase todas as necessidades que o professor tem que ter, digamos assim, se todos forem como ela, com certeza”* (Venâncio); *“a professora é perturbadora. Quero ser igual a ela, quando for grande”* (Angel); *“a professora não usou uma camisa de força, aliás, eu me senti super à vontade com ela [...] ela nos deu liberdade para criarmos, viajarmos alto. Ao mesmo tempo, nos mantém com o pé no chão”* (Angelina); *“é a primeira vez que assisto a uma apresentação dos outros colegas até o final, em pleno final do semestre. Vim apreciar as pesquisas do outro na visita de campo. Eu venho até o final pelo outro”* (Angelino); *“a liberdade que a professora deu pra gente me cativou, fiz tudo por prazer. Ela deu liberdade para a gente cair, levantar e seguir adiante em grupo, porém a professora respeitou a individualidade de cada um.”* E continua: *“Mesmo errando, eu sinto prazer em melhorar. Ela valorizou muito o que é nosso, a nossa peculiaridade, apesar de estarmos em grupo”* (Angelim).

As observações dos alunos a respeito da professora não cessam por aí. Para Angel *“se todo professor passasse por isso, iria reconhecer o indivíduo. A Didática tinha que ser um ensino generalizado em toda a Universidade. Acho que seria um diferencial se todos os professores tivessem Didática, fossem como a professora, daí o dar aula seria melhor”*. E Angelina acrescenta: *“a disciplina veio carregada da personalidade da professora. Só agora que tivemos contato com Paulo Freire. Foi a disciplina mais prazerosa e trabalhosa que tive. Exige muita prática. Para mim subiu o degrau do curso”*.

Os posicionamentos dos alunos, novamente reforçam a visão de Cunha, quando a autora diz que *“as virtudes e os valores do professor que consegue estabelecer laços afetivos com seus alunos repetem-se e intrincam-se na forma como ele trata o conteúdo e nas habilidades de ensino que desenvolve”* (2005, p. 50).

Todo esse processo deve ser sempre repensado para não correr o risco de enfatizar apenas a afetividade e se esquecer do cognitivo, deve sempre haver um equilíbrio, como Morales (2004, p. 49) alerta: *“a relação professor-aluno na sala de aula é complexa e abarca vários aspectos; não se pode reduzi-la a uma fria relação didática nem a uma relação humana calorosa”*.

## Considerações finais

Desde a década de 1980, a Didática vem sendo colocada em questão. A discussão gera em torno de se definir o papel dessa disciplina na formação docente, sem restringi-la à técnica, maneiras de ensinar desligadas de um contexto social mais amplo. A Didática, para assumir um papel relevante na formação do professor, deverá rever seus rumos. Luckesi (1993, p.30) expressou concisamente a questão, dizendo:

[...] a Didática para assumir um papel significativo na formação do educador, deverá mudar os seus rumos. Não poderá reduzir-se e dedicar-se tão-somente ao ensino de meios e mecanismos pelos quais se possa desenvolver um processo ensino-aprendizagem, mas deverá ser um elo fundamental entre as opções filosófico-políticas da educação, os conteúdos profissionalizantes e o exercício diuturno da educação. Não poderá continuar sendo um apêndice de orientações mecânicas e tecnológicas. Deverá ser, sim, um modo crítico de desenvolver uma prática educativa, forjadora de um projeto histórico, que não se fará tão-somente pelo educador, mas pelo educador, conjuntamente, com o educando e outros membros dos diversos setores da sociedade.

A Didática é muito importante para a formação docente, porém não é a única responsável pelo fracasso ou êxito do educador numa perspectiva crítica. Veiga (2005, p. 45) afirma que:

É evidente que a Didática, por si, não é condição suficiente para a formação do professor crítico. Não resta dúvida de que a tomada de consciência e de que o desvelamento das contradições que permeiam a dinâmica da sala de aula são pontos de partida para a construção de uma Didática crítica, contextualizada, e socialmente comprometida com a formação do professor.

A disciplina em questão é de natureza pedagógica e constitui uma das disciplinas dessa área que irá auxiliar o professor em seu trabalho pedagógico. A Didática Geral tem como objeto de estudo o ensino e suas relações, procurando articular os elementos: ensino-pesquisa, técnica-política, conteúdo-forma, teoria-prática, escola-sociedade. Isto significa que tal disciplina trabalha em função da organização da aula em sua amplitude, englobando as dimensões humana, técnica e política.

O papel da Didática na formação do professor para a educação básica não está bem elucidado. Ora se encontra centrado na técnica, ora é submergido por diferentes campos de conhecimento e acaba perdendo sua especificidade.

Para nós esse processo didático evidenciado carece: transcender a Didática, numa perspectiva instrumental, buscando a multidimensionalidade do processo didático; rever os métodos explorados em sala de aula, em especial, o seminário; trabalhar um ideário pedagógico de acordo com uma realidade concreta, sendo referenciado a um contexto social mais amplo; evitar o parcelamento do conhecimento; unificar a identidade didática, sistematizando o objeto da Didática.

Além desses apontamentos, consideramos importante transcrever os argumentos dos alunos, participantes da pesquisa, que constituem sugestões para a melhoria da disciplina: a questão do tempo como um dos elementos que dificulta o aprofundamento da Didática, como disse Jesebel: *“a Didática tem uma carga horária insuficiente. Deveria ter mais tempo para a teoria e prática”*; *“um semestre não foi suficiente para abranger tudo”* (Veranilda); o aumento da carga horária da disciplina em questão; a organização curricular da disciplina: *“a Didática deveria acontecer no início do curso. A maneira como é construída a grade curricular, a Didática fica no meio do curso”* (Jelci).

Outro argumento refere-se ao ter uma *“Didática mais direcionada”* (Veluma), ou seja, a aluna está referindo-se às Didáticas específicas:

[...] esse semestre a gente aprendeu Didática no geral, seria importante que, num segundo semestre, depois dessa aula, que a gente tivesse uma Didática mais direcionada, Didática para a Matemática [...], uma Didática para Biologia (Veluma).

São aspectos que merecem um olhar atento, no sentido de se rever a organização curricular dos cursos pesquisados, daqueles que ainda não oferecem as didáticas específicas ou as metodologias em sua organização curricular, no intento de se trabalhar também com uma Didática específica voltada para cada curso.

Uma vez apresentados a concepção dos alunos acerca da disciplina Didática Geral e registradas as sugestões dos alunos, cabe agora uma profunda reflexão dos elementos evidenciados, no sentido de contribuir para a melhoria do papel da Didática na formação do professor para a educação básica.

## **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, J. C. S. Entre o quadro-negro e a lousa virtual: permanências e expectativas. In: 29ª REUNIÃO DA ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-

GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006, Caxambu-MG. **29ª Reunião da ANPED**. Caxambu-MG: ANPED, 2006.

BERTOLUCI, M. Ensino por meio de solução de problemas. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **A Didática em questão**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CUNHA, M. I. da. A relação professor-aluno. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Repensando a didática**. 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. ENDIPE. **Apresentação on-line**. Disponível em <<http://www.XXIIIendipe.org.br>>. Acesso em: 26 abr. 2006.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber livro, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção magistério do 2º grau. Série formação do professor).

LUCKESI, C. C. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, V. M. **A didática em questão**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MARTINS, P.L. O. As formas e práticas de interação entre professores e alunos. In: VEIGA, I.P.A. **Lições de didática**. Campinas: Papirus, 2006.

MORALES, P. **A relação professor-aluno: o que é, como se faz?** (Trad. Gilmar Saint' Chair Ribeiro). 5. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

RAYS, O. A. A relação teoria-prática na didática escolar crítica. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Didática: o ensino e sua relação**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1999.

VEIGA, I.P.A. Didática: uma retrospectiva histórica. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Repensando a didática**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2005.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. São Paulo: Papirus, 1989.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. O ensino de didática em cursos de pós-graduação: reconstruindo uma trajetória. In: 25ª REUNIÃO DA ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 25, 2002, Caxambu-MG. **25ª Reunião da ANPED**. Caxambu-MG: ANPED, 2002.

## AS DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM DA FASE INTRODUTÓRIA

Neiry Lane A. Guedes Faria

Gizelda Simonini

Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac

A temática propõe refletir e compreender as dificuldades de aprendizagens que algumas crianças apresentam no âmbito escolar proporcionando ao professor ou especialista enfrentar situações “normais ou anormais” que ocorrem e podem ser resolvidas sem traumas. O professor precisa conhecer e ficar atento aos princípios do desenvolvimento da criança, sua vivência e experiências com sua formação profissional e colocando-se como facilitador do processo de ensino e aprendizagem. A família, a escola e a aprendizagem se entrelaçam e formam bases para o desenvolvimento do aluno. Na família a criança adquire sentimentos que serão a formação do seu próprio auto-conceito e poderá desenvolver atitudes positivas ou negativas. A criança que é desprezada pelos seus pais, aprende a desprezar tudo que está em sua volta, a criança que é amada e é aceita terá atitudes positivas. Na escola, o professor deverá ser um observador das etapas do desenvolvimento do aluno colocando-se como facilitador da aprendizagem, e na prática deverá manter o respeito mútuo, afeto e confiança. Precisa ter uma relação de intimidade com o aluno, como ele é fora e dentro da escola, respeitando sua individualidade, sua cultura, contribuindo assim para que o aluno torna-se responsável e agente do seu próprio processo de aprendizagem. Por esse estudo conhecer, questionar quais as causas das dificuldades da aprendizagem e motivos que levam as crianças automaticamente ficarem despreparadas e desmotivadas para dar continuidade para novas etapas. As metodologias utilizadas para esse estudo são referências com os seguintes autores: Elisabete da Assunção e Maria Tereza Coelho e a revista Nova Escola. Já a pesquisa de campo foi realizada na Escola Professora Olga Del Fávero. Entrevistar, profissionais da educação que possam esclarecer dúvidas e anseios para que esse estudo alcance os objetivos almejados.

**Palavras - chave:** Educação, ensino, aprendizagem.

## MÍDIA E EDUCAÇÃO

Nilma Maria Ferreira de Oliveira  
Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos  
Nilmaprof10@hotmail.com

A cada dia fica mais evidente a interferência das mídias (TV e computador) na educação, e esses meios de comunicação transformam comportamentos, atitudes e valores, refletindo na formação dos alunos. Nesse trabalho, buscaremos esclarecer a relação entre a mídia e a educação, abordando a temática e a influência da mídia na educação dessas crianças, mostrando elementos que auxiliarão no melhor entendimento do tema. Os meios de comunicação de massa são objetos de ensino-aprendizagem, já que estão presentes na vida das crianças e adolescentes. Nesse processo estão incluídos valores aprendidos na socialização e das relações familiares, grupos e com os próprios meios de comunicação, transformados ao longo da vida. Através das mídias (TV e computador) as crianças e adolescentes integram elementos externos que influenciam suas brincadeiras e atitudes. Não podemos negar a importância desses veículos, eles são de fundamental importância na educação para os direitos humanos, na medida em que se comprometem a divulgar os valores éticos e de cidadania. Essa diversidade de fontes de informação é um ponto bastante positivo, só que há uma preocupação, pois a escola começa a exercer um papel secundário nesse processo. A criança leva muito menos tempo ao acesso do conhecimento pelas redes de internet, do que em sala de aula. Porém, é de extrema relevância a interação professor/aluno em sala de aula, a humanização do processo de aprendizagem, a cumplicidade, redefinindo o papel do professor. Esse trabalho teve como objetivo analisar a influência da mídia sobre as crianças, nas brincadeiras, na linguagem e como o professor pode mediar todo esse processo. Para isso, entrevistamos professores de escolas públicas e particulares, fazendo um paralelo com os autores, e conseguimos em parte alcançar nossos objetivos.

**Palavras-chave:** Família- Influência -Valores

## CONTRIBUIÇÕES DO COMPUTADOR COMO RECURSO DIDÁTICO NO CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO

Paula Cristina Aparecida Silva Borges

UNIPAC/IEFOM

[rpvalim@hotmail.com](mailto:rpvalim@hotmail.com)

Gizelda Costa da Silva

Simonini

UNIPAC/IEFOM

[gizeldasimonini@yahoo.com.br](mailto:gizeldasimonini@yahoo.com.br)

A temática proposta tem como foco, discutir o trabalho dos professores e as dificuldades encontradas por eles na utilização do computador como recurso tecnológico e didático. O contexto atual da educação escolar tem incorporado práticas pedagógicas voltadas para a construção do conhecimento, agregadas à perspectiva tecnológica e às novas exigências no mundo pós-moderno. A referida pesquisa constitui o trabalho de conclusão de curso TCC/monografia do Curso de Pedagogia da UNIPAC/IEFOM. Para discussão da proposta, foram utilizadas fontes de referencial teórico como: SANTOS (2003), ALMEIDA (2005), MORAN (2000), LIBÂNEO (2006). O presente trabalho relata uma investigação sobre as vantagens e os empecilhos do uso do computador na educação, verificando que, apesar da utilização da informática na educação ainda ser remota, há muito o que fazer. O trabalho nos aponta também outra direção pelo qual a informática na educação deverá ter sua atenção redobrada, que é a formação do professor, uma formação que precisa despontar para novos caminhos de uso pedagógico do computador, através de um processo de mudança de paradigmas, rompendo várias barreiras. Além disso, abordamos a relação entre educação e tecnologias, destacando informações e esclarecimentos sobre essas alterações nas tradicionais formas de ensinar e ainda até que ponto o acesso a elas pode contribuir positivamente na aprendizagem dos alunos. A proposta apresentada para este evento científico, trata de um relato da pesquisa em andamento, abordando as questões relativas ao uso da tecnologia na educação e sua importância para tornar a escola, ou mesmo as aulas, mais atrativas e interessantes para professores e alunos, despertando habilidades, criatividade e novas formas de ver e compreender o mundo que nos cerca. Através da pesquisa buscamos teorias que fundamentam e explicitam a democratização do acesso às novas tecnologias na educação, modificando as concepções e o papel dos professores no processo de ensino aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Educação, Professor, Tecnologia, Computador e Utilização



## ESCRITA CRIATIVA E FORMAL

Pollyanna Alice Barcelos Vieira (autor)

UNIPAC/IEFOM

pollyanna.alice@hotmail.com

Giselda Simonini (co-autor)

UNIPAC/IEFOM

giseldasimonini@yahoo.com.br

A escrita é um objeto cultural por excelência e sua apropriação se dá através de um longo período, que começa muito antes do acesso da criança à escola. Com essa abordagem, o objetivo deste trabalho é pontuar e analisar aspectos teóricos que possam ampliar a compreensão sobre os desafios da prática pedagógica no ensino da língua escrita. Partindo da idéia de que a língua escrita é paradoxal, porque comporta simultaneamente dois pólos, um aberto e outro fechado, discutiremos os dois sistemas como elementos fundamentais para o desenvolvimento da escrita. Como sistema fechado, a língua tem suas normas e regras, além disso, é possível afirmar que a língua é um sistema aberto porque permite tudo dizer. Nesse sentido, escrever é respeitar padrões e convenções. Não se pode inventar um “outro” jeito de escrever porque a escrita tem a sua história, as palavras têm a suas origens e as estruturas linguísticas carregam marcas milenares do percurso vivido pela humanidade. É baseado nesses dois sistemas que trabalharemos a escrita como expressão do saber científico, mas também como forma de autobiografia, ou relatos do dia a dia, em que o sujeito visto como escritor tem a possibilidade de se apropriar da língua escrita em todos os momentos que desejar ou que lhe for solicitado. Um dos primeiros pontos apontados como dificuldade na escrita é a falta de interesse dos adolescentes em buscar as informações, sejam elas em livros, internet, e outros. A metodologia utilizada para este trabalho foi pesquisa de campo e científica. Esta pesquisa está sendo baseada nos seguintes autores: BAKHTIN (2003), COLELLO (2004), FÉRREIRO E.TEBEROSKY (1986) dentre outros. Diante desses fatores é que consideramos de suma importância dar uma atenção especial a este problema que, direta ou indiretamente atinge a todos nós.

Palavras-chave: escrita, apropriação, dificuldades.

# MÉTODOS ANALÍTICOS E MÉTODOS SINTÉTICOS

Autora: Renata Cristina Gonçalves Barbosa Bonfim

Co-Autora: Mestre Gizelda Simonni

Universidade Presidente Antônio Carlos Unipac

E-mail:

[mendesmotaprestadora@hotmail.com.br](mailto:mendesmotaprestadora@hotmail.com.br)

[gizeldasimonini@yahoo.com.br](mailto:gizeldasimonini@yahoo.com.br)

Este trabalho, que tem como tema “Os Métodos Analíticos e Sintéticos”, busca analisar qual tipo de método é mais utilizado pelos alfabetizadores atualmente. A pesquisa descreve brevemente a história da educação infantil e da alfabetização, apresenta e analisa os métodos de alfabetização, enfatizando os métodos analíticos e sintéticos. A escolha do tema ocorreu em razão da percepção sobre o grande desafio que tem sido enfrentado pelo alfabetizador compromissado e que sente-se responsável em promover a formação futura do indivíduo. E essa formação depende de uma alfabetização de qualidade, conquistada através de um método adequado. A pesquisa tem como problemática o seguinte questionamento: Qual o melhor método de alfabetização? O trabalho teve como fundamentação teórica as idéias de Freire, Garcez, Mendes, Martins e Campos pois estes apresentam, criticam e discutem sobre métodos de alfabetização. A metodologia da pesquisa baseou-se em estudos bibliográficos em que diversos livros, revistas e a internet foram consultados para a coleta de informações sobre o assunto e posteriormente foi feita a pesquisa de campo, realizada com professores de uma escola pública municipal da cidade de Uberlândia, através de entrevista. É preciso considerar que os métodos, por si só, não garantem sucesso na alfabetização; assim, esta constitui um grande desafio para o professor alfabetizador. Acreditamos que esta pesquisa desperta uma reflexão por parte dos alfabetizadores, esclarecendo sobre o método que possibilita às crianças aprender a ler e escrever com prazer e significado.

**Palavras-chave:** métodos analíticos; método sintético; alfabetização.

## **BRINQUEDOTECA E SUA FUNÇÃO NA APRENDIZAGEM**

**Sheila de Lima Santos**  
**sheilasantos@yahoo.com.br**  
**Gizelda Costa da Silva Simonini**  
**UNIPAC/IEFOM**

Esta pesquisa, com o tema Brinquedoteca e sua função na aprendizagem, tem por objetivo demonstrar a importância da Brinquedoteca como recurso pedagógico no contexto educacional, com maneiras eficazes para se promover à aprendizagem em sala de aula e fora dela, a fim de estabelecer conexão entre o passado e o presente, apontando as transformações e as diferentes visões decorridas ao longo do tempo por profissionais da área da educação infantil. Utilizando dos meios lúdicos para as práticas que se aplicam no contexto e nos planejamentos de aula para a educação infantil, estimulando o desenvolvimento de forma agradável e prazerosa. Aborda-se a mídia considerando-se o papel e a influência, que a mesma traz às crianças e a preocupação dos educadores e família com a formação e o conseqüente desenvolvimento que a tecnologia e os meios de comunicação podem oferecer, comentando-se a necessidade de uma reeducação de profissionais da área. Na sequência compõem-se a fonte de referência teórica, observação e análise na utilização do brinquedo e o aprender brincando, e roteiro de questionário com intuito de se fazer sinopse entre os teóricos de desenvolvimento e habilidades cognitivas, físico e sócio-afetivos no processo de ensino aprendizagem. Segundo os autores, o brinquedo educativo, data dos tempos do renascimento, mas ganha força com a expansão da educação infantil a partir deste século. Entendido como recurso que ensina, desenvolve e educa de forma prazerosa, remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Espera-se que a Brinquedoteca possa contribuir para o crescimento intelectual e humano dos alunos, pois, afinal esse é o objetivo maior de toda práxis educativa.

**Palavras-Chave:** Brinquedoteca, lúdico, processo ensino e aprendizagem.

## AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS ADEQUADAS PARA CRIANÇAS EM TRATAMENTO CONTRA O CÂNCER.

AUTOR: SIMONE CABRAL DA COSTA  
UNIPAC / IEFOM

E-MAIL: [simonekabral@hotmail.com](mailto:simonekabral@hotmail.com)

CO-AUTOR: GIZELDA COSTA DA SILVA SIMONINI  
UNIPAC / IEFOM- [gizeldasimonini@yahoo.com.br](mailto:gizeldasimonini@yahoo.com.br)

Neste início de século, torna-se urgente e necessário repensar o campo de atuação de um pedagogo, visto que ele é formado para atuar em escolas, deixando muitas vezes de ampliar suas possibilidades de ação em outros espaços socioculturais; este projeto deseja tirar conclusões para propor ações didático-pedagógicas adequadas para crianças em tratamento do câncer. Mesmo nos dias atuais, a palavra câncer está cheia de preconceitos e tabus; está associada a situações de sofrimento, mutilações ou morte, sendo que algumas pessoas evitam de pronunciar a palavra, por acreditarem que pronunciar o nome atrairá coisas ruins ou poderá ficar doente. A doença é um evento inesperado e indesejável, e o câncer, dependendo do tipo e da precocidade do diagnóstico, pode causar sequelas físicas e psíquicas que serão marcantes para a criança. Além disso, ela tem sua rotina completamente alterada e todos os hábitos comuns da infância tornam-se algo distante para ela devido às limitações que a doença e o tratamento impõem. Quando a criança é internada ela perde o contato com a escola, tornando o tratamento difícil de ser aceito pois o isolamento em que é submetida é longo sem grandes perspectivas de prazos. Apesar de não ser possível eliminar as situações que provocam desconforto e dor a quem está em tratamento e seus familiares, pode-se modificar ou adaptar o ambiente hospitalar, através do acompanhamento e orientação a pais, familiares, professores; o ambiente deve ser modificado de acordo com a necessidade exigida e as possibilidades oferecidas pela instituição médica, para que a criança sinta-se o menos possível longe de casa.

**Palavras-Chave:** Câncer – didático-pedagógicas – crianças

## A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sirlei Gonçalves de Oliveira Andrade  
Graduanda do 7º período de Pedagogia  
Gizelda Costa da Silva Simonini

A música é uma forma artística de expressão de grande importância na vida dos homens e nos dias atuais se faz presente em todas as partes do mundo, culturas e mídia. O ensino da Arte, na atual LDBEN traz no Artigo 26, § 2º, que o ensino da Arte constituir-se-á “componente obrigatório nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Desta premissa, percebe-se que música deve ser considerada uma verdadeira “linguagem de expressão”, e parte integrante da formação global da criança e indivíduos; é valorizada pelo professor e amparada legalmente pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. O objetivo central desse estudo é refletir a importância da música no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, a fase que se apresenta como momento de riqueza peculiar em decorrência das descobertas, do desenvolvimento e aprendizado. A escolha desse estudo surgiu de uma preocupação nossa a respeito da concepção que muitos professores ainda têm sobre o papel da arte, particularmente na Educação Infantil. Não podemos realizar atividades globais de expressão, em sala de aula, sem utilizar música, embora tais atividades não visem à formação de um artista, mas sim, oferecer aos educandos oportunidades de se auto-expressarem, socializarem-se, e produzir, utilizando elementos de diversas artes. A música, não é trabalhada de maneira significativa na Educação Infantil; faz-se necessário um conhecimento com maior abrangência para tornar perceptível a amplitude da música na educação escolar. Para a realização deste estudo usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, a documental, a de campo, e como instrumento para coleta de dados da pesquisa de campo, a observação e a entrevista através de um questionário envolvendo três escolas da cidade de Uberlândia, enfocando as contribuições da música nos aspectos cognitivos, sensíveis e culturais para a criança na idade infantil.

**Palavras-Chave:** Música – educação infantil – Criança

## O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Suélen Azevedo dos Reis<sup>1</sup>

Universidade Presidente Antônio Carlos UNIPAC

E - mail – suelen100nutriudi@yahoo.com

Orientadora = MS= Ioná Guimarães Venturi<sup>2</sup>

Universidade Presidente Antônio Carlos UNIPAC

E – mail – ionaguimaraes@ig.com

Este estudo tem como objetivo demonstrar a importância do brincar na educação infantil. A brincadeira constitui-se em uma atividade essencial que ajuda a criança a desenvolver habilidades, atenção, reflexão, atitudes, respeito ao próximo, conviver ganhando e perdendo, sentimentos, construir seu próprio eu e socializar com outras pessoas. Ao desenvolver atividades lúdicas com as crianças possibilitaremos vivências e situações simbólicas o que não é possível na realidade. O brincar é importante não só para aprendizagem, mas para os aspectos social, emocional, psicomotor, saúde física e mental. É através desses fatores que a criança se diverte, cria, imagina, aprende e cresce. Existem ferramentas, jogos, em que a criança tem a oportunidade de desenvolver a linguagem interna e ampliar o seu vocabulário. Assim, os jogos e brincadeiras apresentam categorias que são definidos como o lógico (raciocínio), o afetivo (emoções), e o social (atitudes). Nesse sentido, é muito importante que as brincadeiras estejam presentes na escola, mas não com a finalidade de punir, mas de trabalhar o lúdico de forma criativa e prazerosa para que o processo de aprendizagem infantil ocorra da melhor maneira. O professor deve estar atento à idade das crianças, relacionando o material adequado, levando em consideração a diversidade, o tempo de aprendizagem de cada aluno e a realidade. É importante ressaltar a iniciativa dos professores quanto aos cursos continuados, pois se preparam para trazer o lúdico de maneira mais solta e criativa na prática dentro da sala de aula. Pois educar é construir conhecimentos, preparando o aluno para ser um adulto crítico e criativo.

**Palavras Chaves:** Aprendizagem, Lúdico, Educação Infantil.

## ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA

Terezinha de Souza Cruz  
Gizelda Costa da Silva Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos  
tereza.souzacruz@yahoo.com.br

Este trabalho teve por objetivo estudar as contribuições do Psicopedagogo para o processo de ensino aprendizagem, apresentando seu trabalho na área de atuação com seu auxílio na prática. O tema abordado relata qual é o papel do Psicopedagogo na escola, qual a sua função, ele auxilia professores e alunos nas dificuldades de aprendizagem e aponta as várias soluções como, por exemplo, o acompanhamento aos alunos dentro da escola, em parceria com o corpo docente, encaminhamento a clínicas, se necessário, entre outros, no intuito de solucionar os problemas de aprendizagem. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de autores e base de dados da internet. Também será realizada a pesquisa de campo com Psicopedagogos que atuam na área, através de questionário, contendo perguntas sobre esta temática. Os participantes da pesquisa são profissionais especializados em lidar com as dificuldades de aprendizagem. Foram elaborados três capítulos: No primeiro foi abordado Crianças com Dificuldades de Aprendizagem; O Psicopedagogo entra com suas dinâmicas, assumindo o seu papel-transmissor de conhecimento e compreensão. Reconhece a importância do papel da família e vê a escola como um espaço privilegiado; o segundo capítulo abordou O que Causa as Dificuldades de Aprendizagem; o terceiro capítulo irá trazer os dados da pesquisa de campo. A pesquisa permitirá saber as opiniões desses profissionais sobre o assunto abordado e sobre as dificuldades na realização de seus trabalhos com crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Psicopedagogo, processo ensino-aprendizagem, dificuldades de aprendizagem.

## **MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

Wéberton de Almeida Silva  
Msc. Gizelda Costa da Silva Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos/Uberlândia-MG  
webesilva@yahoo.com.br

Este trabalho é uma abordagem acerca do tema das dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental na disciplina de matemática. Inicialmente apresentamos um breve histórico, caracterizando o que vem a ser, como ocorrem, suas principais influências, em que momento são identificadas e quais intervenções podem ser adotadas pelos profissionais da educação, afim de contribuírem para o melhor desempenho do educando no processo de ensino aprendizagem. Este estudo pretende atingir os seguintes objetivos: identificar as dificuldades de aprendizagem em matemática, destacando as possíveis causas; verificar o que dificulta o ensino e aprendizado; destacar o perfil do aluno e do professor; analisar a metodologia de ensino e a postura do professor e, por fim, descrever o papel do professor, do aluno, da escola e da família para a contribuição do ensino desta disciplina. Destacamos ainda, os distúrbios de aprendizagem específico da matemática como a discalculia, acalculia e pseudocalculia, que estão relacionados com o grau de desenvolvimento do aluno e suas capacidade de cognição de um determinado conteúdo. Com esse estudo também investigamos se os professores têm conhecimento e se sabem lidar com essas adversidades que podem ocorrer no cotidiano do aluno quanto a seu aprendizado na matemática. Para a concretização deste estudo fizemos aquisição de livros em bibliotecas e livrarias, pesquisa em sites da internet e nas escolas da rede pública de Uberlândia e assim definimos como autores base: GARCIA e PANIZZA. Por fim, realizamos pesquisa de campo nas escolas, com questionário direcionado para alguns professores e supervisores e também fizemos observação de como é o ensino de matemática.

**Palavras-Chave:** dificuldades de aprendizagem, matemática, ensino.



## A IMPORTÂNCIA DO HÁBITO DA LEITURA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Zildete Ribeiro Honorato  
UNIPAC/IEFOM

[zildeterh@hotmail.com](mailto:zildeterh@hotmail.com)

Gizelda Costa Simonini

UNIPAC/IEFOM

[gizeldasimonini@yahoo.com.br](mailto:gizeldasimonini@yahoo.com.br)

Nosso trabalho aborda a importância da leitura como ferramenta indispensável à vida em sociedade que se constitui numa forma de interação das pessoas e de construção de conhecimento; a leitura possibilita a compreensão do mundo, a comunicação, o questionamento de idéias, momentos de lazer e prazer, de estímulo à imaginação ampliando assim nossos conhecimentos. Refletimos sobre as estratégias para cativar o gosto e o hábito da leitura nas séries iniciais do ensino fundamental, como também as dificuldades que as crianças enfrentam frente à leitura. Sabemos também que não basta, de uma maneira simplista, saber ler e escrever, ou ser alfabetizado; isto tem se revelado ser condição insuficiente para as exigências da nossa sociedade. O que nos garante a interação com os muitos textos que circulam na sociedade, decodificando sons e letras e entendendo os significados e usos das palavras em diferentes contextos é o letramento. Ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita. O letramento vai, portanto, além da codificação e da decodificação de sinais gráficos. É a apropriação da escrita, isto é, tornar a escrita "própria" Nessa perspectiva é que abordamos a importância de o professor incentivar a leitura, formar o hábito de ler, e conseqüentemente, formar leitores para a vida e não para a escola. A leitura na escola não pode ser configurada como um mundo à parte, mas no sentido de preparar o aluno para a realidade do mundo em que ele vive. No entanto, ajudar o aluno a desenvolver o gosto pela leitura e habituá-lo à leitura é um desafio para os educadores atuais.

**Palavras-Chave:** Leitura – Letramento - Conhecimento

## **AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÓS LDB 9394/96: CONCEPÇÕES E PROPOSIÇÕES**

ALINE SIMÃO ALVES - Pedagogia UFU - alines13@yahoo.com.br

MARIANA FERREIRA DE DEUS - Pedagogia UFU - marifrds@yahoo.com.br

Co-autora Prof<sup>a</sup> Orientadora Marta Leandro da Silva

Este estudo deriva das atividades de ensino-pesquisa desenvolvidas na Disciplina Princípios e Organização do Trabalho do Pedagogo II, no curso de Pedagogia - UFU, sob orientação da Prof. Dr. Marta Leandro da Silva. Nele abordamos as políticas da Educação Infantil pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 visando identificar as concepções e proposições expressas na Legislação Federal de Ensino. Para tanto a pesquisa bibliográfica e documental abarcou a análise da LDB 9.394/96 e legislação complementar, bem como foram analisadas as LDB 4024/61 e Lei Federal 5692/71, revogadas. A LDB 4.024/61 não estabelecia normas para Educação Infantil, enquanto que a Lei 5.693/71 fazia breve referência. No contexto atual apesar da LDBEN normatizar e conceber que a educação infantil é dever do Estado e direito das crianças, há muitas demandas para a reflexão sobre aspectos importantes para melhoria da Educação Infantil, tais como: proposta pedagógica e a gestão democrática, a sistemática de funcionamento de escolas, recursos financeiros, organização curricular e a qualidade da educação. Considerando as constantes alterações do arcabouço legal brasileiro torna-se necessário investigar os impactos acarretados pelas reformas da legislação federal de ensino às instituições de Educação Infantil.

Palavras-chave: Políticas da Educação Infantil, Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico.

## **The Children Education Policies after LDB 9394/96: Conceptions and Proposals**

ALINE SIMÃO ALVES - Pedagogy UFU - alines13@yahoo.com.br

MARIANA FERREIRA DE DEUS - Pedagogy UFU - marifrds@yahoo.com.br

Co-author Prof<sup>a</sup> Marta Leandro da Silva

This study is a result of the activities in teaching research developed in the Principals and Organization of the Work of the Pedagogue II class, in the course of Pedagogy at UFU, under the orientation of Prof. Dr. Marta Leandro da Silva. This work approaches Children Educational Policy after the Guidelines and Bases of the National Education Law (LDBEN) 9394/96, aiming to identify the conceptions and proposals expressed in the federal education legislation. Towards that, the bibliographic and documental research encloses the analysis of LDB 9394/96 and complementary legislation, as well as the analysis of LDB 4024/61 and Federal Law 5692/71 revoked. The LDB 4024/61 did not establish regulations for Children Education, while the Law 5692/71 only mentioned it. In the actual context, although LDBEN understands and regulates that Children Education is the State's obligation and a children's right, it has many demands for the reflection on important aspects for improvement of Children Education, such as: pedagogical proposal and the democratic management, the systematic functioning of schools, resources, curricular organization and education quality. Considering the constant alterations of Brazilian's legal system, it is necessary to investigate the impacts caused by the reforms of education's federal legislation in the Children Education Institutions.

**Key-Words:** Children Education Policies; Democratic Management; Pedagogic Political Project

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) NOS CURRÍCULOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO

Bill Robson Monteiro Lisboa  
UNIPAC/IEFOM  
[billrobsonmg@hotmail.com](mailto:billrobsonmg@hotmail.com)

A educação básica no Brasil, especialmente o ensino fundamental, ganhou ênfase desde a Promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, quando regulamentou que este nível de ensino deve ser oferecido pelo sistema Estadual, Municipal e o Distrito Federal com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. A proposta desse trabalho é destacar a exigência legal na inclusão dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que legitima o ECA nos currículos do Ensino Fundamental nas escolas públicas e privadas de todo território nacional como conteúdo obrigatório e não como disciplina. A nova redação foi instituída e acrescentada no artigo 32 § 5º da LDB/96 que aprova a Lei 11.525/2007. Espera-se que a escola, enquanto instituição social possa fazer valer a construção efetiva do conhecimento e possibilite à criança e ao adolescente conhecer e aplicar os reais direitos e deveres no exercício consciente da cidadania plena.

**Palavras-chave:** ECA, Ensino Fundamental, Legislação.

## **A NOVA IDENTIDADE DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL**

Tatiana Alves da Silva Soares  
Msc. Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC  
tatiana.tass@hotmail.com

A pesquisa sobre a nova identidade do curso de Pedagogia no Brasil apresenta uma breve análise histórica da trajetória do mesmo, desde sua implantação, na década de 30. Aponta as ambiguidades que deixam a desejar quanto à identificação do campo de atuação do pedagogo graduado, a implantação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96, analisando os artigos que tratam da Formação dos profissionais da Educação. Através da resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação), nº 1, de 15 de maio de 2006. Podemos ainda apontar as últimas mudanças estabelecidas para a formação do (a) pedagogo (a), as novas diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia, que assume um caráter mais formativo quanto à identidade deste profissional. Tais mudanças deixam mais restrito seu campo de atuação, ao passo que essa resolução define a Licenciatura em pedagogia, como a formação de profissionais que atuem como docentes na educação Infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam solicitados conhecimentos pedagógicos, deixando as habilitações de especialistas em Educação como: a Supervisão, a Orientação e a Inspeção aos cursos de pós-graduação. Assim como também traz a discussão, segundo alguns autores, sobre os artigos da LDB que fazem referência à formação docente e/ou de profissionais para atuarem na educação básica; este estudo traz ainda uma pesquisa de campo com os coordenadores dos cursos de Pedagogia em Uberlândia MG. Através desta, apresentaremos as implicações que estas mudanças estão trazendo e as expectativas em relação ao futuro dos pedagogos.

**Palavras-chave:** Pedagogia, Identidade, Formação, Diretrizes, Educação e Docência.

## HIPERATIVIDADE: O PROFESSOR SABE LIDAR COM A HIPERATIVIDADE DAS CRIANÇAS?

Cláudia Madalena R. Ramos  
Cláudia Augusta Goulart  
[claudiamada2009@hotmail.com](mailto:claudiamada2009@hotmail.com)

A Hiperatividade sendo nas crianças uma condição comum, mas desafiadora para pais e terapeutas e de excessivas mudanças comportamentais, é também responsável por uma série de prejuízos médicos, sociais e escolares caracterizados por alterações dos sistemas motores, perceptivos e cognitivos, comprometendo o aprendizado de forma marcante e levando os professores a uma grande preocupação. Diante disso, como objetivo geral de pesquisa gostaríamos de verificar se os professores sabem lidar com a hiperatividade das crianças, tal qual acreditando que existam muitas dificuldades por parte destes profissionais da educação em lidar com essa situação, por falta de informações. Como objetivo específico, visamos pesquisar se essas crianças são bem aceitas pelos educadores e colegas de sala de aula, devido às suas diferenças, analisando o desenvolvimento deles quanto à aprendizagem, e também pesquisar se esses docentes recebem algum tipo de preparação para lidar com elas e compreender a hiperatividade dentro do contexto educacional social e científico; nossa metodologia será uma pesquisa teórica e de campo, sendo a teórica fundamentada em livros, revistas, artigos científicos e de ensino fundamental e a segunda de educação infantil. Esta pesquisa foi fundamentada em grandes autores como: Antunes (2002), Barkley (2002), Bemczik (2000), Bossa (2008), Franco (2008), Mattos (2002), Rohde (1999), Silva (2003), Tapczewski (1999), Vasconcelos (1995).

**Palavras-Chave:** Hiperatividade – professor – aluno

# **A INTERFERÊNCIA DA (IN) DISCIPLINA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DO EDUCANDO DE 1º AO 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Autora:** Delza Xavier Ferreira

**Co-autora:** Msc Profª Cláudia A. Goulart  
Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

O objetivo do presente estudo foi discutir o tema Interferência da (in) disciplina em sala de aula no processo de ensino aprendizagem do educando nas séries de 1º ao 9º anos do ensino fundamental. Surgiu a partir da necessidade em saber por que as crianças e adolescentes estão mais indisciplinados em sala de aula nos últimos tempos. Este fato despertou o nosso interesse para pesquisar, pois essa situação vem sendo discutida por educadores, coordenadores e especialistas de determinadas instituições escolares e por todos os interessados em desenvolver um ensino que garanta aos educandos uma aprendizagem significativa. E para fundamentar o nosso trabalho nos pautamos em: Karl Marx (1950), Lonoy (2002), Houaiss (2005), Durkheim (1999), Antunes (2006). A metodologia aplicada foi pesquisa bibliográfica, fundamentada nos autores acima e de campo em algumas Escolas Estaduais de Uberlândia/MG. Tendo em vista que a questão da (in) disciplina pode ser tratada por meio de diferentes abordagens assumimos como ponto de partida a psicologia Histórico-cultural, o que implica considerar as experiências vividas no cotidiano da escola como sendo importantes para a constituição das crianças, dos professores e das relações entre ambos. Cabe ressaltar que o estudo realizado possibilitará aos docentes uma nova visão mediante a (in) disciplina em sala de aula de forma a contribuir com as discussões e intervenções diante desta problemática.

**Palavra-Chave:** indisciplinada – processo ensino-aprendizagem - educando

## INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Batista do Prado  
Cláudia Augusta Goulart  
[www.ferbprado@bol.com.br](mailto:www.ferbprado@bol.com.br)

Esta pesquisa tem como tema principal a Indisciplina na Educação Infantil. Este é alvo de muitos estudos e pesquisas realizadas durante décadas. Para que possamos compreender melhor este comportamento, analisamos a indisciplina de acordo com a seguinte problemática: As crianças de 0 a 04 anos apresentam indisciplina em sala de aula? Destacamos a importância do acompanhamento e exemplos dados pela família da criança, para a formação de seu caráter dentro e fora do ambiente escolar. Temos como objetivo identificar e verificar se as crianças de 0 a 4 anos apresentam comportamentos indisciplinados no ambiente escolar. Verificamos por meio da pesquisa que as vivências que as crianças trazem do cotidiano familiar interferem em seu aprendizado; sendo de suma importância a participação e apoio dos pais aos docentes para que juntos possam sanar os problemas indisciplinados apresentados por elas no contexto escolar. Detectamos alguns fatores que ocasionam a indisciplina; e pesquisamos as metodologias adotadas pelos professores para lidar com esta questão, não dissociando a disciplina que está intimamente ligada a este comportamento que vem prejudicando o aprendizado das crianças desde as séries iniciais. Analisamos esses fatores e apontamos as possíveis intervenções que poderão ser feitas por pais e educadores a fim de enfrentar a indisciplina com mais segurança. Utilizamos como fundamentação teórica para a pesquisa os seguintes autores: FROEBEL (1826), DURKHEIM (1895), FREIRE (1996), TIBA (2005), OLIVEIRA (2005), MOREIRA (1996), AQUINO (1996).

**Palavras-chave:** Indisciplina, criança, educação infantil.



## DESVALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Francielle Diniz Barros Gonzaga  
UNIPAC/IEFOM  
franinhabarros@hotmail.com  
Cláudia Augusta Goulart  
UNIPAC/IEFOM  
[claudiaagoulart@yahoo.com.br](mailto:claudiaagoulart@yahoo.com.br)

Este trabalho tem por objetivo averiguar se a desvalorização do professor atinge sua identidade profissional, baseando o estudo no contexto atual de ampla discussão no trabalho docente. Nas últimas três décadas, ocorreram profundas mudanças na escola brasileira, nas condições de vida e de trabalho do professor, bem como nas relações escola-sociedade. A internalização dos modelos culturais, as mudanças de valores e referências para a juventude, as transformações do mercado de trabalho, entre outros fatores, trouxeram como principal consequência a desvalorização do professor, bem como o mal estar docente e a crise de identidade profissional, enfocando também sua formação. Ao percorrer a história da educação, percebemos que no passado os professores construíram uma imagem social respeitada: detinham as chaves da mobilidade social e o prestígio do saber. Porém, hoje, notamos que há meios mais eficazes de promoção na sociedade, e o saber (formação) expandiu-se um pouco por toda a parte. Muitas instituições formadoras passam uma visão reducionista da atividade docente por não lhes proporcionarem um mínimo de condições de trabalho, incluindo questões como salário, material didático, instalações, número de alunos em sala, quadro funcional completo na escola, entre outros. A fundamentação teórica baseia-se nos seguintes autores: BRZEZINSKI (2002), FREIRE (1996), PERRENOUD (2002), TARDIF (2002), entre outros. A metodologia utilizada neste trabalho foi à pesquisa teórica onde foi feita análise de livros, artigos, textos e internet e a pesquisa de campo a qual foi realizada através de entrevistas em duas escolas, sendo uma da rede estadual e outra da rede municipal, onde serão questionados professores sobre seus anseios, angústias e perspectivas para o futuro da profissão. Mediante a profunda crença na possibilidade de mudança e de construção de um futuro melhor para todos. A presente pesquisa tem como expectativa resgatar a valorização do professor, acreditando na reforma das políticas públicas, que invistam em uma melhor remuneração e na sua formação profissional.

**Palavras-chave:** Desvalorização docente, formação, identidade.

# **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Iane Christina Alves Rodrigues da Silva  
UNIPAC  
ianechristina@yahoo.com.br

Este trabalho tem como temática A importância da educação étnico-racial na Educação infantil, tendo em vista que a educação infantil compreende o período em que as condições afetivas e cuidados são marcantes para o desenvolvimento saudável da criança. Além disso, a constituição dos valores sobre a vida se inicia neste período. Por isso, esta monografia tem por objetivo pesquisar sobre a importância de uma educação anti-racista, voltada para o tratamento positivo da história e da cultura afro-brasileira, valorizando as identidades por meio da educação e de forma lúdica, considerando a idade das crianças. A pesquisa tem como base o referencial curricular nacional para a Educação Infantil e a Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 e suas alterações, apesar de, sua implementação ainda não ser obrigatória na Educação Infantil e as seguintes bibliografias: Cavalleiro (2001), Matos (2004), Rosemberg e Valente (1995) e Rocha (2004). O trabalho de campo envolverá cinco escolas das rede municipal e privada para verificarmos se há algum trabalho voltado para esta temática junto às crianças da educação infantil e quais as dificuldades encontradas pelos educadores em se trabalhar o tema. Por fim serão apresentadas algumas sugestões de atividades que poderão auxiliar os docentes no trabalho com este tema na Educação Infantil.

Palavras-Chave: Educação Étnico-Racial - Educação Infantil – Educação Anti-Racista.

# VIOLÊNCIA: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA A ERRADICAÇÃO DESSE MAL?

Lilian Cristina de Araujo Nascimento  
Msc. Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac  
lilianfatra@yahoo.com.br

Este estudo destaca a violência protagonizada pelos jovens nas escolas, sendo uma realidade inegável. O tema violência escolar é uma presença cada vez mais constante havendo assim a necessidade do entendimento e identificação das razões que promovam tamanha violência, principalmente no local onde a escola está inserida. É necessária a ajuda da família para que a escola possa desempenhar seu papel, como intermediadora da aprendizagem, realizando a sua verdadeira função, que é a de educar, pois a família é a primeira instituição de educação, incumbida da formação da criança, mas muitas dessas famílias transferem essa responsabilidade para a escola. Conflito esse que pode colocar o meio social atuante sobre a individualidade de cada criança, variando os tipos de conduta e referências questionáveis, podendo transformá-la, tanto para um bom cidadão quanto para um mau cidadão. Também deve-se observar o comportamento da escola para com os alunos, se está proporcionando formas de organização educacional, programas que ajudem à prevenção da violência, projetos que possam contribuir para a estrutura familiar, a segurança dentro e fora das instituições de ensino; dentre outros objetivos, destaca-se conhecer a forma como a escola age frente ao comportamento agressivo dos alunos para com os professores, a pesquisa da importância que a escola e família têm para a não-violência e o estudo sobre a violência em uma sociedade desigual. Como ações metodológicas foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, consultas à internet, a estudos de registros comportamentais e buscamos em campo observações entre a diversidade das escolas. Em suma, os conhecimentos desta temática serão apresentados com intuito ávido de conhecer a escola, a família e, em sentido lato, a sociedade como se organiza na gestão desta problemática tão grave nos dias de hoje.

**Palavras-Chave:** Violência – escola - família

## **A família contemporânea e os reflexos na escola e sociedade.**

Autora: Maria Clédna da Silva Rosa  
Co - autora: Msc. Cláudia Augusta Goulart.  
Universidade presidente Antonio Carlos- UNIPAC  
Mariacledna2@yahoo.com.br

Esta pesquisa tem como objetivo verificar se atualmente as crianças recebem afeto e educação moral na família. Sabendo que a sociedade capitalista e competitiva em que vivemos obriga cada vez mais os pais a se ausentarem de casa e assim disponibilizam cada vez menos tempo para estar com os filhos. O pouco tempo que lhes é oferecido, às vezes não tem qualidade; resume-se em momentos de compensação, ausência de afeto e excesso de proteção. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a família contemporânea, suas transformações e os reflexos na escola, sociedade e também a importância da família no desenvolvimento físico, psicológico e na adaptação escolar e social da criança. Assim, nesse sentido, verificar a importância da educação moral e ética e os problemas relacionados à moralidade humana como violência, desrespeito, indisciplina e ausência de limites. A metodologia da pesquisa desenvolveu-se em dois momentos, sendo que o primeiro de cunho bibliográfico, com base em revista, artigos e também na argumentação teórica, onde foram discutidas questões relevantes sobre o tema proposto na visão de CARVALHO(1985), ARIËS(1981), GOMES(2003), OLIVEIRA(2002), TELLES(2003). A segunda parte da pesquisa tem como base a análise de Questionários aplicados na escola Municipal Mario Alves Araújo, Uberlândia MG, onde questionamos doze professores do ensino fundamental desta unidade escolar no período da manhã, correspondendo a 60% dos profissionais que atuam naquela escola.

Palavras - chave: família, educação, escola, sociedade.

## SÍNDROME DE BURNOUT E OS DOCENTES

Maria das Graças de Souza  
Msc. Gizelda Simonini  
UNIPAC  
graacavanis@hotmail.com

A sociedade vive momentos de conflito, de transição devido à modernidade, os avanços tecnológicos, a competitividade, visando o lucro. O profissional da educação que é o objeto de estudo desta pesquisa vive um momento de desilusões e desencantos em relação à arte de ensinar devido a vários conflitos e incertezas. O presente estudo teve como objetivo verificar se os professores do ensino fundamental da rede pública municipal apresentam características da síndrome de burnout. O trabalho do professor por exigir esforço, reflete em um grande comprometimento emocional, físico e psicológico. Esta síndrome caracteriza-se por estar associada à soma de fatores como os individuais, organizacionais e sociais levando o profissional da euforia da idealização de seu trabalho à completa desmotivação em relação ao mesmo. O trabalho do docente implica vários fatores que são determinantes para que o processo ensino-aprendizagem aconteça de forma favorável, sendo necessário que o professor esteja bem fisicamente e emocionalmente. Exige-se muito do professor, pois este responde a uma exigência social sendo visto como estereótipo ideal, detentor do saber, sendo de fundamental importância essa investigação sobre o trabalho do profissional da educação observando e analisando as condições de trabalho; a relação com os alunos; a instituição onde trabalham e também a família que são os principais focos desencadeadores da síndrome. A metodologia da pesquisa procurou verificar aspectos básicos das causas e conseqüências da síndrome através de aprofundamento teórico, questionários com perguntas relevantes ao tema e também pesquisa de campo. Os resultados parciais da pesquisa apontam para a necessidade de maior esclarecimento sobre a síndrome de burnout, podendo averiguar que o professor vive no inferno e no paraíso, sofre, mas ama o trabalho realizado.

Palavras-Chave: Burnout – educação - trabalho docente.

## **DESAFIOS DA DOCÊNCIA: INDISCIPLINA**

Naiana Rúbia Rezende Tavares  
Msc. Giselda Simonini  
UNIPAC  
naianarrt@yahoo.com.br

Consideradas como um importante instrumento de formação e de conscientização política e social, as escolas estão enfrentando inúmeros problemas com relação à indisciplina de seus alunos. Diante disso, este trabalho iniciou-se discutindo o histórico do tema e conceituando disciplina/indisciplina na visão de alguns autores. Foi feito um amplo estudo sobre a indisciplina escolar, ressaltando suas causas e efeitos e com base na literatura disponível, sugerimos alguns encaminhamentos preventivos para lidar com a indisciplina escolar. A metodologia utilizada pesquisa teórica a partir dos seguintes autores: Aquino (1998), D'antola (1989), Vasconcelos (1995), Foucault (1985), Vinha (2005), entre outros. Através do terceiro capítulo foram apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada com professores de uma escola estadual de Uberlândia, trazendo resultados sobre a interferência da indisciplina em sala de aula no processo ensino-aprendizagem. Reforça-se a necessidade de estudar o tema proposto, no intuito de melhorar a qualidade do ensino oferecido aos alunos, já que a influência da indisciplina no processo de ensino-aprendizagem é uma problemática vivida em escolas com realidades diversas, sejam elas públicas ou particulares. Além disso, a maioria dos professores não sabe lidar com essa situação, o que acarreta um ensino sem qualidade refletindo na formação do aluno. Tal fato guarda a relação e/a ausência de um projeto para trabalhar a disciplina nas instituições escolares. Como intelectual, o professor não pode ficar sujeito apenas à constatação de fatos, mas precisa ir à raiz do problema, deve se envolver na luta pelas mudanças estruturais que são necessárias à construção da disciplina, exercendo sua autoridade intelectual que vai além do senso comum.

Palavras chaves: Indisciplina – Desafios - Docência.

## RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Natália Rezende Pereira

Gizelda Simonini

UNIPAC

[tataliarezende@yahoo.com.br](mailto:tataliarezende@yahoo.com.br)

Atualmente, vemos que a escola tornou-se essencial na vida das crianças, mas principalmente na vida dos pais. Observamos que a grande maioria deixa seus filhos cada vez mais cedo nessas escolas, simplesmente porque trabalham o dia todo e não têm com quem ou aonde deixá-las, ou argumentam que, quando estão em casa acabam “atrapalhando”, transferindo toda a educação “familiar” para ela. Assim, o afastamento da criança do seu convívio familiar é inevitável, e sabe-se que a família é fundamental no seu desenvolvimento, pois ela contribui na formação de seu caráter, ensina os princípios éticos, morais, sociais, culturais influenciando em seu desenvolvimento, e suas atitudes refletem no comportamento da criança tanto em casa quanto na escola, mas tudo isso deveria ser ensinado pela família e ser sequenciado na escola, e não é o que acontece. E a partir de experiências e das percepções com relação à educação das crianças dentro e fora das escolas, surgiu o interesse de pesquisar sobre o tema, através de estudos de teóricos entendidos sobre o assunto, e constatar através de uma pesquisa de campo, voltada para pais e professores, se essa relação família-escola é ou não importante no processo de ensino aprendizagem da criança. Com o intuito de analisar essa importância e o papel da família no desenvolvimento da aprendizagem dela. Vale ressaltar que com o auxílio da família e da escola, a criança se desenvolve segura de si, confiante, protegida e capaz, pois é por meio da aprendizagem que ela é inserida no mundo, incorporando-se as diversidades culturais e sociais que possibilitam a busca de novos saberes, integrando-a na sociedade e não apenas incluindo-a.

**Palavras-chave:** Família – Escola - Criança

## **EXPECTATIVA PROFISSIONAL DOS ALUNOS DA UNIPAC NO CURSO DE PEDAGOGIA.**

Autor: PAULA CRISTINA EVANGELISTA  
Co autor: GISELDA COSTA DA SILVA SIMONINI  
Universidade Presidente Antônio Carlos  
pevangelista@fiemg.com.br

Para reconhecer as constantes mudanças que o mundo vem enfrentando e o cada vez mais exigente mercado de trabalho, associada à questão em que ensinar exige novas habilidades e novas competências, é importante analisar a proposta do curso de Pedagogia na Universidade Presidente Antônio Carlos, para que os formandos possam estar cientes de que o curso de Pedagogia oferecido na mesma, proporciona condições para enfrentar o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Este trabalho analisa os interesses dos alunos do 6º período de Pedagogia, com o objetivo de pesquisar as formas de aprendizado e as interações como: detectar e conhecer a expectativa dos alunos no mercado de trabalho. Portanto, é uma pesquisa relevante ao tema, esperando assim vivenciar, praticar, criar e exercer experiências no mercado de trabalho com competência e busca de conhecimento para uma prática educativa consciente e voltada para a democratização da sociedade. A UNIPAC, por perceber os problemas de ordem econômica e social das diversas regiões do Estado, vem trabalhando no sentido de proporcionar às comunidades a oferta de cursos superiores de qualidade com valores de mensalidades capazes de atender a uma clientela menos favorecida economicamente, e com o objetivo de formar o profissional da educação com competência teórico-metodológica e humana.

**PALAVRA CHAVE:** Pedagogo, Mercado de trabalho, Didática.



## ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM UBERLÂNDIA

Rosinei Cardoso<sup>1</sup>

Gizelda Simonini<sup>2</sup>

O presente artigo tem como objetivo compreender os aspectos históricos, legais e orientações pedagógicas que fundamentam toda a trajetória da Educação Especial a nível mundial, nacional, por objeto, seu estudo em Uberlândia, chegando até os dias atuais, com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Trabalho este, pautado nas leis que regem os Direitos Humanos e as diretrizes da Perspectiva da Educação Inclusiva, como também o aprofundamento analítico de diversas Convenções Mundiais que combatem a discriminação e/ou a exclusão educacional/social das pessoas com necessidades especiais. Será realizada, frente ao Atendimento Educacional Especializado, em Uberlândia, uma análise da estrutura e atribuições facilitadoras à preparação dos profissionais que atuam no processo ensino-aprendizagem, propiciando a efetivação de uma Política de Educação Especial na Rede Municipal atual em nosso município. Objetiva à atuação na docência, procede-se uma visão de todo o âmbito escolar, focalizando também a estrutura espaço-físico, os apoios pedagógicos/metodológicos, materiais didáticos e um profundo estudo sobre as bases culturais e sociais. Buscar-se-á esclarecer como ocorre o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e a diversidade existente no Ensino Regular, bem como as práticas profissionais que devem atuar sobre a Perspectiva da Educação Inclusiva, combatendo o segregacionismo, que consequentemente supera a lógica da exclusão.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, capacitação profissional, apoio pedagógico.

A Educação Especial é um tema importante para todos que atuam na educação, principalmente para os docentes que lidam com a diversidade de seus alunos e que são cobrados, pela sociedade em geral, pela formação do cidadão.

Em consonância com os pressupostos legais e conceituais que consolidam uma educação de qualidade para todos, a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e a Secretaria Municipal de Educação (SME), com o objetivo de disseminarem a Política de Educação Inclusiva, juntamente ao Ministério de Educação e Cultura – MEC e a Secretaria de Educação Especial – SEESP, através do Núcleo de Atendimento as Diferenças Humanas – NADH, que coordena o AEE, tem como uma de suas ações a

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Graduação em Pedagogia da UNIPAC.

<sup>2</sup> Professora da UNIPAC e doutoranda em Educação pela UFU.

preparação/capacitação dos profissionais que atuam no atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Com base nesta perspectiva, este trabalho tem como tema o AEE, na Rede Municipal de Ensino em Uberlândia, abordando a problemática da capacitação/formação inicial e continuada dos educadores que atuam nesta modalidade de ensino e também a preparação/apoio dos professores do ensino regular.

Os objetivos deste estudo foram: estudar os aspectos históricos, legais e orientações pedagógicas que constituem a Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (AEE); verificar a estrutura e atribuições facilitadoras da efetivação de uma Política de Educação Especial na Rede Municipal; analisar as ações provedoras à capacitação/formação inicial e continuada dos profissionais do AEE; reconhecer o espaço-físico (ambiente) e material didático-pedagógico da Rede Municipal; identificar os profissionais que atuam no AEE.

A Educação Especial trata-se de uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da Educação Básica e Superior, disponibilizando aos alunos com deficiência, os recursos próprios desse atendimento e que conseqüentemente, orienta professores quanto à utilização desses recursos nas turmas comuns do ensino regular.

O presente trabalho tem como enfoque a formação/capacitação de profissionais da Rede Municipal de Ensino, para atuarem na perspectiva da Educação Inclusiva, especificamente na Educação Especial ou AEE, que atende a uma das prioridades do Governo Federal, que é cumprir o prescrito na Constituição de 1988 (art. 208, inciso III), garantindo nas escolas públicas, preferencialmente, a possibilidade de todos os alunos com deficiência serem incluídos nas turmas escolares do ensino regular. A abordagem sobre o AEE, na Rede Municipal de Ensino, requer uma profunda análise nas estruturas educacionais, políticas, culturais e sociais.

Concebe-se que assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio constitucional (1988), porém é do conhecimento de todos que as dificuldades enfrentadas no sistema de ensino evidenciam a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas, almejando a superação da lógica da exclusão, para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva, a educação tem o papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de competências para sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

A escolha pelo tema foi proveniente da atuação na docência ao exercer o papel de colaboradora na formação de indivíduos construtores de uma sociedade democrática, em que os direitos e deveres são iguais para todos. Portanto, faz-se necessário, desenvolver e/ou ampliar conhecimentos que contribuirão de forma efetiva para as práticas pedagógicas e mesmo às reflexões sociais.

Para o embasamento teórico, foi necessário pesquisas sobre o tema em bibliotecas (Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais – CEMEPE, Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC), com a utilização de diversas fontes como livros, revistas científicas, artigos, monografias e textos, envolvendo também a internet e DVD's. Além disso, foi fundamental a análise de documentos legais como as Constituições Federais, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Fundamentos Legais do Município; Lei Complementar 157/96; Instruções Normativas; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Declaração de Salamanca; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para a melhor compreensão da temática em estudo será realizada uma pesquisa de campo no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais (CEMEPE), mais especificamente com a equipe do Núcleo de Apoio as Diferenças Humanas (NADH), onde se institui a Educação Especial, o AEE. Os principais autores que contribuíram para a elaboração deste artigo foram Mazotta, Fernandes, Minetto, Montoan, Godoi e suas valiosas obras, mediante a concepção histórica da Educação Especial, no Brasil.

Tal levantamento histórico é analisado paralelamente aos documentos legais, nacionais e internacionais, em defesa aos direitos humanos, contrapondo à exclusão, à discriminação das pessoas com necessidades especiais. Propõem-se uma reflexão a respeito das mudanças políticas educacionais contextualizando o tema nos dias atuais na constituição da Educação Especial/AEE, em Uberlândia.

O presente trabalho acadêmico científico foi desenvolvido através de análises, pesquisas de documentos e autores que nos remetem à perspectiva da educação inclusiva. Faz-se necessário o entendimento de inclusão escolar, como sendo um movimento, uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa ao direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. Movimento este em contrapartida ao percurso histórico vivenciado por pessoas com deficiências, onde havia

extermínio e abandono (Antiguidade), a segregação de asilos instituições especializadas (Idade Média), a Integração (década de 1960) e a inclusão (década de 1990).

E segundo Montoan (2003), a inclusão subentende-se como:

...uma mudança radical no processo educacional, na perspectiva em que se deve “suprimir a subdivisão dos sistemas escolares em modalidade de ensino especial e regular”, conduzindo-se a um sistema único de educação. (MONTTOAN, 2003, P.38).

A educação inclusiva constitui um modelo educacional pautado na concepção dos direitos humanos, integrando e reconhecendo as diferenças, com a promoção da aprendizagem para todos.

E como se sabe, os dispositivos legais não definem, por si só, as práticas pedagógicas, porém é a forma como essa legislação é interpretada e operacionalizada no âmbito escolar que possibilitará sua implementação. É imprescindível, portanto, ao educador o conhecimento e análise de tais fundamentos legais. Conforme Fernandes (2006), apesar de no Brasil não haver uma Lei que decrete a Inclusão Escolar, em seu conjunto, a legislação brasileira tem uma orientação inclusiva, preferencialmente na rede regular de ensino.

Realizada em Salamanca (Espanha), em 1994, a Declaração de Salamanca, apresenta a “Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”. No contexto geral, as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada no indivíduo, capaz de atender as suas necessidades. Cabem aos governos adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns.

Com base nos movimentos, declarações, documentos e ações mundiais, que visam a Inclusão Escolar, percebe-se, segundo Eduardo Barbosa, presidente da Federação Nacional das APAES que:

O conceito de inclusão escolar deve ser considerado como um processo de desenvolvimento institucional da escola e sujeito a um movimento contínuo de evolução, que implica em oportunidades de construção, desconstrução e reconstrução, próprio dos processos evolutivos humanos e constitucionais (BARBOSA, 2005, p.56).

Nesta perspectiva, o processo de inclusão é irreversível, necessário e possível, para tanto, cabendo às redes responsáveis pela educação, as ações que atendam as especificidades de cada indivíduo.

Ao se evidenciar as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, com o confronto entre as práticas discriminatórias, a educação inclusiva assume o papel da escola na superação da lógica da exclusão. Para que todos os alunos tenham suas especificidades garantidas, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando em mudanças estruturais e culturais na escola.

Segundo Mazotta (2005, p.28) “O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta do século passado”. Segue-se a partir daí toda uma trajetória, histórica e política que delinea a Educação Especial em nosso país, tendo seus precedentes pautados em caráter assistencialista e terapêutico, que segregava os “excepcionais” em instituições especializadas, menosprezando os aspectos educacionais. É oportuno ressaltar que Mazotta (2005, p. 124) “coloca o processo de ensino-aprendizagem como o eixo da organização da escola”. Portanto, era necessário corroborar a identidade da educação escolar brasileira. Ainda, segundo Illich (1973) “a busca de alternativas na educação precisa começar com um entendimento prévio sobre o que entendemos por escola”. Percebe-se que assimilar o sentido da educação, clarifica e permite a compreensão do significado da educação especial e toda sua abrangência, seja ela na educação formal ou não-formal.

Apoiando-se na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Projeto da nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação (1996), e o Plano Decenal de Educação para Todos (1993), o documento mais recente da Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, Política Nacional de Educação Especial, destaca a importância da educação conjunta, dos três níveis governamentais (federal, estadual, municipal) e da sociedade para a melhoria da educação dos portadores de necessidades educacionais especiais.

Conforme Mazotta (2005, p. 132) “a busca de articulação com o Conselho Federal de Educação, embora tardia, constitui importante passo para a melhoria da Educação Especial no cenário educacional brasileiro”.

A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil, pelo Decreto nº. 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação especial.

Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos de inclusão, reafirmando os direitos e benefícios para a escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

O Decreto nº. 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Para Mazotta (2005, p. 126) “... a partir de 1990, particularmente nos anos de 1992 e 1993, o MEC tem buscado alternativas que viabilizem a inclusão de portadores de deficiências, problemas de conduta e superdotados na rede regular de ensino”.

Neste sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão, participação da família e da comunidade, acessibilidade arquitetônica, nos transportes, no mobiliário, nas comunicações e informações; e articulação intersensorial na implementação das políticas públicas.

Perante o ponto de vista de Mazotta (2005, p. 184) “os alunos portadores de deficiência podem ser adequadamente educados em situações comuns de ensino, ou ainda, requer educação especial”.

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para as aprendizagens dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde. Essa concepção resultou em práticas contraditórias à dimensão pedagógica.

Perante a Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, seu público-alvo é constituído por alunos com necessidades especiais, com deficiência, ou ainda, aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade: deficiência física, mental, auditiva, visual e deficiência múltipla,

condutas típicas, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos (dislexia, disgrafia, discalculia, hiperatividade e outros).

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Conforme a Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC (94, p. 27), “O AEE fundamenta-se, hoje, no modelo pedagógico, em substituição ao modelo médico que interfere no processo de integração pessoal-social”.

Sendo assim, torna-se relevante citar Mazotta (2005, p. 118-119) que afirma “... é preciso salientar que, mais do que mudar os termos utilizados na literatura especializada (nacional e estrangeira) e nos textos legais, o fundamental seria interpretá-los o mais correta e profundamente possível, no contexto atual da educação”.

Compreende-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes que promovam a aprendizagem através da competência de todos os profissionais que atuam nesse processo.

O encaminhamento para o AEE é realizado, após os estudos de caso, pela equipe multidisciplinar que além de professores, são aqueles das áreas de medicina, psicologia e serviço social. Faz-se necessária também a parceria com outros órgãos públicos, ou organizações não-governamentais, sob a forma de acordos ou convênios.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção e outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Segundo Mazotta (2005, p. 111) “Dentre as ‘Ações Estratégicas’ para a área de educação destaca-se: formar e treinar multiplicadores para o atendimento educacional especializado.” Perante tal formação, será possível sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, contemplando a oferta de serviços e recursos de educação especial. Nessa mesma perspectiva, diz Minetto (2008), que:

Devemos ressaltar que a busca constante de conhecimento e a formação continuada tornarão o professor mais crítico e assim mais capacitado a tomar decisões e posicionar-se diante as mudanças da atualidade. (MINETTO, 2008, p.29).

Conforme estudos da trajetória da Educação Especial no Brasil é contundente afirmar que a formação de professores é apenas um dentre os inúmeros aspectos que constituem a complexa problemática da exclusão presente na escola.

Sabe-se que, através da busca pela solução desse problema que permeia toda a educação brasileira, no município de Uberlândia, este trabalho inclusivo com as pessoas com necessidades educacionais especiais, vem ocorrendo desde 1991, com a implantação do Programa de Ensino Alternativo, sendo desde então uma das prioridades da Secretaria Municipal de Educação – SME/PMU. Este atendimento passou por uma trajetória histórica pautada nos direitos humanos em que eram atendidos sistematicamente os alunos com necessidades especiais nas escolas municipais da zona urbana e rural.

Com a elaboração deste Projeto, criou-se o Núcleo de Assessoria e Pesquisa, composto por uma equipe de multiprofissionais. E através da expansão do Projeto, a equipe percebeu a necessidade de ofertar aos profissionais que atuavam no Ensino Alternativo e aos professores do ensino regular, cursos como LIBRAS e BRAILE, que contribuíram para o processo ensino-aprendizagem e para a comunicação com esses alunos.

Após cinco anos, o Programa de Ensino Alternativo passou por uma reformulação e em 1999, este programa passou a integrar-se à equipe do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE. A Equipe do CEMEPE continuou preservando a filosofia de trabalho do programa, bem como a oferta e ampliação de cursos, palestras, parcerias e contratação de novos profissionais, nesta área.

No ano de 2001, através da SME/PMU, criou-se a Divisão de Educação Especial, na qual o programa passou a ser um de seus segmentos, visando à implantação na rede do modelo de escola inclusiva, oferecendo propostas na obtenção de grandes avanços na educação especial.

Em 2005, foram extintas: a Divisão de Educação Especial e o Programa Básico Legal Ensino Alternativo passa a ser coordenado pelo Núcleo de Apoio às Diferenças Humanas – doravante referindo-se neste trabalho com as siglas NADH. O NADH, teve seu processo de implementação e estruturação organizacional pautado em prol da educação



especial, pelo prisma da diferença humana, favorecendo as aprendizagens nos campos pedagógicos e de AEE.

A educação especial visa promover as reais potencialidades do aluno, procurando facilitar sua integração escolar e social. Neste sentido são essenciais a conscientização e o trabalho integrado de todos os elementos direta ou indiretamente envolvidos com o ensino, em especial o educador cuja influência na formação do aluno é marcante. (GODOI, 2001, s/p.).

Hoje, perante a inclusão escolar, todos os profissionais da escola devem se preparar de forma especializada para facilitar o processo ensino-aprendizagem, havendo também uma interação família, professores e sociedade.

Inclusão implica por um lado o direito do professor em receber apoio e oportunidade para o seu desenvolvimento profissional e, por outro, o direito dos pais de esperar que seus filhos recebam a educação adequada. (MINETTO, 2008, p.44).

Nessa perspectiva, o NADH na busca por solução e avanços em relação ao ensino especial em nosso município, realiza através do AEE intervenções, pautadas na ética da diversidade, acessibilidade e inclusão, acessibilidade comunicacional inclusão digital, letramento/alfabetização entre outros, que pautados pelo prisma das diferenças humanas, tem como meta o atendimento a todas as peculiaridades, em seus ritmos e tempos, sejam limitações físicas, sensoriais, dificuldades de aprendizagem, condutas típicas e altas habilidades. E claro, garantindo o acesso, a permanência no ensino-aprendizagem, a todos, sem distinção e/ou discriminação. Constata-se a primordial contribuição do AEE à educação de nosso município.

A efetivação de um sistema educacional inclusivo, demanda a transformação dos saberes e das práticas de toda a comunidade educacional, através do envolvimento ativo de todos, sendo indubitável o papel interativo do município, da escola, da família e redes de apoio à promoção da inclusão educacional social.

O Brasil tem definido políticas públicas e tem criado instrumentos legais que garantem tais direitos. A transformação dos sistemas educacionais tem se efetivado para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos. O MEC, por meio da SEESP, apóia os estados e municípios na tarefa de tornarem as escolas brasileiras, inclusivas, democráticas e de qualidade.

Com tal posicionamento, clarifica-se a partir daí as mudanças que buscam descentralizar a postura administrativa do MEC frente às decisões políticas sobre a educação especial, ampliando a participação dos estados e municípios. É a partir desta descentralização que os municípios brasileiros conquistaram maior autonomia e aquisição de poder, ao analisar a realidade local e os anseios norteadores das políticas públicas municipais, pautadas em um planejamento sistemático, definido por objetivos e metas a serem alcançadas, concomitantes aos diferentes segmentos que constituem a comunidade.

Em se tratando da Educação é o Plano Municipal de Educação que se constitui como o instrumento norteador da política educacional do município e de sua relação com as políticas estaduais e nacionais, sendo elaborado com a participação do Conselho Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria de Educação, que o legitimam, por meio da Câmara Municipal, para em seguida se executado. Seus objetivos e metas devem ter como horizonte o plano Nacional de Educação, destacando-se: 1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino; 2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não concluíram; 3. Valorização dos profissionais da educação; 4. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidade de ensino (BRASIL, 2004a, p.8).

Em consonância com toda a trajetória política e história do Plano Municipal de Educação, faz-se necessário salientar que no município de Uberlândia, a Educação Especial, sob a coordenação do NADH, consolida o ideal da inclusão educacional e junto à SME/PMU, combate o segregacionismo, garantindo a todos, o acesso, a permanência no ensino regular e a qualidade do processo ensino-aprendizagem. E conscientes do extremo significado e poder da Educação sobre a formação de uma sociedade, Uberlândia investe no ensino de qualidade. Na década de 90, nossa cidade era cadastrada junto a COORDE e estava inserida no Plano Decenal de Educação, vista como cidade que desenvolvia ações inovadoras na área da Educação Especial.

Cabe reiterar o importante processo histórico constitutivo da Educação Especial em nosso município tendo seu início em 1991, com a elaboração do Projeto de Ensino Alternativo – PEA, criado com o objetivo de minimizar as principais barreiras que os estudantes portadores de necessidades especiais encontravam no ensino regular, como carência na assistência individualizada, inadequação de recursos didáticos pedagógicos,

falta de uma equipe especializada e de um trabalho voltado à inserção social e combate à discriminação.

Em 1992, foi implantado o PEA, em cinco escolas urbanas e uma rural, propiciando ao aluno, o preparo e condições de acompanhar o ensino regular e inseri-lo em classes especiais e/ou instituições especializadas. Devido a sua implantação e modificações, o PEA foi regulamentado em 07 de novembro de 1996, por meio da Lei Complementar nº 157, configurando-se como Programa Básico Legal Ensino Alternativo. A partir de então, foi se adequando conforme as necessidades estruturais e funcionais das escolas em decorrência das mudanças políticas.

No ano de 2005, com base nos princípios da inclusão e da educação para todos, a administração municipal no âmbito da SME detectou a necessidade de uma reestruturação formal do Programa Básico Legal Ensino Alternativo, passando a configurar-se sob a coordenação no NADH.

Parte constituinte do CEMEPE, o NADH viabiliza a educação por meio do AEE na rede municipal de ensino às crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. Conforme documentos analisados, em 2007 o NADH atuou em 36 escolas do Ensino Fundamental e 12 da Educação Infantil através do AEE, sendo um total de 1013 alunos atendidos por 192 profissionais.

As unidades escolares que possuem o AEE, recebem o apoio do NADH, por meio de assessoria pedagógica para acompanhamento dos alunos com deficiência, bem como orientações aos profissionais referentes às práticas pedagógicas.

E para oferecer um atendimento ainda melhor às crianças e jovens com deficiências múltiplas e severas, em março de 2007, a Prefeitura de Uberlândia entregou à população as obras de reforma e ampliação do Campus Municipal de Educação Especial, que é um espaço público e funciona como extensão do NADH. A maior parte de sua clientela não freqüentava escolas e recebe atualmente, atendimentos individuais, como sessões de fisioterapia, arteterapia, equoterapia e oficinas de psicomotricidade.

Sob a análise da re/construção histórica, da Educação Especial em Uberlândia, é notório que o processo de inclusão educacional abrange toda uma gama de recursos para atender às diversas necessidades da clientela da escola regular. E este atendimento não deve ser baseado somente na boa vontade daqueles que estão à frente das instituições de ensino. Conforme se evidenciou o NADH, perseguindo o ideal de uma escola inclusiva, busca oferecer apoio, formação e preparação aos profissionais da educação, para que as

práticas de atendimentos educacionais especializados sejam desenvolvidas possibilitando as habilidades e compreensão das bases do ensinar e do aprender.

O AEE é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos e devem ter como base em sua formação inicial e continuada a apropriação do caráter interativo e interdisciplinar da atuação em salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de AEE, para a oferta de serviços e recursos de educação especial.

Segundo o MEC/SEESP, esta formação de contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando a acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

A referida preocupação contempla o imprescindível preparo e competência profissional dos professores, capacitando-os para a elaboração de projetos, adaptações curriculares, adequações no sistema avaliativo, apoio psicopedagógico e na elaboração e utilização de novas metodologias que atendam às necessidades educacionais diversas. Contudo, cabe aos sistemas de ensino preparar seus profissionais para atuarem na inclusão educacional, acompanhando todo processo construtivo do ser humano e não apenas se restringir ao espaço físico, arquitetônico que o cerca, mas a acessibilidade em toda sua abrangência.

No intuito de desenvolver um ambiente e formar profissionais especializados, como também capacitar os professores das escolas comuns, para que possam se orientar, efetivar, elaborar, acompanhar planos de ação educativos e especializados dentro de um contexto curricular, observando as diferenças individuais e coletivas dos alunos, contribuindo para a efetivação do processo ensino-aprendizagem e educação para todos, no CEMEPE, subordinado a SME/PMU, o NADH instalou-se como núcleo de apoio humano, técnico, administrativo e de pesquisa, elegeu em um primeiro momento, as seguintes frentes de ação que atuam de forma harmônica e complementar: diagnóstico; pesquisa e avaliação; formação-assessoria/AEE; parceria; projetos e verbas.

Para legitimar essas frentes, o NADH, coordena, desde sua instalação em 2005, diversas ações que contribuem para a efetivação da LDBEN (art. 58 e seguintes), que garantem que:

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (art. 59, § 2º).

Mediante criteriosos estudos frente a documentos legais, constata-se que o AEE, em toda sua abrangência nacional, bem como em nosso município, trata-se de um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimina as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vista à autonomia e independência na escola e fora dela. Ele apóia o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades, disponibilizando o ensino de linguagem e de códigos específicos de comunicação e sinalização, oferecendo tecnologia assistiva (T. A.), adequando e produzindo materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos e também, oportunizando o enriquecimento curricular (para alunos com altas habilidades).

É necessário salientar que, embora constitua oferta obrigatória dos sistemas de ensino, participar do AEE é uma decisão do aluno e/ou de seus pais/responsáveis.

Sobretudo, é essencial destacar que este atendimento se articula com a proposta da escola comum, embora suas atividades sejam diversificadas, devem ser concomitantes às realizadas em salas de aula de ensino comum. O AEE é preferencialmente realizado no período extra turno ao da classe comum freqüentada pelo aluno, em sua própria escola, ou se esta não oferecê-lo, poderá acontecer em outra escola próxima ou em um centro especializado.

Como já mencionado, o AEE é oferecido em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e do Ensino Superior. Sendo que na Educação Infantil se expressa por meio de serviços de intervenção precoce, que objetiva otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem, em interface com os serviços de saúde e assistência social. Ele também está presente como serviço da Educação Especial na educação indígena, do campo e quilombola e nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças sócio-culturais desses grupos.

Todo esse atendimento especializado pode ser realizado nas escolas comuns, com as salas de recursos multifuncionais, no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento à Deficiência Visual (CAP), ou ainda em Centros Especializados. As salas de recursos multifuncionais são espaços organizados, preferencialmente em escolas de ensino regular, equipadas com recursos técnicos, materiais e/ou tecnológicos para a complementação da

escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, individualmente ou em pequenos grupos, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum.

Conforme foi evidenciado em pesquisas, para que ocorra o AEE, em escolas de ensino comum é necessária uma quantidade mínima de oito alunos, com necessidades especiais. Estes passarão por um processo de triagem através de uma seqüência entre observação, ficha queixa e encaminhamento. A escola por sua vez, necessita incluir o AEE em seu Projeto Político Pedagógico, em seu Plano Curricular e também no Regimento. Após toda documentação e instrumentalização aprovada, o AEE instalar-se-á na escola com uma equipe de multiprofissionais, entre eles, pedagogos, professores especializados, professores de Braille, psicomotricistas, arte terapeutas, instrutores e intérpretes. Toda essa equipe sob a coordenação e orientação da coordenação geral, da inspeção e coordenação de roteiros, constituintes no NADH.

Evidencia-se mediante todo trabalho desenvolvido pelo NADH, através do AEE e seus recursos, bem como sua estrutura física e funcional, objetivando a acessibilidade em toda sua amplitude, a indubitável preocupação em preparar/capacitar seus profissionais em sua efetiva e responsável atuação. Essa preparação deve ser voltada aos conhecimentos específicos no ensino de LIBRAS, sistema de BRAILLE, SOROBAN (instrumento para auxiliar na resolução de cálculos matemáticos, na Educação Especial), orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma, desenvolvimento de processos mentais, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, entre outras.

Frente a todo esse processo evolutivo da educação brasileira mediante a inclusão escolar, os profissionais da educação “[...] precisarão não apenas por em questão e reinventar práticas pedagógicas, como também reinventar suas relações profissionais com os colegas e a organização do trabalho no interior de sua escola”. (PERRENOUD, 2002)

Na visão do autor, a escola tem que se tornar espaço transformador, sendo necessária sua reconstrução coletiva e progressiva. Com a participação dos atores que dela fazem parte, através de concepção e dispositivos suscetíveis para a solução dos problemas advindos do tradicionalismo, que se contrapõem à proposta inclusivista.

Conclui-se, portanto, que cabe a todos os profissionais da escola, a criação de um espaço coletivo para levantamento, discussão e análise dos problemas de aprendizagem dos alunos advindos ou não das diversidades (sejam elas físicas, culturais e/ou sociais), bem como a elaboração conjunta de planejamentos a partir de avaliações diagnósticas e de

metas estabelecidas. Dessa forma será possível implementar ações variadas de acompanhamento dos alunos em suas necessidades de aprendizagem, bem como investir em políticas de formação e aperfeiçoamento dos próprios educadores que enfrentam dificuldades em sua prática. O professor não pode se limitar a práticas solitárias, sem parcerias, para compartilhar com êxitos, dúvidas e conflitos, pois também precisa de acompanhamento. Implica-se também, a ação de pais e familiares e dos órgãos governamentais, um esforço comum na remoção de barreiras atitudinais, como medo e o preconceito, colaborando para que assim a inclusão se torne realidade e que todos os indivíduos tenham oportunidades de se chegar lá

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Eduardo. Educação Especial. **Inclusão:** Revista da educação especial/Secretaria de Educação Especial. Brasília, v.1, n.1, (Out 2005), p.56.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Lei N°. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei N°. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre a Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1.990.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Educação Especial no Brasil:Série Inst. 2/MEC/SEESP.** Brasília: a secretaria, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Educação Inclusiva: o município. Brasília: MEC/SEESP, 2004<sup>a</sup> v.2.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Aspectos legais e orientação pedagógica.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial.** Curitiba: Ibpex, 2006.

GODOI, A. M. Trabalho escolar com crianças portadoras de paralisia cerebral. In: GODOI, A. M. **Paralisia Cerebral:** Aspectos práticos. 2ª Edição. São Paulo S/A.

LIMA, Márcia Helena de. **Saberes e sabores da produção científica**. Uberlândia: Estrela Cadente, 2006.

Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Art. 59 § 2º.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MONTOAN, M. T. E. et al. **Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon/SENAC, 1997.

MONTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como se faz? São Paulo: Moderna, 2003.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo** – educação inclusiva entendendo esse desafio. 2ª Edição. Curitiba: IBPEX, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. trad. Cláudia Schilling e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.



# **O ENSINO RELIGIOSO E A INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS**

Silvio Aparecido Ferreira<sup>1</sup>  
Joenildo Fonseca Leite

## **RESUMO**

Este artigo tem como proposta referendar o valor da prevenção às drogas no contexto familiar e no ensino religioso, demonstrando que a preparação de pais e educadores é fundamental, sendo a base primária à prevenção. Na conscientização dos filhos e alunos é que se estabelece a auto-prevenção, pois, com a conscientização é que se estabelece a capacidade de se posicionar ante ao assédio de traficantes ou à atração que as drogas tentam exercer. Filhos e alunos conscientizados, são filhos e alunos prevenidos. Cientes de que a prevenção é muito mais eficaz que o tratamento.

**PALAVRAS CHAVE:** Prevenção às drogas; ensino religioso e integração família; escola e sociedade.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Especialização em I Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião: Educação/ Ensino Religioso da INIPAC/IFM.  
Orientador Professor do I Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião: Educação/Ensino Religioso da UNIPAC/IFM. Bacharel em Teologia pela FACETEN, especialista em Ciência da Religião pela FACETEN e Pedagogo pela FALBE. Teólogo, Pedagogo e Psicanalista Clínico.

## **PRECONCEITO RACIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA ESCOLA**

**Simone Luiza da Silva**  
**moninha\_udi@hotmail.com**  
**Gizelda Simonini**  
**UNIPAC/IEFOM**

A proposta deste trabalho deve-se a uma preocupação com o preconceito racial na escola. O preconceito cria uma ação perversa que desencadeia estímulos dolorosos e retira do indivíduo ou da criança toda a possibilidade de reconhecimento e mérito, levando a utilizar meios defensivos de diversas formas, contra sua identidade ou pensamento que venham ocultar sua personalidade. O objetivo é refletir na perspectiva de que a discussão sobre as relações raciais na sociedade brasileira não pode ficar restrita a população negra, mas é de responsabilidade de todos cidadãos, e principalmente, dos docentes da Educação Básica. Garantir ao negro o seu espaço na educação, bem como na sociedade, mostrando que a educação é um direito humano, e um fator fundamental para quebrar o ciclo da pobreza, promovendo a inclusão social. O racismo brasileiro não é uma decorrência inevitável da escravidão, os efeitos do racismo, onde quer que exista, são os mesmos para as vítimas deste ato. O curso de formação docente vem contribuir para que os mesmos possam enfrentar e desestabilizar o racismo na educação. O despreparo dos profissionais da educação constitui em um dos grandes insufladores das práticas de discriminação e violência no interior das escolas, sejam públicas ou particulares, torna propícia à presença do racismo e seus derivados no cotidiano escolar. A metodologia utilizada neste trabalho teve dois momentos, sendo o primeiro, realizado por pesquisa teórica, com fundamentação na análise de livros, artigos, textos, Internet, autores direcionados ao tema: (CAVALLEIRO), (FREIRE), (NILMA), entre outros. E uma pesquisa de campo com análise de entrevista com docentes atuantes do Ensino Fundamental, em Uberlândia-MG.

**Palavras-chave:** Preconceito Racial, Discriminação, Educação e Formação Docente.

## AS DROGAS E A ESCOLA

Autora: Vera Lúcia Pereira Barros Amaral  
Co-autora: Gizelda Simonini  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC  
E-mail: [veraamaralunipac@hotmail.com](mailto:veraamaralunipac@hotmail.com)

Diante do uso ilícito das drogas, uma das melhores maneiras de prevenir é assegurando-se de que a população esteja bem informada sobre o assunto; a nossa maior preocupação é de como conseguir que as pessoas, os grupos e as comunidades adotem comportamentos saudáveis no que se refere ao hábito de consumir drogas, em virtude dos problemas sociais que as mesmas estão causando. As drogas que interessam, nesse tema, são quaisquer substâncias químicas, sólidas, líquidas ou gasosas, que alteram o estado de consciência do indivíduo. O objetivo desta pesquisa científica é conhecer quais os fatores que levam os jovens a buscar saídas nas drogas; conhecer mais a fundo sobre esse assunto será feito através da leitura e pesquisa de campo em algumas escolas que vamos verificar quais projetos a escola utiliza para trabalhar a conscientização com os jovens da comunidade. A prevenção implica em transformações da família e da escola para uma melhoria da qualidade de vida no que diz respeito aos aspectos sociais e de conhecimento; o papel da escola neste sentido é utilizar o tempo livre das crianças e dos jovens e trabalhar projetos de prevenção e conscientização, mostrando a realidade do que acontece, de fato, com quem as consome, com o objetivo de criar uma maturidade, mostrando outras possibilidades positivas para o seu crescimento pessoal; a base da informação é a escola, cabe a ela o papel de conscientizar; o foco principal da prevenção é trabalhar o social, os valores, o conceito de família, é levar aos jovens informações que os façam entender a necessidade da intervenção escolar e comunitária para melhor qualidade de vida com saúde e motivação.

Palavras – chave: prevenção, educação e ação.

## **TRABALHO EM EQUIPE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR**

Ana Claudia de Oliveira Freitas  
UNIPAC / IFM

A apresentação do mini-curso justifica-se pela necessidade de discussão sobre o tema Trabalho em Equipe. Vivemos em um turbulento meio capitalista, onde há predomínio de valores em capital. Os sentimentos são deixados de ser vividos e o ser humano se sente apenas como um indivíduo numerado (no trabalho, em casa, no supermercado...). Trabalhos acadêmicos podem e devem ser estimulados pelas instituições de educação superior, como por exemplo, a realização da VII Semana Pedagógica para graduandos da área educacional da Universidade Presidente Antônio Carlos – Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia – Este tem por finalidade estimular nos participantes uma reflexão sobre o conceito de trabalho em equipe de forma teórica, com a finalidade dos mesmos compreender o quanto o professor (sujeito) pode construir ao aplicá-lo em sua práxis. A identidade hoje pode ser construída por meio do trabalho em equipe, o qual consiste na aplicação das forças mentais ou físicas na execução de uma obra por um grupo de pessoas que participam de propósitos comuns em busca de resultados que atendam a necessidade de todos. Na vertente do trabalho em equipe podemos ressaltar que é importante ganhar com o outro, construir com o outro, educar e não explorar, apoiar, fortalecer e não dominar, e é necessário um líder par motivar. Lidar com si e com o outro é complexo com tanta individualidade. O meio educacional assim como outros meios profissionais pede por sujeito de extrema competência e habilidade. É importante destacar o emprego de princípios tais como ser paciente, gentil, humilde, compromissado, altruísta, disciplinado e sobre tudo saber perdoar. A compreensão destes pode advir do conhecimento sistematizado e o sucesso acontece quando o sujeito possui sabedoria para aplicá-lo de forma adequada em sua práxis.

**Palavras- Chave:** Trabalho em equipe – construção - identidade

## **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR: IMPLICAÇÕES NA REALIDADE**

Eleodora Leonardi

Toda profissão afirma uma identidade e esta, por sua vez, "não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço em construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mesma dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor" (Nóvoa, 1996). A partir dessas idéias o autor nos propõe uma reflexão crítica acerca dos aspectos que constroem a identidade do profissional professor (a). Nesse sentido, qual a nossa concepção sobre a identidade do (a) professor (a)? Historicamente como nos identificamos? Há uma separação ou uma fusão entre o pessoal e o profissional? Quais as implicações dessa identificação? Essas e outras questões conseqüentes nos fazem pensar sobre a construção de uma identidade profissional que traduza a profissão docente e suas particularidades. Portanto, é necessário compreender as diferentes faces da construção da identidade do professor e dessa forma construir novas práticas capazes de qualificar a atuação docente na realidade vivenciada.

**Palavras - chave:** Construção da Identidade Profissional; Profissão Docente; Práticas Educativas.

## **RELAÇÕES INTERPESSOAIS E AUTOESTIMA: A sala de aula como um espaço de crescimento integral**

Fabíola Lopes S. Olímpio  
Aparecida Maria Fonseca

Este minicurso pretende trazer reflexões – experienciais e teóricas - sobre a autoestima docente nos dias atuais, centrando na importância da mesma para a satisfação profissional do professor, considerando a lógica da sociedade contemporânea como um dos elementos que pode levar o professor a ter problemas em sua autoestima. Procura também mostrar a relação que existe entre autoestima docente e discente, bem como o papel do professor na construção saudável da auto-estima dos seus alunos. Apresenta, primeiramente, um conceito básico para “relações interpessoais” que abriga um conjunto de procedimentos que facilita a comunicação e as linguagens, estabelece laços sólidos nas relações humanas. Em um segundo momento, traz as reflexões teóricas que apresenta um breve resgate das conceituações de autoestima, acende reflexões acerca da autoestima docente, e, faz um paralelo entre a autoestima docente e a autoestima discente, analisando o papel do professor. É sabido que o tema em foco também ocupa discussões dos gestores escolares, pais, psicólogos e população em geral. Conhecemos escolas das redes particulares, municipais e estaduais de ensino que vêm desenvolvendo projetos para trabalhar a autoestima de educadores, alunos e demais envolvidos no processo pedagógico. Serão promovidos momentos de trocas de experiências e reflexões sobre práticas docentes no decorrer do estudo, também serão apresentadas dinâmicas e atividades práticas que levam a refletir sobre o tema.

**Palavras-chave:** autoestima, relações humanas, processo pedagógico

## MÚSICA NA ESCOLA

Janaína Lima Nóbrega - UFU

Letícia Ramos de Oliveira, Sandra Cristina do Prado - UNIPAC

Nos dias de hoje nota-se a importância da contribuição para o desenvolvimento da criança, a utilização da música em sala de aula. A música é uma atividade capaz de desenvolver competências necessárias para a aprendizagem escolar, como concentração, disciplina, criatividade e capacidade para trabalhar em equipe, portanto é preciso associar e complementar a música na aprendizagem. É nas escolas que as crianças aprimoram sua desenvoltura, constroem os seus conhecimentos para se tornarem cidadãos críticos e participativos, portanto a escola é um ambiente apropriado para utilizar a música como conteúdo do currículo escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são norteadores da educação, destacam que a música sempre esteve associada às culturas de cada época, através de brincadeiras, jogos, danças e atividades diversas de movimento. Diante dessa realidade foi alterada a lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, conforme a lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Neste contexto, observa-se a necessidade de trazer essa temática desse minicurso como contribuição aos participantes com exemplos de metodologias e recursos didáticos a serem trabalhados nas salas de aula das escolas, já que a música deve ser trabalhada de forma divertida, prazerosa, interativa e dinâmica, mas com objetivos e planejamentos específicos.

**Palavras-chave:** Música, Escola e Aprendizagem.

## **JOVENS NO MEIO RURAL: CONCEPÇÕES SOBRE A ESCOLA NOTURNA**

Leonardo Donizette de Deus Menezes – UFU

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior - UFU

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada na Escola Estadual Artur Bernardes, localizada no meio rural do município de Araguari, MG, onde buscamos compreender as concepções sobre a escola e a importância do estudo para os estudantes do turno noturno. Por meio de um questionário traçamos o perfil dos alunos e analisamos o significado do estudo para sua vida, na sua casa, com seus amigos, assim como no seu lazer. Optamos pela abordagem qualitativa por pretendermos abordar o objeto de pesquisa sob o prisma da complexidade e multiplicidade. Conclui-se que o espaço escolar é multicultural. São diferentes culturas, diferentes necessidades, dificuldades e possibilidades que compõem o cenário dessa escola. Pelos resultados apresentados entendemos que há confiança e expectativas dos estudantes na escola, sendo que uma de suas principais necessidades e preocupações se referem à questão do trabalho. Podemos deduzir também que a escola é um espaço privilegiado de socialização, cultura e lazer. Por isso, a importância da escola promover eventos culturais e artísticos. Cabe a esta, se preocupar mais com a consciência política do corpo discente já que este vem sofrendo ameaças e parece não dispor da mobilização e organização necessária para defenderem suas necessidades no âmbito político. Pensar em um projeto pedagógico que tenha a pretensão de atender os jovens que estudam em escolas noturnas no meio rural requer perceber esse aluno não apenas como um trabalhador. Esse jovem estudante exige muito mais, precisa decidir por si mesmo o destino de sua vida, reivindica o direito à individualidade, à provisoriabilidade, à reversibilidade das escolhas, enfim o direito de mudar e dirigir sua existência.

**Palavras – Chave:** Jovens estudantes, ensino noturno, importância da escola



# JOVENS NO MEIO RURAL: CONCEPÇÕES SOBRE A ESCOLA NOTURNA

Leonardo Donizette de Deus Menezes - UFU<sup>1</sup>  
Astrogildo Fernandes da Silva Júnior - UFU<sup>2</sup>

## Introdução

Nesta primeira década de século XXI vivenciamos na educação os fenômenos crescentes da migração e o da universalização da escolarização. O processo corrente de migração com a obrigatoriedade do ensino em nível fundamental favorece a constituição de escolas como espaços multiculturais. Silva Júnior e Menezes (2008) detectam que o meio rural é atravessado por diferentes posições do sujeito e diferentes identidades. Isso implica compreendê-las no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos frente à estrutura.

Coadunamos com Dayrell (1996) ao afirmar que a escola, como espaço sócio-cultural deve ser entendida em sua dupla dimensão. Por um lado, institucionalmente, ordenada por um conjunto de regras e normas que tem como finalidade unificar e delimitar a ação dos sujeitos. Por outro lado, cotidianamente caracterizada por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, para proporcionar ambientes que levem formas de melhorar as condições de vida dos estudantes é necessário conhecer e considerar as suas dimensões culturais, além de perceber como se relacionam e o que pode mudar. Portanto, a escolarização, segundo Candau (2008), torna-se um espaço de crítica e produção cultural.

Neste texto temos como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa, que teve como intuito conhecer o perfil e as concepções sobre escolas dos jovens estudantes do meio rural, do turno noturno. A investigação foi realizada, no ano de 2008, na Escola Estadual Artur Bernardes, localizada no Distrito de Amanhece, município de Araguari, MG. Ano, em que o noturno da escola esteve ameaçado pela política de redução de custos que ultimamente tem levado à fusão ou fechamento de turmas, provocando a incerteza quanto ao atendimento à comunidade estudantil trabalhadora do distrito e região. Portanto, acreditamos na necessidade de conhecer quem é esse aluno e o que a

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Bolsista FAPEMIG. Grupo de Pesquisa “Docência e Formação para o ensino de Ciências e Matemática – UFU”; e-mail: [leodedeus7@hotmail.com](mailto:leodedeus7@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Bolsista CAPES. [Silvajunioraf@yahoo.com.br](mailto:Silvajunioraf@yahoo.com.br).

escola lhe representa. Afinal, qual o sentido da escola para esse estudante? Qual o ambiente de ensino que prefere? Utilizamos como referenciais teóricos, de acordo com a delimitação de nossos objetivos, Dayrell (1996), Carneiro (2005), dentre outros.

Privilegiamos, neste estudo, a abordagem qualitativa por possibilitar abordarmos nosso objeto de pesquisa sob o prisma da complexidade e multiplicidade. No entanto, faremos uso de dados quantitativos para darmos ao leitor o caráter subjetivo e permitir-lhes fazer suas próprias considerações. A pesquisa qualitativa, segundo Gonzáles Rey (2002), remete à produção do conhecimento por parte do pesquisador que não se preocupa, unicamente, em acumular dados, nem muito menos em provar ou verificar, mas essencialmente construir. O pesquisador e os sujeitos da pesquisa são vistos como produtores do conhecimento, protagonistas principais no cenário investigado.

Funcionavam, na escola investigada, no ano de 2008, cinco turmas no turno noturno, sendo duas turmas do Ensino Fundamental, oitavo e nono ano<sup>3</sup>, e três do Ensino Médio, primeiro, segundo e terceiro ano. Para a coleta de dados, utilizamos como metodologia o questionário. Depois de realizada a avaliação preliminar do questionário e servido das contribuições necessárias, o aplicamos a 39 alunos, dos 67 matriculados e freqüentes. Não participaram os estudantes da primeira série do Ensino Médio. Na ocasião do período de aplicação do questionário, encontravam-se em semana de avaliações bimestrais, além do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE, fazendo uma prova de cada disciplina diariamente.

O questionário foi estruturado em três partes. A primeira tratou de informações gerais sobre os seguintes aspectos: nome, idade, etnia, religião, local de nascimento, local de residência, situação civil, situação em termos de mercado de trabalho, condições de vida familiar, sobre a participação em movimentos sociais, que tipo de informação preferem e quais as atividades de lazer no tempo livre. Na segunda parte, constituída de questões abertas, nosso objetivo foi proporcionar aos alunos, reflexões acerca de seu histórico escolar. Solicitamos que respondessem a questões como: com que idade começou os estudos, se já parou de estudar, se já foi reprovado, o que fez retornar os estudos e que importância atribuem na vida, na casa, com os amigos, no trabalho, no lazer. A terceira parte do questionário, constituída de questões fechadas,

---

<sup>3</sup> Conforme Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental obrigatório passa de 8 para 9 anos, devendo todo o País, conforme Art. 5º implementar a Lei até 2010. Para garantir uma nomenclatura comum às múltiplas possibilidades de organização desse nível de ensino sugere que seja dividido em Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano). Maiores informações consultar: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 09/04/2009.

nas quais possibilitava a escolha de mais de uma alternativa, teve como intuito de conhecer e registrar o ambiente de ensino preferido pelos alunos. Compunham as questões: quais as técnicas consideram mais importante para seu ambiente de ensino, que tipo de professor mais gostam, que tipo de professor não gostam, que tipo de avaliação preferem e, por fim, quanto a forma de trabalhar o conteúdo. Nesse texto contemplaremos apenas as duas primeiras partes.

### **Traçando o perfil dos colaboradores**

Conforme os resultados, constatamos que (32) estudantes do turno noturno, sujeitos desta pesquisa têm entre 14 a 29 anos, podendo, portanto, a maioria serem considerados jovens. De acordo com o Projovem<sup>4</sup> e com a Secretaria Nacional de Juventude, o grupo de idade que corresponde de 15 a 29 anos é o que vem se tornando convenção, no Brasil, para a abordagem demográfica sobre juventude. É a faixa etária que se relaciona ao arco de tempo em que, de modo geral, ocorre o processo relacionado com a “transição” para a vida adulta. É oportuno afirmar que os estudos sobre juventude e as políticas públicas concebem que os jovens têm de ser considerados como sujeitos de direitos.

Entendemos que o conceito de juventude não pode ser encerrado em esquemas modulares que tendem a homogeneização. A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades de ser jovem. Dessa forma compreendemos que os jovens do meio rural brasileiro possuem especificidades, conforme se observa nos dados a seguir.

Dos colaboradores de nossa investigação, o número de mulheres (26), superam em dobro o número de homens (13). Podemos dizer que o corpo discente era predominantemente rural, tendo em vista que (30) dos alunos investigados, residiam em fazendas que variam a distância entre um a quarenta quilômetros da escola. A grande maioria, (30) são nascidos em diferentes regiões do estado de Minas Gerais e (09) provenientes de outras unidades federativas, sendo estas: São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Paraná, Goiás, Distrito Federal, Pernambuco e Alagoas.

---

<sup>4</sup> em 2005, o governo federal lançou a Política Nacional de Juventude, que compreendeu, além da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem. Maiores informações acesse: [www.projovemurbano.gov.br/site/](http://www.projovemurbano.gov.br/site/). Acessado em 19/04/2009.

Pelas naturalidades dos estudantes podemos constatar que são diferentes culturas (étnicas, raciais, regionais, religiosas, etárias, sexuais, de gênero e de classe social), entendendo que há diferentes necessidades, dificuldades e possibilidades compondo o cenário dessa escola.

Quanto ao estado civil, (27) eram solteiros, (04) casados, (07) amasiados e apenas (01) separado. Conforme Carneiro (2005), os jovens do campo trabalham para sobreviver por volta dos 15 anos e às vezes, pouco tempo depois, assumem o papel de chefe de família, casa-se e tem filhos. Dos participantes (12) têm filhos, que ao todo, somavam (21). Quanto à religiosidade quase que a totalidade praticava o catolicismo (36). Já a etnia, ficou caracterizada por pardos (18), os que se declararam brancos (13), negros (06) e os que não sabiam dizer (02).

A análise dos dados nos possibilita afirmar que a escola investigada é um espaço multicultural. No caso específico da E. E. Artur Bernardes podemos asseverar que a migração é um fenômeno que caracteriza o ambiente escolar. Os cafezais, a horticultura (tomates, vagem, abóboras, etc.), nos períodos de auto-safra demandam constantemente de mão de obra, muitas vezes temporárias e cíclicas. A região também conta com diversas granjas.

O interesse dos pesquisadores brasileiros sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente e ainda bastante limitado. Segundo Carneiro (2005), as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro de equipe de trabalho familiar, ou como trabalhador fora do estabelecimento familiar, completando a renda da família com salários baixos. De acordo com a autora:

Vistas dessa maneira desde a ótica do trabalho, a “juventude rural” – categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea – permanece na invisibilidade quanto a sua participação nas demais esferas da vida social, dificultando, assim, a compreensão de sua complexa inserção num mundo culturalmente globalizado (CARNEIRO, 2005, p. 244).

Compartilhamos com a autora da necessidade e importância de perceber e conhecer o rural no contexto no qual se encontra. Respeitadas as suas especificidades e os casos particulares, as fronteiras que antes delimitavam o precário do campo com o do conforto do urbano, o homem da roça e o homem da cidade, o ignorante dos civilizados, etc, já se encontram num processo considerável de desconstrução e, portanto, não faz mais sentido.

Assim sendo, continuamos a apresentar os estudantes rurais analisando as condições de vida familiar e a sua situação em termos de mercado de trabalho: Quase a metade (19) vivia em casas próprias regulares, enquanto que (01) vivia em casa própria irregular. Outros (12) viviam em casa alugada, (06) em casa cedida por outrem e, (01) em abrigo. (37) declararam disponibilizar de rede elétrica; a maior parte dispunha do benefício de ter água tratada (17), número este, que se repetiu também, aos que tem suas ruas asfaltadas. Apenas (03) possuía rede de esgoto.

Quanto à inserção no mundo do trabalho os colaboradores afirmaram trabalhar em diversas ocupações, cujas atividades, não dependiam de uma formação educacional formal, escolarizada, mas aprendidas por meio da prática, desde cedo, ou de cursos de curta duração e/ou treinamento. Os dados revelaram que apenas (07) estavam regulamentados pela lei, enquanto que (10) encontravam-se empregados sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada e (11) estavam desempregados e realizavam atividades informais. As condições concretas de vida dos estudantes expressam o modo como às relações se dão na sociedade capitalista excludente.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, estabelecido pela Organização das Nações Unidas - ONU esses estudantes podem ser considerados como sendo de classe média-baixa. Juntamente com os membros da família trabalhavam nas atividades agrícolas e/ou desenvolviam atividades informais para a garantia do sustento familiar. Culturalmente, os alunos tinham dificuldades de acesso aos meios de comunicação escrita, como jornais e revistas, o que dificultava o hábito da leitura e, conseqüentemente, da escrita.

A investigação nos permitiu afirmar que na região, são múltiplas as formas de inserção produtiva e ocupacional dos jovens colaboradores. Esta característica é chamada de pluriatividade. Schneider e Radomsky (2003) definem como pluriativas as unidades familiares em que os membros que residem nesses domicílios combinam a ocupação agrícola com outras atividades não agrícolas. De acordo com os autores,

A pluriatividade refere-se a um fenômeno de grande relevância para manutenção e geração de novas oportunidades de ocupação no meio rural, as atividades agrícolas caminham na direção inversa, pois são desempregadoras de mão-de-obra e, por isso, contribuem como causa principal a expulsão da população do meio rural da região não-metropolitana (SCHNEIDER, RADOMSKY, 2003, p.14).

Na região, existiam pequenos estabelecimentos formais e informais com diversos tipos de atividades não-agrícolas, que também empregam moradores locais

rurais, como no posto de gasolina, restaurante, fábrica de doces, artesanato, supermercados, salão de beleza, diaristas. Muitos prestavam serviços no transporte escolar, além de funcionários públicos da educação, da saúde e “rancheiros”. O crescimento recente das ocupações não-agrícolas e da pluriatividade das famílias rurais pode ser entendido como consequência do processo de modernização agrícola, que tem características excludentes. As atividades não-agrícolas representam uma chance de sobrevivência, em geral, precária para produtores sem acesso à tecnologia, com terra insuficiente e crédito escasso.

Quando interrogados sobre as atividades sócio culturais e políticas que participavam e que representavam seus interesses e preferências pessoais dois itens se destacaram: um de âmbito religioso (14), representado pelos costumes locais (catecismo, crisma e as tradicionais festividades religiosas, terços, etc.), e outro voltado a atividades artísticas, culturais e artesanato (13). Um número considerável declararam não participarem de atividades sociopolíticas e culturais (09). No âmbito político poucos demonstraram interesses: apenas (03) declararam participar em movimentos de moradores e (05) de movimentos político-partidários. Segundo Costa (2005), esses lugares de inserções sociais são também lugares de interações sociais e influenciam os interesses e as necessidades do grupo. É preciso acompanhar se haverá um aumento de interesse no campo político ante as ameaças de fechamento do noturno que a comunidade vem sofrendo nos últimos três anos.

Vivemos num período em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vem se tornando cada vez mais acessíveis a classe média-baixa. Com isso, buscamos investigar os quatro tipos de informações que mais desperta o interesse dos estudantes rurais do turno noturno. Em primeiro lugar foram as notícias locais (22), seguido de assuntos relacionados a emprego (20); as de esportes vem em terceiro(19) e por fim, empatados, informática e notícias referente a cultura, lazer e literatura (15).

O maior interesse pelas notícias locais pode se justificar pelo grande ciclo de amizades ou de conhecidos, cultivados pela população rural. Outro dado que retomará as nossas discussões, na próxima parte, é a preocupação com o emprego. Podemos interpretar esses dados como um alto grau de insatisfação dos alunos pelas atividades nas quais executam. Sejam pelas condições pouco ou nada favoráveis de trabalho, ou pelos períodos cíclicos que ficam desempregos. Percebemos que gostam de esportes e que se interessam pelas tecnologias.

Vimos que os estudantes do meio rural buscam estudar no noturno por exercerem atividades profissionais desde a menor idade e muitas vezes desprovidos dos direitos trabalhistas. Com o intuito de aprofundar o conhecimento acerca dos jovens estudantes do período noturno da “escola no meio rural”<sup>5</sup> investigada orientamos a marcarem até cinco atividades de lazer que realizavam em seu tempo livre. Os dados revelaram que as atividades de lazer centravam de forma equilibrada entre entretenimento individualizado: (36) assistir televisão, (29) ouvir músicas, leitura (15) e, atividades que contemplam maior socialização: encontrar com os amigos (30) e assistir a shows (19). Os jogos apareceram em um terço das alternativas mais comuns de lazer (13), enquanto que apenas (01) revela tocar instrumentos musicais como forma de lazer.

Os dados revelaram que no atual contexto sócio, econômico e cultural, as fronteiras entre o rural e o urbano diminuem, e, cada vez mais, diferentes universos culturais se interpenetram. O rural como sinônimo de agrícola não existe mais. Emerge aí uma juventude rural que nos mobiliza, e nos desperta o interesse em verificar como esses jovens que se (trans)formam em meio às suas experiências e complexidades, atribuem sentido à educação escolar.

### **O significado da escola para os sujeitos da investigação**

A análise dos questionários, respondidos pelos sujeitos da nossa investigação, nos possibilitou entender a escola como um espaço sócio-cultural. De acordo com Dayrell (1996) isso significa compreendê-la na ótica da cultura, ou seja, sob um olhar mais denso, que considera a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, estudantes e professores, seres humanos de “carne e osso”, sujeitos sociais e históricos. Refletir sobre a escola, como um espaço sócio-cultural, implica em resgatar os sujeitos da trama social, que a constitui como instituição. Ou seja, o que significa a escola para os sujeitos que nela atuam? Para respondermos a esta questão apresentaremos as respostas em categorias: a importância do estudo na sua vida, na sua casa, com seus amigos, no seu lazer. Ao depararmos com uma diversidade de respostas, comprovamos mais uma vez, a pluralidade que caracteriza o ambiente escolar rural.

---

<sup>5</sup> Mesmo a escola tendo todas as especificidades rurais descritas, para o governo a escola é considerada urbana. Daí, a pressão que a comunidade de Amanhece e região sofre devido à política de um número elevado de alunos por sala; de merenda insuficiente para alimentação a trabalhadores de serviços pesados e que vão jantar na escola e chegam às suas casas de madrugada, para mais um dia exaustivo de trabalho.

Ao questionarmos sobre a importância dos estudos na vida, a maioria (24) fez associação no âmbito do trabalho. Para estes, ir à escola após uma jornada diária de trabalho significava a oportunidade de ter um bom currículo, garantir sua inserção no mercado de trabalho, alcançar a estabilidade financeira e de terem a condição de ir alcançando empregos sempre melhores. Demonstraram saber da competitividade que terão de enfrentar, pois, de acordo com a própria lógica desse mercado, um determinado nível de escolaridade é um pré-requisito para o exercício de uma determinada profissão. Outras importâncias associadas ao estudo a sua vida se deram no âmbito da auto-realização. De modo geral, esperam que o estudo os ensine a viver melhores; buscam um aprimoramento e enriquecimento pessoal que os permitam “vencer na vida”.

A importância da necessidade profissional como razão para continuar os estudos parece indicar que ser escolarizado na sociedade atual é condição básica para participação autônoma e independente na vida social. Essa condição possibilita a inserção no mercado de trabalho e o acesso aos bens culturais. No que se refere à necessidade pessoal, ao que tudo indica, os alunos consideram que, estudar, amplia seu espaço de socialização, de convivência social, de reconstrução da auto-estima. Segundo Carneiro (2005), a escola não tem importância apenas como um meio facilitador do acesso ao mercado de trabalho é também um espaço onde se faz amigos.

A afirmação acima é comprovada na questão que aborda a dimensão dos estudos em relação aos amigos. Para os colaboradores, a maior preocupação (25) é que os estudos possam manter os vínculos entre os amigos, além de ampliar os seus círculos de amizades. Isto se fez presente em todas as turmas investigadas. Apontaram a importância de estudar para terem algo em comum, onde poderiam compartilhar conhecimentos, aprenderem uns com os outros, descobrirem assuntos interessantes para conversarem.

Quanto às questões relacionadas ao âmbito familiar, os estudantes atribuíram a importância dos estudos como forma de reconhecimento e gratidão aos pais. Os pais se esforçam para os filhos estudarem, por acreditarem na escola como uma possibilidade de vida melhor para os filhos. Percebemos que a consciência disseminada pelo modelo positivista de que pelo estudo os filhos podem se tornarem melhores que os pais, ainda é bem presente no meio rural. Alguns revelaram a vontade de compensar os pais pelos anos de dedicação; outros procuram formas de melhorar o relacionamento com os familiares, enquanto que alguns pensavam em ajudá-los financeiramente. Outra



importância atribuída foi a da preocupação com os filhos, no sentido de ajudar-lhes na educação escolarizada e na sua relação com as tecnologias.

Com relação ao lazer, os estudantes visualizavam a sua prática numa possibilidade futura. Relatos como: “É preciso se esforçar hoje para no futuro brincar um pouco”, “É preciso estudar para ser feliz”, “pelo estudo terei possibilidades de conhecer novos países, lugares ou cidades”, “conhecer outras pessoas”, foram encontrados de maneira significativa nos questionários. Com menos intensidade houve os que pensavam no estudo como uma relação imediata para o lazer.

### **Considerações finais**

Entendemos o rural como uma categoria histórica que se transformou, nos diferentes momentos, como um espaço diverso, plural nos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais. O mundo rural é maior que o mundo agrícola. A migração e a universalização da escolarização, no ensino fundamental, são fenômenos que caracterizam o ambiente escolar. São diferentes culturas, diferentes necessidades, dificuldades e possibilidades que compõem o cenário dessa escola. Faz parte desse espaço escolar a pluralidade cultural: diferenças étnicas, raciais, regionais, religiosas, etárias, sexuais, de gênero e de classe social.

Nesta investigação vimos que os estudantes do meio rural buscam o turno noturno por trabalharem nas lavouras ou em serviços informais, onde para muitos são negados os benefícios da Previdência Social. Pelos resultados apresentados entendemos que há confiança e expectativas dos estudantes na escola, sendo que uma de suas principais necessidades e preocupações se referem à questão do trabalho. Vêm na escola uma possibilidade de garantir sua inserção no mercado de trabalho, alcançar a estabilidade financeira e de terem a condição de ir alcançando empregos sempre melhores. As condições de trabalho no meio rural, além do já exposto, se constituem, muitas vezes, de auto-risco a saúde pelo manejo constante de agrotóxicos sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Além disso, tem os períodos cíclicos em que ficam desempregados.

Podemos deduzir também que a escola é um espaço privilegiado de socialização, cultura e lazer de que os estudantes dispõem. Por isso a importância da escola em promover eventos culturais e artísticos. Cabe a esta, se preocupar mais com a consciência política do corpo discente já que este vem sofrendo ameaças e parece não

ter a mobilização e organização necessária para defenderem suas necessidades no âmbito político. Percebemos a necessidade de um trabalho junto à comunidade estudantil proporcionando-lhes o conhecimento de seus direitos e deveres, evitando a vulnerabilidade de ações que desconheçam suas realidades, não considerem suas particularidades e acabem dificultando ainda mais, as possibilidades daqueles que buscam superar as dificuldades e mudar sua condição de vida. É preciso garantir a estes estudantes possibilidades para fazerem suas próprias escolhas.

Dessa forma, pensar em um projeto pedagógico que tenha a pretensão de atender os jovens que estudam, acreditam e depositam esperanças em escolas noturnas no meio rural requer perceber esse aluno não apenas como um trabalhador. Pois esse jovem exige muito mais, querem decidir por si mesmos o destino de suas vidas. Reivindicam o direito à individualidade, à provisoriedade, a reversibilidade das escolhas, enfim o direito de mudar e de dirigir sua existência.

A escola pode e deve ser um espaço de formação ampla do aluno, que aprofunde o seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem cada um de nós seres humanos. Acreditamos que os resultados desta investigação possam ser aproveitados em projetos dedicados à melhoria da atuação docente, assim como nos planejamentos das autoridades políticas educacionais em considerar a realidade específica do período noturno em escolas rurais.

### **Referências Bibliográficas**

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W., BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira**. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

COSTA, José Raimundo Lisboa. **Ensino de História na Educação de Adultos: entre o ensinado e o vivido – as dimensões da consciência histórica**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

GONZALEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios.** Trad: Marcel A. F. Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SCHNEIDER, S. E RADOMSKY, G.F.W. **A PLURIATIVIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO RURAL GAÚCHO: estudo de caso no município de Barão.** (A ser publicado no livro da fase III do Projeto Rurbano – no prelo) Julho de 2003. Site <http://www.rurbano.br>. Acesso 25/09/2005.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da, MENEZES, Leonardo Donizette de Deus. Prática pedagógica interdisciplinar em uma escola rural: reflexões sobre o multiculturalismo. In: **9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED – Centro Oeste, 2008, Taguatinga-DF. Educação: Tendências e desafios de um campo em movimento, 2008.**

## A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO

Lirisléia de Paulo

No palco da vida, somos todos artistas. A todo o momento estamos representando nossos papéis de cada dia. Foi pensando no ato de ler, escrever, dramatizar e na importância das histórias contadas enquanto processo de desenvolvimento da criação, do gosto pela leitura e das expressões plásticas, cênicas e musicais que aderi aos pedidos encantadores das crianças para montar este trabalho que venho desenvolvendo ano após ano. As histórias fortalecem a aprendizagem de novos conteúdos, a interação com os pares, análise crítica, desenvolve a memória, adquire-se novos valores sociais, torna o ser humano mais sensível e atento. Elas ajudam o indivíduo na busca das habilidades que se encontram em estado latente no interior de cada um.

**Palavras- chave:** Criança- histórias – aprendizagem – linguagens

## MULTICULTURALISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Sandro Prado Santos**

Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia- ESEBA

[sandrobio@yahoo.com.br](mailto:sandrobio@yahoo.com.br)

**Bill Robson Monteiro Lisboa**

Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

[billrobsonmg@hotmail.com](mailto:billrobsonmg@hotmail.com)

Nenhuma questão tem chamado mais atenção na formação docente, nos tempos em que vivemos, do que questões referentes ao multiculturalismo e a sexualidade. As diferenças culturais, sexuais e sociais que nos constituem são tratadas em sala de aula como intrínsecas às pessoas, naturalizando as contingências que nos constroem. O objetivo deste mini-curso é oportunizar um trabalho reflexivo e participativo que permita ao profissional da Educação perceber as múltiplas facetas da diversidade humana, fomentando uma atuação docente inclusiva que prima respeito às diferenças. O mini-curso será dividido em dois momentos. No primeiro, discutiremos a base teórica que fundamenta a temática e apresentaremos um painel da diversidade cultural e sexual da população brasileira. No segundo momento aprofundaremos a discussão sobre o Multiculturalismo e sexualidade dialogando com os professores para dispormos uma melhor compreensão e ressignificação do trabalho docente.

Palavras- Chave: Multiculturalismo; Diversidade Sexual; Formação docente

## O USO DA TECNOLOGIA NO COTIDIANO ESCOLAR

Prof<sup>ª</sup>. MSc. Solange Barros<sup>1</sup>

**RESUMO:** O tema apresentado mostra o mapeamento da informática educacional no Brasil, através de um levantamento histórico dos programas de formação de professores para o uso de novas tecnologias. Além disso, discute como o uso de recursos de Tecnologia de informação e Comunicação podem contribuir na capacitação dos professores que irão atuar em EAD e como podemos alinhar professores e alunos de diferentes gerações para usar estas tecnologias. Objetiva-se, aqui, discutir estratégias de capacitação de professores, para o uso educacional de novas tecnologias, que privilegiam a construção do conhecimento e enfatizam uma atuação responsável e crítica deste docente na sociedade tecnológica. Este trabalho é fruto dos estudos teóricos e da experiência da autora em EAD e como avaliadora externa junto ao Programa E-TEC Brasil do MEC.

**Palavras-chave:** Novas Tecnologias; Capacitação de Professores; EAD

### 1 INTRODUÇÃO

A certeza de que o mundo vive uma mudança de paradigma, um desconforto de todos, em busca de respostas diante de tantas mudanças, acelera o desenvolvimento tecnológico em todos os setores da sociedade. Atualmente, no cenário nacional brasileiro, podemos notar uma crescente expansão do uso de tecnologia na educação. Quanto mais as novas tecnologias se tornam elementos constantes em nossa cultura, na atividade profissional como nos momentos de lazer, tanto mais elas têm obviamente que ser incorporadas aos processos escolares de aprendizado e ensino.

A entrada de novas tecnologias no ambiente escolar traz uma nova dimensão à práxis educacional. Isso porque a sociedade atual, também chamada de Sociedade da Informação, sofre mudanças radicais nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Neste contexto, o processo educacional tenta fazer uma ponte entre o modelo tradicional das escolas regulares, que passa por transformações, e esse grande avanço da tecnologia.

---

<sup>1</sup> Prof<sup>ª</sup>. Solange Barros – Mestre em Educação, Doutoranda em Educação/UNB, Professora universitária, Consultora de Projetos Pedagógicos, Avaliadora Ad HOC INEP/MEC e Programa E-TEC Brasil/MEC – smsbarros@msn.com

Desta forma, este é o momento de refletir sobre o papel da educação nesta sociedade tecnológica, quando a inserção de novas tecnologias da informação e da comunicação aponta para a responsabilidade do educador em todo esse processo. Então, como pensar em novas tecnologias, cidadania e formação escolar no contexto desta sociedade tecnológica?

A possibilidade de obter informação de diversas fontes instantaneamente, o acesso ao mundo de forma rápida, em tempo real. O fim das fronteiras geográficas, com a possibilidade de se estar em todos os lugares, ao mesmo tempo. A carga de novidades que, ao mesmo tempo em que tira o “ser” de sua cômoda posição de espectador para uma nova posição de agente, desponta nesse “mundo globalizado”. E assim, uma outra questão vem a tona, as diferenças sociais.

Diante das exigências oriundas da sociedade contemporânea, em que a tecnologia adquire importância na vida de pessoas e de empresas, uma nova demanda se estabelece no mercado profissional. Com isso, novas exigências para a escola, que passa a pensar na formação de novos cidadãos, adequados a esta nova realidade. Com a ruptura de barreiras sociais, no que diz respeito ao acesso à educação tanto por questões financeiras, como em termos de localização geográfica, todo esse aparato tecnológico passa a funcionar como instrumentos de democratização da educação nesta sociedade de diferenças. E como inserir este aluno? E como integrar o docente a este novo ambiente da sala de aula? Como alinhar professores e alunos de diferentes gerações para usar estas tecnologias?

E o que o professor, o supervisor educacional, o diretor da escola tem a ver com todo esse assunto? Simples. As pessoas que compõem este cenário, direta ou indiretamente utilizam ou irão utilizar recursos tecnológicos em algum momento dentro do seu próprio processo de aprendizagem. Assim, toda e qualquer referência ao papel do educador na sociedade tecnológica está intrínseca e incondicionalmente ligada ao papel dos profissionais docentes nesta mesma sociedade.

Para tentar responder a esses questionamentos iniciamos um estudo e buscamos compreensão nas experiências vivenciadas nos anos de 2007 e 2008, em instituições de ensino superior e formação técnica, durante avaliações *in loco* como avaliadora Ad HOC do INEP/MEC e como avaliadora convidada para participar do processo de expansão do Programa E-TEC Brasil, também do MEC. Seleccionamos doze instituições de ensino, sendo seis de ensino superior e seis de formação técnica. Ao longo deste texto serão apresentadas as análises feitas em cada uma dessas instituições e o que os professores,

alunos, diretores e equipe técnica falam sobre suas experiências diante desta realidade tecnológica.

Logo após propomos um método de formação para os docentes que começam a se inserir nesta nova realidade em sala de aula. Como inserir o uso das novas tecnologias no cotidiano escolar, sem deixar que o foco principal – o aprender – se perca de vista.

## **2 BREVE HISTÓRICO DA INFORMÁTICA EDUCATIVA NO BRASIL**

No Brasil, a questão da informática relacionada com a educação tem sua história <sup>2</sup>, apesar de ser recente, fortalecida e demonstrada na sua presença, tanto em termos de política pública, como de uma prática pedagógica relacionada ao cotidiano de várias escolas. Em 1979, com a criação da Secretaria Especial de Informática (SEI), vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, implementou-se uma política de informática, com o objetivo de incrementar o uso do computador nas atividades dos setores educacional, agrícola, da saúde e industrial. Essa prioridade política deu início à inserção de novas tecnologias, principalmente o uso de computadores, nos contextos escolares, motivada pela certeza de que a educação seria

O setor mais importante para construção de uma modernidade aceitável e própria, capaz de articular o avanço científico e tecnológico com o patrimônio cultural da sociedade e promover as interações necessárias. (MORAES, 2003).

Porém, somente em 1983, a partir da realização do I e II Seminário Nacional de Informática na Educação, em Brasília (1981) e Salvador (1982), é que tiveram início as ações de informática na educação, por contar com a participação efetiva de profissionais ligados ao processo educacional. Antes mesmo, as escolas já estavam equipadas de vídeos, televisores e antenas parabólicas, simbolizando o rompimento das fronteiras da informação. Todo recurso que tinha como referência principal a democratização da informação e dos meios de comunicação de massa na realidade escolar.

---

<sup>2</sup> Maiores informações em Moraes (2003) e Oliveira (2005).



Surgiu então, a iniciativa de criação de centros-pilotos em cinco universidades brasileiras (UFRJ, UFPE, UNICAMP, UFMG e UFRGS). O objetivo seria o de implementar o trabalho de pesquisa na área, resultante do projeto Educom (Educação com Computadores), que foi a primeira iniciativa concreta de se levar o computador às escolas públicas, significando o ponto de partida para se consolidar uma política de informática voltada para as questões educacionais.

Desde então, várias ações governamentais, como a criação do Comitê Assessor de Informática para Educação de 1º e 2º Grau (Caie/Seps) e o Projeto Formar (1986), o Programa de Ação Imediata em Informática na Educação (1987), o Projeto CIED - Centros de Informática na Educação (1988), o Proninfe – Programa Nacional de Informática Educativa (1989) e o Proinfo – Programa Nacional de Informática na Educação (1997) vêm consolidando uma política de informática na educação pública brasileira.

Assim, com tantos programas e políticas públicas, em 2005 é instituída a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para o ensino superior. O programa foi implantado em 1992, mas só toma corpo a partir do Decreto 5.622 de 19/12/05, com a institucionalização do ensino à distância. Este sistema é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), e conta também com a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas para a oferta de ensino superior à distância. Sua finalidade é expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Além de dar uma dimensão ao ensino superior, fazendo com o que o acesso à educação superior seja mais democrático, também se direcionou investimento às escolas de formação à distância. E ainda, a retomada de um programa de formação profissional para atender uma outra demanda de mercado, com a formação técnica em diversos setores da cadeia econômica, mesmo que a distancia, através do Programa E-TEC Brasil.

### **3 A INSERÇÃO DA INFORMÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR**

No que diz respeito à primeira dimensão da escola, a infra-estrutura, notamos uma grande preocupação na aquisição de equipamentos e softwares, por parte dos dirigentes. Computadores têm sido usados como recursos para ensino/aprendizagem, tanto no Ensino Fundamental quanto Médio e Superior, porém não é suficiente disponibilizar computadores para as escolas. A obtenção de resultados positivos, em termos de

aprendizagem pela utilização da tecnologia digital, é alcançada na medida em que as ações projetadas são integradas à segunda dimensão, o projeto pedagógico da escola. Mas para isso é necessário também pensar na terceira dimensão, o corpo docente e verificar se todo este arsenal de recursos está em concordância com todas as dimensões.

A introdução do computador na escola exige um período de transição para o planejamento e a implementação de estratégias de ação que objetivem a integração do ambiente informático ao projeto pedagógico da escola e a apropriação do seu uso pelos professores. É importante considerarmos que a expansão do uso da tecnologia nas escolas não aumenta, necessariamente, o desempenho dos alunos, não implica educação de qualidade, e nada pode ser feito sem um corpo docente qualificado. Enfim, sabemos que todo esforço e investimento em recursos tecnológicos aplicados à educação, para fornecer os resultados almejados, precisa estar devidamente enquadrado por políticas e práticas educacionais consistentes. Por isso pensamos em estratégias de formação inicial e continuada do professor para a escola da sociedade tecnológica.

O uso da tecnologia em sala de aula é bastante válido no sentido que possibilita “um ensino e uma aprendizagem mais criativa, autônoma, colaborativa e interativa”. (Faria, 2001, p.64). No entanto, o professor ainda, muitas vezes, mantém-se apreensivo e reticente em utilizar a tecnologia em sua aula.

Essa posição é defendida por Kubala (1998) e Sandholtz (1997), que apontam para a necessidade de investimento na aquisição de equipamentos, produção de softwares e programas educacionais e, principalmente, na formação de professores. É importante que a informática seja vivenciada na escola, na perspectiva de acesso aos indivíduos, como um bem cultural que deveria ser disponível para todos, e não o contrário.

É na escola pública que a sociedade pode se comprometer para que crianças e jovens se apropriem dessas condições, para que não fiquem à mercê de sua condição socioeconômica. Um projeto de informática para as escolas da rede pública pode beneficiar os alunos em três aspectos específicos. Primeiro, provê a educação necessária para que esses alunos tenham melhores condições de competitividade, ao se inserirem num mercado de trabalho que, cada vez mais, se utiliza do computador. Em segundo lugar, possibilita a democratização do acesso aos modernos meios de processamento de informação, hoje restritos às camadas mais privilegiadas da população. Por fim, sistematiza e multiplica os

ganhos educativos no desenvolvimento cognitivo, lingüístico e social, pelo uso pedagógico dessas tecnologias.

A busca por caminhos para se trabalhar com o aluno, promovendo a cidadania, em sintonia com a realidade atual é uma necessidade inerente ao processo. É importante a elaboração e implantação de projetos que popularizem as tecnologias digitais, socializando os mecanismos de inserção do homem no contexto atual, para que a inovação tecnológica não seja mais um mecanismo de segregação social, em que poderá ser retomada a discussão sobre a exclusão social x exclusão digital<sup>3</sup>.

#### **4 FORMAÇÃO DE EDUCADORES**

É importante ressaltar que todos os grupos envolvidos nesta mudança dos modelos adotados nas escolas são imprescindíveis. Mas vale salientar que o papel dos educadores é muito importante no processo de ensino-aprendizagem e permanece fundamental em ambientes informatizados de aprendizagem, por isso é essencial que adquiram o domínio dos recursos tecnológicos e tenham condições de utilizar eficientemente suas ferramentas, articulando seu uso à prática pedagógica.

O programa de formação de educadores proposto neste modelo aqui apresentado, tem como objetivos:

- Estimular o interesse e sensibilizar os educadores envolvidos para os benefícios que a introdução da tecnologia no ensino pode propiciar;
- Estimular a troca de experiências através da participação em projetos interdisciplinares, promovendo a interação entre os educadores;
- Propiciar a adaptação dos educadores à tecnologia, através de cursos de introdução ao uso dos recursos tecnológicos;
- Habilitar os educadores para a correta operação dos recursos tecnológicos que integram a solução proposta e para a articulação destes à prática pedagógica;
- Preparar os educadores e demais envolvidos no projeto para planejar, executar e acompanhar todas as fases de implementação.

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso-crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de

---

<sup>3</sup> Neste ponto entra uma nova discussão, a exclusão digital. SORJ e GUEDES (2007).

observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação. (p.128).

O primeiro momento de capacitação dos professores para iniciarem o treinamento, deve ser a formação das turmas, montadas de acordo com o dia de coordenação de cada professor, sendo compostas por, no máximo, vinte professores dos diversos cursos. O ideal é oferecer oito horas de capacitação, uma vez por semana, perfazendo um total de cem horas para cada professor, capacitando o maior número possível de docentes neste primeiro momento.

Essa capacitação foi elaborada e será ministrada com o objetivo de preparar os profissionais que atuam direta e/ou indiretamente no projeto, de forma que estejam aptos ao processo, desenvolvendo projetos de maneira inter e multidisciplinar.

O método consiste de sensibilização de informática educacional, fundamentação teórica e introdução ao uso dos recursos. O segundo módulo tem uma duração de cinco dias com no máximo vinte professores por turma, com carga horária de oito horas cada um, e tendo como foco os equipamentos e novos instrumentos da educação através dos recursos tecnológicos.

Logo após o experimento com os recursos é necessário que os grupos estejam reunidos para montarem o projeto pedagógico de seus cursos, a partir dessa nova visão, o experimento das novas tecnologias em sua sala de aula. Portanto, o ponto de partida reside no levantamento de alguns dados essenciais ao sucesso do projeto como um todo. A seguir alguns procedimentos que devem ser considerados:

1. Detecção, delimitação, contextualização e definição de um problema a ser resolvido, uma situação a ser transformada. O que precisa ser transformado?
2. Detecção dos principais motivos que levam à necessidade de mudança. Como é, no presente momento, a situação daquilo que precisa ser modificado e por que precisa ser transformado?
3. Detecção e definição do público-alvo a ser atingido pelo treinamento. Quais as pessoas que estão mais diretamente envolvidas com o contexto do que precisa ser transformado? Quem serão os futuros possíveis envolvidos com o processo de mudança?

4. Listagem para o posterior Planejamento dos pontos que queremos modificar, começando do geral e caminhando para casos específicos. O que queremos modificar: atitudes, habilidades, comportamentos, processos, a cultura da organização, etc.?

5. Definição das estratégias de mudança: como iremos modificar esta situação?

Neste momento vale analisar este novo questionamento: como ensinar? Quais as estratégias didático-metodológicas mais adequadas para a transmissão dos conteúdos, através deste tipo de meio virtual? Se o grupo consegue trazer as respostas, então o processo já poderá ser iniciado, porque as mudanças de visão de cada um, começa a ser modificada. E a quebra do tradicional com o novo já começa a ser promovida pelo grupo, considerando-se que o ponto mais difícil em todo esse processo de mudança está na concepção de valores de cada membro participativo.

## **5 ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS**

Para compor este estudo foram observadas 12 instituições distribuídas da seguinte forma; seis instituições de ensino superior privadas, localizadas nos Estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo e seis instituições públicas de ensino técnico, localizadas nos estados da Bahia, Goiás e Distrito Federal. Em todas essas instituições de ensino foram entrevistados professores e alunos de diversos cursos, diretores pedagógicos e diretores administrativos.

Durante as entrevistas os pontos a que foram abordados são: inserção de novas tecnologias no ambiente da escola, adaptação de infra-estrutura para o funcionamento dos novos aparatos em consonância com o projeto pedagógico dos cursos, adequação da realidade dos discentes e docentes junto aos novos recursos e projetos de capacitação de docentes para atender as novas demandas.

5.1 Em relação às instituições de ensino superior foram observados os seguintes aspectos:

a) Aspectos econômicos, investimentos e aporte financeiro:

Por se tratar de uma IES privada existe maior facilidade para aquisição de equipamentos e softwares adequados, já que conta com recursos financeiros disponíveis para esse fim; o aporte financeiro, em muitos casos é proveniente de recursos

disponibilizados por agências financeiras tais como Finame, BNDES, Banco do Brasil, etc.; parcerias entre a IES e empresas privadas como Itautec, Apple, Sistema Positivo, ajudam no desenvolvimento dos projetos, já que o mercado de trabalho absorve grande parte desta mão-de-obra especializada.

b) Aspectos humanos, corpo docente, discentes, diretores administrativo e pedagógico, equipe técnica:

Durante conversa com os grupos envolvidos pode-se observar que: os docentes trabalham, em sua maioria em regime de horas/aula, o que dificulta a disponibilidade de tempo para treinamento e capacitação, com o intuito de prepará-los para o uso desses novos recursos tecnológicos; a instabilidade do próprio regime de trabalho ocasiona estresse e falta de motivação ao docente, que não tem perspectivas futuras na própria IES, com isso a busca por capacitação e atualização para o uso desses novos instrumentos de trabalho são deixados de lado; por outro lado, a busca por novos conhecimentos é uma forma de se manter no emprego; os discentes são provenientes, em sua maioria das classes menos favorecidas, e estão diretamente ligados ao mercado de trabalho, o que os motiva para o uso de recursos tecnológicos em suas aulas, já que o uso dos recursos tecnológicos possibilita maior interação com o mercado de trabalho, tendo como referência o perfil de egresso que os cursos, em sua maioria, instalados em IES privada estão formando; ambos os grupos, docentes e discentes necessitam de um trabalho de nivelamento para o uso desses recursos, tendo em vista as diferentes gerações nos dois grupos, e a diversificação de atividades desempenhadas por todos; apesar da diferença sócio-cultural por região geográfica, ambos os grupos, docentes e discentes, ainda precisam conhecer melhor as formas de utilização dos recursos tecnológicos em benefício do processo ensino-aprendizagem; para os diretores administrativos e pedagógicos, esses novos recursos são atrativos a mais que possibilitam a livre concorrência no mercado, tendo em vista a variedade de cursos ofertados por maior número de instituições.

c) Resultados práticos:

O perfil do discente que busca a formação dentro das novas modalidades de ensino, diretamente ligadas aos recursos tecnológicos, são estudantes que vieram de uma formação, em sua maioria, em escola do sistema público de ensino, tiveram sua inserção no mercado de trabalho desde cedo e procuram uma formação acadêmica rápida e que

tenha um tempo de dedicação presencial menor, a um custo reduzido, para que possa continuar trabalhando.

5.2 Em relação às instituições públicas de formação tecnológica foram observados os seguintes aspectos:

a) Aspectos econômicos, investimentos e aporte financeiro:

Apesar da diferença sócio-cultural por região geográfica, as escolas, em sua maioria oferecem condições para a adequação de seus espaços físicos, com o objetivo de receber novos cursos tanto na modalidade presencial como à distância; por ser tratar de escolas públicas, os equipamentos e softwares chegam à medida que programas do Governo Federal são implantados. Neste caso o Programa E-TEC Brasil, que foi lançado em 2008 com a finalidade de recuperar o ensino médio profissionalizante na modalidade à distância para atingir localidades que não contam com cursos do mesmo nível, suprindo assim, uma demanda latente neste segmento social; para este programa foram liberados, através de recursos do UNICEF, cerca de R\$ 200 milhões destinados a implantação de 250 pólos de ensino técnico a distancia em todo o Brasil; por se tratar de um programa do governo, a aquisição de equipamentos e softwares já é previamente estabelecida e as escolas envolvidas recebem o que é destinado pelo programa; além do CEFETs, os núcleos de tecnologia educacional, mantidos pelos governos federal, estadual e municipal, também estão sendo adaptados a receberem os cursos de formação técnico-profissionalizante, na modalidade de ensino à distância.

b) Aspectos humanos, corpo docente, discentes, diretores administrativo e pedagógico, equipe técnica:

Os grupos envolvidos podem participar da discussão de elaboração dos projetos pedagógicos a serem implantados, desde que obedeçam as exigências mínimas do que é estabelecido nas diretrizes curriculares; docentes e discentes passam por projetos de capacitação já previamente definidos pelo Ministério da Educação; os diretores administrativos e pedagógicos, em sua maioria, não conhecem, ou não sabem como funcionará sua nova estrutura, após a implantação dos novos recursos tecnológicos; ambos os grupos, docentes e discentes, solicitam a implantação de treinamentos e capacitação para a otimização dos novos recursos e seus respectivos laboratórios de acesso; os gestores

acreditam que o recurso destinado a sua unidade de formação poderá ser revertido em benefícios à escola, mas não da forma como o programa solicita, aguardam a chegada do recurso financeiro para a adequação de sua unidade ao funcionamento dos novos cursos; tanto equipe técnica, docentes e gestores encontram-se inseguros e consideram-se despreparados para a implantação dos novos cursos.

c) Resultados práticos:

Os programas provenientes do MEC têm seu lado positivo, porém a forma de concepção dos mesmos mostra que a teoria está bem distante da prática; os grupos interessados geralmente não são preparados previamente para a implantação de novos instrumentos educacionais, o que resulta em equipamentos ociosos, técnicos e educadores perdidos dentro do processo, alunos desmotivados, dentre outros fatores.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para fechar esta discussão é interessante observar que este estudo mostra o quanto existe uma estreita relação entre economia e educação, economia e cultura, quando partimos do pressuposto de que o uso de recursos tecnológicos, nas escolas do Brasil, ainda estão aquém da realidade mundial. Existem os recursos, mas chegam ainda de forma defasada às escolas, principalmente do setor público. Outro aspecto importante é a cultura. Ainda estamos presos aos modelos educacionais tradicionais, daí a necessidade de uma metodologia para a formação dos docentes, adequando às novas tecnologias, currículo e visão educacional.

Segundo Michael Apple em *Ideologia e Currículo* (1979), a ligação dessas vertentes – economia x cultura x educação – não é uma determinação simples e direta, ele mostra a preocupação em evitar uma concepção mecanicista e determinista dos vínculos entre produção e educação. Se o assunto abordado é o uso das novas tecnologias no cotidiano escolar, entramos no currículo das escolas para a adequação desses recursos dentro do processo educacional, na relação ensino-aprendizagem, no campo do saber. De que forma estamos preparando nosso público interno para o uso desses instrumentos tecnológicos? “Não é suficiente postular um vínculo entre, de um lado, as estruturas econômicas e sociais mais amplas e, de outro, a educação e o currículo. Este vínculo é mediado por processos que ocorrem no campo da educação, e que são ali ativamente produzidos”, APPLE (1979).



As mediações tecnológicas e o contexto educacional, tendo em vista a organização do processo de formação a ser desenvolvido para estes docentes que lidam com as novas tecnologias nas escolas nos leva a refletir sobre uma nova forma de enxergar a educação nos tempos atuais. Uma compreensão diferente da tradicional, quanto à dimensão tempo/espaço escolar, em que o tempo reveste-se sempre da temporalidade do sujeito, e o espaço deve ser pensando como espaço de acontecimentos das ações educativas. Portanto, o espaço não deve ser considerado necessariamente como físico, e sim de interlocuções entre os sujeitos no processo educativo. Somente através da educação o indivíduo terá condições, enquanto indivíduo de compreender e se situar na sociedade contemporânea, enquanto cidadão participe e responsável. MORAES (2000).

Portanto, como pensar na formação dos docentes que estão em sala de aula diante de um aparato tecnológico a ser utilizado em suas aulas? Eis uma metodologia para se pensar no uso dessas ferramentas como aliados. Nas fases de análise e levantamento de dados do projeto, já colhemos elementos suficientes para responder, respectivamente, às seguintes perguntas: O que ensinar? Por que ensinar? A quem ensinar, ou seja, quem é o meu aluno? A quem se destina o treinamento? Para que estamos ensinando? Qual está sendo o principal motivo deste treinamento? Como ensinar? Definição das estratégias didático-metodológicas que nortearam a práxis do treinamento. Com essas questões devidamente respondidas, o próximo passo é a confecção de um relatório que deverá fundamentar – de maneira sólida e consistente – as reais necessidades de mudanças no ambiente escolar. E, no presente trabalho, partindo do pressuposto de que a estratégia escolhida foi a implementação de um programa de capacitação para docentes que passam a utilizar novos recursos tecnológicos em sala de aula. É necessário, portanto, estabelecer diretrizes didático-pedagógicas para a implementação de módulos de “e-cursos” que, por sua vez, irão proporcionar uma estratégia de aprendizagem eficaz e significativa, via novos recursos.

A avaliação (e reavaliação) periódica dos objetivos educativos: após o final do treinamento, será de verificar se houve de fato a transformação. O que mudou? O treinamento cumpriu o que se propôs a transformar? Como era antes do treinamento, como ficou após ele ter sido ministrado? O treinamento foi bem sucedido? Caso positivo, por quê? Caso negativo, o que pode ter dado errado? O que poderá ser mudado para que os próximos treinamentos atinjam um maior índice de satisfação?

Este é um processo ininterrupto, em que novos membros são agrupados à equipe, novos cursos podem e devem ser implantados, novos recursos podem ser utilizados. Mas o que não pode se perder de vista é o aprendizado de cada um e a constante capacitação para acompanhar o dinamismo do segmento tecnológico, que a cada dia traz novidades. Quando uma escola toma a decisão de introduzir uma tecnologia no dia-a-dia de suas salas de aula surgem alguns desafios. Como avaliar quais as tecnologias necessárias e eficazes? Como calcular o custo benefício e o retorno sobre o investimento? Como alinhar professores e alunos de diferentes gerações para usar estas tecnologias? Existem métodos para responder estas perguntas e o propósito desta apresentação é ajudar as escolas a obterem as melhores respostas e performances.

As novas tecnologias só terão sentido a partir de uma mudança da postura pedagógica do professor e com um repensar deste sobre sua própria prática, conceber que existem outras maneiras de explorar e representar o mundo. Tecnologia na escola envolve não somente garantir a presença dos meios em sala de aula, mas, principalmente garantir sua integração nos processos curriculares. Desta forma não podemos esquecer que os professores são sujeitos que possuem suas próprias maneiras de entender a prática e de implementá-la. São as suas concepções e competências profissionais que irão definir o uso que irão fazer de qualquer meio, tecnológico ou não, na escola.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda e Garcia, Regina L. (orgs.) **O Sentido da Escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CORRÊA, Juliana. **Educação à distância: Orientações Metodológicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KUBALA, Tom. **Addressing Students Needs: Teching on the Internet**. Technological Horizons in Education. March, 1998, 71-74.

LEITE, Lúcia Silva, **Construindo recursos eletrônicos de aprendizagem: uma experiência bem sucedida**, Fevereiro, 2002, 12-15.

MARKER, Gerald e Ehman, Lee. **Linking Teachers to the World of Technology**. Educational Technology, March, 1989, 26-30.

MARTINS, Onilza B. e Polak, Ymiracy N. de Souza. **Curso de Formação em EAD**. Brasília: Unirede. MEC/SEED, 2000.

MORAES, Maria Cândida. **Informática Educativa no Brasil: Uma História Viva, Algumas Lições Aprendidas**. Disponível em <http://edutec.net/Textos/Alia/MISC/edmcand1.htm>>. Acesso em: 02 de maio de 2003.

MORAN, José Manuel. **Mudanças na Comunicação Pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica**. São Paulo: Paulinas, 1998.

NERI M. C. **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE-CPS, 2003. Disponível em: [http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa\\_exclusao/apresentacao/Texto\\_Principal\\_Parte.pdf](http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/Texto_Principal_Parte.pdf) Acesso em 20 dez. 2005.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática Educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Revista Conecta Educação a Distância. <http://www.revistaconecta.com.br>

SAMPAIO, M. Leite, L. **Alfabetização tecnológica do professor**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANDHOLTZ, Judite Haymore; RINSTAFF, Cathy; DWYER, David C. **Ensinando com Tecnologia: Criando Salas de Aula Centradas nos Alunos**. Traduzido por Marcos Antônio Girardo Domingues. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. SP: Companhia das Letras, 2001.

SORJ, Bernardo e GUEDES, L. Eduardo. **Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2007.

## **CAMINHOS PARA A AÇÃO DOCENTE: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES CINEMATOGRAFICAS**

Vanessa Cabral Salum Galvão

A presente proposta visa apresentar a análise de uma película, com o objetivo de refletir sobre a importância da formação cultural do professor no contexto atual e também sobre a prática do cinema em sala de aula. Assim, iremos dialogar a respeito de sugestões de como trabalhar com filmes, como utilizar o cinema na escola, sobre linguagem cinematográfica, literatura, artes plásticas, teatro, música, pedagogia e cinema... Enfim, temas que ajudam a ampliar a visão cultural do professor relacionado ao desenvolvimento individual, profissional, institucional e também as teorias e práticas da Educação Básica. Então porque não repensar o papel do professor e do aluno, por meio de imagens cinematográficas? Um repensar que tenha como horizonte um espaço de construção coletiva, uma promoção de diálogo entre os pontos de vistas de diferentes teóricos que deixaram suas referências sobre o tema formação de professores, pedagogia e cinema.

**Palavras-chave:** Educação Básica; Professor e Cinema.